

T & H

NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE 2

ORGANIZADORES

Alessandra Souza Queiroz Melo
Elimar Pinheiro do Nascimento
Francinete da Silva Guilherme



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITOR

VALDINEY VELOSO GOUVEIA

VICE-REITORA

LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE



Diretor do CCTA

ULISSES CARVALHO SILVA

Vice-Diretora

FABIANA SIQUEIRA



Conselho Editorial

CARLOS JOSÉ CARTAXO

JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

MAGNO ALEX SEABRA

MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

ULISSES CARVALHO DA SILVA

Editor

ULISSES CARVALHO SILVA

Secretário do Conselho Editorial

PAULO VIEIRA

Turismo & Hotelaria

no contexto da Sustentabilidade **2**

ORGANIZADORES

ALESSANDRA SOUZA QUEIROZ MELO

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO

FRANCINETE DA SILVA GUILHERME

Editora do CCTA

João Pessoa

2024

© Copyright by GCET, 2024

Produção Gráfica e Capa

Bárbara Cristina de Lira



Comissão Científica

Adriana Brambilla

Alessandra Souza Queiroz Melo

Amanda Sueli Madeira Pereira

Daiko Lima e Silva

Felipe Gomes do Nascimento

Francinete da Silva Guilherme

Kennedy Kaufummam Costa Mafra

Marília Ferreira Paes Cesário

Priscila Fernandes Carvalho de Melo

Simone Neto de Santana Oliveira



Ficha catalográfica

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T938 Turismo & Hotelaria : no contexto da sustentabilidade 2 /
Organizadores: Alessandra Souza Queiroz Melo, Elimar
Pinheiro do Nascimento, Francinete da Silva Guilherme. -
João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

Recurso digital (19,6 MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-485-6

1. Turismo sustentável. 2. Hotelaria. 3. Sustentabilidade
ambiental. 4. Hospitalidade. 5. Gestão alimentar. 6. Turismo
de pesca. I. Melo, Alessandra Souza Queiroz. II. Nascimento,
Elimar Pinheiro do. III. Guilherme, Francinete da Silva.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 338.48-022.316

Elaborada por: Susiquine Ricardo Silva CRB 15/653

Direitos desta edição reservados à: GELINS/UFS Impresso no Brasil *Printed in Brazil*
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

PREFÁCIO

O livro que aqui se apresenta constitui um excelente contributo para o aprofundamento do conhecimento de práticas de sustentabilidade no contexto do turismo e da hotelaria. Esta temática, que ganhou uma grande importância nas últimas décadas, reveste-se de relevância vital face aos desafios ambientais, sociais e económicos que pautam a sociedade de hoje. Com a expansão do turismo global, que impactou de modo significativo os ecossistemas naturais e as comunidades locais, percebeu-se que promover um desenvolvimento sustentável no setor do turismo e da hotelaria era fundamental para garantir a preservação dos recursos para as gerações futuras.

Estamos conscientes de que o turismo é uma das maiores indústrias do mundo, contribuindo significativamente para a economia global. No entanto, também sabemos que esta atividade gera impactos negativos, tanto a nível ambiental - com o consumo excessivo de recursos naturais, a produção de resíduos, a poluição e a degradação de ecossistemas -, como social e cultural, uma vez que os destinos populares enfrentam problemas de superlotação, com infraestruturas locais sobrecarregadas, deterioração da qualidade de vida dos residentes e perda de autenticidade cultural. A hotelaria, parte integrante do turismo, acaba por contribuir para esses impactos, ao consumir grandes quantidades de energia, água e outros recursos. Além disso, a construção de novos hotéis pode levar à destruição de *habitats* naturais e ao deslocamento de comunidades locais. Neste quadro, facilmente se entende a necessidade de integrar a sustentabilidade em ambos os setores enquanto forma de mitigação dos efeitos negativos no meio ambiente, na cultura e nas comunidades locais e de maximização dos benefícios económicos, sociais e ambientais. Sendo um assunto cada vez mais na ordem do dia, a preocupação com o turismo sustentável reflete-se, em última instância, na construção de uma abordagem mais ética e responsável ao turismo.

Esta é a linha de pensamento que norteia o livro que temos entre mãos e que, através de exemplos concretos de contextos e de públicos, apresenta um contributo valioso de reflexões e de práticas responsáveis de uso eficiente de recursos naturais e de criação de benefícios para as comunidades anfitriãs. Nos diversos capítulos que constituem este livro são realizadas abordagens rigorosas e competentes que refletem sobre diferentes formas de equilibrar as necessidades dos turistas, das comunidades locais e do meio ambiente, na procura de um desenvolvimento mais justo e mais duradouro na indústria do turismo. Por isso, a sua leitura é incontornável para todos os investigadores que têm nesta temática o seu objetivo de estudo, mas também para todos os profissionais que trabalham na área e para o público em geral.

Jenny Gil Sousa

Doutora em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (Portugal). Professora na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria (Leiria/Portugal).

Investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e colaboradora no Centro de Estudos em Educação e Inovação e no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas.

APRESENTAÇÃO

O livro Turismo e Hotelaria no contexto da sustentabilidade II foi organizado pelo Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET), ligado ao Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo disponibilizado em formato eletrônico (*e-book*) e em sistema de acesso aberto (*open access*) através da Editora do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da UFPB, faz parte da série Turismo e Hotelaria e contempla estudos sobre a temática da sustentabilidade aplicada ao setor de turismo e da hotelaria.

O capítulo 1 do livro foi escrito por Vitória Maria dos Santos Lima, José Jonas Pereira Bezerra, Laura Rodrigues Soares, Mariane de Lima Andrade e Márcia Félix da Silva e intitulado **MÉTRICAS ESG APLICADAS À HOTELARIA SUSTENTÁVEL**, nele é discutido o uso da ferramenta ESG para o aperfeiçoamento da gestão hoteleira. Ainda é debatido que para que se alcance os resultados pretendidos é necessário um ajuste entre os critérios ESG e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No capítulo **PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE TURISMO NO SERIDÓ GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO/RN**, de Francisco Henrique Bezerril de Lima, Maria Valéria Pereira de Araújo e Esdras Matheus Matias é apresentado um estudo que indaga as práticas do

turismo sustentável no Geoparque Seridó e como isso contribui para a geração de renda para a população local, que tira seu sustento através do artesanato.

Ailson da Silva Fernandes e Amanda Sueli Madeira Pereira no terceiro capítulo trazem a sazonalidade do turismo no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas no estado de Goiás. No título **TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: uma análise das tendências de fluxo turístico de 2017 a 2022**, destaca-se a relação das políticas públicas e das ações governamentais com as dimensões econômicas e sociais no parque, e importância da conservação ambiental em meio a expansão agropecuária e especulação imobiliária.

No quarto capítulo temos **MOBILIDADE URBANA: Diretrizes e ações para o Plano de Mobilidade Urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC** os autores Maikyele Luana Schwaab e Celí Maziero discutem a mobilidade urbana e a aplicação na cidade de São Miguel do Oeste inicialmente trazendo os conceitos e embasamento teórico e debatendo as estratégias para a criação de plano de mobilidade. Desse modo o trabalho conclui que essa medida poderia contribuir para melhorias no deslocamento da população proporcionando uma melhor qualidade de vida.

No quinto capítulo, Carvalho e Queiroz apresentam **O DESAFIO DA ENERGIA RENOVÁVEL PARA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM AMBIENTE URBANO**. O trabalho tem como objetivo investigar a viabilidade e os benefícios da instalação de sistemas

de energia eólica e solar em empreendimentos turísticos que ficam localizados em áreas urbanas. O artigo faz menção ao Hotel Caiuá, localizado em Cascavel, Paraná, e sua iniciativa de instalar um aerogerador vertical e sua preocupação com o meio ambiente, buscando através da tecnologia preservar os recursos e minimizar a emissão de poluentes, no cuidado e bem-estar do meio ambiente e das comunidades próximas. As dificuldades enfrentadas pelos empreendedores para a implementação das tecnologias inovadoras não deixam de ser citadas nas conclusões do trabalho.

GESTÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR: uma pauta urgente para a agenda ambiental no setor de hospitalidade é o sexto capítulo. Nele, os autores Luciana Helena Maia Porte e Alexandre Porte debatem a sustentabilidade alimentar, alegando que a produção e consumo de alimentos possuem um papel importante no cenário ambiental, e a gestão de desperdício é a alternativa eficaz para reduzir o impacto ambiental gerado pelo sistema alimentar global. Dado que o setor de hospitalidade engloba diversos segmentos, como hotéis, restaurantes, empresas de eventos, são responsáveis por uma alta movimentação de alimentos. Assim, conclui que a gestão de desperdício pode contribuir para evitar a produção excedente através de diferentes operações, como planejamento, aquisição e recebimento, armazenamento, produção e distribuição.

O capitalismo e suas consequências têm se tornado um tema bastante discutido nas últimas décadas. Elis Regina Barbosa Angelo e Conceição Aparecida Barbosa no sétimo capítulo, **NOS MEANDROS**

DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O turismo, a sustentabilidade e sua exequibilidade na era do consumo questionam de forma enfática o capitalismo, o qual instiga o consumo desenfreado dos recursos do planeta. O turismo acaba por fazer parte dessas discussões de massificação de consumo e seus impactos, e o trabalho instiga a reflexão sobre a sustentabilidade e os desafios a serem enfrentados para a conservação do planeta.

No oitavo capítulo, Iara Lúcia Gomes Brasileiro traz uma discussão sobre **O PARADOXO DA VULNERABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA HOSPITALIDADE E DO TURISMO SUSTENTÁVEL**, onde o objetivo é provocar uma análise crítica e teórica da idealização da hospitalidade e do turismo sustentável. A autora argumenta que conhecer a vulnerabilidade desses pensamentos poderia contribuir para o fortalecimento da atividade turística, tornando as relações mais duradouras.

MELO, ALMEIDA, DANTAS, ALBUQUERQUE e COSTA contribuem com o título **TURISMO RESPONSÁVEL E ACESSÍVEL AO IDOSO: REFLEXÕES SOBRE O CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO, EM JOÃO PESSOA/ PB** para o nono capítulo. A discussão sobre acessibilidade vem ganhando ainda mais espaço no campo acadêmico e nos setores de planejamento, pois com o crescente envelhecimento da população mundial, os idosos vêm viajando mais e o turismo da terceira idade ganhando destaque. Dessa forma, os autores analisam a acessibilidade no Centro Cultural São Francisco, que é patrimônio tombado e referência como patrimônio cultural. O trabalho

conclui que o local não possui os requisitos de acessibilidade, porém esperam que o artigo contribua para a criação de uma João Pessoa amiga do idoso e promova o turismo responsável.

O capítulo de número 10 traz o **TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: reflexões a partir de identidades e do território** escrito por Mayra Laborda Santos e Bruna Ranção Conti. O objetivo deste estudo é refletir sobre o processo de construção de identidades e territórios turísticos nas unidades de conservação da Amazônia Brasileira. A pesquisa foca no turismo de pesca na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU). O conflito de interesse nessa região acaba por ser inevitável, visto que estamos falando de uma unidade de conservação, com comunidade ribeirinha que também recebe a atividade turística.

SUMÁRIO

MÉTRICAS ESG APLICADAS À HOTELARIA SUSTENTÁVEL.....	15
LIMA, Vitória Maria dos Santos	
BEZERRA, José Jonas Pereira	
SOARES, Laura Rodrigues	
ANDRADE, Mariane de Lima	
SILVA, Márcia Félix da	
PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE TURISMO NO SERIDÓ GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO/RN.....	43
LIMA, Francisco Henrique Bezerril de	
ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de	
MATIAS, Esdras Matheus	
TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: <i>uma análise das tendências de fluxo turístico de 2017 a 2022</i>	79
FERNANDES, Aílson da Silva	
PEREIRA, Amanda Sueli Madeira	
MOBILIDADE URBANA: <i>Diretrizes e ações para o Plano de Mobilidade Urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC</i>	107
SCHWAAB, Maikyele Luana	
MAZIERO, Celi	
O DESAFIO DA ENERGIA RENOVÁVEL PARA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM AMBIENTE URBANO.....	145
CARVALHO, Kizzy Ferreira de	
MELO, Alessandra Souza Queiroz	
GESTÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR: <i>uma pauta urgente para a agenda ambiental no setor de hospitalidade</i>	177
PORTE, Luciana Helena Maia	
PORTE, Alexandre	
NOS MEANDROS DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O <i>turismo, a sustentabilidade e sua exequibilidade na era do consumo</i>	205
ANGELO, Elis Regina Barbosa	
BARBOSA, Conceição Aparecida	
O PARADOXO DA VULNERABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA HOSPITALIDADE E DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	241
BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes	

TURISMO RESPONSÁVEL E ACESSÍVEL AO IDOSO:REFLEXÕES SOBRE O CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO, EM JOÃO PESSOA/ PB.....267

MELO, Ana Cristina Claudino de

ALMEIDA, Eduardo Augusto Monteiro de

DANTAS, Helen Karine Gomes

ALBUQUERQUE, Sheila Rodrigues de

COSTA, Angelina Dias Leão

TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: reflexões a partir de identidades e do território303

SANTOS, Mayra Laborda

CONTI, Bruna Ranção

01

MÉTRICAS ESG APLICADAS À HOTELARIA SUSTENTÁVEL

Vitória Maria dos Santos Lima

José Jonas Pereira Bezerra

Laura Rodrigues Soares

Mariane de Lima Andrade

Márcia Félix da Silva

MÉTRICAS ESG APLICADAS À HOTELARIA SUSTENTÁVEL

LIMA, Vitória Maria dos Santos
BEZERRA, José Jonas Pereira
SOARES, Laura Rodrigues
ANDRADE, Mariane de Lima
SILVA, Márcia Félix da

As discussões acerca da sustentabilidade, alicerçada no tripé econômico, social e ambiental, têm ganhado força nos últimos anos, sobretudo nos meios acadêmico, político e empresarial. Na perspectiva empresarial, o setor hoteleiro tem direcionado seus modelos de gestão para práticas sustentáveis como estratégia de diferenciação. À medida que essas discussões avançam, novas ferramentas surgem face às demandas necessárias para atender às expectativas de planejadores e gestores envolvidos na busca por soluções para a boa governança, atrelada à responsabilidade social e à sustentabilidade ambiental.

No cenário empresarial, o conceito de sustentabilidade sempre esteve presente, mas era considerado um custo ou um dever, quando deveria ser visto como uma alavanca de resultados. Com o surgimento do capitalismo de stakeholder, ou seja, àquele impulsionado pelas relações entre empresa, funcionários, fornecedores e consumidores em que todos se beneficiam se a empresa prospera, o lucro continua sendo essencial para o sucesso, entretanto, ele depende da sustentabilidade ambiental e social,

além de uma boa governança. A partir desses preceitos, no ano de 2004, o termo ESG foi utilizado pela primeira vez pelo então Secretário das Nações Unidas, Kofi Annan, quando conclamou as empresas a incorporarem essa ferramenta para alavancarem seus resultados (Faber, 2023).

O termo ESG, cunhado em inglês, agrupa a perspectiva environmental, social and governance e, em bom português, diz respeito às práticas ambientais, sociais e de governança inseridas ao modelo de gestão adotado pelas corporações (Mazon; Issa, 2022).

Destarte, buscando responder às questões que envolvem à sustentabilidade ambiental, os gestores têm utilizado em seus planejamentos estratégicos a ferramenta ESG, visto que com ela é possível estabelecer métricas que envolvem os fatores Ambientais (*Environmental*), Sociais (*Social*) e de Governança (*Governance*). Desde que as métricas ESG foram adotadas, as organizações têm buscado promover ações para se adequarem ao conjunto de práticas e indicadores dessas áreas, visando à geração de valor e à obtenção de vantagens competitivas no mercado em que atuam.

No setor hoteleiro não é diferente. A cada dia o termo ESG está mais presente: hóspedes e investidores, ao fazerem suas escolhas, têm considerado cada vez mais os princípios de sustentabilidade, sendo as questões ambientais, sociais e de governança as premissas da boa gestão hoteleira (Croce, 2023).

Ao combinar análises ambientais, sociais e de governança, o conceito representa uma forma consciente de atuação no mercado que vai

além da lucratividade de uma organização, visto que a ferramenta ESG permite mensurar as práticas de gestão adotadas pelas empresas, inclusive em relação à forma como respondem às mudanças climáticas, como administram os recursos naturais e como se relacionam com os seus empregados, clientes e fornecedores.

De fato, a análise dessas variáveis tem-se tornado cada vez mais comum para os investidores decidirem onde aplicarão os seus recursos: empresas comprometidas com boas práticas de sustentabilidade têm reduzido os impactos ambientais resultantes das suas atividades, sendo as métricas ESG utilizadas na análise de riscos financeiros dos mais diversos negócios.

De acordo com as projeções divulgadas pela Bloomberg, os ativos globais ESG estão a caminho de ultrapassar os 53 bilhões de dólares até 2025, representando mais de um terço dos 140,5 bilhões de dólares em investimentos (Bloomberg, 2021), o que pode se configurar como incentivo para adoção da ESG para atração de investimentos, inclusive no setor hoteleiro.

Outro indicador da ESG, o social, trata do relacionamento empresarial e como ele é difundido dentro dos aspectos de *environment* e *governance*. É importante ressaltar que o ESG traz uma contribuição importante para a difusão do mecanismo de governança, auxiliando-o a expandir para além dos agentes empresariais.

A questão norteadora deste estudo buscou responder como a ferramenta ESG contribui para a boa governança na hotelaria sustentável?

Ante o exposto, este estudo teve como objetivo apresentar uma breve discussão sobre a ferramenta ESG, com foco na hotelaria sustentável.

Para embasar este estudo descritivo, sob o formato de um ensaio teórico, alicerçado em pesquisas bibliográficas, hemerográficas e documentais, apresentamos as práticas sustentáveis do *Verdegreen Hotel*, localizado na orla marítima de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, por ter sido o primeiro hotel no Brasil a utilizar o conceito de eco-design e a obter o selo verde de sustentabilidade.

ESG, O QUE É?

Conceitos e Aplicações

O termo ESG foi utilizado pela primeira vez em um relatório de 2004 intitulado “Who Cares Wins” (“Quem se importa ganha”, em tradução literal), por iniciativa conjunta de instituições financeiras que, a convite da Organização das Nações Unidas, promoveram o debate sobre essas questões, sendo suas ideias posteriormente difundidas como práticas social e ambientalmente sustentáveis.

Para compreender a importância da utilização da ferramenta ESG, inicialmente devemos definir o seu significado, bem como, as ações necessárias à sua implementação. A ferramenta ESG representa três pilares fundamentais do investimento responsável e sustentável: Ambiental (Environmental), social e Governança (Governance). Esses três indicadores são usados para avaliar o desempenho das empresas não apenas

em termos financeiros, mas também em sua abordagem em relação ao meio ambiente, às questões sociais e à governança corporativa.

A letra “E” (*Environmental*), refere-se ao impacto das atividades da empresa no meio ambiente. Isso inclui questões como gestão de resíduos, emissões de gases de efeito estufa, uso de energia renovável, eficiência energética, conservação de recursos naturais e preocupações com a mudança climática.

Em relação à letra “S” (*Social*), essa diz respeito ao relacionamento da empresa com as pessoas e a sociedade em geral. Isso envolve considerações sobre diversidade e inclusão, relações de trabalho justas, segurança dos funcionários, respeito aos direitos humanos, envolvimento com a comunidade e impactos sociais positivos gerados pelas atividades empresariais.

A letra “G” (*Governance*) se refere às práticas de governança corporativa adotadas pela empresa. Isso inclui a estrutura de governança, a transparência nas operações, a independência do conselho de administração, a gestão de riscos, a remuneração dos executivos, a ética nos negócios e o respeito aos direitos dos acionistas.

Grosso modo, a ferramenta ESG representa a decisão da empresa sobre a forma de se relacionar com os seus *stakeholders* – internos e externos – visto que o direcionamento das ações implementadas pelos gestores impactará sobre a sustentabilidade ambiental, social e de governança que poderão ser determinantes nas escolhas desses atores. É, indubitavelmente, uma ferramenta estratégica. Faber (2023) corrobora

essa afirmativa ao sugerir que a ferramenta ESG é uma alavanca para resultados.

De fato, a ESG tem-se tornado cada vez mais relevante, visto que investidores, clientes, consumidores e a sociedade de modo geral estão valorizando empresas que adotam práticas sustentáveis e responsáveis. Portanto, considerar esses critérios trará benefícios tanto para a empresa quanto para o meio ambiente e a sociedade.

Assim, as práticas de ESG estão ganhando importância devido ao reconhecimento de que as empresas têm um papel crucial na construção de uma sociedade mais sustentável e justa. Além disso, os investidores e consumidores estão cada vez mais exigentes e conscientes sobre o impacto ambiental e social das atuações das empresas sobre o planeta, levando em consideração esses critérios na hora de tomar decisões investimento ou de consumo.

Destarte, a adoção das práticas de ESG pode trazer diversos benefícios para as empresas, como o fortalecimento da reputação e da marca, a redução de riscos financeiros e operacionais, a atração de investidores e de talentos, além do alinhamento com as expectativas da sociedade. Muitas empresas estão incorporando essa ferramenta em suas estratégias de negócios e disseminando suas práticas por meio de relatórios divulgados publicamente.

Para Rosa (2022), a comunicação desses resultados, através de relatórios gerenciais, permitem, em longo prazo, maior geração de valor para a empresa, visto que progressivamente os consumidores [e investidores] buscam por empresas que apresentem soluções alinhadas

com o enfrentamento dos desafios sociais e ambientais e que mantenham em seus quadros funcionais, equipes e colaboradores que se sentem mais engajados ao trabalharem em uma organização estimulada pelo crescimento com propósito, passando a usar os recursos disponíveis de forma mais eficiente e produtiva.

Na prática, a ferramenta ESG se refere a um conjunto de indicadores que tem como objetivo avaliar o desempenho da empresa em relação a aspectos ambientais, sociais e de governança. É uma abordagem holística que reconhece a importância da sustentabilidade e do impacto social e da boa governança na criação de valor em longo prazo.

ESG: Aspectos Ambientais – “E” (ENVIRONMENT)

A questão ambiental é uma pauta necessária em diversas atividades e setores empresariais que extrapolam os portões da empresa e da sua área de atuação. Os aspectos ambientais da ESG, representado pela letra “E”, traduz as ações da empresa para garantir boas práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental, buscando minimizar os efeitos dos impactos da sua atividade econômica.

Por definição, a ferramenta ESG se refere a um conjunto de boas práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança, logo as ações devem ser orquestradas de modo a atender aos três pilares estabelecidos – ambiental, social e governança.

Nos seus processos de produção, as empresas acabam implementando ações que impactam sobre a sustentabilidade ambiental,

por isso a importância de minimizar os impactos negativos causados pela atividade empresarial.

No que tange à atuação da empresa, elencamos alguns elementos norteadores que devem ser observados pra mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente (Randoncorp, 2023):

- a. Como a empresa utiliza recursos naturais, como água e energia elétrica?
- b. Quais critérios são adotados na escolha de equipamentos para o funcionamento do negócio?
- c. Como é gerenciada a poluição do ar e da água?
- d. Como são geridos os resíduos produzidos pela empresa?
- e. Como a empresa se posiciona em relação a temas como desmatamento, biodiversidade e emissão de carbono?

Responder a essas questões poderá permitir a correção de rumos das estratégias estabelecidas pela empresa para que possa tomar a decisão de se enquadrar nos critérios ESG ou optar pelo “greenwashing”: promovendo ações aparentemente sustentáveis apenas para ‘ganhar’ credibilidade, mas quando essas ações são analisadas com cautela não atendem aos preceitos de sustentabilidade.

ESG: Aspectos Sociais – “S” (SOCIAL)

O segundo pilar da ferramenta ESG se refere ao Social, focando nos relacionamentos da empresa com os seus stakeholders, com ênfase nos direitos humanos. Isso envolve considerações sobre diversidade e inclusão, relações de trabalho justas, segurança dos funcionários, respeito aos direitos humanos, envolvimento comunitário e impacto social positivo.

Segundo o Growth Report ESG e Inovação da ACE Cortex (2021), os fatores sociais são considerados elementos importantes para o sucesso de uma empresa, visto que construir relacionamentos envolve certa disposição para estabelecer laços sólidos e duradouros com os stakeholders da empresa, fortificando a criação de parcerias e boas relações no mercado.

Um dos fatores sociais essenciais destacados é a capacidade de atrair e reter talentos. As empresas devem criar um ambiente atraente e acolhedor para atrair profissionais qualificados. Isso pode ser alcançado oferecendo benefícios competitivos, oportunidades de crescimento e desenvolvimento, e promovendo um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. A capacidade de reter talentos é igualmente importante, pois garante que os colaboradores permaneçam engajados, satisfeitos e motivados em suas funções.

Outro fator social relevante é o compromisso com o desenvolvimento profissional: investir no desenvolvimento e capacitação dos colaboradores resulta em equipes mais habilidosas e preparadas para enfrentar os desafios do mercado. Isso pode incluir programas de treinamento, mentorias, oportunidades contínuas de aprendizado e a promoção de uma cultura de inovação e empreendedorismo dentro da empresa.

Randoncorp (2023) elenca algumas ações que envolvem os aspectos sociais da ferramenta ESG que devem ser promovidas pelas empresas:



- a. Satisfação dos clientes;
- b. Engajamento e motivação dos funcionários;
- c. Programa de treinamento, qualificação e desenvolvimento dos funcionários;
- d. Diversidade dos membros da equipe;
- e. Proteção de dados;
- f. Respeito às leis trabalhistas e aos direitos humanos;
- g. Relacionamento com a comunidade;
- h. Monitoramento da cadeia de fornecedores.

Importante ressaltar que, juntamente com o avanço das questões sociais, a inovação é um elemento crucial. As empresas precisam se adaptar às mudanças constantes do mercado e buscar soluções inovadoras para se manterem competitivas. Isso pode envolver a implementação de políticas de equidade e ações afirmativas: as empresas também estão sendo cobradas a implementarem políticas de equidade e ações afirmativas, uma vez que a questão social está intrinsecamente ligada à inovação e ao desenvolvimento das empresas, garantindo a diversidade e inclusão em todos os níveis da organização. Esses elementos são fundamentais para criar um ambiente de trabalho saudável, atrair os melhores profissionais e impulsionar a inovação e o crescimento sustentável.

ESG: Aspectos de Governança – “G” (GOVERNANCE)

Antes de tratar sobre Governança, deve-se de fato compreender o termo, visto que o seu significado apresenta variações.

De acordo com Rodrigues e Malo (2006), a “Governança aparece como poder partilhado ou ação coletiva gerenciada, sendo particularmente pertinente para tratar organizações de natureza cooperativa, democrática

e associativa.”, estando intrinsecamente relacionada aos conceitos de participação, parceria, práticas de bom governo, relações interpessoais e aprendizagem coletiva.

Logo, a governança não está relacionada diretamente ao poder exercido de um gestor ou CEO (Chief Executive Officer) sobre os colaboradores de uma empresa, mas sim com a descentralização da tomada de decisões a partir do compartilhamento, relação íntegra e respeitosa de gestores e colaboradores, boas condições de trabalho e ambiente para os colaboradores, dentre outros fatores, inclusive relacionados à cultura organizacional, os valores e a forma de conduta, bem como, o modo como os aspectos éticos são disseminados entre os colaboradores.

Então, a Governança se caracteriza como uma prática das empresas em “proporcionar maior transparência, estabelecer mecanismos mais eficientes de controle, bem como a incentivar uma atuação ética de todos os envolvidos, a fim de que as ações sejam pautadas em consonância com a lei e as regras internas da companhia” (Issa; Mazon, 2022).

Portanto, a Governança, presente na matriz ESG, funciona como o coração para que uma organização seja de fato sustentável, pois é pela governança que as questões ambientais e sociais serão efetivamente desenvolvidas.

De acordo com o Sebrae (2023), é possível estabelecer alguns pontos-chave da Governança, quais sejam:

- a) Promoção da diversidade nos cargos de liderança;
- b) Criação de políticas de combate a desvios e má conduta;
- c) Consolidação de cultura organizacional;



- d) Transparência na divulgação de resultados;
- e) Políticas claras de remuneração de investidores, dentre outros.

Além disso, sem uma governança íntegra e efetiva em conformidade com a ESG, a empresa pode passar por diversos problemas, desde administrativos e pessoais, até problemas judiciais. Cabe ressaltar que a governança não está necessariamente restrita ao ambiente interno da organização, indo além dos seus portões, principalmente quando se refere a órgãos públicos.

MÉTRICAS ESG E SUAS IMPLICAÇÕES

A aplicação dos critérios ESG em empreendimentos hoteleiros requer mudanças, sobretudo de mindset, que permitam o redesenho de processos, a redefinição da cultura organizacional e do processo de tomada de decisão. Para um pequeno empreendedor pode até ser mais fácil avaliar o desempenho da sua empresa aplicando a ferramenta ESG, mas para empresas de maior porte se fazem necessárias mudanças periódicas, calculadas e que demandam mais tempo para serem implementadas, tendo em vista a necessidade de a empresa passar a ouvir e a interagir com os stakeholders e shareholders.

Nos dias atuais, a sociedade tem-se mostrado cada vez mais bem informada e mais preocupada com os problemas ambientais e sociais vigentes. Assim, as empresas estão sempre expostas a críticas e a mercê da legislação e dos regulamentos, principalmente no que tange aos direitos trabalhistas. Logo, ser uma organização que busca atender a critérios das

boas práticas de gestão passou a ser crucial no desenvolvimento dos negócios e exigência dos investidores e consumidores, demonstrando que a sustentabilidade empresarial deve ser praticada (Issa; Mazon, 2022) para que as empresas continuem sendo bem vistas e valorizadas. Trata-se de uma questão de sobrevivência do negócio, ressaltando que os empreendimentos hoteleiros que utilizam a ferramenta ESG devem primar pela transparência e coerência das suas ações e comunicados.

No que tange aos aspectos ambientais, os empreendimentos hoteleiros devem se moldar ao padrão ecofriendly, responsável ambientalmente, existindo importantes instituições ligadas ao mercado financeiro nacional e global que criaram índices de sustentabilidade, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e os Princípios do Equador para Instituições Financeiras, iniciativa do International Finance Corporation (Issa; Mazon, 2022), embora ainda seja muito comum que empresas que se declaram amigas do meio ambiente, na prática, tentem burlar os preceitos de sustentabilidade, ainda que se trate de compromissos éticos, sociais e legais, que se tornaram obrigatórios, a partir do advento da Lei nº 13.303/2016, que passou a exigir a publicação de relatórios de sustentabilidade pelas empresas.

De acordo com o Sebrae (2023), vários métodos e relatórios de ESG sobre sustentabilidade estão disponíveis para as empresas, e uma crítica em torno desses métodos reside no princípio da autodeclaração: as empresas podem escolher os indicadores ESG que serão divulgados, podendo gerar inconsistência e falta de objetividade.

Embora do ponto de vista ético seja uma prática não recomendada, o chamado greenwashing, no português, lavagem verde, continua sendo utilizado por algumas empresas hoteleiras que, a despeito de se declararem ecofriendly, disseminando inclusive propaganda enganosa sobre práticas sustentáveis, embora não atendendo a critérios minimamente toleráveis, estão na verdade querendo passar uma imagem de empresa ética, responsável com o meio ambiente, com o intuito de impulsionar sua lucratividade.

Em relação às questões sociais, há a preocupação em como os colaboradores estão sendo tratados e quem são eles: uma empresa não pode-se dizer inclusiva, respeitosa com seus funcionários e contrária a quaisquer formas de discriminação, se no seu quadro de colaboradores não há pluralidade de pessoas, condições de trabalho eficientes e igualdade de gênero. Segundo dados da Pnad Contínua, ao final do 4º trimestre de 2020, cerca de 7,4 milhões de trabalhadores negros deixaram de procurar trabalho por não acreditarem na possibilidade de contratação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,5% das mulheres, com 15 anos ou mais, integram a força de trabalho no país em 2019. Entre os homens, o percentual foi 73,7%. A força de trabalho corresponde a todas as pessoas que estão empregadas ou procurando emprego. Já em relação aos salários, o IBGE aponta que as brasileiras empregadas ganham 20,5% menos que os homens, em média.

Em um mundo plural, e com uma população mais atenta e preocupada com o combate às discriminações, é mister que os empreendimentos hoteleiros abram suas portas de forma a agregar todos os públicos, além de se preocuparem com a percepção dos consumidores

sobre a representatividade da diversidade, presente no quadro de colaboradores dessas empresas.

Segundo a consultoria e casa de pesquisa Accenture, as empresas ESG podem apresentar um lucro de até 20% mais em relação às que ainda não adotaram essa ferramenta. Além disso, a gestão sustentável desperta mais atenção de investidores: “de acordo com o relatório Global Sustainable Investment Alliance, há no mundo cerca de US\$ 30 trilhões sob gestão de fundos de investimento que definiram a sustentabilidade como um fator para aplicar o seu capital” (Sebrae, 2023). É uma forma de se manter atualizado com as questões sociais e estabelecer alianças seguras e duradouras interna (colaboradores) e externamente (investidores e consumidores).

Há muitas ressalvas sobre empresas que se intitulam ESG. Essa realidade quando aplicada a empreendimentos hoteleiros se torna ainda mais evidente por apresentar resultados ainda incipientes, visto que a adoção da ESG demanda um processo longo de reinventar as antigas formas de administrar um negócio. Mas apesar disso, é louvável que as empresas estejam mais atentas às novas formas de gestão, que não apenas agregam valor para a organização, como também para a sociedade. Destarte, a gestão baseada nos critérios ESG permite enxergar, em longo prazo, mudanças contínuas e positivas que remetem ao sucesso organizacional.

ESG APLICADA A EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS

Quando o assunto é a utilização da ferramenta ESG, as ações adotadas por empreendimentos hoteleiros que atuam no Brasil ainda são

incipientes. Do outro lado do mundo, a sintonia entre empresas e ESG são mais nítidas, a discussão já vem ocorrendo há mais tempo. Apesar de o termo ter surgido em 2004, o Brasil iniciou esse “protocolo” há pouco tempo e a prática de utilização desta ferramenta não fazia parte da rotina da população e dos empresários brasileiros, sobretudo os do setor hoteleiro.

De acordo com Otto (2018), hotéis que combinam satisfação pessoal com um impacto social e ambiental positivo, elevam a percepção positiva sobre a experiência do hóspede. Ações consideradas ecologicamente corretas praticadas pelos ‘hotéis verdes’ vêm ganhando cada vez mais adeptos. Não à toa, dados disponibilizados pela TripAdvisor mostram que 25% dos estadunidenses estão dispostos a escolher hotéis ‘eco-friendly’ [ainda que isso represente preços mais altos].

No Brasil, 75% dos brasileiros consideram a sustentabilidade como o critério mais importante na escolha do destino de férias ou de um hotel, segundo dados divulgados pela pesquisa Sustainable Travel Report de 2019, do Booking.com (Jornal, 2021).

Mas, como fundamentar a decisão para implementação da ferramenta ESG no setor hoteleiro? Além da pressão social, o futuro das companhias sempre caminha para o mesmo objetivo: a maximização dos resultados. Cada empresa tem seus princípios, baseados em sua cultura organizacional, influenciando o processo de tomada de decisão que, por sua vez, impactam sobre seus resultados. Nesse cenário, a questão ambiental, a social e a governança, estão pressionando as grandes corporações a tomarem iniciativas para adoção de boas práticas de gestão

para a sustentabilidade e os empreendimentos hoteleiros têm sido estimulados a implementarem suas ações com base nos preceitos de sustentabilidade.

Para Otto (2018), os hotéis têm buscado investir nessas ações por diversos motivos, dentre os quais podem ser elencados: garantir sua fatia nesse “nicho” crescente de mercado; economizar em custos operacionais; fortalecer sua marca no mercado; conscientização dos gestores sobre a necessidade de preservação do planeta.

Na prática, a questão dos empreendimentos se tornarem mais “ecológicos”, ocorre devido à necessidade de adaptação ao mercado para que não percam o espaço conquistado (Sebrae, 2022).

Dessa forma, algumas ações podem ser implementadas nas diversas áreas para alcançar impactos positivos e gradativos nos três pilares da sustentabilidade. Essas ações foram sugeridas pela Organização das Nações Unidas, são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que servem como elementos norteadores para o planejamento estratégico com vistas à preservação ambiental.

Para Rodrigues (2021), é indubitável a forte relação entre ESG e os ODS, visto que ao adotar melhores práticas de ESG, um fundo ou uma empresa, têm maior inclinação para também contribuir com os ODS. Assim, não há como sustentar que um fundo ou uma empresa contribuam para atingir os ODS sem que tenham boas práticas e métricas ESG.

Destarte, os 17 ODS (Figura 1) foram estabelecidos com o intuito de orientar a população, bem como, os gestores públicos e privados sobre a necessidade da preservação ambiental, tendo tais objetivos sido

estabelecidos em 2015 na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2015.

Os ODS com foco na preservação ambiental estão configurados a partir do 12º da lista e englobam o consumo e produção responsáveis, envolvendo: ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação. Assim, as empresas que buscam implementar mudanças internas em relação às práticas ambientalmente corretas, podem utilizar como base o modelo da Agenda 2030.

É mister perceber que a adoção de práticas internas de ESG colabora diretamente para o cumprimento dos ODS estipulados pela ONU, compromissos mundiais em favor do desenvolvimento sustentável. Mais importante ainda é compreender que ESG e os ODS não são sinônimos: enquanto a ferramenta ESG se refere às condutas ambientais, sociais e de governança de um fundo, de uma empresa, os Objetivos do



Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), extrapolam as práticas internas de cada fundo ou empresa, estabelecendo os compromissos mundiais em favor do desenvolvimento sustentável (Rodrigues, 2021).

Em uma visão holística, a ferramenta ESG e os ODS estão intrinsicamente conectados com o intuito de promover o direcionamento das corporações para que contribuam para a sustentabilidade do planeta.

No Brasil, há diversas certificações que podem ser emitidas para empresas que adotam boas práticas de sustentabilidade: ISO 14001, SA8000, GRI Standards, B Corp Certification, LEED, Eureciclo, SGS (2030 today), dentre outras que permitem realizar levantamentos diagnósticos sobre as ações tomadas por cada empresa em busca de melhorias em seus processos, além de certidões em áreas diferentes que podem ser obtidas.

De acordo com o Sebrae (2023), o método mais conhecido e utilizado para relatórios de sustentabilidade é o GRI Standards, da Global Reporting Initiative, no entanto, o conjunto de indicadores ESG WEF-IBC, publicados no relatório Measuring Stakeholder Capitalism traz 21 métricas básicas e 34 métricas expandidas, baseadas em quatro pilares: Princípios de Governança, Pessoas, Planeta e Prosperidade. Já o modelo de prestação de contas da SASB (Sustainability Accounting Standards Board) estabelece padrões específicos para diferentes setores, buscando identificar questões ambientais, sociais e de governança que porventura representem impactos materiais no desempenho financeiro de uma empresa. Além desses relatórios, o Instituto Ethos, em parceria com o

Sebrae, construiu uma metodologia de indicadores de sustentabilidade, permitindo que sua empresa/organização possa selecioná-los de acordo com seu interesse e com a reflexão a respeito dos temas que pretende desenvolver.

De acordo com Ramos (2018), as grandes redes hoteleiras como Accor, Hilton, IHG, Marriott, dentre outras, já entenderam a mensagem do mercado no que tange às práticas sustentáveis. Na Paraíba, um bom exemplo de práticas sustentáveis na hotelaria é o “Verdegreen Hotel”, localizado na orla marítima da capital João Pessoa, que desde a sua concepção, é referência quando o assunto é hotelaria sustentável. Seu projeto arquitetônico já “nasceu verde”.

O Verdegreen Hotel disponibiliza em seu sítio na internet informações sobre as suas ações voltadas à sustentabilidade. Dentre as ações ambientais sustentáveis, o programa ‘Atitude Verde’ evidencia as boas práticas de gestão já implementadas: revestimentos com utilização de cerâmicas naturais; utilização de madeira de reflorestamento; valorização do artesanato local; máximo aproveitamento da iluminação natural em toda área social; iluminação com lâmpadas de LED (baixo consumo); utilização de sensores de presença; equipamentos de ar condicionado menos poluente e de baixo consumo; utilização de aquecedores de água através de energia solar; elevadores inteligentes instalados; smart tv; descargas de duplo acionamento; jardins no entorno e na cobertura; horta orgânica; redutores de evasão nas torneiras.

Em relação aos aspectos de responsabilidade social e de governança, o Verdegreen Hotel se destaca por suas equipes

comprometidas – treinadas e capacitadas – com a causa ambiental; trabalho educativo com os hóspedes, voltado à conscientização e sensibilização para a sustentabilidade; a maioria dos fornecedores está localizada a menos de 100 Km de distância do hotel que também disponibiliza de bicicletas para utilização pelos hóspedes com o intuito de reduzir a poluição provocada pelos veículos automotores; apoio a iniciativas do WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e de entidades voltadas à sustentabilidade socioambiental; utilização de produtos de limpeza biodegradáveis; reutilização de água da chuva em descargas, rega de jardins e lavagens diversas; gestão seletiva de lixo em todo o hotel, inclusive nos quartos.

Além disso, o Verdegreen Hotel é certificado ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), único com certificação na Paraíba. No ano de 2012, recebeu do Guia 4 Rodas o título de Hotel Sustentável do ano. Em 2013, a TripAdvisor incluiu o Verdegreen Hotel na lista dos 25 melhores hotéis do Brasil e, em 2015, o Selo Ecolíderes – nível ouro, concedido a hotéis e pousadas comprometidos com práticas sustentáveis.

Indubitavelmente, a ferramenta ESG, combinada com os ODS, se configura como instrumento norteador para as práticas de sustentabilidade na hotelaria. Ser um hotel sustentável vai muito além da mera preocupação ambiental: envolve a mudança de mindset de gestores, colaboradores e investidores, dispostos a implementar ações que garantam a sustentabilidade ambiental e social, alicerçadas pela boa governança corporativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de práticas ESG combinadas com os ODS, sobretudo por empreendimentos hoteleiros, representa um passo importante para que as empresas assumam o compromisso de promover a responsabilidade ambiental, as iniciativas sociais e a governança corporativa sustentável.

Com a emergência das crises ambientais e sanitárias vivenciadas nos últimos anos e, considerando ainda o interesse crescente de investidores em empresas que utilizam a ferramenta ESG, o conceito rapidamente ganhou força no cenário empresarial de forma global (Pavlova; Boyrie, 2021), no entanto, sua aplicação precisa ser coordenada com as ações estratégicas da empresa para que os resultados esperados sejam efetivamente alcançados.

Cada vez mais, o mercado, sobretudo o setor hoteleiro, vem exigindo que as empresas implementem práticas de ESG e concentrem suas ações nessas áreas. No entanto a implementação da ESG não implica no reconhecimento de que a empresa está empenhada em alcançar os ODS.

Cabe ressaltar que o público atual é bem informado e é quem escolhe e determina suas relações de consumo e foi a partir dessa percepção que o Verdegreen Hotel colocou em prática ações voltadas à sustentabilidade que têm sido reconhecidas pelos seus stakeholders (ínternos e externos). As empresas que não perceberem essa tendência se arriscam a perder vantagens competitivas, tão necessárias no mundo corporativo.

Na prática, a utilização de indicadores ESG não obedece a critérios rígidos, variando de acordo com o ramo de atividade e a área de atuação da empresa, entretanto já existem empresas de consultorias especializadas para dar o suporte necessário à implementação e monitoramento, inclusive de resultados alcançados pela empresa, embora os pilares da ESG estejam alicerçados em critérios relacionados às ações ambientais, sociais e de governança. Além disso, a utilização da ferramenta ESG que vise à gestão hoteleira sustentável requer o seu alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

ACCARINI, Andre. **Racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho.** [S. l.], 20 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e>. Acesso em: 16 nov 2022.

BLOOMBERG Intelligence. **ESG assets may hit \$53 trillion by 2025, a third of global AUM.** Disponível em: <https://www.bloomberg.com/professional/blog/esg-assets-may-hit-53-trillion-by-2025-a-third-of-global-aum/> Acesso em: 3 jan 2024.

CADERNOS DE ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS DO TCESP. 8. ed. 2022. ISSN 2595-2412

CRITÉRIOS ESG E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE.Ebook.

CROCE, Hiram Della. **O impacto da adoção das práticas ESG na hotelaria.**

Disponível em: <https://www.revistahotelnews.com.br/o-impacto-da-adoacao-das-praticas-esg-na-hotelaria/> Acesso em: 29 set. 2023.

ENTENDA o que é **ESG**, sua importância, exemplos e como funcionam os investimentos! FIABUSINESS SCHOOL. Disponível em:

<https://fia.com.br/blog/esg/#:~:text=ESG%20é%20a%20sigla%20para,utilizado%20como%20parâmetro%20de%20sustentabilidade>. Acesso em: 20 maio 2023.

EQUIPE ECYCLE. **Greenwashing:** entenda o que é e evite. eCycle. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/greenwashing/>. Acesso em: 18 maio 2023.

FABER, Renata. **Empresa de impacto ESG:** a estratégia que virou obrigatória entre os grandes CEOs (e-book). Disponível em: <https://lp.exame.com/wp-content/uploads/2022/09/Ebook-ESG-Exame.pdf> Acesso em: 28 ago. 2023.

FLASH. **Saiba o que é ESG e porque é tão importante para empresas.** Blog da Flash | Tudosobre RH e Negócios. 27 de abril de 2022. Disponível em:

https://blog.flashapp.com.br/o-que-e-esg?utm_term=&utm_campaign=Google_Search_Mid_LeadLP_BEN_DSA_e-Books_Aberta_Nacional&utm_source=Google&utm_medium=paid&hsa_acc=7143691633&hsa_cam=19857465289&hsa_gpr=145045160377&hsa_ad=651878647348&hsa_src=g&hsa_tgt=dsa-1989961068163&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=CjwKCAjw04yjBhApEiwAJcvNocE4nbX9OkCoNdglzOzuBZV4BokpHlCanPC8PuXxcUI8ifxmqltZ5h0CNYcQAvD_BwE. Acesso em: 16 maio 2023.

JORNAL do Turismo. Hotelaria Sustentável: conheça mais sobre essa realidade no turismo brasileiro. (2021) Disponível em:



<https://www.jornaldeturismo.tur.br/hotelaria/85606-hotelaria-sustentavel-conheca-mais-sobre-essa-realidade-no-turismo-brasileiro> Acesso em 3 jan 2024.

LEONARD, Annie. **Story of Stuff**. The Story of Stuff Project. Publicado em 2007, atualizado em 22 de abril de 2009. Disponível em: <https://youtu.be/9GorqroiqmM>. Acesso em: 15 maio 2023.

MARTINS, H. C. **Competition and ESG practices in emerging markets: Evidence from a difference-in-differences model**. In: Finance Research Letters. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1544612321003731> Acesso em: 27 ago. 2021.

MAZON, Cassiano; ISSA, Rafael Hamze. Adoção e implementação das práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelas empresas estatais. **In:** Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Cadernos-EPCP-8.pdf>. Acesso em 3 jan. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que são os ODS?** Estratégia ODS, 2015. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>. Acesso em: 12 maio 2023.

OTTO, Gabriela. Como tornar seu hotel (realmente) sustentável. Disponível em: <https://blog.panrotas.com.br/check-in/2018/04/01/como-tornar-seu-hotel-realmente-sustentavel/#.Wsjmx4jwbIV>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PAVLOVA, I; BOYRIE, M. E. ESG, ETFs and the COVID-19 stock market crash of 2020: Did clean funds fare better? In: Finance Research Letters. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S154461232100132X> Acesso em: 27 ago. 2021.

RAMOS, Leonardo. Conheça o modelo sustentável do hotel Verdegreen, na Paraíba. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/hotelaria/investimentos/2018/11/conheca-o-modelo-sustentavel-do-hotel-verdegreen-na-paraiba_160032.html. Acesso em: 3 jan. 2024.

RODRIGUES, A.; MALO, M. **Estruturas de Governança e Empreendedorismo Coletivo: o Caso dos Doutores da Alegria**. v. 10, n. 3, p. 29–50, 2006.

RODRIGUES, Haroldo. **ESG e ODS não são sinônimos, são caminhos conectados**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-collab/2021/04/haroldo-rodrigues-esg-e-ods-nao-sao-sinonimos-sao-caminhos-conectados/> Acesso em, 30 set. 2023.



RODRIGUES, Léo. **Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado detrabalho.** Agência Brasil. Publicado em 4 de março de 2021. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RANDONCORP. **O que são indicadores ESG e quais os impactos para as empresas.** Disponível em: <https://blog.randon.com.br/indicadores-esg/> Acesso em: 28 set. 2023.

ROSA, Ana Laura. **O que os ODS têm a ver com o ESG?** Disponível em: <https://biominas.org.br/blog/o-que-os-ods-tem-a-ver-com-o-esg/> Acesso em: 29 set. 2023.

SEBRAE. **Indicadores utilizados para medir ESG.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/indicadores-utilizados-para-medir-esg,f5fb236500eb7810VgnVCM1000001b00320aRCRD> Acesso em: 25 set. 2023.

02

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE
TURISMO NO SERIDÓ
GEOPARQUE MUNDIAL DA
UNESCO/RN

Francisco Henrique Bezerril de Lima

Maria Valéria Pereira de Araújo

Esdras Matheus Matias

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE TURISMO NO SERIDÓ GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO/RN

LIMA, Francisco Henrique Bezerril de
ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de
MATIAS, Esdras Matheus

A aplicação dos princípios da sustentabilidade e a adaptação dos conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável têm se revelado uma tarefa complexa em várias áreas, com o objetivo de incorporar medidas e projetos que promovam igualdade social, preservação ambiental significativa e estabilidade econômica (Buarque, 2004; Irving et al., 2005).

O desafio do desenvolvimento sustentável torna-se oportuno, uma vez que, os anseios da sociedade devem ser atendidos, ou seja, deve haver uma sensibilização para que todas as dimensões da sustentabilidade sejam alcançadas. O alcance para o desenvolvimento sustentável deve ser holístico porque requer uma observação do comportamento da totalidade que envolve interações complexas entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais, além de ser algo improvável de ocorrer em curto prazo, tampouco isoladamente, particularizada (Buarque, 2004; Veiga, 2010; Fernandes, 2013).

Desse modo, o turismo sustentável tem o papel fundamental nessa adequação, mesmo que paradoxal e por muitas vezes contraditória. Sendo assim, um termo amplamente aceito, tendo a sua aplicação universal se tornado um significado para muitas utilidades e interesses (Butler, 1999).



Os recursos naturais estão em consonância na aplicação de uma atividade turística sustentável por parte dos agentes da cadeia produtiva do turismo. Na atualidade, fala-se hoje, em governança dos recursos naturais e dos territórios, ao invés de gerenciamento ou governo (Roysen, 2018). Desse modo, as perspectivas no tocante ao turismo no sentido de ser sustentável, evidencia-se para que modelos de gestão sejam amparados pela sociedade para que o meio ambiente seja protegido.

Nesse sentido, a região Seridó do Estado do Rio Grande do Norte (RN) abrange vários municípios, no total de 28 cidades, o que compõe também o clima do semiárido em conjunto com a caatinga - bioma genuinamente brasileiro, no que contempla uma paisagem diversificada com uma fauna e flora específica fortalecida por recursos abióticos, ou seja, a geodiversidade sendo a base da biodiversidade.

Isto posto, no Estado do Rio Grande do Norte (RN), nesta região, está localizado, o Seridó Geoparque Mundial da UNESCO (abreviado no estudo como Geoparque Seridó), território que abrange riqueza em geodiversidade, tem como premissa o desenvolvimento territorial sustentável. O território do Geoparque Seridó possui seis municípios integrantes: Cerro Corá, Lagoa Nova, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas e Parelhas. Com um patrimônio geológico extremamente rico, a região que compõe o Geoparque, é conhecida também por fazer parte de um Polo Turístico do RN, o Polo Seridó.

Nesse sentido, evidencia-se que a gestão em geoparques, bem como a do Geoparque Seridó são baseados nos pilares da Educação, Conservação e Turismo, ou seja é um modelo gestão territorial sustentável,



onde envolve a educação ambiental por meio de programas educativos em escolas, ações de comunicação, estratégias de conservação do geopatrimônio, sensibilização ambiental, placas educativas, dentre outros, e turisticamente na atuação de diversas agências de turismo, artesões, guias de turismo e condutores locais que contribuem para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável. Dessa forma, compreende-se em práticas de sustentabilidade voltadas à comunidade, bem como práticas em que os autóctones vinculam ao turismo no contexto do artesanato, sob o ponto de utilizar a geodiversidade do lugar como recurso didático da educação ambiental coerente ao turismo.

Conforme Henriques e Brilha (2017) os geoparques mundiais representam um direcionamento para o alcance os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, uma vez que a geodiversidade, e o geoturismo (segmento turístico que tem como atrativo a geologia da região) viabilizam nas pessoas o entendimento sobre as diversas atividades sustentáveis realizadas em geoparques. Portanto, os geoparques têm totais condições estratégicas de contribuir para o alcance da sustentabilidade global através de um sistema integrativo que envolva a sociedade para o exercício de compreender o contexto da natureza local (Brilha, et al., 2018).

Sob esse cenário, a partir do processo de gestão de um geoparque, comumente aplicado no Geoparque Seridó, que se apoia na governança territorial com diversas ações, tendo a geodiversidade como valor em diversas frentes, neste estudo, valorizada pelas práticas sustentáveis de educação ambiental, o presente trabalho teve como objetivo compreender



as práticas sustentáveis do Geoparque Seridó que estão associadas ao desenvolvimento de atividades turística do território.

Justifica-se a escolha do Geoparque Seridó como objeto de estudo pelo seu destaque territorial, por estar presente numa região importante para o Estado do RN, que apresenta uma riqueza de recursos naturais e turísticos, bem como pelo geoparque ser chancelado como um território de relevância geológica internacional no ano de 2022. Desse modo, devido a toda exuberância geodiversa, que contempla também a biodiversidade, e o turismo como principal atividade da região, este estudo tem como pergunta problema: como se evidencia a dinâmica do turismo sustentável no Geoparque Seridó?

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma, após esta sessão introdutória, os tópicos seguem com a discussão teórica, iniciada com o discurso do turismo sustentável, bem como a sua relação com a educação ambiental, a metodologia aplicada no estudo, apresentação do Geoparque Seridó como caso pesquisado, os resultados da pesquisa, e por fim as considerações finais.

TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo, em sua concepção, trouxe consigo diversas formas de práticas, sendo o turismo massificado o mais difundido em todo o mundo. Esse tipo de turismo teve um período de grande crescimento entre as décadas de 1950 e 1980, caracterizado pelo deslocamento de muitas pessoas para o mesmo destino durante determinada época do ano. No turismo de massa, frequentemente são ignorados os impactos negativos



ecológicos e sociais, resultando em um crescimento desordenado que descaracteriza os ambientes naturais e urbanos. Essa falta de planejamento adequado das cidades acaba levando à degradação do meio ambiente (Ruschmann, 2016).

A partir das décadas de 1960 e 1970 as discussões ambientais ganham espaço tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, devido a notórios desastres ambientais, encontros mundiais e publicações exaltando a relação delicada entre ambiente e sociedade. De acordo com Panzeri (2012) os estudos sobre turismo e sustentabilidade iniciaram nos anos 1960, mas só a partir da década seguinte ficou evidente a preocupação com a massificação turística. A partir da metade dos anos 1980 o turismo voltou-se para a natureza, valorizando a relação homem e meio ambiente. Dessa forma, novos segmentos turísticos surgiram, como o turismo ecológico, turismo de avistamento, turismo de aventura, dentre outros, que requerem a preservação da natureza como requisito fundamental. Paralelamente, segmentos mais inovadores socialmente começaram a se destacar com o objetivo de reduzir os impactos negativos da atividade turística, como é o caso do turismo alternativo, ecoturismo e turismo rural. A partir dessa prática sustentável de ser fazer turismo, já se começa a falar de uma nova tendência da sustentabilidade em turismo, com o intuito de ser mais efetiva, o turismo responsável (Souza e Trevelin, 2023).

O turismo sustentável se define como a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro. Körössy



(2008, p.63) que destaca turismo sustentável como “atividade que atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Enquanto para Panzeri (2012) “Sustentável é o tipo de turismo de baixo impacto, devendo gerar o menor desgaste possível ao meio ambiente e às comunidades, respeitando suas leis, cultura e principalmente seu equilíbrio e tranquilidade”. (PANZERI, 2012, p.55).

Ambas as definições abordam as dimensões ambiental, social e econômica que deve ser concebido como um condutor de gestão de todos os recursos existentes, considerando-se indissociáveis para se atingir a sustentabilidade de atividade turística. Apesar desse entendimento sobre o turismo sustentável por parte de vários autores, há estudiosos que apontam paradoxos e discordam desse modelo e questionam a possibilidade de coexistência entre os modelos mercadológicos que compõem o turismo e o desenvolvimento sustentável como um todo.

De acordo com Tasso, Nascimento e Costa (2019), para alcançar um turismo sustentável, é necessário estabelecer um sistema produtivo local que promova o desenvolvimento endógeno. Os autores argumentam que, embora o turismo seja uma atividade que pode impulsionar a inclusão socioeconômica, o paradoxo reside no fato de que muitas vezes exclui as comunidades locais, concentrando os benefícios apenas em grandes atores econômicos. Por outro lado, Gandara, Brea e Gonzalez (2007) afirmam que o turismo sustentável não deve ser visto como uma situação ideal a ser alcançada, mas sim como uma filosofia de desenvolvimento que estabelece metas de longo prazo.



Devido ao turismo ser apontado como uma importante atividade geradora de desenvolvimento, o ano de 2017 foi apontado como o Ano Internacional do Turismo sustentável, o qual trabalhou com cinco linhas (Mafessoni, 2018): crescimento econômico inclusivo e sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; eficiência dos recursos, proteção do ambiente e alterações climáticas; valores culturais, diversidade e patrimônio; e compreensão mútua, paz e segurança.

À vista disso, Lopes, Moreno Pires e Costa (2020), assumem que o turismo se coloca numa posição forte no desenvolvimento dos territórios mundiais. Mesmo com esse forte apelo desenvolvedor, é necessário também frisar que os impactos negativos do turismo também são grandes, que vão desde a emissão de gases poluentes por meio dos transportes até ao processo de gentrificação. O que reforça a necessidade de planejamento para um desenvolvimento futuro (Lopes, Moreno Pires e Costa 2020). Todos os impactos, tanto negativos quanto positivos perpassam pelas esferas econômica, sociocultural e ambiental, assim, estabelece Ruschmann (2016).

Entre os impactos econômicos Santos (2018) elenca as contribuições da atividade turística como o ingresso de moedas estrangeiras no país, a geração de emprego e renda e estímulo à realização de investimento em infraestrutura. Nessa linha da sustentabilidade turística, o planejamento é essencial para diminuir os prejuízos do meio ambiente e das populações visitadas.

Com relação aos impactos socioambientais do turismo é importante frisar que a tendência é envolver toda a comunidade em uma



interação de conforto para todos, o que esclarecem Ferro et al., (2020) que a partir das percepções positivas da comunidade demonstram que os indicadores de obrigações sociais e culturais do desenvolvimento do turismo estão sendo alcançados, de acordo com Santos (2018), o turismo tem aspectos sociais positivos que contribuem para a criação de programas de preservação de áreas naturais, investimentos em medidas de conservação, valorização do contato com a natureza e uma utilização mais consciente dos espaços naturais.

Assim, para alcançar uma melhor distribuição dos impactos positivos e o equilíbrio necessário para lidar com os impactos negativos, é fundamental abordar a importância do Desenvolvimento Sustentável do Turismo. O turismo e a sustentabilidade são intrinsecamente ligados em suas ações. Esse vínculo é particularmente significativo quando se trata da prática do turismo sustentável em áreas de grande valor territorial relacionadas ao geoturismo, turismo de aventura e turismo rural. Nesses contextos, a proximidade entre turismo e sustentabilidade se torna convergente e essencial para o planejamento adequado da atividade turística.

Nesse viés, Santos (2018, p. 45) esclarece que o “desenvolvimento sustentável do turismo se apresenta como uma alternativa para prevenir danos irreversíveis ao meio ambiente, minimizar danos sociais aos moradores e proporcionar benefícios econômicos a longo prazo”. O planejamento turístico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma atividade equilibrada. Ações baseadas na sustentabilidade trazem benefícios para as comunidades receptoras,



empresários e turistas, assim como para os destinos em si, ao promover a preservação dos patrimônios naturais, históricos e culturais (Ruschmann, 2016).

Portanto, em territórios de geoparques, onde o desenvolvimento é direcionado a partir de uma estratégia de baixo para cima, os benefícios da execução do turismo sustentável realizado pela gestão territorial justa, têm totais condições de ser positiva, uma vez que o patrimônio cultural e geológico está em primeiro plano.

TURISMO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O amparo que turismo tem na Educação Ambiental, pode ser entendido como um diálogo, como afirmam Grimm, Loose e Sampaio (2013) que para uma atividade turística venha a ser sustentável é importante que outras racionalidades venham a dialogar na direção de um paradigma para o desenvolvimento da escala humana, no qual as comunidades têm um papel essencial na tomada de decisões. Desse modo, as decisões no tocante aos aspectos ambientais que envolvam o turismo em conjunto com a sociedade acarreta benefícios para o processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o turismo se constitui como uma porta de entrada para as ações sustentáveis de determinadas localidades, sendo uma relação mútua que fornece o aprendizado ambiental, seja na sua maneira formal ou informal, visto que meio ambiente é a base do turismo (Escouto, 2013).

Com isso o papel da sociedade em virtude de uma prática turística saudável deve-se se pautar no respeito ao meio ambiente, em



segmentações turísticas que tenham em seu planejamento uma prática sustentável, sendo, portanto, a base desses segmentos, o turismo sustentável.

Assim, tratando dos segmentos turísticos, de acordo com Damas (2020) o ecoturismo preconiza questões de equilíbrio ambiental voltadas a importância da preservação e sensibilização que envolva a educação ambiental em turistas e visitantes de áreas naturais. Nesse sentido, tem-se no entendimento da Educação Ambiental, que ela não se fundamenta de uma única forma, uma vez que, pode ser preparada por diversas áreas do conhecimento, e que possui vertentes distintas de fundamentação com concepções essenciais do sujeito ecológico (Freire; Almeida, 2018).

Indo ao encontro da discussão deste estudo, Freitas (2019), identificou que no território do Geoparque Seridó, as segmentações turísticas amparadas pelo turismo sustentável baseados na natureza encontram-se o ecoturismo, turismo de aventura e o turismo rural. Ainda de acordo com a autora, soma-se a essas, o geoturismo, prática turística com enorme potencial para ser validada como segmento do turismo.

Na relação com a sociedade o geoturismo tem um papel fundamental, pois na sua relação com o público, destaca-se dois grupos: o educacional e o recreativo (Hose, 2008). O primeiro relaciona com as instituições de ensino, e o segundo com os indivíduos que buscam contemplação e interpretação dos recursos abióticos (Silva et al., 2021). Portanto, a compressão do geoturismo está inteiramente ligada com o meio ambiente e a sociedade, sendo instrumento para o que se denomina



de geoconservação dos territórios de geoparques, por meio de diversas ações que integrem a comunidade local e turistas.

O encontro das práticas sustentáveis relacionado ao turismo conduz para o objetivo de sensibilização da mudança do comportamento do turista. Nesse encontro, a inter-relação entre a experiência turística e as práticas sustentáveis viabilizam e fortalecem o poder local, garantem a manutenção do meio ambiente, através da dimensão ambiental da sustentabilidade por meio de ações de conscientização, por exemplo, projetos de programas educativos, bem como a produção artesanal sustentável que interagem com o turismo.

METODOLOGIA

Quanto ao propósito, a pesquisa se constitui como exploratória. Quanto à abordagem este estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa acerca de um estudo de caso. Seu objetivo é estudar e interpretar os fenômenos sociais no ambiente onde estão inseridos (Jupp, 2006).

Primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito dos temas da pesquisa em livros, dissertações, teses e artigos científicos, de modo a embasar a definição dos aportes teóricos e conceituais (Dencker, 1998). Assim sendo, foram realizadas pesquisas no Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos CAPES sobre estudos envolvendo o tema do turismo sustentável e geoparques.



Por conseguinte, buscou-se identificar os principais atores sociais envolvidos com a dinâmica do turismo do território do Geoparque Seridó, sendo dois artesões e quatro turistas que experienciaram o geoparque através de roteiros turísticos de uma empresa que atua no território.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, tendo como instrumento um roteiro semiestruturado, pois conforme Vergara (2009) elucida entrevista semiestruturada como uma conversa, um diálogo para acontecer uma troca de significados. As entrevistas aconteceram nos meses abril e maio de 2022, de forma online, através da plataforma Google Meet. Os artesãos autorizaram a divulgação dos seus nomes no estudo, porém optou-se em identificá-los como A1 e A2 e os turistas estão identificados por Turista 1, Turista 2 e assim, sucessivamente.

A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, que consiste no processo de classificação das comunicações que se apropria de um leque de apetrechos; ou, interpretação da autenticidade dos materiais (Bardin, 2016). Dessa forma as entrevistas foram transcritas, posteriormente codificadas com o auxílio do software Iramuteq para elaboração de nuvens de palavras. Em seguida foi realizado o processo de levantamento das unidades de registro, identificando as percepções dos entrevistados acerca da sustentabilidade das atividades associadas à atividade turística.

CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O Geoparque Seridó faz parte do Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO e da Rede de Geoparques Mundiais. Está situado no centro-sul do Estado do Rio Grande do Norte e envolve várias cidades da região do Seridó. O Geoparque Seridó foi reconhecido em 13 de abril de 2022 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um território de relevância geológica internacional. Sendo assim, afirmando que o território potiguar possui um patrimônio geológico de importância global, o qual contribui para o desenvolvimento territorial por meio de práticas ligadas a conservação da natureza, melhorias na educação e realização de práticas turísticas sustentáveis.

O processo de desenvolvimento para o Geoparque Seridó ser chancelado pela UNESCO foi muito longo, mais de 10 anos de trabalho, pesquisas, estudos, inventários sobre os recursos naturais e atrativos, visitas de integrantes da UNESCO para avaliações, sendo iniciadas em 19 de abril de 2010 no contexto do Programa "Geoparques do Brasil", estabelecido em 2006 pelo Serviço Geológico do Brasil-CPRM em parceria com a UFRN” (Freitas, 2019, p.42), no território que passou de aspirante a geoparque para geoparque, foram superados muitos desafios, que culminaram no que está sendo atualmente, um território de gestão holística territorial que preza pelo desenvolvimento de baixo para cima, oportunizando para as comunidades, capacidades geradoras de impacto social positivo.

Figura 1: mapa de localização dos municípios do Geoparque Seridó



Fonte: Costa (2022)



A dinâmica geológica presente no território emerge as atividades executadas que vão desde a produção de geoprodutos às práticas de educação ambiental realizadas em escolas, bem como as a de realização do turismo, ações que tem como intenção à conservação do geopatrimônio. Os geoprodutos, os projetos escolares, e o turismo possuem referência na sustentabilidade do geoparque, na qualidade e identidade regional. Essa abordagem estimula o interesse dos moradores, dos turistas a utilizarem dessa estratégia para divulgar as ideias, representações culturais, os recursos naturais e as características da região como um todo.

Desse modo, a geodiversidade amplamente difundida por um geoparque, é o caminho para o desenvolvimento de estratégias, ações e práticas sustentáveis, bem como estudos científicos são pontes necessárias para a manutenção desse tipo de território. É um modelo de gestão pautado em pilares que envolve a conservação, educação e desenvolvimento econômico sustentável, enviesado principalmente pelo turismo, um importante recurso e porta de entrada para todas as ações que envolve um geoparque.

Para além do valor histórico e cultural, o Geoparque Seridó possui notável importância no turismo e, conseqüentemente, no avanço econômico da região e das comunidades ao seu redor. O turismo, no que lhe concerne, pode transformar os ambientes e possuir iniciativas que fomentam o seu acontecimento a partir da harmonia entre este, a conservação do meio ambiente e a identificação sociocultural em busca da valorização regional (Oliveira et al., 2014).

PRÁTICAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO GEOPARQUE SERIDÓ

As práticas sustentáveis identificadas, além de estarem inter-relacionadas com o turismo, compreendem a educação no aspecto ambiental como categoria abundante em todos os projetos, instrumentos educacionais, aplicações tecnológicas etc. Isso significa que a educação ambiental consiste em ser uma ferramenta para a conservação ambiental, sendo aplicado ao turismo e a conservação do Geoparque Seridó.

Dentro dos pilares Educação, Conservação e Turismo, destaca-se a produção técnica Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil (2022), documento desenvolvido por uma equipe técnica qualificada composta por representantes da UFRN e do Geoparque Seridó, como o Coordenador Científico do Geoparque Seridó, o Professor Marcos Nascimento e a Diretora Executiva, Janaina Medeiros, juntamente com membros do Ministério do Turismo.

A produção traz diversas informações para auxiliar na elaboração de projetos em turismo para geoparques. Sendo lançado em 2022, o manual esclarece uma série de procedimentos, conceitos, modelos de gestão, toda uma sistemática de como elaborar e executar diversas ações no tocante a um geoparque.

No Geoparque Seridó, as atividades sustentáveis, em sua maioria têm desempenhado um papel significativo no setor turístico da região, pois colaboram ativamente com a criação de roteiros turísticos, em parceria com agências de turismo, ampliando assim o envolvimento com o turismo



local, a fim de elucidar como essas ações sustentáveis contribuem para o desenvolvimento da atividade turística sustentável do território, o quadro 1 apresenta as atividades sustentáveis associadas com a atividade turística do geoparque.

Quadro 1: Atividades sustentáveis do Geoparque Seridó

Atividades	Descrição
Geoprodutos/artesanato	Arte em rocha realizada para os turistas através de oficinas em Carnaúba dos Dantas
Gastronomia artesanal	Visita na associação mulheres do Guandu
Macramê	Arte em tecelagem manual para os turistas através de oficinas em Lagoa Nova
Pinturas	Oficinas em ateliê na cidade de Acari
Trilhas	Trilhas em diversos lugares do Geoparque
Contemplação da paisagem/guiamento	Atividade realizada no território para a compreensão do meio para vivenciar e sentir a natureza a partir de guiamento

Fonte: elaboração própria (2022)

As atividades mencionadas no quadro 1 são orientadas pelo viés do desenvolvimento sustentável, muitas dessas práticas são geoprodutos, ou seja, produtos artesanais que são vendidos pelas comunidades durante as atividades turísticas. Alguns desses produtores são condutores locais, estão massivamente envolvidos com o turismo na localidade e colaboraram com os roteiros executados no território.

No tocante aos geoprodutos, foram entrevistados os artesãos A1, do município de Carnaúba dos Dantas e A2, de Acari. Desde 2002, A1 começou a se interessar pela conservação dos painéis rupestres, ele relata que estava caminhando e em um dia chutou uma pedra de quartzito, e então pensou em começar a fazer as réplicas para evitar que as pessoas



levassem as pinturas originais. O artesão A2, em seu discurso mencionou que tem o seu trabalho com a sua arte como um hobby, utiliza também recursos disponíveis na natureza para fazer o seu artesanato e apenas vende o excedente para os turistas que chegam ao seu ateliê.

A participação dos artesãos na atividade turística do Geoparque Seridó através da economia criativa corrobora para o incremento da experiência turística baseada na cultura local. Assim, o turismo cultural enviesado pelo artesanato demonstra, conforme Brandão, Silva e Fischer (2012) as experiências vividas de formas, modos e anseios diferentes pelos seres envolvidos, tanto os turistas, quanto os empreendedores.

Nesse sentido, quando perguntado aos artesãos como configuram os geoprodutos com a atividade turística foi apontado por um dos artesãos: “A minha arte é um complemento, ela esperta a curiosidade, é educativa para o turista, eles gostam muito, as duas vezes que a Vivalá veio aqui todos gostaram muito da versatilidade que eu apresento” (A2,2022).

Enquanto o outro entrevistado relatou que:

Há uma troca com os turistas, é uma experiência de troca, onde eu tento mostrar a sustentabilidade do meu produto, pois acredito que ele é sustentável, mostrar as réplicas das pinturas rupestres é uma forma de incentivar a conservação da geologia do geoparque, e o turista me mostra a sua satisfação em adquirir (A1, 2022).

Essas percepções diante do turista, confirma-se pela ótica de Brandão, Silva e Fischer (2012) que o turismo cultural se sobressai diante de outros segmentos, pois vivenciar a cultura é a motivação do turista. Foi



perguntado aos artesãos, como avaliam a importância das atividades sustentáveis para a educação ambiental no turismo:

Quando estou vendendo o geoproduto, estou contribuindo para a educação patrimonial do Geoparque Seridó, ou seja, vou contribuindo ainda mais para a sustentabilidade do geoparque através do turismo, o turista compra e passa o conhecimento para conscientizar outras pessoas e acaba se interessando também (A1, 2022).

Com muita importância, por que o meu produto valoriza o bioma da caatinga, mostro ao turista uma arte bem diferenciada, o turista tá levando um pedaço da caatinga, eu colete os restos de galhos e mostro que é um produto que não é agressivo (A2, 2022).

Desse modo, percebe-se uma interação legítima de um turismo em busca de harmonia com a natureza, conforme Ruschmann (2016) trata-se da renovação da atividade turística, cujos turistas (clientes) buscam a calma, as aventuras e uma interação profunda das regiões visitadas. Além do mais mostram que os geoparques e suas atividades são uma proposta de educação ambiental com integração de estratégias na conservação dos valores naturais (Freire e Almeida, 2018).

De maneira geral, percebeu-se que os geoprodutos contribuem para o resgate da identidade, além de utilizarem materiais sustentáveis na produção (ecodesign), no que garante a sustentabilidade, e qualidade da produção, bem como a conservação do patrimônio, como também o (geo) patrimônio, o que colabora para o alcance das metas 8.2 e 8.9 do ODS 8; da meta 11.4 do ODS 11; das metas 12.7 e 12b do ODS 12. O quadro 2



traz as informações consolidadas relacionando as contribuições dos geoprodutos com o alinhamento às metas dos ODS.

Quadro 2: Contribuição dos geoprodutos do Geoparque Seridó alinhados às metas dos ODS

Contribuição dos geoprodutos no desenvolvimento sustentável	Metas nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (relatório luz)
Qualidade Sustentável Ecodesign Valorização da Identidade local	8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra. 8.9 - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais. 11.4 - Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do Brasil. 12.7 - Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. 12.b - desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os resultados e discussões da atividade turística sustentável do Geoparque Seridó parte da necessidade de entender tais atividades para o desenvolvimento de destinos turísticos, bem como o Geoparque Seridó ser entendido também uma destinação turística pautada na sustentabilidade, tendo como base a experiência do turista quando visita o



geoparque. Argumenta-se que o desenvolvimento do Geoparque Seridó a partir da experiência turística investigada, contribui para potencializar o turismo sustentável, assim como o turismo criativo por meio dos geoprodutos, o qual contribui para o turista na busca de experiências de integração com o local.

Esta concepção das práticas sustentáveis na contribuição de um turismo sustentável por meio dos roteiros que se realizam se caracteriza por uma inovação, no que dar prerrogativas para o delineamento de estratégias que visem a diferenciação e contribua para que os geoparques sejam compreendidos como potencializadores de nichos de inovação territorial.

A exemplo do Geoparque Seridó, um dos mais recentes, no Brasil, a ter a chancela da UNESCO, vem o desafio em ser um território eficazmente sustentável, devido ao crescente número de turistas que possam vir conhecer toda a exuberância geológica do geoparque. Sendo assim, os artesãos com os seus geoprodutos, a inserção dos projetos educacionais nas escolas, os guias de turismo e os condutores locais tenderão a ter as suas práticas mais fortalecidas no tocante a atividade turística sustentável, mesmo diante desse crescimento do turismo, no que pode inclinar a uma massificação de turistas no território, mas as perspectivas são positivas: Segundo o Coordenador Científico do Geoparque Seridó a “fama” do Geoparque Seridó não atrairá um turismo predatório para o território, “Temos os pés no chão” afirma o coordenador científico do Geoparque Seridó.



As atividades analisadas têm totais condições sustentáveis para que o Geoparque Seridó não seja condicionado a ser um lugar com um turismo desregrado.

É importante salientar que por mais que o desenvolvimento do turismo no Geoparque Seridó seja o mais sustentável possível, é preciso ter em mente que conforme Brandão, Silva e Fischer (2012) não se pode pensar no desenvolvimento turístico como uma “tabua de salvação”, pois existe uma “tempestade” de desajustes sociais construídos por séculos. Entretanto, por mais que os aspectos positivos sejam relevantes para o setor, na mesma medida surgem os impactos negativos, conforme esclarece (Brandão, Silva e Fischer 2012; Ruschmann, 2016).

Mesmo diante dessa dicotomia do turismo, o Geoparque Seridó conduz para uma prática turística humana, junto as suas atividades de base comunitária levantadas e analisadas nesse estudo, de modo empírico o turismo do Geoparque Seridó está sendo amparado com essa humanidade, tendo como exemplo a aplicações de roteiros de Turismo de Base Comunitária, uma vez que o turista busca o novo, ele passou a questionar os moldes convencionais de se praticar turismo, e as comunidades do Geoparque Seridó são o grande exemplo dessa humanização, por que são capazes de transformar a experiência turística em aprendizado positivo, como também na mudança de comportamento do turista.

Segundo Urry (1999) o turismo trata-se de uma das maiores atividades econômicas do mundo, no que se torna responsável por humanizar a prática como ponto de partida para experiências mais leves do turista, no que exige dos gestores em turismo uma postura adequada para que isso aconteça. É essa postura adequada que o Geoparque Seridó



prioriza, fazendo isso com o envolvimento da comunidade, em diversas frentes, principalmente com os pequenos empreendedores que colaboram com o turismo: o artesão, o guia, o educador ambiental, as doceiras, dentre outros.

Krippendorf (2001, p. 134) defende a tese de uma humanização do turismo, que levaria em conta um outro ser turista, para o qual a viagem não seria tanto um repouso físico, mas sim um “repouso do seu ‘universo emocional’”. Ou seja, o turista está exigente, mas é uma exigência de valores de aprendizado: saúde, meio ambiente, natureza, saber e educação (Krippendorf, 2001). Valores esses passados no território do Geoparque Seridó, por meio de suas atividades sustentáveis, principalmente no que tange ao meio ambiente, natureza, saber e a educação, o qual relaciona para o contexto de uma atividade turística sustentável, objeto de discussão deste estudo.

O fator humano dentro atividade turística sustentável do Geoparque Seridó, é um fator imprescindível, pois além do turista que procura novas experiências para o seu bem-estar, a comunidade estar envolvida nesse processo é um dos objetivos de um geoparque, bem como do Geoparque Seridó. Sobre esse aspecto humano que diz a respeito da sensibilização do turista, do seu comportamento, quatro turistas que participaram do roteiro de uma startup de turismo que atua no território se dispuseram a apontar sobre a experiência no território do Geoparque Seridó.

Nesse sentido, foi perguntado quais foram os aprendizados com a viagem e quais mudanças ocorrem no comportamento de turista. O quadro 3 informa as repostas dos turistas respondentes do estudo



Quadro 3: Mudança de comportamento dos turistas respondentes

Perguntas	Respostas
Quais foram os aprendizados com a viagem?	Valorizar cada vez mais as diferenças socioculturais; a natureza precisa ser cada vez mais cuidada (turista 01). Pude conhecer a história do Geoparque, aprender sobre rochas, sobre a economia local, conhecer pessoas que fazem a diferença para toda aquela região e a importância de se divulgar essas pessoas e tudo o que elas fazem (turista 02). Eu tenho muita dificuldade de enumerar os meus aprendizados, mas acho que voltei com mais vontade de estar mais próxima da natureza, com a cabeça certa de que é preciso desacelerar e de que o trabalho não pode ser o centro da nossa vida (turista 03). Muitos e acho que o mais importante foi ter a possibilidade de conhecer um Brasil culto, gentil e profundo (turista 04).
Quais as mudanças aconteceram no seu comportamento (de turista)?	A busca dessa viagem por si só, já faz parte de uma mudança de comportamento. Buscar conhecer lugares junto com as histórias de quem vive nele nos torna mais humanos e capazes de aplicar a empatia com mais facilidade e ter claro o quanto a natureza nos abraça, mas pra isso precisamos cuidar cada vez mais dela (turista 01). Acho que em primeiro lugar, entender que é possível conhecer muito mais do mundo do que os pontos turísticos mais tradicionais. E que é possível fazer isso de um jeito que seja amigável com o meio ambiente. Me sinto profundamente conectado com o roteiro que fiz e tenho muita vontade de continuar tendo experiências assim (turista 02). Eu acho que toda viagem nos transforma de alguma forma, mas eu tenho muita dificuldade de enxergar as mudanças realmente palpáveis dessas experiências. Eu sinto que eu sempre volto dessas experiências com uma vontade maior de conhecer esse país (e o mundo) justamente para saber mais sobre outras culturas, outros povos, outras rotinas. Eu acho que a minha turista está cada vez mais em busca de experiências que tenham essas trocas entre os povos e que não seja o turismo apenas pelo turismo (turista 03). Escolher roteiros voltados a sustentabilidade e valorização da população local (turista 04).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Para melhor visualização dos resultados das perguntas sobre comportamento feitas aos turistas, foi criada a nuvem de palavras exposta na figura 2:

Figura 2: Representação do comportamento do turista



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A nuvem de palavras mostra na centralidade a palavra “conhecer” no que exprime a experiência autêntica que o turista de hoje busca em suas viagens. Os depoimentos mostraram que uma viagem causa transformações e visões valorizando os aspectos relacionados à sustentabilidade a natureza. Krippendorf (2001) sugere que uma viagem pode ser uma oportunidade de uma percepção mútua e de solidariedade. “Então, é preciso saber aproveitar os benefícios da sustentabilidade aplicada ao turismo, para que todos os envolvidos (turistas, organizações turísticas e comunidade local) sejam favorecidos. Por esse motivo a importância de entender como “o próprio turista pode contribuir, por



meio dos seus aprendizados e experiências turísticas” (Madruga et al., 2019, p. 29).

Desse modo, o turista que visita o Geoparque Seridó se caracteriza pela preocupação com os problemas socioambientais, assim, o seu propósito nas viagens é estar atento às possibilidades de reduzir os impactos negativos pela prática turística. Conforme Ruschmann (2016), são resultados da quarta fase da relação do turismo com o meio ambiente, da renovação do modo de ser turista, cuja clientela busca a calma, o conhecimento mais profundo das regiões visitadas.

Assim, optou-se por investigar as percepções dos turistas sobre os impactos ambientais que o roteiro executado provocou a partir das experiências, o qual foi apontado: Os impactos foram positivos, são em virtude do crescimento econômico das comunidades com a divulgação de trabalhos locais, que passam a ser "consumidos" pelos turistas (Turista 01, 2022). Positivo percebo que é dinamizar a economia, dar protagonismo aos produtores. Para nós turistas, muito aprendizado e quebra de paradigmas (Turista 02, 2022).

Acredito que os impactos ambientais são tanto em relação a construção de uma consciência para quem visita o roteiro, pois isso se expande e reverbera entre as pessoas, quanto na proteção de toda a área, por estar sendo constantemente mapeada e fiscalizada. Eu acho que falar que não há impactos negativos seria uma condição impossível, mas ainda que sejam seres humanos diante de um ecossistema "puro", há um cuidado para que a preservação desse espaço seja a maior possível (Turista 03, 2022).

— • • • —

Eu acho que a maior parte dos impactos são positivos. Os lugares que conhecemos estão super preservados e é possível notar o cuidado que toda a equipe do Geoparque tem com a preservação ambiental. Inclusive com sinalizações e placas que têm esse foco e que incentivam os turistas a seguirem com práticas que sejam ecologicamente sustentáveis. Todos os pontos visitados possuem não só sinalizações como também possuem trilhas traçadas o que contribui para que as pessoas sempre façam as visitas por meio dessas rotas e não alterem o ecossistema fazendo outros caminhos de forma imprudente (Turista 04, 2022).

Portanto, diante das considerações dos turistas, o turismo sustentável do Geoparque Seridó tem papel ressignificante. Conforme a representação da figura 3 a partir dos apontamentos dos turistas, as palavras que aparecem em destaque: “turistas”, “positivo”, “positivos”, “sinalizações”, “possível” e “ecossistema”, mostram a interdisciplinaridade dos geoparques (Nascimento, Gomes e Brito 2015), pois demonstram educação ambiental e aspectos econômicos sociais.

Figura 3: percepção sobre os impactos do roteiro turístico



Fonte: Dados da pesquisa (2022)



As experiências dos turistas durante as suas experiências foram de extrema relevância ao território do Geoparque Seridó, torna um grande ganho para o território, sobretudo quando faz a comunidade receptora o pilar mais importante dos roteiros. Desse modo, atividades ligadas ao potencial de geoparques, impactam no aumento sustentável de visitantes e possibilita a melhoria da qualidade de vida dos residentes a partir de atividades econômicas associadas ao turismo (Mtur, 2022), significando que os turistas não vêm apenas contemplar a paisagem e conhecer os atrativos naturais, mas também para desenvolver as pessoas, as comunidades e promover e geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o intuito de compreender as práticas sustentáveis associadas com a atividade turística do Geoparque Seridó. Foi possível alcançar resultados que possibilitem entender que as atividades identificadas por meio dos atores sociais são sustentáveis ao passo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do geoparque enquanto destino turístico, que contribui para a interiorização do turismo do Estado do Rio Grande do Norte.

A representatividade do turismo de sol e mar no Rio Grande do Norte embaça as outras possibilidades da prática turística voltada para o interior do Estado, suas belezas naturais e envolvimento local em atividades mais próximas de um conceito de sustentabilidade. Práticas como essa podem gerar frutos a longo prazo para as comunidades



envolvidas, fortalecendo o sentimento de pertencimento, além de contribuir para alcançar os ODS.

Nesse contexto, mediante o processo abrangente de gestão adotado no Geoparque Seridó, que se baseia na governança territorial e atende várias iniciativas, destacando a valorização da geodiversidade em múltiplas frentes, especialmente por meio de práticas sustentáveis de educação ambiental, entende-se que as atividades mencionadas no estudo são provenientes dos modos de viver e fazer do território, que se caracterizam como geoprodutos que estão diretamente ligados ao turismo, tendo como representatividade as realidades empreendedoras dos pequenos agentes econômicos tradicionais.

Com base nas atividades sustentáveis identificadas, interpreta-se e sua interface com ODS da Agenda 2030 da ONU, é evidente que o território tem sido capaz de promover a geodiversidade de forma integrada aos princípios de desenvolvimento sustentável, ou seja, a paisagem relaciona de forma próxima com o artesanato, com os geossítios e trilhas, e assim o turista que visita à região passa por uma experiência que o sensibiliza a partir dos diferentes segmentos de turismo sustentável baseado na natureza, como o turismo cultural, geoturismo, ecoturismo e o turismo de aventura realizados no geoparque.

Portanto, o que se mostra com bastante veemência neste estudo é afirmação da participação comunitária como papel mantenedor do desenvolvimento territorial do Geoparque Seridó, ou seja, a expressividade presente nos geoprodutos, as percepções dos atores sociais da pesquisa envolvidos com o turismo tornam claro uma gestão de baixo



para cima, enfatizada através do sentimento de pertencimento por parte dos trabalhadores e de satisfação por parte dos turistas mostrada nos seus depoimentos. A virtude do geoparque é a comunidade, o envolvimento claro, a busca pelo crescimento econômico é voltada para os autóctones, onde aliado ao turismo, estratégias de melhorias são planejadas e já colhem frutos, sendo reflexos da atividade turística sustentável.

•••••

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRANDÃO, Pamela de Medeiros; SILVA, Francisco Raniere Moreira da; FISCHER, Tânia. Potencialidades do artesanato no desenvolvimento de destinos turísticos criativos e sustentáveis. In: **Tourism & Management Studies**, vol. 1, 2013, pp. 195-202. Faro, Portugal: Universidade do Algarve. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21886>. Acesso em: 26 de jun.2023.
- BRILHA, José; GRAY, Murray; PEREIRA, Paulo; PEREIRA, Diogo. Geodiversity: An integrative review as a contribution to the sustainable management of the whole of nature. **Environmental Science & Policy**, v. 86, p. 19-28, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.05.001>. Acesso em: 26 de jun.2023.
- BUARQUE, Sergio Cavalcante. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BUTLER, Richard. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. **Tourism geographies**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.
- COSTA, Silas Samuel dos Santos. **A mineração e o desenvolvimento sustentável no território do Seridó Geoparque Mundial da UNESCO**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48283>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.
- DAMAS, Marcos Tonet. Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 2, 2020.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.
- ESCOUTO, Francélia de Moura Barros. Educação ambiental, meio ambiente e turismo. **Revista Científica Intermeio**. Ano 1, Número 1–maio de 2013, v. 50, 2013.
- FERNANDES, Antônio Jânio. As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte – Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade. In AZEVEDO, Francisco Fransualdo do; FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; MARANHÃO, Christiano Henrique (Orgs.). **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013.p.28-44.
- FERRO, Rafel Cunha.; MENDES, Bruna de Castro.; CAVENAGHI, Airton José.; REJOWSKI, Miriam. Identificando a evolução e os fronts de pesquisa em temáticas por meio do mapeamento bibliométrico: uma análise sobre os Impactos Sociais do



Turismo. **Revista Turismo em Análise**, [S. L.], v. 31, n. 1, p. 179-199, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i1p179-199. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/169968>. Acesso em: 14 set. 2023.

FREIRE, Patrícia Michelle Oliveira; ALMEIDA, Fabiana Andrade Bernardes. Ecoturismo, educação ambiental crítica e formação de sujeitos ecológicos: convergências e desafios. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBecotur)**, v. 11, n. 4, 2018.

FREITAS, Idiamara Nascimento de. **Projeto Geoparque Seridó: um estudo das práticas turísticas como propulsor para o desenvolvimento local**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Dissertação de Mestrado. Natal, Brasil.2019. 104p.

GANDARA, José Manoel; BREA, José Antônio Fraiz. GONZÁLEZ, María Elisa Alén. **Hoteles sostenibles para destinos sostenibles: la calidad hotelera como instrumento para la sostenibilidad**. Congreso anual y XV Congreso Hispano Francés de AEDEM, Vol. 2, 2007 (Comunicaciones), pág. 19.

GRIMM, Isabel Jurema; LOOSE, Eloisa; SAMPAIO, Carlos Alberto. Turismo, Comunicação e Sustentabilidade: reflexões e possibilidades para a educação ambiental. **Cad. Est. Pes. Tur**, v. 2, p. 26-42, 2013.

HENRIQUES, Maria Helena; BRILHA, José. UNESCO Global Geoparks: A strategy towards global understanding and sustainability episodes. **Journal of International Geoscience**, v. 40, n. 4, p. 349-355, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18814/epiiugs/2017/v40i4/017036>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

HOSE, Thomas. Towards a history of geotourism: definitions, antecedents and the future. **Geological Society, London, Special Publications**, v. 300, n. 1, p. 37-60, 2008.

IRVING, Marta Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair; MELO, Gustavo. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005.

JUPP, Victor. **The Sage dictionary of social research methods**. Thousand Oaks: Sage, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



KÖRÖSSY, Nathália. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.

Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LOPES, Vânia; MORENO PIRES, Sara; COSTA, Rui. A strategy for a sustainable tourism development of the Greek Island of Chios. **Tourism: An International Interdisciplinary Journal**, v. 68, n. 3, p. 243-260, 2020.

MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama; GARLET, Valéria; GRELLMANN, Camila Pascotini. Turismo e Sustentabilidade: inter-relações entre práticas sustentáveis e experiências turísticas memoráveis. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 266-281, 2019.

MAFESSONI, Elisa Costa. **A produção do queijo serrano no município de Bom Jesus (RS) na perspectiva do turismo previsto nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual de desenvolvimento de projetos turísticos em geoparques. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manual-dedesenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques>. Acesso em: 23 de jul de 2022.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite; GOMES, Cristiane Soares Cardoso Dantas; BRITO, Artemísia dos Santos Soares de. Geoparque como forma de gestão territorial interdisciplinar apoiada no geoturismo: o caso do Projeto Geoparque Seridó. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 8, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Cauê Nascimento; IMBERNON; Rosely Aparecida Liguori; GONÇALVES, Pedro Wagner.; BRILHA, José. Contribuições para o desenvolvimento da Educação Ambiental em Unidades de Conservação no Brasil a partir de programas educativos do Geoparque Naturtejo (Portugal). **Terræ**, v. 11, n. 1-2, p. 03-14, 2014.

PANZERI, Viviane Minati. **Turismo sustentável: uma proposta para São Simão**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Campinas, 2012. 267p. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.896691>

ROYSEN, Rebeca. **Desenvolvimento e difusão de práticas sociais sustentáveis no nicho das ecovilas no Brasil: o papel das relações sociais e dos elementos das práticas**. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Brasília/ Brasil, 2018. 208p. Tese de doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32820>

LIMA, F.H.B.; ARAÚJO, M.V.P.; MATIAS, E.M. Práticas sustentáveis de turismo no Seridó geoparque mundial da UNESCO/RN. In:



RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus editora, 2016.

SANTOS, Giovana Natalie Carvalho. **Gestão e Educação Ambiental em Hotéis de Uberlândia (MG)**. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.903>

SILVA, Gilmara Barros da; NEIVA, Rafaely Moreira Sabba.; FONSECA FILHO, Ricardo Eustáquio.; NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. Potencialidades do geoturismo para a criação de uma nova segmentação turística no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 1-18, 2021. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v32i1p1-18. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/178034>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, Claudio Alexandre; TREVELIN, Ana Cristina. Turismo Responsável: O caso de Bonito/MS. **REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO**, v. 10, n. 2, p. 50-66, 2016.

TASSO, João Paulo Faria, Nascimento, Elimar Pinheiro do., & Costa, Helena Araújo. Paradoxos do Turismo Sustentável no Brasil: obstáculos à inclusão socioprodutiva de pescadores artesanais e agricultores familiares. **Caderno Virtual de Turismo**, 19(3), 2019.

URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas**. 2ª. Ed. Studio Nobel/SESC: São Paulo, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

03

TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: uma análise das tendências de fluxo turístico de 2017 a 2022

Ailson da Silva Fernandes
Amanda Sueli Madeira Pereira

TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DE FLUXO TURÍSTICO DE 2017 A 2022

FERNANDES, Ailson da Silva
PEREIRA, Amanda Sueli Madeira

Na convergência condicional entre o turismo e a sustentabilidade, reiniciam-se os debates sobre a conservação ambiental. No contexto dessa atenção científica e cultural, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN) surge como um ponto de reflexão e estudo notável diante da sua magnitude socioeconômica direta e indireta. Desta maneira, compreender a dinâmica completa que engloba a concessão de acesso a visitantes, aliada ao interesse de promoção da conservação da biodiversidade e o multiplicador econômico, torna-se mais do que essencial para o progresso do tripé econômico-social-ambiental.

A direção da problemática desta pesquisa está centrada nas incertezas significativas sobre a evolução das visitas ao longo do tempo no PESCaN, com base no conceito de sustentabilidade delineado nas dimensões econômicas e sociais que permeiam o Parque. Portanto, compreender essa evolução turística é fundamental para orientar eficazmente as políticas de manejo e promoção do turismo ambiental.

Assim, surge a seguinte questão: Como as visitas ao PESCaN evoluíram entre 2017 e 2022, diante da sazonalidade turística e das medidas para conservação ambiental? Essa resposta é fundamental para

orientar políticas de manejo e promoção sustentável do turismo em Unidades de Conservação.

No âmbito socioeconômico, este trabalho planeou na identificação dos fatores que exercem influência sobre as tendências de visitação no Parque ao longo do período de análise. Dado o caráter sazonal do turismo, bem como os fatores climáticos, feriados e eventos locais, que, a priori, exercem impacto na quantidade de visitantes. A compreensão destas influências revela-se crucial para uma gestão eficaz e para o planejamento de estratégias de promoção do turismo sustentável.

Além de destacar os riscos ambientais da área de estudo, esta pesquisa também aborda os fatores locais que influenciam o acesso e a identificação geográfica do Parque e de suas áreas limítrofes. Dada a causalidade no período sob análise, especialmente o fator pandêmico, realizou-se uma observação do impacto da concessão de isenção da taxa de entrada do PESCaN sobre o número de visitantes nos limites do Parque.

Hodiernamente, a isenção de taxas pode afetar diretamente o fluxo de visitantes. No entanto, a investigação dessa relação possibilita uma avaliação aprofundada dos efeitos dessa medida na sazonalidade e na conservação ambiental.

Em síntese, o estudo visou contribuir para uma compreensão abrangente da dinâmica das visitas ao Parque Estadual da Serra de Caldas Novas. Assim, ao analisar as variações sazonais, os fatores influentes e o impacto da isenção de taxas, almeja-se fornecer embasamento científico para colaborar com os agentes econômicos em prol de uma gestão mais



eficiente do Parque e estratégias de conservação que possibilitem a coexistência harmônica entre turismo e preservação ambiental.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL E A INSERÇÃO DO PESCAN

Unidades de Conservação

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), considera-se Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com o propósito de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2002).

Segundo Une e Louro (1993, p. 114), as Unidades de Conservação da Natureza são compostas por espaços territoriais, em sua maioria, formados por áreas contínuas, onde se objetiva a preservação da fauna, flora e belezas naturais, bem como do meio ambiente como um todo, através de legislação específica visando à perpetuação do referido espaço.

Para Silva e Fornasari Filho (1992, p. 5), as Unidades de Conservação da Natureza são "áreas definidas pelo Poder Público, visando à proteção e preservação de ecossistemas em seu estado natural e primitivo, onde os recursos naturais são passíveis de um uso indireto sem consumo".



Conforme o Ibama (1999, p. 28), as Unidades de Conservação representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Nessas áreas naturais, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que cabe à União, aos estados e aos municípios proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico, artístico e natural. Desde então, o país se comprometeu com a proteção e conservação dos recursos naturais e criou, no mesmo ano, o Parque Nacional do Itatiaia, localizado na região sudeste do país, mais precisamente entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, destinado ao lazer, preservação/conservação e também desenvolvimento de pesquisas científicas (Esteves, 2007).

Turismo em Unidades de Conservação

É consenso que a conservação é considerada o método mais seguro e necessário, estabelecido e defendido devido à incapacidade humana e tecnológica de replicar artificialmente os ambientes naturais. Conforme Lima (2010), a conservação fundamenta-se na preservação das características intrínsecas do meio ambiente, além disso, permite a comercialização moderada do bem natural, construídos pelo viés do turismo, cultura e de recreação.

No contexto de proteção da biodiversidade em seu ambiente natural, as Unidades de Conservação (UC) ou Áreas de Proteção

—•••—
Ambiental (APA) desempenham um papel fundamental. Essas áreas são classificadas em duas categorias: uso sustentável/direto e proteção integral/uso indireto. Enquanto as primeiras permitem a utilização sustentável dos recursos naturais pelo homem, as últimas restringem a exploração e o consumo desses recursos para preservação ecossistêmica ambiental livre de intervenções humanas (Brasil, 2023).

Conforme Bahia (2012), nas UCs que permitem a utilização sustentável, também existe a modalidade de uso público, o qual inclui atividades como ecoturismo, recreação ao ar livre e educação ambiental.

Assim:

[...] pode se dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo, obviamente, de sua categoria e zoneamento. Pode ser turismo, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Os visitantes podem ir em grupo, ou sozinhos; podem ser de países diferentes ou de uma escola próxima; podem ser idosos ou jovens; podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, e assim por diante. O ideal da visitação, de uma forma geral, é que ela seja aberta a todos, independentemente dos seus desafios e habilidades (Nelson, 2012, p. 216).

No que diz respeito à atividade turística, ao longo dos anos, com o enorme e acelerado crescimento das cidades e dos centros urbanos, a rotina cada vez mais avassaladora resultou em uma pressão natural para que o setor do turismo e da hotelaria se atualizasse, a fim de atender às novas exigências. Isso reforçou a necessidade de o turismo estar em contato com o ambiente natural e mais próximo da natureza (Bahia, 2005).



Frente ao impacto das atividades turísticas na economia nacional, a visão predominante acerca do turismo frequentemente destaca sua natureza econômica, especialmente em relação à geração de emprego e renda. Entretanto, essa perspectiva simplista não captura completamente o papel multifacetado do turismo na sociedade. Além do seu aspecto econômico, o turismo se revela como um fenômeno que abarca impactos sociais e ambientais, os quais podem variar entre positivos e negativos.

Nesse sentido:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também, são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (Barreto, 1995 p.11).

Conforme relatado pelo Senado Federal em 2023, o Brasil possui 74 parques nacionais que abrange uma área total de 267.000 km², o equivalente a 3,1% do território nacional. Desse conjunto, pelo menos 65 estão abertos à visitação pública, criados com a finalidade de preservação da biodiversidade e, simultaneamente, promover a educação ambiental, que busca harmonizar a relação entre o homem e a natureza (Brasil, 2023).

Segundo informações fornecidas pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo do estado de

—•••—
Goiás – SEMAD (2022), os parques estaduais desempenham um papel importante ao possibilitar pesquisas acadêmicas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e ao desenvolvimento de atividades educativas e de conscientização ambiental. Esses locais também têm propósito de recreação e ecoturismo. Goiás abriga um total de 23 unidades de conservação, divididas em 13 pertencentes ao grupo de proteção integral (compostos por 12 parques e 1 estação ecológica) e 10 ao grupo de uso sustentável (englobada por 08 áreas de proteção ambiental, 1 floresta estadual e 1 área de relevante interesse ecológico).

Parque Estadual da Serra de Caldas

A nível local, a Região das Águas Termais, compreendendo os municípios de Caldas Novas, Rio Quente e Marzagão, abriga uma Unidade de Conservação de notável beleza cênica, característica intrínseca ao bioma do Cerrado, e de relevante valor hidrogeológico. Esta área é designada como Parque Estadual da Serra de Caldas, desempenhando um papel crucial na recarga dos aquíferos termais. Estes aquíferos, em especial o recurso mineral predominante na região, são considerados patrimônio natural do estado de Goiás (Campos, 2014).

De acordo com as conclusões de Campos e Almeida (2012), as reservas hídricas do Parque Estadual da Serra de Caldas (PESCaN) indicam que a principal sub-bacia geológica detém um volume estimado em 45 milhões de metros cúbicos para o Aquífero Araxá, enquanto para o Aquífero Paranoá esse valor é de aproximadamente 180 milhões de

metros cúbicos. Percebe-se que a fonte natural das águas quentes na área é explicada através do seguinte processo:

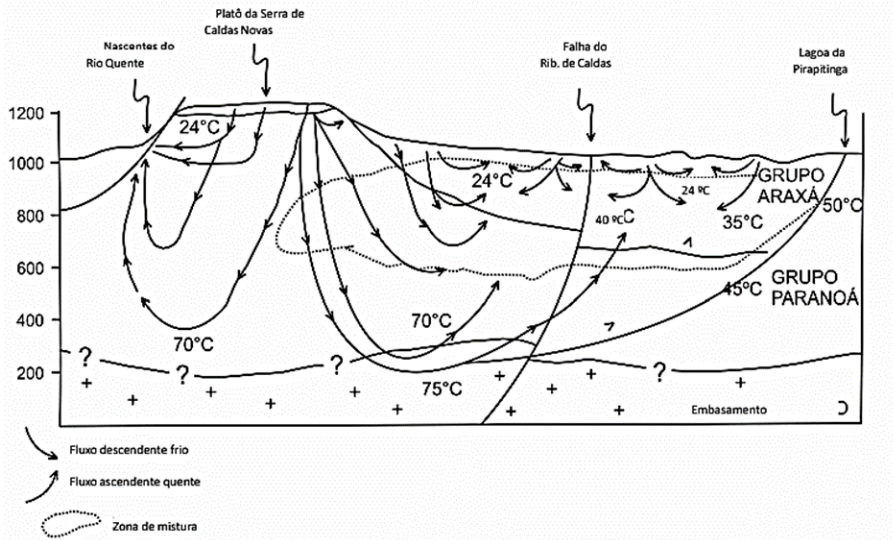
As águas frias são associadas às zonas fraturadas com recarga direta pela infiltração de águas meteóricas a partir do sistema intergranular e relacionados às duas primeiras centenas de metros dos xistos do Grupo Araxá. O Sistema Aquífero Araxá Termal tem sua recarga por fluxo ascendente a partir das águas aquecidas do Aquífero Paranoá termal sotoposto, e está relacionada com as zonas fraturadas mais profundas, entre 200 e 500 metros, próximo ao contato com o Grupo Paranoá. As águas termais do Aquífero Paranoá confinado, ao encontrar fratura nos xistos, sobem e misturam-se as águas do Aquífero Araxá, elevando a temperatura delas. Os poços termais apresentam temperaturas entre 35°C e 49°C (Almeida, 2012 p. 23-24).

Sob uma perspectiva econômica, quando se considera o crescimento econômico na região, destaca-se a importância de promover atividades de cunho sustentável como forma de atenuar os impactos da intervenção humana no Parque.

Nesse sentido:

Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que administra todos os ativos, os recursos naturais e os recursos humanos assim como os ativos financeiros e físicos de forma compatível com o crescimento da riqueza e do bem-estar em longo prazo. O desenvolvimento sustentável, como um ideal, rejeita políticas e práticas que dêem suporte aos padrões de vida correntes à custa da deterioração da base produtiva, inclusive a de recursos naturais, e que diminuam as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras (Repetto, 1986 apud Maroueli, 2003, p. 2).

Figura 1. Representação Esquemática das Flutuações de Temperatura e das Transferências de Calor Potencial entre os Distintos Reservatórios/Aquíferos na Zona de Recarga do PESCaN



Fonte: Campos e Almeida, 2012.

A figura 1 apresenta a representação do processo de aquecimento geotérmico natural das águas no Parque, no qual as águas são extraídas dos aquíferos, dando origem às nascentes termais. Nesse contexto, as águas frias infiltram-se nas fraturas das rochas da Serra, que se formaram durante o período Cretáceo. À medida que descem, essas águas se aquecem devido ao processo geotérmico e, ao retornarem à superfície por meio das nascentes termais e reservatórios aquíferos, apresentam uma temperatura mais elevada.

Na lei que estabeleceu a criação do parque, o artigo 1º define que o parque está "destinado a resguardar e proteger sua flora, fauna e belezas naturais". No Parágrafo Único, ainda deste artigo, apresenta-se a

abrangência da Lei, que "compreende não somente o topo da serra em que se situa, mas também suas fraldas e encostas, ficando toda a sua área considerada de preservação permanente e proibida sua alienação ou exploração, no todo ou em parte" (Brasil, 1970).

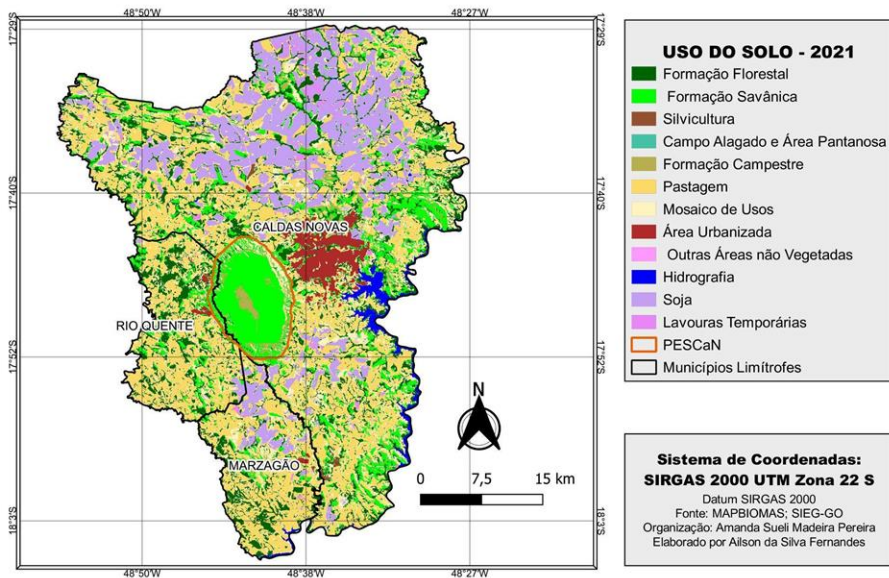
A proposta da criação do Parque foi para preservar as nascentes das águas termais dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, no estado de Goiás, região centro-oeste. Não há Decreto para a delimitação da área, mas foram especificadas, com base na Lei de criação, como 12.315,36 hectares. O Parque está localizado no Sudeste Goiano, distante somente 5 km do centro de Caldas Novas e a 174 km de Goiânia (Semad, 2023).

A área do estudo está situada em uma região de destaque nacional, amplamente reconhecida como o principal destino turístico termal, e considerando sua localização no bioma do Cerrado, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN) configura-se como um ativo ambiental de elevado valor econômico, estimado pela sua relevância na recarga dos aquíferos da região. É importante ressaltar que o Parque foi a primeira Unidade de Conservação estadual, criada pela Lei n. 7.282 em 1970, porém somente foi aberto à visitação pública em 1999.

Observa-se também, na figura 2, a presença dos municípios limítrofes do Parque: Caldas Novas, Rio Quente e Marzagão, com participações percentuais de 97,78%, 2,34% e 0,08%, respectivamente. Com base no uso do solo em 2021, torna-se evidente o principal fator de conflito em relação à conservação da biodiversidade do PESCaN, destacando-se a agropecuária e a urbanização, devido à ocupação

desenfreada e intensa nas proximidades da Serra de Caldas. Em Caldas Novas, nota-se que a expansão urbana é o principal fator negativo que ameaça a Unidade de Conservação (UC), devido ao histórico de queimadas antrópicas, construção de infraestruturas sem considerar as diretrizes ambientais e a presença da atividade bovina nas redondezas do Parque (Paulino, 2015).

Figura 2. Localização do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas: Dinâmica de Uso de Solo da Região Limítrofes em 2021.



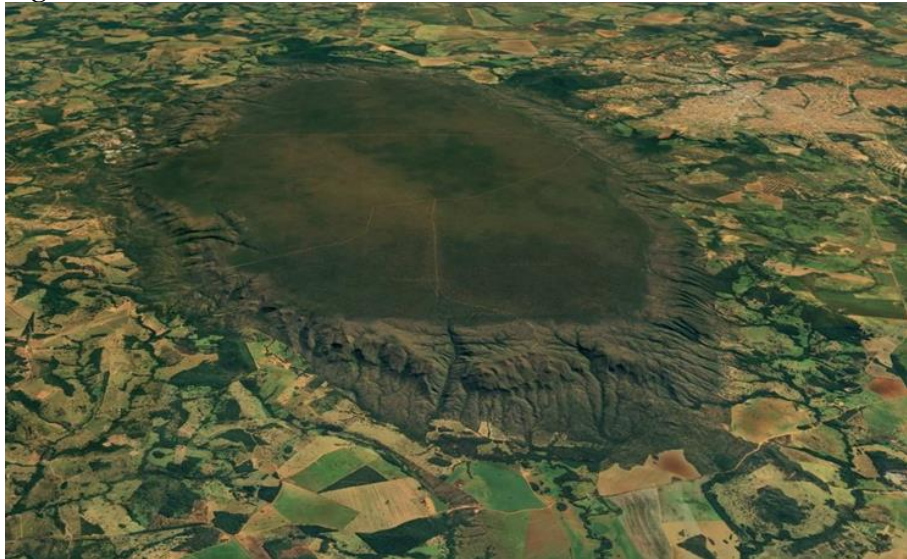
Fonte: Elaboração Própria, 2023.

De acordo com Mendes (2007), a formação geológica da Serra de Caldas já sofreu intervenções, como invasão do topo por fazendeiros, extração ilegal de plantas medicinais para comercialização aos turistas, tentativas de mineração de manganês na borda sul da Serra e construção de uma pista de pouso no topo. Atualmente cercada, existe uma portaria

para o controle de visitantes, porém, devido ao tamanho do perímetro do PESCaN e ao reduzido número de servidores públicos encarregados de garantir a conservação do Parque, o monitoramento e a fiscalização das visitas apresentam pouca eficácia (Paulino, 2015).

Conforme evidenciado na figura 3, a serra de Caldas constitui uma elevação com um cume aplainado que forma uma chapada com formato elipsoidal, cujos eixos medem 15 e 9 km (Semad, 2021). Pela imagem de satélite da área ambiental os limites do PESCaN, percebe-se uma pressão urbana localizada na parte superior a direita da imagem relacionado ao crescimento da cidade de Caldas Novas em função do turismo, além dos mosaicos agropecuários presentes em todos os lados da UC.

Figura 3. Área e Perímetro da Serra de Caldas Novas



Fonte: Google Earth, 2023.

Diante do indutor turístico de natureza hidrotermal proporcionado pelo PESCaN, o qual exerce influência marcante em

termos de sustentação da economia local, emergiu também um aumento significativo de atratividade para o setor privado. Isso resultou em uma notável expansão da capacidade de acolhimento de visitantes na região, padronizado em crescimento concêntrico na área urbana. Essa dinâmica, determina a região da Serra de Caldas Novas como um dos mais proeminentes polos hoteleiros do Brasil (Lopes, 2003).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa qualitativa baseada em dados secundários documentais. A metodologia utilizada envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica, que consistiu na busca eletrônica em portais especializados, como Capes, SciELO, Instituto Mauro Borges – IMB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A seleção dos artigos na revisão de literatura foi feita por meio de palavras-chave específicas, como "Unidades de Conservação", "PESCaN", "Turismo" e os nomes dos municípios limítrofes ao objeto da pesquisa.

Para atender aos objetivos do estudo, realizou-se a coleta de dados na instituição responsável pela gestão do Parque, bem como a consulta a endereços eletrônicos que hospedam a legislação pertinente. O período de análise compreendeu os anos de 2017 a 2022.

Para a identificação das variações sazonais no fluxo de visitantes no Parque, primeiramente, foi realizada uma análise descritiva dos dados relativos à gestão ambiental da área de estudo no período de 2017 a 2022. Essa análise permitiu a visualização de tendências, mudanças e padrões ao longo do tempo, bem como a identificação das frequências de maior e

menor atividade turística. Isso permitiu entender melhor a dinâmica das visitas ao ativo ambiental.

Em relação às visitas e aos recursos financeiros da área estudada, principalmente provenientes da taxa de entrada, as informações foram obtidas por meio de entrevista direta realizada em dezembro de 2023 com a gestão do parque. O tratamento e a análise dos dados obtidos foram apresentados de forma descritiva, com o uso de tabelas para exposição e explicação dos dados coletados, os quais foram posteriormente correlacionados com a teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, assim como em outros estados, especialmente aqueles com uma forte reprimarização de sua economia, o meio ambiente tem sido relegado a um conceito secundário. No entanto, o arquétipo da sustentabilidade aponta para a carência de instrumentos para mitigar os reflexos da degradação da biodiversidade resultante da ação humana. Dessa forma, essa abordagem ressalta a necessidade sociocultural de buscar o equilíbrio entre a dinâmica econômica e a conservação ambiental (Fernandes, Castro, 2020).

Para os autores em Goiás, existe a necessidade iminente de difundir o conhecimento conceitual acerca da biodiversidade em contextos mais abrangentes. Dentro deste contexto, e mantendo-se todos os outros fatores constantes (*Ceteris Paribus*), de acordo com Binswanger (2002), compreende-se que a sustentabilidade somente poderá ser alcançada quando se conferir destacada importância ao patrimônio ambiental como alicerce primário da economia contemporânea,



estimando-o como um elemento vital para a preservação da vida presente e futura.

Conforme apontado por Fernandes et al. (2023), as unidades de conservação promovem a geração de emprego e renda, bem como o avanço da infraestrutura nas regiões limítrofes a essas reservas da biodiversidade. Além disso, elas desempenham um papel crucial na promoção da conservação e proteção do patrimônio ambiental, que é constantemente ameaçado pelas ações humanas, tais como desmatamento, queimadas e especulações imobiliárias, entre outras. Neste contexto, os parques ambientais contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável, gerando não apenas recursos financeiros, mas também conscientização ambiental.

De acordo com Oliveira e Santos (2014), a alocação de recursos públicos em infraestrutura para promoção da cadeia agroindustrial em Goiás não apenas expandiu a capacidade de produção e fortaleceu o setor primário da economia goiana, mas também influenciou o desenvolvimento do turismo, especialmente na região adjacente ao PESCaN, em particular Caldas Novas e Rio Quente, tornando-se um multiplicador econômico altamente lucrativo para a geração de emprego e renda local.

Além das vantagens comparativas da região limítrofe ao Parque, foram instituídas políticas de incentivo direcionadas na exploração de fontes termais para estimular o crescimento do turismo interno, A partir da década de 1970, visualiza-se um notável crescimento dessas políticas, que estabeleceu a posição de Caldas Novas com polo nacional e internacional do turismo termal, o que resultou em um rápido crescimento demográfico, alimentado não apenas por benefícios fiscais

concedidos pelo estado, mas também pelo investimento em infraestrutura de receptivos (Oliveira, 2003).

Segundo Dias (2003), o PESCaN representa um valioso recurso ambiental na região, além das águas termais. Suas divisas englobam uma rica diversidade de fauna, flora e cachoeiras, o que contribui para a valoração econômica do Parque. No entanto, apesar de esses atrativos ambientais contribuírem para fomentar o turismo em massa, a distribuição espacial dos visitantes concentra-se nas zonas urbanas turísticas. Analogamente, a Unidade de Conservação, durante os momentos de lazer, conhecimento e experiências diretas, não recebe a devida difusão e conscientização de aspectos ambientais e ecológicos.

Observa-se, na tabela 1, que durante o período amostrado, o Parque recebeu 165.007 visitantes, com uma média anual de receita na portaria de R\$ 116.025,67. No entanto, devido à pandemia e às políticas de isolamento social, o PESCaN enfrentou restrições turísticas, conforme relatado pela gestão (2023), incluindo o bloqueio de acesso entre abril e julho de 2020, com eventos semelhantes ocorrendo no segundo bimestre e no mês de junho de 2021. Atualmente, a cobrança de entrada no Parque foi suspensa desde março de 2020. Dessa forma, considerando a média ponderada anterior das receitas provenientes das visitas, o Parque registrou uma perda de R\$ 348.077,00 no período de 2020 a 2022.

Tabela 1. Comparativo do Acesso ao PESCaN no Período de 2017 a 2022

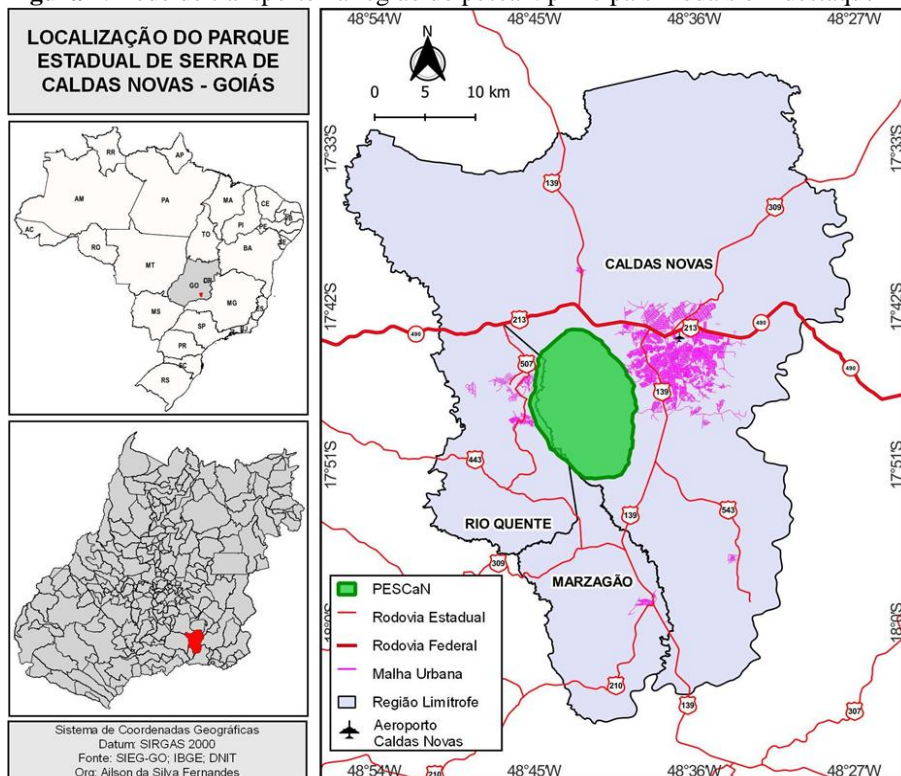
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Visitas	31 414	30 529	21 713	16 077	25 612	39 662
Bilheteria	76 475,00	107 015,00	164 587,00	Isenta	Isenta	Isenta

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da gestão PESCaN, 2023.

De fato, o turismo desempenha um papel essencial como impulsionador econômico, embora também introduza uma dependência socioeconômica crítica. Essa sensibilidade é influenciada pela elasticidade financeira diante de fatores internos e externos à atividade econômica da região, tais como mudanças climáticas, políticas públicas e inflação. Um exemplo recente é a crise pandêmica que afetou o Brasil a partir de 2020.

O PESCaN possui duas entradas de acesso para a UC, a principal localiza-se no município de Caldas Novas, enquanto uma entrada secundária encontra-se na área da Pousada do Rio Quente, ambas com acesso controlado.

Figura 4. Rede de transporte na região do pescan: principais modais em destaque



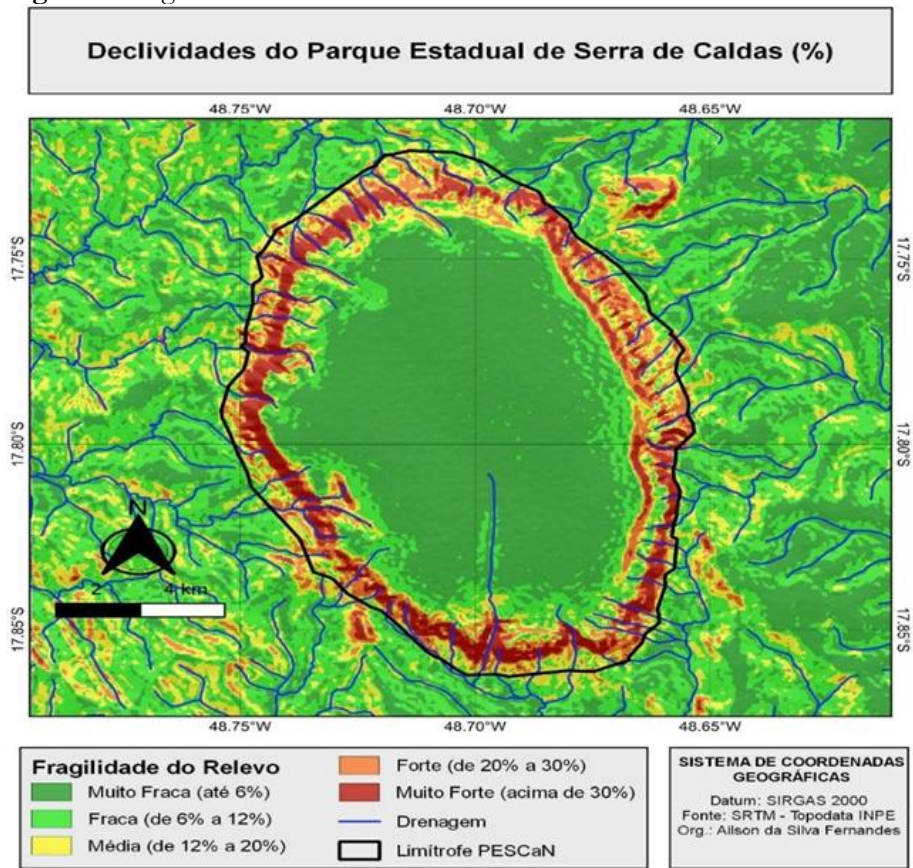
Fonte: Elaboração Própria, 2023.



Na figura 4, é possível visualizar os modais de acesso que interligam as áreas adjacentes ao Parque. Essas vias abrangem uma extensão que se estende desde o Aeroporto de Caldas Novas até as rodovias federais e estaduais, em uma perspectiva norte-sul. Percebe-se uma urbanização significativa, composta por clubes de veraneio e loteamentos de variados níveis de renda, conforme retratado por Junior (2007) como especulação imobiliária. Além disso, essa especulação imobiliária se intensifica com a proximidade da massa urbana nos arredores da zona de amortecimento do Parque, o que estimula conflitos adicionais. De forma geral, isso ocorre porque a expansão urbana causa efeitos adversos sobre o ambiente natural da UC, os quais são agravados pelas pressões provenientes de propriedades rurais nas imediações do domo da Serra de Caldas Novas.

As práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelo PESCaN estão primordialmente vinculadas à cadeia hoteleira regional, devido à sua dependência na geração de emprego e renda para o setor. No entanto, em contrapartida, essas práticas podem sobrepor-se à conservação do Parque. Atualmente, a Serra de Caldas já sofreu os efeitos do crescimento das cidades e da falta de políticas ambientais eficazes. É evidente que desde a sua criação, o Parque perdeu uma grande parte de sua zona de amortecimento, que é responsável pela produção de águas termais.

Figura 5. Fragilidade Ambiental do PESCaN



Fonte: Elaboração Própria, 2023.

Ao compreender a realidade espacial do ativo ambiental por meio da figura 5, identificam-se os seguintes conflitos: atualmente, a Serra é conservada principalmente devido ao seu elevado valor agregado para o turismo local. No entanto, é observado que as principais áreas de risco do Parque estão relacionadas à especulação imobiliária, à erosão, ao impacto da cadeia agropecuária sobre o PESCaN, bem como às alterações na paisagem causadas pelo ser humano. Esses fatores promovem a



depreciação desse bem natural, o que ameaça a própria existência futura do Parque.

Em teoria, o turismo impacta na dinâmica territorial, alterando os padrões de vivência da população local, os costumes regionais, entre outros. Assim, torna-se necessário realizar estudos sobre as mudanças que essa atividade econômica acarreta, de modo que seja possível planejar, organizar e controlar o turismo, a fim de mitigar os impactos negativos do fluxo de turistas na conservação ambiental (Sarti; Queiroz, 2012).

Estimaram-se o total de 12.972.578 pessoas por ano no cluster termal urbano, somatório oriundo da estimativa do Censo Hoteleiro a 54,7% da capacidade de Caldas Novas e do número de passageiros no aeroporto da cidade (137.557 passageiros) no ano de 2019, excluindo a quebra-estrutural da Pandemia. Em Rio Quente o total no mesmo ano foi de 3.438.960 visitantes estimados (Cf. Goiás Turismo, 2022).

Ao analisar os dados da tabela 2, percebe-se a significativa variação mensal do número de visitantes no PESCaN no período de 2017 a 2022. De maneira geral, os dados refletem um crescimento anual de 26% nas visitas até 2022, em comparação com o ano de referência, 2017. Contudo, apesar desse aumento, a quantidade de visitantes ainda permanece em níveis inferiores em relação à estimativa anual de turismo termal na região. Além disso, destaca-se um padrão de visitas mais acentuado durante os períodos anuais de férias, abrangendo os meses de dezembro a fevereiro e julho.

Tabela 2. Sazonalidade de visitantes no pescan no período de 2017-2022

Período	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Jan	4 231	4 399	4 249	3 799	8 681	3 873
Fev	3 335	3 105	1 079	1 900	3 780	2 521
Mar	2 282	3 024	1 646	1 276	0	5 132
Abr	2 439	2 780	1 691	0	0	5 511
Mai	1 315	2 149	1 545	0	770	2 232
Jun	1 802	2 132	2 647	0	0	1 938
Jul	3 424	3 640	2 370	0	2 806	6 140
Ago	7 763	s.d.	1 569	692	1 432	1 595
Set	675	2 864	357	1 079	1 334	1 432
Out	886	1 120	665	1 006	1 715	2 093
Nov	948	1 352	729	1 763	1 827	2 018
Dez	2 314	3 864	3 169	4 472	3 267	5 140

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da gestão PESCaN, 2023.

Com base na análise da tabela 2, também é possível identificar um padrão sazonal nas visitas ao longo dos meses. Em 2017, houve um outlier de 7 mil visitantes observado em agosto, seguido de uma tendência de declínio nos anos subsequentes. No entanto, em 2019, ocorreu um ponto de inflexão evidenciado por uma diminuição no total das visitas ao Parque, que marcou a primeira vez que as visitas registraram um decréscimo em relação ao ano anterior. A pandemia desempenhou um papel significativo na queda acentuada em 2020, devido ao isolamento social ocorrido de abril a julho. Em 2021, apesar dos efeitos residuais da pandemia e dos períodos de fechamento, as visitas superaram as de 2020. No ano de 2022, as visitas ultrapassaram os últimos seis anos, destacando-se dezembro e julho como os meses mais movimentados da história recente do parque. De acordo com informações fornecidas pela administração do Parque (2023), o aumento subsequente no número de visitantes é atribuído à

isenção de taxas de entrada no local em março de 2020. Além disso, observa-se um maior fluxo de visitas durante os meses de férias escolares e durante a estação mais amena, como indicam os resultados da tabela 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos ao longo desta pesquisa acerca do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), à luz conceitual de sustentabilidade, como delineado por Oliveira e Santos (2014), torna-se evidente que a interação entre as políticas públicas e as ações governamentais desempenha um papel fundamental na configuração das dimensões econômicas e sociais.

Numa abordagem holística que abarque tanto os benefícios econômicos imediatos quanto os impactos ambientais a longo prazo, as políticas públicas desempenham um papel essencial no estímulo ao desenvolvimento econômico e na criação e melhoria das condições favoráveis para o turismo regional. Como observado nos dados da pesquisa, a alocação de recursos para a infraestrutura (contexto histórico) e a isenção de taxas de entrada (medida da gestão para fomentar as visitas), exercem influência direta sobre o fluxo de visitantes.

Assim sendo, este ensaio teórico destaca a relevância de priorizar a conservação ambiental como um pilar central da economia a longo prazo. Nesse contexto, o turismo surge como uma panaceia catalizadora do desenvolvimento econômico que não deve ser subestimada, devido à sua capacidade de gerar empregos, renda e promover o avanço da infraestrutura nas áreas adjacentes. Estes fatores não somente

impulsionam a economia regional, mas também estabelecem um arcabouço essencial para a proteção do patrimônio ambiental, a exemplo do PESCaN, inserido num cenário constante de ameaça humana.

No que tange à análise da visitação no PESCaN ao longo dos anos pesquisados, observam-se padrões interessantes de sazonalidade e variação. Conforme os dados obtidos pela gestão do Parque, os anos de 2020 e 2021 evidenciaram uma acentuada queda na média total de visitas, espelho das restrições impostas pela crise sanitária. Entretanto, o ano de 2022 registrou uma recuperação significativa, atribuível ao término da pandemia e às políticas de acesso ao parque. Este resultado positivo atesta a resiliência do setor do turismo, mesmo diante de desafios substanciais originados da dependência econômica e da elasticidade do turismo a choques endógenos e exógenos no setor.

O PESCaN não é unicamente um marco relevante para o turismo e a economia, mas também ilustra como os ativos ambientais frequentemente são relegados a segundo plano em face da expansão agropecuária e da cadeia hoteleira em Goiás. Logo, é crucial que futuras ações leve em consideração a complexidade dessas interações, a fim de garantir um desenvolvimento sustentável que promova tanto o bem-estar da população local quanto a conservação dos recursos ambientais.

De modo hodierno, a gestão do Parque relata que a carência de instrumentos de hospitalidade dentro do PESCaN impacta negativamente sobre o fluxo de turistas no local, exemplificou o caso dos banheiros e bebedores ao longo do Parque. Contudo, o desafio vai além, visto que a presença de um mercado hoteleiro imperfeito (oligopólio) na região das

Águas Quente, aliada à depreciação da zona de amortecimento da Serra de Caldas Novas em decorrência da especulação imobiliária e do agronegócio, coloca o PESCaN sob risco ambiental, social e, sobretudo, econômico, com potenciais consequências irreversíveis.

Diante do princípio da retributividade da taxa de visitação, a isenção da entrada no Parque acarreta alguns pressupostos negativos. Entre eles, destacam-se o desafio à sustentabilidade financeira, a subvalorização dos recursos naturais e a dificuldade na cobertura dos custos operacionais. Esses fatores contribuem para a falta de estímulo à conservação.

• • • •

REFERÊNCIAS

Associação Caldas Novas Convention & Visitors Bureau. A cidade. 2015. Disponível em: <<http://visitecaldasnovas.tur.br/conheca-caldas-novas/>>. Acesso em: jun. de 2023.

BAHIA, M. C. Lazer - meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. 2005. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento e Lazer). Núcleo de Corporeidade, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2005.

BARRETTO, M. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 4. ed.

BRASIL. Lei no 7.282, de 25 de setembro de 1970. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17282.htm>. Acesso em: jul. de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (lei n 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2022). Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo brasileiro fatura R\$ 208 bilhões em 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-brasileiro-fatura-r-208-bilhoes-em-2022>>. Acesso em: jul. de 2023.

BRASIL. Senado Federal. Parques nacionais protegem 3,1% da área do Brasil. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/parques-nacionais-protegem-3-1-da-area-do-brasil>>. Acesso em: jul. de 2023.

CAMPOS, J. E. G.; ALMEIDA, L. de. Balanço térmico aplicado à recarga artificial dos aquíferos da região de Caldas Novas, estado de Goiás. Revista Brasileira de Geociências, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 196-207, 2012.

ESTEVES, C. M. P. Evolução da criação dos parques nacionais no Brasil. 2007. Monografia - Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERNANDES, A. S.; CASTRO, J. D. B. Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: O reflexo do ecoturismo na zona da chapada dos veadeiros e os impactos na economia municipal de Alto Paraíso de Goiás, Brasil. In: Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, 9., 2020, Três Rios. Anais...SIGABI: UFRRJ. Disponível em: <

FERNANDES, A.S.; PEREIRA, A.S.M. TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: uma análise das tendências de fluxo turístico de 2017 a 2022. In:

https://itr.ufrj.br/sigabi/9o-anais-simposio-de-gestao-ambiental-e-biodiversidade-issn-2525-4928/>. Acesso em: jul. de 2023.

FERNANDES, A. da S.; CASTRO, J. D. B.; DE AMORIM, Álvaro J.; DE MELO, C. F.; DE SOUZA JUNIOR, J. D. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: Impactos na economia e sociedade de Alto Paraíso de Goiás e Nova Roma. Revista Foco, v. 16, n. 5, p. e1764, 2023.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governo do Estado de Goiás. Parques Estaduais. Disponível em: <<https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conservacao/1329-parques-estaduais.html>>. Acesso em: jul. de 2023.

JUNIOR, C.C. S. Especulação imobiliária e loteamentos irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas-GO. Revista Mirante, Pirenópolis - GO, v.1, n. 2, p. 1-18, 2007.

LOPES, L. M. Complexo termal de Caldas Novas: Roteiro de excursão, 2003.

MENDES, P.C.B. TURISMO E MEIO AMBIENTE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS GO (PESCAN). 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2007.

MOESCH, M. M.; REJOWSKI, M.; GASTAL, S. Domínio Material e Conceitual do Turismo. In: 2. Seminário Nacional dos Programas de pós-graduação em Turismo, 2005, Balneário Camboriú-SC. 2005. Balneário Camboriú: Anais...ANPTUR/UNIVALE, 2005. v. 01. p. 01-13.

NELSON, S. P. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O. (Org.). Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF/Ipê. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2012.

OLIVEIRA, H. A. de. – Caldas Novas: De Águas Santas ao Maior Complexo Turístico de Goiás. In: Almeida. M.G. (Org.) – Paradigmas do Turismo. Goiânia: Alternativa. 2003.

OLIVEIRA, H. A. de; SANTOS, M. A. Modernização, urbanização e Turismo em Caldas Novas-GO. In: OLIVERIA, H. A. de (Org.). Diferentes Olhares Sobre o Turismo na Região da Águas Quente de Goiás. Goiânia: Kelps, 2014. Cap. 1. p. 11-25.

PAULINO, Bruno Gonçalves. Análise temporal da ocorrência de incêndios florestais no parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), Goiás. 2015. 127 f.

FERNANDES, A.S.; PEREIRA, A.S.M. TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS: uma análise das tendências de fluxo turístico de 2017 a 2022. In:

————— ••• —————
Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado) - Câmpus Central - Sede: Anápolis - CET, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis.

ROSS, J. L. S. Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados. Revista do Departamento de Geografia, n. 8, São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

SARTI, A. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Espaço, paisagem, lugar, território e região - A organização do espaço turístico. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão-desenvolvimento regional, rede de produção e cluster. Barueri: Manole, p. 3-27, 2012.

SEMAD. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas. Goiânia - GO: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (Semad), 96p. 2021.

SILVA, A.; TOSCHI, M. Compreensões de meio ambiente e práticas ambientais dos visitantes do parque estadual Serra de Caldas Novas – PESCaN. Revista Élisée, v. 5, n. 1, p. 222-245, 25 mai. 2016.

SILVA, W. da; FORNASARI FILHO, N. Unidades de Conservação Ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo. São Paulo: Revista IPT, 1992.

UNE, M. Y.; LOURO, Z. C. L. Áreas Especiais. In: Recursos Naturais e Meio Ambiente: Uma Visão do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, p. 113-154, 1993.

04

MOBILIDADE URBANA: Diretrizes e ações para o Plano de Mobilidade Urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC

Maikyele Luana Schwaab

Celí Maziero

MOBILIDADE URBANA: DIRETRIZES E AÇÕES PARA O PLANO DE MOBILIDADE URBANA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

SCHWAAB, Maikyele Luana
MAZIERO, Celí

A mobilidade urbana surge como principal forma de circulação da economia no país, e como a causa da preocupação na estruturação de vias. Nessa condição, adquiriu um conceito diferenciado considerando o crescimento populacional: deslocamento das pessoas inseridas na malha viária de uma cidade. Conforme as cidades foram se desenvolvendo, surgiu a ideia de que é dever da própria cidade garantir aos habitantes o direito de ir e vir de forma rápida, eficiente e segura. Assim, é fundamental compreender a funcionalidade dos espaços urbanos para que haja possibilidades de intervenções a curto, médio e longo prazo, assegurando que o sistema de mobilidade urbana seja compatível à sua demanda.

No município de São Miguel do Oeste/SC também há problemas de mobilidade no centro urbano. A população migueloestina sentiu o efeito do crescimento urbano desordenado, quando notou que os deslocamentos diários demandavam muito mais tempo para serem percorridos, e que novas medidas de organização do trânsito tiveram que ser postas em prática: vias de mão única, estacionamento rotativo, execução de calçadas e implantação de ciclofaixas (para incentivar a população a utilizar meios de transporte alternativos). O transporte



coletivo também está sendo pautado pelo município, uma vez que não funciona de forma flexível e eficaz, havendo a necessidade de adequações para o pleno deslocamento e circulação das pessoas.

A partir dessa condição em que se encontra o município de São Miguel do Oeste no quesito da mobilidade urbana, tem-se tal problemática como objeto de estudo. A escolha do município de aproximadamente quarenta mil habitantes, se deu pelo fato de reconhecer, com olhar crítico, que de fato, a cidade mesmo sendo de menor porte sofre com esse problema que afeta diretamente a qualidade de vida da população, ainda que em pequena escala.

Diante do exposto, o presente capítulo tem como objetivo elaborar diretrizes e ações para um plano de mobilidade urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC, de forma a entender sua importância para os municípios de pequeno porte.

Portanto, esta pesquisa assume um viés urbano social e busca de fato, destacar a necessidade de um plano de mobilidade urbana onde o homem seja prioridade e não o automóvel, primando pelas paisagens urbanas e dando novos rumos à cultura do povo migueloestino.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do capítulo em questão, a metodologia utilizada é caracterizada como de natureza e/ou abordagem qualitativa, com enfoque descritivo.

A pesquisa qualitativa está relacionada a uma realidade que não pode e não deve ser quantificada, isto é, está associada a motivos, valores,



crenças, atitudes e atribuição de significados. Em outras palavras, envolve a realidade social, afinal, “o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2011, p. 21). Nesse tipo de pesquisa há a interpretação dos fatos, bem como a identificação, análise e descrição dos dados que foram coletados.

O caráter descritivo é aquele que descreve criteriosamente as características de um grupo ou fenômeno específico, geralmente tendo o levantamento como padronização das técnicas de coleta de dados (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Para poder para atingir o objetivo da pesquisa, tem-se como procedimentos e/ou métodos de investigação a pesquisa bibliográfica através da utilização de livros, artigos, legislações, sites institucionais e outros acervos relacionados ao tema. A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é definida por Sehnem (2016) como aquela baseada em contribuições já publicadas sobre a temática em estudo, e que possibilita investigar determinado assunto com uma nova abordagem ou enfoque.

Além disso, foi elaborado diagnóstico da mobilidade urbana do município de São Miguel do Oeste por meio de pesquisas a campo realizadas no ano de 2020, tendo como foco de análise os modais da mobilidade urbana e sua respectiva infraestrutura, com percepções individuais e específicas verificadas in loco.

Também se fez necessária a realização de uma pesquisa pública de caráter quantitativo sobre as formas de deslocamento da população migueloestina, a qual foi elaborada por intermédio de questionário. Mesmo diante do cenário de pandemia vivenciado no ano de 2020, foi

possível realizar uma amostra significativa para a validação dessa etapa da pesquisa. Hair e Tatham (2009, p. 109) afirmam que “o menor valor absoluto de amostra deve ser de 50 observações”. Com isso, optou-se por trabalhar com uma amostra de no mínimo 100 pessoas. Todos os respondentes são munícipes de São Miguel do Oeste, totalizando uma amostra de 113 pessoas, e o questionário foi aplicado entre os dias 21 de setembro de 2020 e 23 de outubro de 2020. Utilizou-se a plataforma do Google Forms para a elaboração das perguntas da pesquisa pública e reprodução dos dados gráficos. Tal pesquisa foi aplicada pelas redes sociais dos autores deste capítulo (Facebook e Instagram).

O questionário foi formado por uma série ordenada de perguntas que são respondidas pelo informante sem a presença do pesquisador, e tem como foco “[...] conhecer as opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (SEHNEM, 2016, p. 40). Para a interpretação dos dados coletados foram utilizadas análises descritivas e para a tabulação dos dados foram usados gráficos e mapas ilustrativos.

Mobilidade urbana

Segundo o Ministério das Cidades (2005), a mobilidade urbana é o resultado da interação dos fluxos de deslocamento de pessoas no espaço urbano. Desta forma, o sistema de mobilidade urbana é assegurado de acordo com a infraestrutura que garante o deslocamento das pessoas na cidade. Em outras palavras, a mobilidade urbana se refere às formas de locomoção da população em um determinado espaço urbano.

É um tema amplo que aborda o desenvolvimento urbano como o uso e a ocupação do solo, cuja saúde e qualidade de vida das pessoas estão diretamente ligadas às suas condições de deslocamento (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

A mobilidade urbana, isto é, a condição em que se realizam os deslocamentos diários, interfere diretamente no modo de viver e conviver da população, sendo que a dificuldade em acessar os serviços oferecidos pela cidade torna uma sociedade carente de integração social e urbana. Muito mais do que isso, o planejamento urbano é um dos fatores que reflete no ordenamento territorial, porém, nem todos os municípios possuem essa estrutura de organização.

Outro viés que pode ser abordado, diz respeito aos impactos das condições de deslocamento que atingem a sociedade pela geração de acidentes, poluição e congestionamentos, mas que afetam especialmente a vida da população mais carente que geralmente habita regiões distantes das áreas centrais (CARVALHO, 2016). Ainda, Carvalho (2016) destaca que os sistemas de mobilidade ineficientes agravam as desigualdades sociais, ocasionando impactos sobre a renda, oportunidades de emprego, estudo, lazer e acesso à saúde.

Neste contexto, a fim de melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade, foi criada no ano de 2012 a Lei nº 12.587 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, em apoio à determinação constitucional para o desenvolvimento urbano e de acordo com questões relacionadas a política urbana estabelecidas pelo Estatuto da Cidade. “A Lei 12.587/2012 estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana de forma clara e objetiva, o que

.....●.....
facilita a aplicabilidade nos casos concretos referentes ao assunto”
(BRASIL, 2012, p.1).

Mobilidade urbana em municípios de pequeno porte

Juntamente com o desenvolvimento urbano brasileiro, surgiram problemas de insuficiência ou inexistência de infraestrutura e serviços, entre eles os vinculados à mobilidade urbana e conseqüentemente ao transporte coletivo. A baixa qualidade do transporte público coletivo, a ineficácia das políticas públicas em reduzir as dificuldades de locomoção da população, a cobrança de tarifas elevadas e a situação da imobilidade urbana, são algumas dessas problemáticas observadas diariamente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Além desse fato, o aumento dos automóveis particulares que circulam num espaço cuja infraestrutura não é adequada, provoca congestionamentos, acidentes de trânsito e poluição do ar, ou seja, estes problemas geram a imobilidade urbana e sucedem impactos negativos à população. Aliado a esse desafio, as políticas públicas enfrentam impasses quanto à escassez de recursos e, mesmo quando há previsão de investimentos no setor, muitas vezes não são devidamente destinados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Assim como nos grandes centros urbanos, os municípios de pequeno porte também passam por desafios acerca do seu planejamento e funcionamento, muitas vezes em decorrência do crescimento desordenado ou falta de recursos públicos.

Bocchini (2018) enfatiza que alguns desses problemas estão associados com a falta de transporte público, e em determinados casos, o



sistema de mobilidade que é vendido para os municípios de pequeno porte se torna inadequado, por seguir modelos dos grandes centros.

Outro fator a ser considerado são as restrições no que diz respeito à infraestrutura, isto é, baixos orçamentos e poucos recursos próprios para a realização dos sistemas de mobilidade. Com isso, os municípios de pequeno porte dependem de verbas do poder público e até mesmo convênios ou parcerias com associações municipais (SUDÁRIO, 2017).

Embora existam mecanismos de gestão pública que possam minimizar as dificuldades relativas à qualidade de vida das pessoas, por vezes ela se mostra insuficiente, considerando que os planos e projetos de ação que visam ampliar as condições de mobilidade urbana, em sua maioria, são planejadas para médias e grandes cidades (SUDÁRIO, 2017).

Ademais, os estudos para elaboração de planos de mobilidade urbana para municípios de pequeno porte são escassos, e muitas vezes não comportam os sistemas de mobilidade urbana propostos para os grandes centros. Alguns desses municípios se preocupam com o planejamento urbano, já outros não possuem recursos financeiros suficientes para concretizar seus planos. Como estudo de caso, pode ser citado o município de Rio Negrinho/SC que elaborou o plano de mobilidade urbana em conjunto com outros municípios da região norte catarinense. Rio Negrinho possui características similares ao município de São Miguel do Oeste, principalmente no que se refere ao porte.

Portanto, a mobilidade urbana deve ser contemplada como parte das políticas de desenvolvimento urbano, dentre elas o uso e ocupação do solo, os programas de políticas habitacionais e a locação dos equipamentos urbanos. Além disso, devem ser propostas medidas direcionadas a

assegurar que, sobretudo, a mobilidade urbana seja compreendida de forma integradora, abrangendo todas as formas de deslocamento, priorizando sempre o transporte não motorizado sobre o motorizado e ainda, se possível, adotando alternativas de restrição para o transporte individual (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Também vale ressaltar que para Bacelar (2005) a definição de municípios de pequeno porte varia de acordo com pesquisadores e institutos de pesquisa. À vista disso, Fresca (2011) afirma que para a identificação de tal classificação é necessário entender sua inserção num determinado território, pois ela ainda é responsável por atender grande parte dos brasileiros em termos de bens e serviços imediatos.

Contudo, é possível verificar que a mobilidade urbana é um tema complexo e envolve uma série de fatores que dependem da participação e colaboração da sociedade, somada aos esforços das diferentes esferas governamentais.

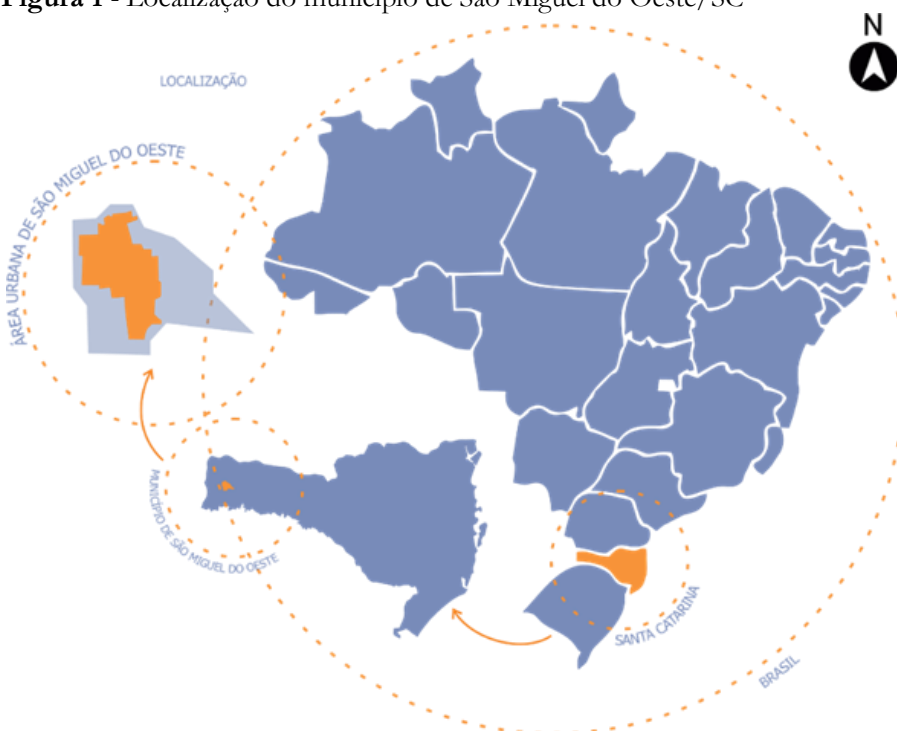
Conhecendo a região de estudo

Localizado na mesorregião do Oeste Catarinense, Brasil, o município de São Miguel do Oeste (Figura 1) situa-se a uma distância de aproximadamente 655km da capital Florianópolis, possui cerca de 40.868 habitantes estimados em 2020, área total de 234 km², de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020c), e polariza importantes órgãos e instituições de saúde e educação.

As primeiras famílias chegaram ao local no ano de 1940, trazidas pela colonizadora Barth, Benetti & Cia Ltda e apesar das dificuldades encontradas, iniciaram as construções das primeiras casas em madeiras,

que era a principal matéria prima encontrada na época (RODRIGUES, 2004). A partir de 1943 os moradores contaram com o auxílio da companhia colonizadora gerenciada por Olímpio Dal Magro, que possuía um projeto inicial conhecido como "plano piloto", feito pelo Engenheiro Simão Ruas e mais tarde adequado por Ricardo Brüggemann. Essa proposta previa ruas de 20 metros cruzadas por avenidas de 25 metros de largura (DE BONA, 2004).

Figura 1 - Localização do município de São Miguel do Oeste/SC



Fonte: Adaptado de Campos (2006).

A primeira abertura de vias se deu com a Avenida Getúlio Vargas, no entanto, concomitantemente a essa iniciativa, algumas entidades ainda discordavam da largura prevista em projeto. Porém, Olímpio Dal Magro



insistiu em permanecer com a largura das vias de no mínimo 20 metros, respeitando a Avenida Getúlio Vargas que já tinha sido executada com 25 metros (DE BONA, 2004).

Apesar do planejamento de ruas largas para o município de São Miguel do Oeste, com o crescimento populacional e o aumento da frota de veículos, a infraestrutura urbana de deslocamento tornou-se insuficiente à atual demanda.

Com o desenvolvimento das cidades, observa-se que geralmente as ruas de circulação de automóveis ganham espaço em detrimento dos locais de circulação de pedestres. Esse fato reflete diretamente no comportamento da sociedade que utiliza cada vez mais seus veículos particulares, enquanto as áreas de deslocamento de pedestres não possuem infraestrutura adequada para trafegar.

Neste contexto, destaca-se que o Brasil possui 210.147.125 habitantes e 56.785.464 automóveis, o que corresponde a 1 automóvel para cada 4 pessoas (IBGE, 2020a; DENATRAN, 2020). O estado de Santa Catarina contém 7.164.788 habitantes e 3.060.885 automóveis, isto é, 1 automóvel para cada 3 pessoas (IBGE, 2020b; DENATRAN, 2020). Já o município de São Miguel do Oeste possui 40.482 habitantes e 20.192 automóveis, representando 1 automóvel para cada 2 pessoas, embora os deslocamentos de norte a sul não ultrapassem 7km (IBGE, 2020c; DENATRAN, 2020). Para os dados apresentados, os automóveis são aqueles definidos como “veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com capacidade para até oito pessoas, exclusive o condutor” (BRASIL, 1997, p. 105).

Pelas informações descritas, ressalta-se o preocupante estado em que se encontra o território brasileiro, o estado catarinense e principalmente o município de São Miguel do Oeste. Aliás, nos locais com expressiva concentração de automóveis, há uma disputa do espaço urbano com pedestres e ciclistas a todo o momento.

A frota de automóveis em São Miguel do Oeste cresce a cada ano, se tornando mais relevante medidas que promovam a diminuição do número de automóveis nas ruas e, conseqüentemente, a redução de gás carbônico liberado no ar. No entanto, vale lembrar que para minimizar esse índice são necessárias alternativas de deslocamento para a população como, por exemplo, calçadas acessíveis e em condições de trafegabilidade, locomoção por ciclovias e/ou ciclofaixas e transporte coletivo eficiente.

Diante do exposto, evidencia-se que a mobilidade urbana deve ser vista não somente como um agravante no município de São Miguel do Oeste, mas como uma alternativa para melhorar a qualidade de vida da população migueloestina. De fato, não é uma tarefa fácil, pois implica na alteração da cultura e nos hábitos das pessoas, todavia, é uma problemática que precisa ser adequada ao espaço urbano existente.

Diagnóstico do município de São Miguel do Oeste

Para a elaboração do diagnóstico de mobilidade urbana no município de São Miguel do Oeste, foram necessárias pesquisas a campo (realizadas no ano de 2020) acerca da infraestrutura existente em todos os modais da mobilidade urbana, acompanhamento dos fluxos diários que ocorrem de forma ineficiente e observação do comportamento da população no trânsito, objetivando a coleta de informações e dados, e a



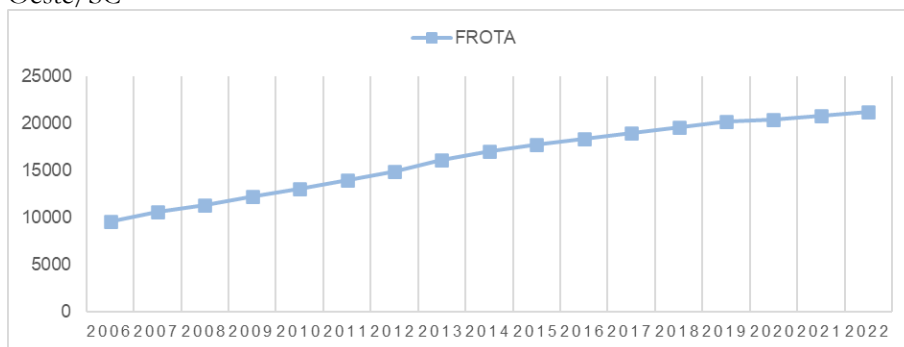
construção de um diagnóstico completo, baseado em percepções individuais.

A partir do embasamento adquirido nos locais de estudo, elaborou-se a pesquisa de caráter público por meio de questionário, a fim de obter resultados significativos quanto ao foco da pesquisa e posterior direcionamento das propostas.

Após as análises realizadas in loco, compreende-se que o tempo de deslocamento diário até o centro da cidade é a principal causa pela mobilidade urbana de São Miguel do Oeste ser considerada ineficaz. Também foram identificadas calçadas sem pavimentação ou em desacordo com as normas de acessibilidade vigentes, e a precariedade do sistema de transporte público coletivo.

De acordo com os dados do censo de 2010 do IBGE, o município de São Miguel do Oeste contava com 36.306 habitantes e em 2020 a estimativa subiu para 40.868 (IBGE, 2020c). Sendo assim, além do crescimento populacional, o aumento do número de automóveis é evidente, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Aumento da frota de automóveis no município de São Miguel do Oeste/SC



Fonte: IBGE (2020a).

Pelo gráfico 1 vê-se que num período de 16 anos a frota de automóveis duplicou em São Miguel do Oeste, sendo essa uma das causas da lentidão nos deslocamentos que ocorrem no município. Outro fator constatado corresponde a quantidade de veículos que segue em direção ao centro em busca dos serviços ali oferecidos. Ou seja, de acordo com o IBGE (2020a), a frota de veículos não coletivos no município supracitado equivale a 20.192 automóveis, 5.572 motocicletas, 3.816 caminhonetes, 2.423 motonetas, 1.389 camionetas e 4 ciclomotores. Do total da frota de veículos (37.274), 33.396 são veículos próprios, isto é, aqueles que não são denominados coletivos ou de cargas. Esse número representa que 89,59% do total de veículos são de uso próprio, e, portanto, são necessárias medidas eficazes que incentivem o uso do transporte coletivo ou da bicicleta como principal meio de locomoção.

Após a identificação das causas dos problemas de mobilidade urbana existentes no município de São Miguel do Oeste, apresentam-se os mapas de levantamento e respectivas análises do diagnóstico.

Outrossim, frisa-se que após a data de realização da pesquisa a campo não ocorreram alterações expressivas na mobilidade urbana do município, entretanto, no ano de 2023 iniciou o processo de desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana, a qual já foram realizados alguns levantamentos, primeira etapa de diagnóstico e reuniões comunitárias.

Polos geradores de viagens

Polos geradores de viagens ou polos geradores de tráfego são locais ou empreendimentos de distintos setores comerciais que tem em



comum o desenvolvimento de atividades que exercem atratividade à população e produzem grande número de deslocamento até esses pontos (SANTOS; FREITAS, 2014).

Segundo Santos e Freitas (2014), esses polos são capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento e valorização de determinadas áreas da cidade, bem como causam reflexos negativos na estruturação viária, prejudicando a acessibilidade e em alguns casos agravando as condições de segurança dos pedestres e veículos.

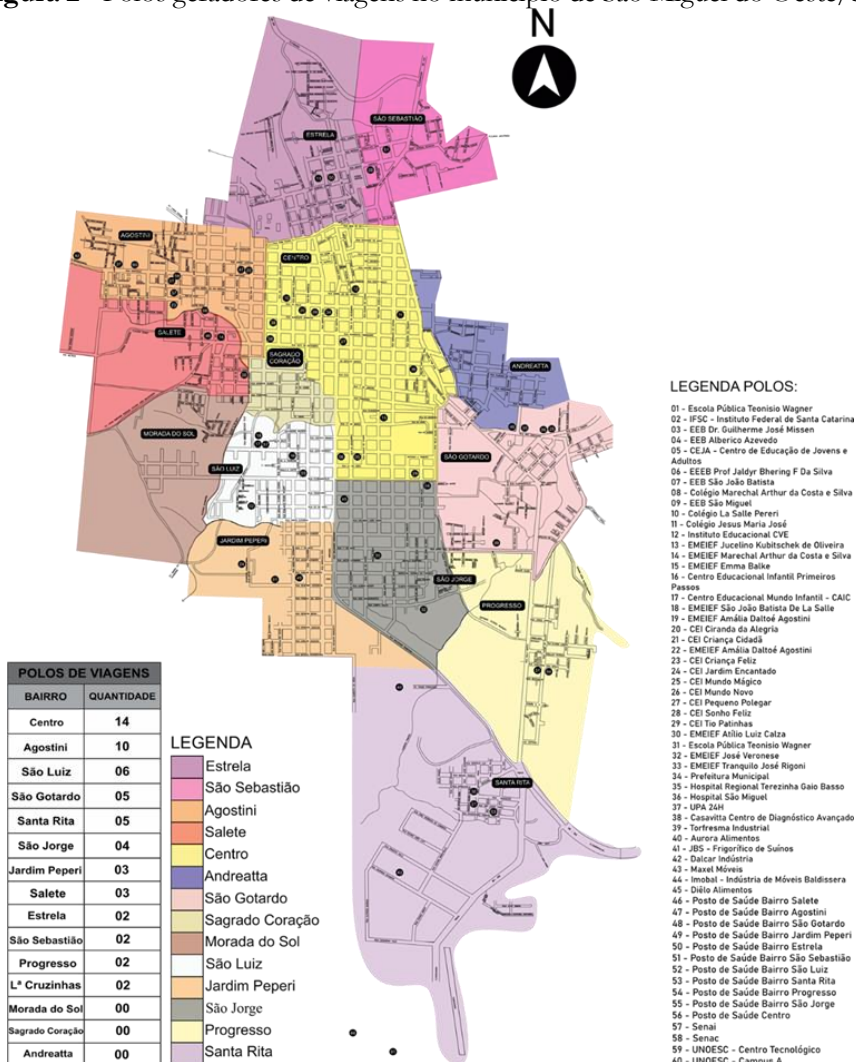
Neste contexto, Meurer et al. (2005, p. 6) afirmam: “esses empreendimentos geram, direta ou indiretamente, uma demanda de tráfego com características extraordinárias e imprevistas para o uso e ocupação do solo”. Além de locais fixos, podem ser considerados polos os eventos que geram volume de tráfego temporário. Com isso, a instalação concentrada desses espaços reflete na utilização das vias públicas para estacionamento, quando comparado o número de vagas de estacionamento para a quantidade de polos geradores em uma dada região da cidade (MEURER et. al, 2005).

Neste sentido, muitos municípios estabelecem em seus planos diretores uma área mínima determinada como polo gerador de viagem, afinal, geralmente os empreendimentos maiores são aqueles que atraem a população, e para isso, devem oferecer uma quantidade mínima de vagas de estacionamento, de modo a evitar impactos negativos como os mencionados anteriormente (MEURER et. al, 2005).

No caso do município de São Miguel do Oeste (Figura 2), os polos geradores de viagens são em sua maioria as instituições de ensino, seguido das unidades de saúde (postos e hospitais) e indústrias de maior porte. Ou

seja, são locais que geram maior fluxo de pessoas por oferecem serviços básicos ou serem ambientes de trabalho, como é o caso das indústrias.

Figura 2 - Polos geradores de viagens no município de São Miguel do Oeste/SC



Fonte: Adaptado de São Miguel do Oeste (2011a).

Pela figura 2 se percebe que a maioria dos polos geradores de viagens encontram-se no bairro centro com 24,14% dos 60 polos



identificados, seguido do bairro Agostini com 17,24%, São Luiz com 10,34%, São Gotardo e Santa Rita com 8,62% cada, São Jorge com 6,90%, Jardim Peperi e Salete com 5,17% cada. Já o bairro Estrela, São Sebastião, Progresso e a Linha Cruzinhas possuem cada um 3,45% do número total dos polos geradores, e o bairro Morada do Sol, Sagrado Coração e Andreatta não possuem nenhum polo. Deste modo, a população migueloestina depende do bairro centro para ter acesso a maioria dos serviços e atividades consideradas indispensáveis para atender as suas necessidades básicas.

Além disso, os bairros Morada do Sol, Sagrado Coração e Andreatta não possuem polos geradores de viagens possivelmente devido ao baixo uso e ocupação do solo em relação a área total de tais bairros, e/ou pela existência de outros bairros limítrofes que atendem sua demanda de serviços.

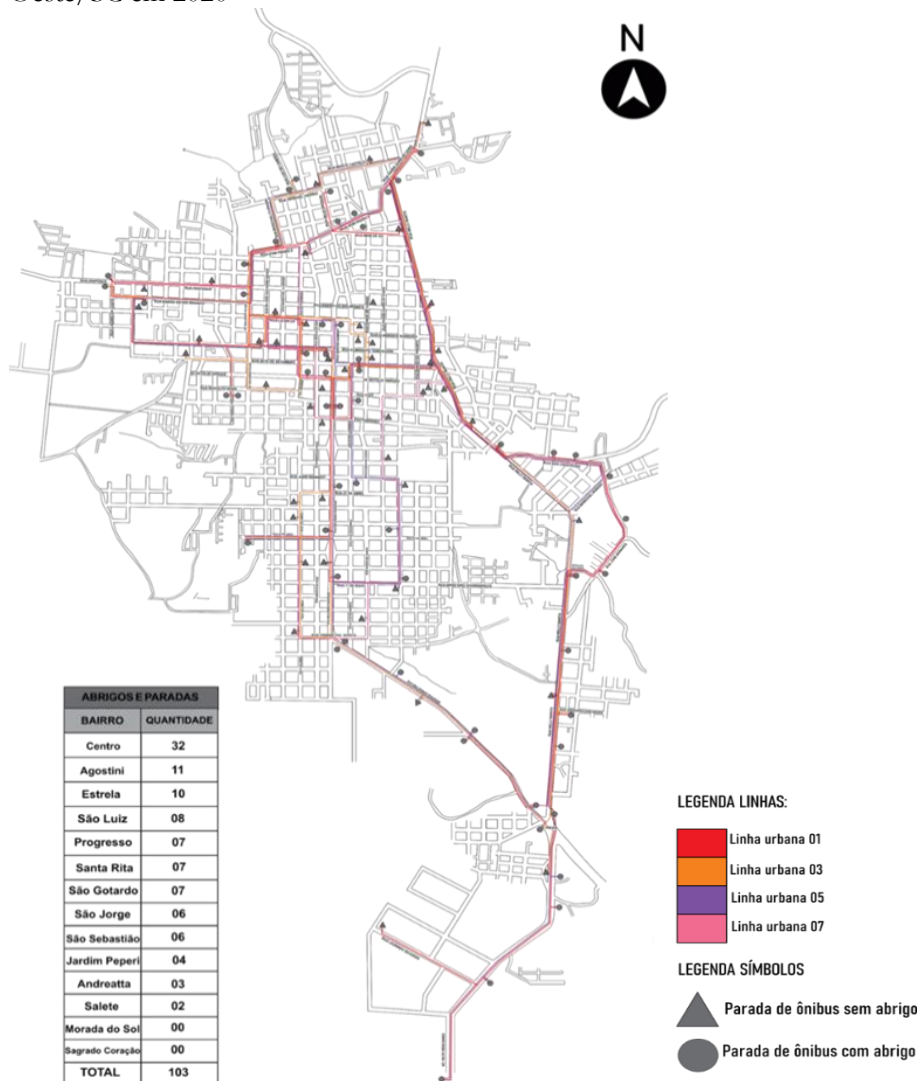
Ainda, é visto que as indústrias que geram tráfego de veículos pesados se situam em áreas mais retiradas do centro urbano e por isso, não interferem diretamente nos deslocamentos diários que a população costuma realizar. A exemplo disso, pode ser citada a Maxel Móveis, Frigorífico de Suínos JBS, Imobal Indústria de Móveis Baldissera e Dalcar.

Transporte público coletivo

No que se refere ao transporte público, no ano de 2012 foi instituída no Brasil a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) através da Lei Federal nº 12.587, que possui como um dos princípios, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, priorizando os modos de transporte não motorizados sobre os

motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado (BRASIL, 2012).

Figura 3 - Linhas urbanas e paradas de ônibus no município de São Miguel do Oeste/SC em 2020



Fonte: Adaptado de São Miguel do Oeste (2011a) e Extremo Oeste Tur (2020).

Em São Miguel do Oeste, no ano de 2020, o transporte público coletivo era realizado de segunda a sexta-feira durante todo o dia, em diferentes horários e rotas. Esse serviço era terceirizado à empresa Extremo Oeste Tur que oferecia serviços de meia passagem a estudantes, gratuidade aos idosos e uma tarifa justa para os demais grupos. Esse transporte coletivo contava com quatro linhas urbanas (Figura 3).

Pela Figura 3 nota-se que as linhas circulavam por quase toda a malha viária e a quantidade de abrigos e paradas de ônibus aparentava ser suficiente, de forma que o usuário não percorria longas distâncias para acessar o transporte. Também se verifica que algumas vias recebiam um fluxo maior desse tipo de veículo e por sinal são aquelas com melhor infraestrutura, largura e importância na hierarquia viária.

O centro era o bairro que possuía mais paradas e abrigos de ônibus, isto é, o equivalente a 32 locais. Essa concentração de pontos citados diminuía gradativamente em direção aos bairros mais afastados da área central, com a seguinte quantidade: Agostini 11; Estrela 10; São Luiz 8; Progresso, Santa Rita e São Gotardo 7 pontos cada; São Jorge e São Sebastião 6 pontos cada; Jardim Peperi 4; Andreatta 3; Salete 2; e por fim, Morada do Sol e Sagrado Coração com nenhum ponto.

É notável que existiam vazios na malha urbana que não eram contemplados pelo sistema de transporte coletivo, retomando assim a questão já levantada em relação a área desses bairros comparada a outros. A exemplo disso, consta na Figura 4 o raio de abrangência do transporte coletivo, tendo como referência as paradas ou abrigos de ônibus em um



raio de 300 metros, respeitando a caminhabilidade definida por Ferraz e Torres (2004).

Figura 4 - Raio de abrangência do transporte coletivo no município de São Miguel do Oeste/SC



Fonte: Adaptado de São Miguel do Oeste (2011a) e Extremo Oeste Tur (2020).

Outra característica importante do transporte coletivo a ser destacada é que existem poucas paradas de ônibus com abrigo físico, pois a grande maioria possui apenas a sinalização vertical (placa).

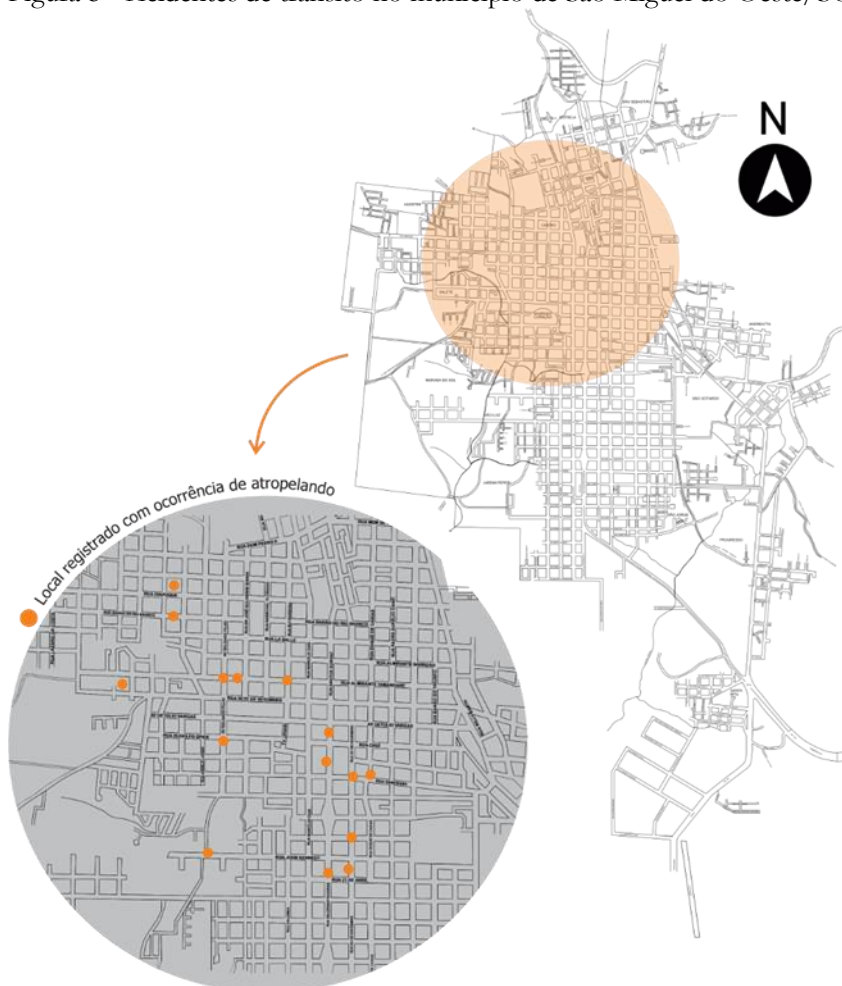
Mesmo com 37 roteiros diários e uma média de 487 passageiros por dia distribuídos em 4 linhas urbanas, o município ainda não possuía um terminal urbano municipal destinado somente ao transporte coletivo, por isso, utilizava o terminal urbano rodoviário situado no centro da cidade. De acordo com contato feito à empresa Extremo Oeste Tur (2020), a ampliação desse serviço dependia da demanda existente e muitos municípios migueloestinos usavam o transporte público como última alternativa de locomoção. Do mesmo modo, isso é reflexo de uma sociedade bem estruturada financeiramente, apta a adquirir seu próprio automóvel.

Por fim, destaca-se que atualmente as linhas urbanas do transporte coletivo não estão ativas no município de São Miguel do Oeste, devido ao vencimento do contrato da empresa Extremo Oeste Tur e pelo fato de não ter sido renovada a concessão pública. Em contrapartida, o município elaborou uma nova proposta/projeto que foi encaminhado ao Tribunal de Contas para análise e respaldo sobre o atendimento à legislação vigente. Tal fato visa possibilitar que empresas participem conforme os novos moldes descritos no processo de concessão pública. Atualmente o que está em vigor é o fretamento de passageiros realizado por algumas empresas privadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2023).

Calçadas públicas

Outra questão levantada refere-se a falta de execução e/ou pavimentação das calçadas públicas, o que induz muitas vezes ao pedestre trafegar pelas vias de circulação de veículos, aumentando a probabilidade de acidentes de trânsito.

Figura 5 - Acidentes de trânsito no município de São Miguel do Oeste/SC



Fonte: Adaptado de São Miguel do Oeste (2011a) e Polícia Militar de São Miguel do Oeste (2020).

Em contato com a Polícia Militar de São Miguel do Oeste (2020), foi possível identificar que os acidentes de trânsito envolvendo automóveis e pedestres, geralmente ocorrem em vias de alto tráfego, ou seja, vias arteriais de grande fluxo (Figura 5). Sendo que, no ano de 2020 foram registrados 18 acidentes envolvendo pedestres.

Isso demonstra que não há muitas pessoas transitando nas calçadas, mas sim, condutores “correndo contra o tempo” para vencer o tempo de deslocamento que interfere nas suas atividades realizadas cotidianamente.

Buscando compreender as causas desses acidentes, salienta-se a topografia acidentada que é uma das particularidades presentes nos municípios do Extremo Oeste Catarinense, e que está diretamente relacionada a irregularidade do traçado urbano, dificultando em determinadas situações a visibilidade dos motoristas. Neste caso, a imprudência de muitos condutores também interfere negativamente no aumento do número de acidentes.

Ciclofaixas

Para completar a análise dos modais da mobilidade urbana, destacam-se as vias de circulação de bicicletas, mais conhecidas como ciclofaixas. As bicicletas estão ganhando cada vez mais espaço no cenário urbano, pois além de serem importantes alternativas para melhorar a mobilidade urbana, auxiliam na diminuição de gases poluentes e beneficiam a saúde humana.



Pensando na necessidade de tornar mais segura a locomoção de ciclistas no município de São Miguel do Oeste, foi implantada uma ciclofaixa na Rua Waldemar Rangrab, com 2,50m de largura e aproximadamente 4km de extensão, conectando o trevo de acesso do município até as proximidades do bairro centro (eixo norte - sul). A ciclofaixa supracitada foi conectada a outra ciclofaixa instalada posteriormente na Rua Marcílio Dias, com largura correspondente a 2,30m, passando por importantes pontos de referências da cidade.

Neste sentido, vale ressaltar que segundo a Lei Complementar nº 3/2011 que dispõe sobre normas relativas ao sistema viário de São Miguel do Oeste, as vias se classificam em oito tipos: estruturais, arteriais, coletoras, locais, especiais, rurais, vias para pedestres e ciclovias (SÃO MIGUEL DO OESTE, 2011b). Sendo que, todas as vias de tráfego de veículos, exceto a estrutural que é definida por órgãos federais, e a local que é uma via específica de acesso aos lotes e edificações, contemplam em sua dimensão um espaço destinado a ciclovia.

O uso e ocupação do solo são determinantes para o planejamento da hierarquia viária, considerando que as vias devem atender deslocamentos de veículos, bem como os meios de transporte não motorizados, conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana. O que se percebe no município de São Miguel do Oeste é que a cidade foi planejada para automóveis, justamente pelo fato de não comportar calçadas e muito menos ciclovias em muitas ruas já existentes.

Na pesquisa a campo realizada, identificou-se que em apenas um trecho da rua Almirante Tamandaré existe uma calçada prepotente em



relação a via de passagem de veículos e por isso ela ficou conhecida como “calçadão”, uma rua que prioriza os pedestres em detrimento dos veículos.

Análise geral

A partir da análise geral do diagnóstico, compreende-se que o problema da mobilidade urbana no município de São Miguel do Oeste/SC diz respeito ao mau planejamento da cidade, atrelado a uma questão social, histórica e cultural. Afinal, no passado, a aquisição de um automóvel significava poder aquisitivo e para isso, eram necessárias vias adequadas para os deslocamentos deste meio de transporte.

Com os dados e informações apresentadas, nota-se que alguns bairros mais periféricos possuem deficiências em todos os aspectos levantados: falta de polos geradores de viagens, inexistência de abrigos e/ou paradas de ônibus, e ausência de vias para uso de meios não motorizados, desde calçadas adequadas até ciclofaixas. Por esse motivo, é importante observar que esses bairros devem receber uma atenção especial em todos os sentidos, a fim de promover o acesso aos serviços que a cidade oferece, seja por meio do transporte coletivo ou até mesmo pelo próprio deslocamento a pé.

Outrossim, os polos geradores de viagens têm influência direta na locação dos abrigos de ônibus, sendo que as linhas são determinadas a partir de pontos de referência, ou seja, locais de bastante atratividade. E diante dessa perspectiva, fica evidente que o bairro centro é o local mais dotado dessa infraestrutura, justamente por estar localizado numa área privilegiada e por oferecer todo tipo de serviço que a população necessita.



Muito desse assunto tem relação com a hierarquia viária da cidade, uma vez que, ruas mais largas comportam um fluxo de veículos e de pessoas muito maior e isso justifica a escolha dessas vias para a implantação de equipamentos urbanos (abrigos de ônibus, ciclovias, ciclofaixas, calçadas adequadas) e para a fixação de comércios e outras atividades mais atrativas, considerando o valor imobiliário local.

Abordando de forma geral o presente diagnóstico, compreende-se que os problemas evidenciados no município de São Miguel do Oeste estão quase que exclusivamente ligados ao planejamento tardio, a urbanização e ao crescimento desordenado da frota de veículos.

Logo, entende-se que através da aplicação de políticas públicas voltadas a mobilidade urbana, será possível rever esta situação, de forma que o pedestre seja prioridade e não mais o automóvel. A preocupação com o meio ambiente e com a saúde pública, visando maior qualidade de vida para a população migueloestina, igualmente deve ser considerada.

O município tem a possibilidade de contar com recursos federais e estaduais, além de parcerias público-privadas que são instituídas pela Lei nº 11.079/2004, além de utilizar instrumentos de financiamento previstos no Estatuto da Cidade. Uma forma de contar com esses recursos é elaborar o Plano de Mobilidade Urbana até abril de 2023, conforme previsto na Lei nº 14.000/2020.

Pesquisa pública

Juntamente com o desenvolvimento do diagnóstico dos modais da mobilidade urbana existente no município de São Miguel do Oeste, foi

realizado no ano de 2020 um questionário de pesquisa pública com uma amostra de 113 participantes, sendo todos moradores do município supracitado. Tais perguntas foram analisadas de modo quantitativo (através da porcentagem de cada item abordada nas questões) e pelo fato de serem de múltipla escolha, cada item varia de 0% a 100%.

As perguntas elaboradas e aplicadas no questionário têm como objetivo compreender o que a população migueloestina pensa a respeito das formas de deslocamento presentes em São Miguel do Oeste.

Após a realização do referido questionário nota-se um predomínio de pessoas que demonstram preferência pelo uso do automóvel como opção de deslocamento. Essa amostra caracteriza-se como significativa, afinal, corresponde a 82,3% dos respondentes e em última posição está a preferência pela utilização do transporte público coletivo com 0%, o que comprova o crescente índice de automóvel por habitante no município. Outrossim, uma pequena parcela da população afirma que as caminhadas fazem parte da sua vida como uma prática esportiva.

Ademais, somente 0,90% dos participantes utilizam o transporte público coletivo para alguma finalidade, 47,10% não utiliza esse serviço e 35,30%, 23,50% e 5,90% usam por motivo de estudo, trabalho e saúde, respectivamente. Outro item a ser mencionado refere-se à preferência do uso de veículo próprio para locomoção, o que equivale a 53,00% dos respondentes. Outros afirmaram não usufruir do transporte público coletivo porque os horários e itinerários não suprem suas necessidades diárias, pela falta de divulgação e/ou pelo custo da passagem.

Em relação aos meios de transporte não motorizados, verifica-se que a não utilização da bicicleta como alternativa de locomoção deve-se ao fato de não existir ciclovia ou ciclofaixa em vias próximas a residência dos respondentes e/ou que interligam importantes pontos de referência da cidade. Com isso, tal meio de transporte acaba sendo usado quase exclusivamente nos finais de semana para outras finalidades, dentre elas lazer ou prática esportiva.

O mesmo ocorre quanto aos deslocamentos a pé, pois a minoria das pessoas faz uso desse meio de locomoção para ir ao trabalho ou estudos. Do total de respondentes, 69,30% caminham como prática esportiva e 52,90% não se deslocam a pé devido as condições de pavimentação das calçadas não serem apropriadas.

Além disso, 91,20% da população que respondeu o questionário concorda com a necessidade de mudanças na estruturação da cidade de São Miguel do Oeste no que diz respeito a mobilidade urbana, primando pelos meios de transporte não motorizados.

Diretrizes e ações para o plano de mobilidade urbana

Após o embasamento apresentado, foram elaboradas as diretrizes e ações para o Plano de Mobilidade Urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC, com objetivos, metas e ações estratégicas (prazos) atendendo ao disposto na Política Nacional de Mobilidade Urbana, e prezando pela hierarquia da mobilidade urbana, na qual tem como prioridade o pedestre.



Outrossim, para o desenvolvimento das ações e diretrizes para o plano de mobilidade urbana, foram analisados todos os dados coletados e identificados os pontos mais críticos, que correspondem aqueles em que os deslocamentos são inviáveis ou nem utilizados por falta de estrutura e/ou segurança. Com isso, as ações foram estruturadas por ordem de brevidade de execução, sendo curto, médio e longo prazo, para então a cidade efetivar as etapas por fases.

PROGRAMA	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS (PRAZOS)															
			AÇÃO A CURTO PRAZO (5 ANOS)					AÇÃO A MÉDIO PRAZO (10 ANOS)				AÇÃO A LONGO PRAZO (20 ANOS)						
			2021	2022	2023	2024	2025	2026			2036	2037			2057			
	Fomentar essa prática tendo em vista que o ciclismo tem impacto positivo na saúde pública e no meio ambiente	Mais bicicletas significam menos carros: uma opção para a diminuição do veículo particular é o incentivo, através dos meios de comunicação e a reeducação de uma cultura voltada ao veículo automotor																
	Sinalizar de forma clara e evidente todos os locais que possuem ciclovias ou ciclofaixas, além de regulamentar os equipamentos do ciclista	Além da sinalização através de placas de regulamentação e faixas horizontais de orientação, também são necessários os equipamentos de segurança do ciclista, como roupas adequadas e capacete																
	Manter em condições de uso as ciclofaixas já existentes	A fiscalização contínua da infraestrutura já existente é primordial para o uso permanente dos espaços destinados aos ciclistas																

CICLOVIAS E CICLOFAIXAS	<p>Instalar bicicletários junto aos abrigos de ônibus</p>	<p>Os ciclistas tendem a se deslocar para locais onde existem estacionamentos para suas bicicletas, por isso da importância de implantar esse equipamento público junto aos abrigos de ônibus, pois o ciclista também pode se tornar pedestre e/ou passageiro de ônibus. Dessa forma, é possível atendê-lo em quaisquer das situações em que esteja (pedestre, ciclista ou passageiro)</p>																				
	<p>Ampliar o sistema viário das bicicletas, bem como implantar um corredor turístico</p>	<p>A proposta é atender àqueles que responderam ao questionário citando que a ciclofaixa é um percurso curto e não atrativo, isto é, executar uma ciclofaixa que se inicia na Rua Oiapoque e se estende até as proximidades do Parque Rineu Gransotto, na SC 163, tendo aproximadamente 12km</p>																				
	<p>Implantar Plano Cicloviário que ofereça rotas seguras aos ciclistas</p>	<p>Com base nos principais empreendimentos que geram atratividade e de acordo com composição viária da cidade, definir a implantação de ciclovias ou ciclofaixas em rotas seguras que estimulem o uso da bicicleta nos deslocamentos diários de curta e média distância</p>																				
	<p>Introduzir bicicletas compartilhadas em pontos específicos da cidade</p>	<p>Além de gerar lucros para o município, contribui com a saúde pública e meio ambiente. Por esse motivo, essa proposta será agregada ao bicicletário que fará parte da readequação do modelo de abrigos de ônibus</p>																				
	<p>Priorizar as vias de circulação de ciclistas em detrimento ao espaço urbano ocupado pelas faixas de estacionamento na área central</p>	<p>Implantar um projeto de reestruturação viária que tenha como prioridade: o pedestre, o ciclista e por último o veículo. Por isso, a ocupação das faixas de estacionamento será substituída por ciclovias ou ciclofaixas</p>																				



PROGRAMA	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS (PRAZOS)																	
			AÇÃO A CURTO PRAZO (5 ANOS)						AÇÃO A MÉDIO PRAZO (10 ANOS)			AÇÃO A LONGO PRAZO (20 ANOS)								
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	-	-	2036	2037	-	-	2057					
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	Aprimorar linhas, rotas e horários conforme a demanda	Melhorias de acordo com a reivindicação da população nas pesquisas																		
	Racionalizar o uso do veículo particular e veicular formas de conscientização da população a fazer o uso do transporte público coletivo	Campanhas de incentivo ao uso de outros meios de transporte, como imposto verde àqueles que fizer o uso do veículo próprio, redução de custo do transporte público para quem fizer o uso das bicicletas compartilhadas																		
	Readequar o modelo do abrigo de ônibus	Para atender as demais propostas é necessário prever um bicicletário junto ao modelo de abrigo de ônibus, já existente																		
	Criar um aplicativo de apresentação do mapa com abrigos ou paradas de ônibus e linhas e horários disponíveis	A fim de tornar mais prático o acesso ao sistema de transporte público, o mapa completo de linhas e horários e compra de tickets será disponibilizado através de um aplicativo próprio para esse fim																		
	Prever um local destinado ao terminal de interligação do sistema de transporte público	O terminal de interligação será implantado em um local estratégico com o objetivo de servir como local de apoio para embarque e desembarque de passageiros																		
	Garantir o acesso ao transporte público coletivo	É necessário ampliar ou reorganizar alguns abrigos e paradas de ônibus que não se encontram no raio de abrangência																		
	Criar setor responsável pela fiscalização de forma efetiva dos serviços de transporte	Sejam eles terceirizados ou de responsabilidade do poder público, esse setor para ficará responsável por																		



	exigir qualidade no serviço e manutenção do sistema																		
Viabilizar opções de transporte público coletivo sustentável	Além do transporte público coletivo promover a diminuição de veículos próprios, é uma das grandes soluções para a redução da poluição na atmosfera. A proposta é introduzir veículos sustentáveis no transporte público coletivo																		
Realizar Projeto de Reestruturação Viária como medida de incentivo à melhora do sistema de transporte público coletivo	O estudo da hierarquia viária é primordial para a determinação de vias exclusivas do transporte público coletivo. Através desse projeto é possível assegurar a fluidez e organização desse sistema complexo																		

PROGRAMA	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS (PRAZOS)															
			AÇÃO A CURTO PRAZO (5 ANOS)					AÇÃO A MÉDIO PRAZO (10 ANOS)			AÇÃO A LONGO PRAZO (20 ANOS)							
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	-	-	2036	2037	-	-	2057			
PEDESTRE	Elaborar e promulgar novas legislações que regulamentem, além do TAC, a obrigatoriedade de execução das calçadas	A execução das calçadas será prioritária nas vias centrais e naquelas destinadas ao transporte público coletivo, como requisito mínimo para a implementação do plano de mobilidade urbana, seguindo gradativamente para as áreas mais carentes de infraestrutura																
	Preservar a qualidade das calçadas e mantê-las em perfeitas condições de tráfego para todos os pedestres	Uma equipe especializada será responsável por identificar locais que apresentam perigo para o pedestre ou que não seguem o padrão de acessibilidade																
	Inserir mais faixas elevadas de pedestres como sendo uma extensão das calçadas	Barreiras na via obrigam o condutor do veículo a diminuir a velocidade, consequentemente aumenta a segurança do pedestre. Portanto, serão implantadas em algumas vias, próximo aos cruzamentos, local que mais ocorrem acidentes de trânsito envolvendo pedestres																
	Promover audiências públicas voltadas ao tema: Mobilidade Urbana	Com o auxílio das entidades públicas, realizar audiências públicas na Câmara Municipal de Vereadores ou no Auditório da Prefeitura Municipal a fim de ouvir sugestões da população																
	Estabelecer prioridades de circulação, privilegiando os meios não motorizados, com o objetivo	Por meio da sinalização semafórica de pedestres com temporizador é possível garantir a travessia com segurança principalmente em vias muito movimentadas																

de promover maior segurança no trânsito																						
Identificar soluções para os problemas de atropelamentos identificados e outros potenciais de risco para o pedestre	Melhorias na sinalização vertical e horizontal das vias, adequação de calçadas e lombadas para redução de velocidade. No caso da Rua Willy Barth, implantar passarelas (croqui 01) em pontos estratégicos para a segura travessia dos pedestres																					
Fiscalizar e verificar o encaminhamento de projeto e suposta execução das calçadas	Esse serviço deve ser iniciado pelas áreas centrais, avançando para as vias de circulação do transporte público coletivo e por fim em áreas que não possuem polos geradores de tráfego																					
Propor corredores caminháveis a fim de assegurar ao pedestre o direito de apropriação do espaço urbano	Serão implantados na Rua Waldemar Rangrab e Willy Barth no sentido norte-sul, também na Avenida Getúlio Vargas e Rua Oiapoque no sentido leste-oeste. Estas vias serão reestruturadas no conceito "parklets" (croqui 02), ou seja, um espaço acolhedor, destinado a caminhadas e com suporte de equipamentos públicos como abrigos de ônibus, bancos, lixeiras e muita vegetação																					
Implantar vias preferenciais de pedestres nas áreas centrais	Através do estreitamento do leito carroçável e alargamento de calçadas é possível garantir vias destinadas a pedestres e assegurar a caminhabilidade																					

Conclusão

A partir do exposto no presente capítulo, se reconhece que os problemas vinculados ao espaço urbano também são encontrados em municípios de pequeno porte, nesse caso exemplificado pelo impacto do desenvolvimento urbano ocorrido na cidade de São Miguel do Oeste, que nos últimos anos enfrentou dificuldades nos deslocamentos diários relacionados à mobilidade urbana.

Estudos voltados para essa temática são imprescindíveis não apenas por atingir diretamente a população, mas por ser uma determinação do governo federal a implantação do Plano de Mobilidade Urbana para municípios acima de 20 mil habitantes.

Aliás, o homem se apropria do espaço urbano e de sua infraestrutura para realizar absolutamente tudo o que faz, ou seja, trabalhar, circular, conversar, descansar, enfim, tantas coisas que por vezes não se reconhece a real importância da cidade para as pessoas. Portanto, o plano de fato, implica na mudança de hábitos da sociedade, porém, é uma problemática que deve ser sanada com o intuito de evitar que se agrave ainda mais.

Ademais, a partir dos estudos realizados, conclui-se que a pesquisa em questão contribui para o desenvolvimento regional do município de São Miguel do Oeste/SC, que atualmente é polo da microrregião e referência em vários setores de fomento da economia local.

•••••

REFERÊNCIAS

BACELAR, W. K. de A. As pequenas cidades no Brasil e no triângulo mineiro. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos Da América Latina**. Anais eletrônicos... Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/06.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BOCCHINI, B. **Cidades médias e pequenas também enfrentam problemas de mobilidade**. Agência Brasil, São Paulo, ago. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/cidades-medias-e-pequenas-tambem-enfrentam-problemas-de-mobilidade>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.503** de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.587** de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 4 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O desafio da mobilidade urbana**. Brasília: Centro de Estudos e Debates Estratégicos Consultoria Legislativa, 2015. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/25220>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CAMPOS, D. P. de. **Map of Santa Catarina highlighting São Miguel do Oeste**. 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina_Municip_SaoMigueldoOeste.svg?uselang=pt. Acesso em: 28 jun. 2023.

CARVALHO, C. H. R. de. Mobilidade urbana: Avanços, desafios e perspectivas. In: COSTA, M. A. (org). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9186>. Acesso em: 22 jul. 2023.

DE BONA, A. **Evolução histórica de São Miguel do Oeste – SC**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.



DENATRAN. **Frota de veículos por UF e tipo de veículo**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://infraestrutura.gov.br/component/content/article/115-portaldenatran/9484-frota-de-ve%C3%ADculos-2020.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

EXTREMO OESTE TUR. São Miguel do Oeste, 2020. Contato realizado por Maikyele Luana Schwaab no ano de 2020.

FERRAZ, A. C. C.P.; TORRES, I. G. E. **Transporte público urbano**. São Carlos: Rima, 2004.

FRESCA, T. M. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Mercator, Fortaleza, v. 20, p. 75 a 81, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>. Acesso em: 2 ago. 2023.

HAIR, A.; TATHAM, B. **Análise multivariada de dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020a. **Dados da população brasileira e veículos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020b. **Dados da população do estado de Santa Catarina**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020c. **Dados da população do Município de São Miguel do Oeste**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-miguel-do-oeste/panorama>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEURER, E. de J. et al. **Administração do Trânsito**. Relatório de pesquisa, Polos Geradores de Tráfego, Curso Tecnologia em Gestão de Trânsito – Universidade do Planalto Catarinense, Lajes, 2005. 38p. Disponível em: <https://www.pmr.v.sc.gov.br/publicacoesETrabalhosArquivo.do?cdPublicacao=378>. Acesso em: 3 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada**. Coordenação de Lia Bergman e Nidia Inês Albessa de Rabi. Rio de Janeiro: IBAM, 2005. Disponível em: <https://www.ibam.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mobilidade.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SCHWAAB, M.L.; MAZIERO, C. MOBILIDADE URBANA: Diretrizes e ações para o Plano de Mobilidade Urbana para o município de São Miguel do Oeste/SC. In:



POLÍCIA MILITAR DE SÃO MIGUEL DO OESTE. São Miguel do Oeste, 2020. Contato realizado por Maikyete Luana Schwaab no ano de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE. São Miguel do Oeste, 2023. Contato realizado por Celí Maziero no ano de 2023.

RODRIGUES, P. E. D. **Os prefeitos de São Miguel do Oeste no Século XX**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

SANTOS, D. V. de C.; FREITAS, I. M. D. P. de. **Medidas de Mobilidade Urbana Sustentável (MMUS)**: propostas para o licenciamento de Polos Geradores De Viagens. **Revista Transportes**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 11-22, 2014. Disponível em: <https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/689/512>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SÃO MIGUEL DO OESTE. **Lei Complementar n. 2/2011**. Dispõe sobre normas relativas ao Plano Diretor do Município de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, e dá outras providências. 2011a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-miguel-do-oeste-sc>. Acesso em: 19 jul. 2013.

SÃO MIGUEL DO OESTE. **Lei Complementar n. 3/2011**. Dispõe sobre normas relativas ao sistema viário do Município de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, e dá outras providências. 2011b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-miguel-do-oeste/lei-complementar/2011/1/3/lei-complementar-n-3-2011-dispoe-sobre-normas-relativas-ao-sistema-viario-do-municipio-de-sao-miguel-do-oeste-estado-de-santa-atarina-e-da-outras-providencias?q=sistema+vi%C3%A1rio>. Acesso em: 19 jul. 2013.

SEHNEM, S. **Metodologia da Pesquisa**. São Miguel do Oeste, 2016. 85 Diapositivos.

SUDÁRIO, N. C. dos S. **Mobilidade e acessibilidade em pequenas cidades**: proposições para a inclusão dos pequenos municípios na elaboração dos planos de mobilidade urbana. 2017. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/mobilidade-e-acessibilidade-em-pequenas-cidades.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

05

O DESAFIO DA ENERGIA
RENOVÁVEL PARA
EMPREENDIMENTOS
TURÍSTICOS EM AMBIENTE
URBANO

Kizzy Ferreira de Carvalho
Alessandra Souza Queiroz Melo

O DESAFIO DA ENERGIA RENOVÁVEL PARA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM AMBIENTE URBANO

CARVALHO, Kizzy Ferreira de
MELO, Alessandra Souza Queiroz

Para exemplificar a busca por um turismo mais responsável, sustentável e seletivo em termos econômicos, de valor e comportamento, destacam-se tendências que podem prefigurar o turismo do futuro. Esse turismo seria caracterizado por uma escala humana, integrada com os locais de destino, com aspectos culturais e não necessariamente muito dispendioso (Cavaco, 2001). Logo, a ideia de utilizar energia renovável para geração de energia deu origem ao Plano Nacional de Energia 2030 (PNE), que inclui no seu escopo Medidas de Eficiência Energética (MEE) com o objetivo de alcançar a conservação de energia.

Essas medidas são delineadas de maneira mais detalhada no Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf). Além disso, o PNE estabeleceu a formulação de uma nova Política Nacional de Eficiência Energética, como previsto anteriormente pela Lei de Eficiência Energética de 2001 (Oliveira, Cunha & Martins, 2021). Atualmente, há uma busca por reconhecimento e espaço, liderada por todos os envolvidos na atividade, incluindo profissionais e empresas (Oliveira, Cunha & Martins, 2021). O turismo é uma atividade grandiosa, com um número crescente de profissionais buscando formação na área e investimentos direcionados a ela.



A justificativa por optar pelo tema num contexto em que as questões ambientais ocupam lugar de destaque nos debates, torna-se cada vez mais evidente e urgente investir em fontes alternativas de energia que não agridam o meio ambiente. É imperativo abandonar os métodos atuais em prol de opções mais limpas, renováveis e ecologicamente benignas. A busca por informações sobre diferentes tipos de energia renovável, com ênfase em explicações e condições para a utilização da energia eólica e solar, revela a necessidade premente de mudança.

É notável que os investimentos em fontes alternativas de energia ainda são insuficientes em escala global. Assim, ressalta-se a importância da divulgação de projetos com o propósito de sensibilizar e promover investimentos em fontes de energias renováveis e não poluentes.

O turismo exerce impactos significativos na vida das pessoas que viajam e dos habitantes locais. Por isso, preocupações com o meio ambiente têm emergido nas últimas décadas (Beni, 2002). É necessário elaborar planos e projetos com cautela e organização, considerando uma abordagem multidisciplinar que englobe diversas esferas do conhecimento e esteja alinhada com as leis ambientais, visando alcançar um desenvolvimento sustentável (Almeida, 2002).

Na Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas e Turismo realizada em Davos em 2007, pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), conduziu-se um estudo que resultou em uma síntese de informações e recomendações sobre as repercussões presentes e futuras das mudanças climáticas nos destinos turísticos e no mundo. A



partir desse estudo, foram identificados os níveis e tendências atuais de emissões de gases de efeito estufa gerado pelo turismo, produzindo uma visão geral das respostas normativas e de gestão dos principais grupos de interesse, incluindo organizações internacionais, administrações públicas e o setor de turismo, em relação à adaptação às mudanças climáticas e à mitigação de seus efeitos.

Com o crescimento significativo do turismo nos últimos anos, torna-se imprescindível considerar os impactos que ele gera, especialmente os relacionados ao consumo de energia. A energia é empregada de diversas formas, como no transporte, na refrigeração ou no aquecimento de alimentos e no abastecimento de água. De acordo com Moura (2008), para uma comunidade alcançar uma qualidade de vida razoável, é necessário ter à disposição 1 Kwh de energia por habitante. Assim, torna-se evidente a importância de repensar os modelos energéticos globais, contemplando a utilização de energias renováveis e a promoção da eficiência energética.

As transformações sociais, culturais e o crescimento demográfico impactam diretamente o consumo de recursos naturais e têm um efeito direto sobre a qualidade ambiental (Molina, 2006). No Brasil, a preocupação com a redução do consumo e o uso racional de energia elétrica tem crescido devido ao aumento das tarifas decorrentes das mudanças estruturais no setor elétrico e à preocupação em reduzir os impactos ambientais e fomentar fontes de energia alternativas (Martinez et al., 2009). Anteriormente, o governo aplicava tarifas reduzidas em relação ao mercado internacional, o que resultava em pouco incentivo para a redução do consumo ou o aumento da eficiência energética.



Segundo Melgar (2021), ao investir na imagem e infraestrutura de uma cidade que busca se tornar um produto capaz de ser consumido por um mercado específico, o "marketing" é realizado naturalmente pelos clientes. A pesquisa em questão é de suma importância, pois investiga a viabilidade e os benefícios da implementação de sistemas de energia eólica vertical e energia solar em empreendimentos turísticos hoteleiros localizados em áreas urbanas. Esse estudo pode gerar impactos positivos significativos, abordando diversas questões cruciais para a sociedade contemporânea. Portanto, a pergunta que orienta essa pesquisa é: Qual é a viabilidade econômica da instalação de sistemas de energia eólica vertical e energia solar em empreendimentos turísticos localizados em áreas urbanas?

Ao adotar fontes de energia renovável, como a eólica e a solar, os empreendimentos turísticos podem alcançar uma maior sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e minimizando o impacto negativo no meio ambiente. Além disso, a utilização de energia limpa e renovável proporciona benefícios econômicos, uma vez que reduz a dependência de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, os custos com energia elétrica. Essa autossuficiência energética é vantajosa, garantindo estabilidade nos preços e possibilitando uma maior rentabilidade dos empreendimentos.

Turismo e sustentabilidade

O turismo sustentável é uma abordagem cada vez mais importante na indústria do turismo, buscando equilibrar o desenvolvimento



econômico com a preservação ambiental e cultural (Beni, 2002). A conscientização sobre a necessidade de adoção de práticas tem encorajado significativamente, impulsionando um movimento em direção a uma forma mais responsável de viajar e explorar destinos ao redor do mundo.

O turismo sustentável visa minimizar o impacto negativo causado pela atividade turística, promovendo benefícios socioeconômicos para as comunidades locais e protegendo os recursos naturais (Gilbert, 1990). Ele leva em consideração aspectos ambientais, sociais e biológicos com o objetivo de preservar a diversidade cultural e natural das regiões visitadas, ao mesmo tempo que proporciona experiências enriquecedoras para turistas (World Economic Forum, 2019). Um dos pilares do turismo sustentável é a preservação ambiental. Os destinos turísticos devem adotar práticas de gestão ambiental, protegendo o ecossistema local, incentivando o consumo consciente de recursos naturais, minimizando o desperdício e promovendo o uso de energia renovável (World Economic Forum, 2019).

Além disso, promover a educação ambiental entre os turistas é essencial para aumentar a conscientização sobre a importância da preservação e estimular a mudança de comportamento. Outro aspecto fundamental é o respeito e o desenvolvimento das comunidades locais. O turismo sustentável busca beneficiar-se em locais, envolvendo-as nas atividades turísticas e promovendo o desenvolvimento socioeconômico (Carvalho, 2011). Isso pode ser feito por meio do fomento ao empreendedorismo local, do estímulo à compra de produtos e serviços oferecidos pela comunidade e do respeito às tradições culturais. A valorização do patrimônio cultural e o intercâmbio cultural entre turistas



e moradores locais também são aspectos importantes a serem considerados (Sebrae, 2020).

Ademais, a conscientização dos turistas desempenha um papel vital no turismo sustentável. Ao escolher destinos e atividades turísticas que adotam práticas sustentáveis, os turistas contribuem para a conservação do meio ambiente e apoiarão o desenvolvimento sustentável das comunidades (Sebrae, 2020). Pequenas ações, como economizar água e energia, evitar o desperdício de recursos naturais e respeitar as normas e costumes locais, fazem a diferença.

O turismo sustentável não apenas garante a preservação do meio ambiente e das culturas locais, mas também proporciona experiências autênticas e enriquecedoras para os turistas (Tozzi, 2015). A oportunidade de conhecer lugares exuberantes e se conectar com as comunidades locais de maneira responsável e respeitosa torna a viagem mais significativa e transformadora.

Devido ao Protocolo de Quioto, firmado em 1997 e em vigor desde 2005, com o objetivo de comprometer os países industrializados a reduzirem em pelo menos 5% as emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa em nível mundial, projetam-se estratégias para acelerar a transição energética e a sustentabilidade no meio urbano (Brasil, 2021). Portanto, o turismo sustentável é uma abordagem que busca equilibrar o desenvolvimento turístico com a proteção ambiental e a preservação cultural. Ao adotar práticas ecológicas, envolver a comunidade local e conscientizar os turistas, é possível garantir um futuro melhor para os



destinos turísticos, promovendo a sustentabilidade a longo prazo e o bem-estar de todos os envolvidos no setor.

No Brasil, ainda é necessário avançar na certificação de construções de hotéis, já que nenhum possui certificação (Borges e Silva, 2016). Através de relatórios, as empresas que buscam a sustentabilidade documentam seus resultados de gestão. Internacionalmente, os registros periódicos de fatores, indicadores e resultados seguem um padrão (Ipea, 2018). No Brasil, enquanto aguardam a conclusão das normas para o relatório, os registros são feitos nos moldes do Relato Integrado.

O turismo é um grande negócio que gera um impacto significativo na economia de um destino, mas é importante considerar também as consequências ambientais e sociais da atividade turística (Smeral, 1998). Durante muito tempo, os estudos sobre o impacto do turismo focaram principalmente na análise dos aspectos econômicos, mas diversos destinos tiveram seus benefícios econômicos neutralizados pelas consequências ambientais e sociais da atividade turística (Smeral, 1998). Os resultados financeiros com demonstração contábil fazem parte do relatório correspondente às exigências do mercado financeiro global, que condiciona o acesso a empréstimos, fundos de investimento e entrada na bolsa de valores às boas práticas de sustentabilidade. A dificuldade em quantificar esses impactos retardou o desenvolvimento de metodologias de mensuração e a produção de estudos sobre esses temas (Goldner, Ritchie & McIntosh, 2000). Somente com o surgimento do ambientalismo e a preocupação com os ambientes naturais é que se verificou que os



custos sociais e principalmente os ambientais superam seus benefícios econômicos.

Para afirmar o cumprimento das exigências do mercado financeiro global, o International Sustainability Standards Board (ISSB) propôs nova padronização internacional para relatórios em 2020. O mercado global de capitais busca informações claras e confiáveis para decisões dos investidores e do mercado de capitais. As normas e padrões de aplicação, controle e avaliação dos indicadores e resultados no período são vitais para o investidor, principal foco do mercado de capitais. No processo decisório dos investidores, as práticas e os resultados financeiros relacionados às questões climáticas são analisados e divulgados pela Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (FTCFD) (Krell e De Castro e Souza, 2020).

Para garantir a perpetuidade da empresa, é importante que as empresas analisem o ambiente em que estão inseridas e as mudanças sociais. Isso pode ser feito por meio de pesquisas e monitoramento em redes sociais, permitindo entender a lógica de consumo e se adequar às demandas da sociedade atual. A adaptação pode envolver mudanças institucionais, campanhas de conscientização e a readaptação dos negócios para uma abordagem mais sustentável.

A definição correta dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Socioambiental (RSA) vai além do senso de responsabilidade dos gestores e empregados de uma organização (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018). Na verdade, trata-se de um sistema de gestão que abrange toda a



amplitude do senso de responsabilidade, com estrutura, processos, normas e ações comprometidos com a prática da responsabilidade como valor social e corporativo, seguindo os princípios da sustentabilidade.

Esses sistemas e metodologias de gestão permitem controlar os elementos constitutivos de uma empresa por meio da aplicação de normas que regulamentam e padronizam funções e procedimentos, garantindo resultados de qualidade e reduzindo a subjetividade das ações e rotinas (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018). Para construir um sistema de qualquer natureza ou objetivo, é necessário estudar e selecionar as metodologias existentes, como análise de viabilidade, análise de custo e benefício, e testes ou aplicações experimentais controladas, para formar a metodologia a ser adotada.

Segundo Brambilla (2015), embora a mercantilização cultural possa ter impactos negativos quando visa apenas atender aos objetivos de incremento da demanda turística, é possível minimizá-los por meio do envolvimento da comunidade, o que pode até mesmo beneficiar a cultura local, resgatando manifestações esquecidas.

Para Ruschmann (2010), os gestores do turismo estão mais conscientes da necessidade de preservação para que o turismo possa existir. É importante manter a diversidade cultural, valores e práticas de uma região, bem como construir a cidadania e integração social dos indivíduos em uma cultura de direitos e deveres.

O turismo sustentável busca atender às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades locais, maximizando benefícios socioeconômicos e ambientais presentes e



futuros, enquanto minimiza impactos negativos e aleatórios. Embora os hotéis sejam frequentemente associados a extravagâncias e desperdícios, cada vez mais empreendimentos e hóspedes buscam aliar o conforto e o luxo ao respeito ao meio ambiente. O turismo é um grande negócio que gera um impacto significativo na economia de um destino, mas é importante considerar também as consequências ambientais e sociais da atividade turística.

Energia eólica vertical

A inserção de aerogeradores verticais em empreendimentos turísticos em áreas urbanas representa uma abordagem inovadora para promover o turismo sustentável e a geração de energia limpa (Santos, 2018). Os aerogeradores verticais, também conhecidos como turbinas de eixo vertical, são estruturas que captam a energia cinética do vento e a convertem em eletricidade, fornecendo uma alternativa ecologicamente correta às fontes de energias tradicionais. Uma das principais vantagens do aerogerador é a adaptabilidade em espaços urbanos limitados (Santos, 2018).

Além disso, sua estrutura e o custo de instalação e manutenção são irrelevantes em comparação aos modelos existentes (Rocha, 2017). Dessa forma, a energia eólica possui um grande potencial a ser explorado no contexto urbano. O aerogerador de eixo vertical é construído com uma base sólida e uma coluna projetada para ressoar de acordo com o fenômeno de Vibração Induzida por Vórtices (VIV). Esse projeto inovador permite a captação eficiente da energia eólica por meio de um processo aerodinâmico conhecido como vorticidade. No entanto, o



potencial eólico em áreas urbanas é de difícil caracterização devido ao elevado impacto de obstáculos e estruturas no escoamento atmosférico (Lara, Boscardin e Mizuma, 2014).

As políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento do turismo, pois garantem a sustentabilidade ecológica, social, econômica, cultural, espacial e política (Santos Filho, 2004). Isso significa que a atividade turística deve beneficiar as comunidades locais e preservar as culturas locais. Portanto, é necessário criar políticas que regulamentem e protejam o uso adequado dos recursos turísticos, com a participação da sociedade e a capacitação dos profissionais do setor.

Além disso, a presença de aerogeradores verticais em empreendimentos turísticos cria um cenário atraente e interativo para os visitantes. Os turistas têm a oportunidade de observar o funcionamento dessas turbinas, compreendendo melhor a energia eólica e seu papel na transição para um futuro mais sustentável (Lara, Boscardin e Mizuma, 2014). Essa experiência educacional pode despertar a consciência ambiental e incentivar práticas ecológicas em um público mais amplo.

Para além do aspecto estético e turístico, a implementação de aerogeradores verticais em ambientes urbanos contribui para a geração de energia renovável (Lara, Boscardin e Mizuma, 2014). Ao aproveitar a energia do vento, essas turbinas podem suprir parte da demanda energética dos próprios empreendimentos, sem depender de fontes não renováveis. Isso resulta em benefícios de longo prazo, uma vez que os custos operacionais e de energia são reduzidos, aumentando a sustentabilidade financeira dos negócios (Kim, Lee & Fairhurst, 2017).



O aerogerador vertical apresenta uma estética mais agradável e discreta em comparação aos modelos convencionais, o que o torna mais aceitável para instalação em áreas urbanas (Lunelli, 2011). Sua operação é silenciosa e não causa impactos negativos à fauna local, uma vez que as hélices estão em uma posição mais segura para as aves (Lunelli, 2011). Com isso, ele se mostra uma opção viável para a geração descentralizada de energia e para o fornecimento de eletricidade em comunidades urbanas.

De acordo com o Relatório de Competitividade em Viagens e Serviços de 2019 do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2019), o Brasil ocupa o segundo lugar em recursos naturais e não em recursos culturais, o que revela um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Especialmente no período pós-pandemia, observou-se um aumento na procura por práticas de turismo voltadas para a natureza e experiências culturais, devido ao longo período de isolamento social (Sebrae, 2020).

O turismo é uma indústria que pode trazer muitos benefícios para as comunidades locais, mas também pode ter impactos negativos significativos no meio ambiente, no desenvolvimento econômico, social e na cultura (Smeral, 1998). Por isso, é importante que o turismo seja planejado e gerenciado de forma responsável e sustentável, desempenhando um papel importante na realização dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Brasil, 2021). Isso significa que o turismo deve ser planejado e gerenciado de maneira a minimizar os impactos negativos no meio ambiente, na cultura e nas comunidades locais.



Assim, inclui a promoção do turismo responsável, a preservação do patrimônio cultural e natural, a redução do uso de recursos naturais e a minimização da poluição. Os empreendimentos turísticos podem ser uma forma eficaz de garantir que o turismo contribua para o desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2011). Os empreendimentos turísticos sustentáveis podem incluir hotéis, pousadas, resorts e outras formas de acomodações. Eles podem ser projetados para reduzir o consumo de energia e água, minimizar a produção de resíduos e utilizar materiais sustentáveis (Cesar, 2003). Além disso, eles podem promover a cultura local e o patrimônio natural, apoiando a economia local e criando oportunidades de emprego para as comunidades locais.

Energia fotovoltaica

Por outro lado, a energia fotovoltaica tem se mostrado uma solução sustentável e eficiente para empreendimentos turísticos em todo o mundo. Ao aproveitar a luz solar como fonte de energia limpa, as placas solares convertem essa energia em eletricidade por meio do efeito fotovoltaico. Isso as torna uma opção sustentável e econômica para suprir as necessidades energéticas urbanas (Martinez et al., 2009). No Brasil, essa fonte de energia ganhou ainda mais importância devido à nova regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que permite a troca do excedente de energia produzida pelos painéis por créditos em Kwh na fatura de energia (Krell e De Castro e Souza, 2020). Uma das principais vantagens da instalação de energia solar é a descentralização da produção de energia no país. Isso possibilita que o consumidor gere eletricidade em seu próprio estabelecimento, tornando-



se independente dos custos de distribuição e dos altos encargos governamentais (Oliveira, Cunha & Martins, 2021). Além disso, as tecnologias solares têm se aprimorado, resultando em painéis mais eficientes e duráveis. Os empreendimentos turísticos podem assim reduzir seu impacto ambiental, diminuir os custos de eletricidade e promover uma imagem de responsabilidade ambiental.

A instalação de painéis fotovoltaicos oferece uma série de benefícios. Primeiramente, a energia gerada a partir do sol é uma fonte renovável e inesgotável, que não emite gases de efeito estufa durante a geração. Isso contribui diretamente para a redução de emissões de carbono, auxiliando na luta contra as mudanças climáticas (CEMIG, 2012). Ao implementar a energia solar, o empreendimento turístico também pode obter benefícios financeiros. Embora o investimento inicial possa ser significativo, a longo prazo, a energia fotovoltaica pode gerar economia nos custos com eletricidade.

Os painéis solares têm uma vida útil longa e requerem pouca manutenção, o que os torna uma opção econômica e de baixa manutenção a longo prazo. No contexto urbano, as placas solares são instaladas em telhados, fachadas de prédios, em estruturas de pérgolas ou em estacionamentos cobertos, proporcionando também sombra adicional aos visitantes (Zoba'a e Bansal, 2011). Dessa forma, além de gerar eletricidade, os painéis solares contribuem para o conforto dos espaços ao ar livre, melhorando a experiência dos hóspedes. Sua versatilidade e flexibilidade de instalação permitem uma integração harmoniosa com a arquitetura urbana.



Portanto, a redução do custo energético tem se mostrado uma das alternativas mais vantajosas para empreendedores do ramo hoteleiro que buscam diminuir as despesas da empresa. Em alguns casos, é possível obter retorno do investimento em menos de três anos apenas com a economia na conta de energia elétrica. De acordo com a Solarvolt (2017), a redução nos custos de energia elétrica, que é um dos principais custos variáveis de um hotel, pode aumentar a margem de lucro do negócio. Além disso, essa redução permite que o estabelecimento hoteleiro seja mais competitivo, possibilitando que os gerentes negociem descontos e pacotes com preços mais atraentes para novos hóspedes ou realizem promoções. Portanto, é extremamente relevante realizar uma análise de investimento para projetar os dados que esse investimento trará ao investidor, auxiliando na decisão de realizá-lo ou não.

Relação entre energia renovável e empreendimentos turísticos urbanos

A fabricação do aerogerador vertical e da placa solar no meio urbano representa uma abordagem inteligente para diversificar a matriz energética e promover o desenvolvimento sustentável (Simão Esteves, 2015). Essas tecnologias complementares podem ser interligadas para maximizar a geração de energia renovável em áreas urbanas. No entanto, é importante ressaltar que a implementação de aerogeradores verticais e placas solares na área urbana requer um planejamento adequado, considerando aspectos como potencial de geração de energia, infraestrutura necessária, integração com a rede elétrica e viabilidade econômica (IPEA, 2018).



Além disso, políticas de incentivo e regulamentação favoráveis são fundamentais para apoiar o uso dessas tecnologias e promover a transição energética nas cidades. Nesse contexto, o aerogerador vertical e a placa solar surgem como alternativas promissoras para a geração de energia limpa no meio urbano.

A busca por alternativas tornou-se uma prioridade em diversos setores da economia, incluindo o turismo (Molina, 2006). Empreendimentos turísticos em ambientes urbanos enfrentam desafios particulares no que diz respeito à energia renovável. No entanto, com o avanço da tecnologia e o crescente interesse pela sustentabilidade, soluções cada vez mais viáveis vêm sendo desenvolvidas. A energia produtiva desempenha um papel fundamental na redução da pegada de carbono e na mitigação dos impactos ambientais negativos causados pela indústria do turismo (Krell e De Castro e Souza, 2020).

Os empreendimentos turísticos em ambientes urbanos enfrentam restrições de espaço e infraestrutura, o que torna a implementação de fontes de energia renovável um desafio. No entanto, é importante ressaltar que o uso de energia renovável em empreendimentos turísticos urbanos não apenas contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também traz benefícios ecológicos e promove uma imagem positiva da empresa perante os turistas conscientes (Borges e Silva, 2016). Além disso, a adoção de energia renovável resulta em economia de custos a longo prazo, uma vez que os preços da energia tradicional tendem a aumentar.

O desafio da energia renovável para empreendimentos turísticos em ambientes urbanos é real, mas não impossível de ser superado. A implementação de sistemas de energia eólica vertical e energia solar em



áreas urbanas pode trazer diversos benefícios, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica, geração de energia limpa e renovável, redução dos custos com energia elétrica, maior independência energética das cidades, estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico (Borges e Silva, 2016). No entanto, a implementação desses sistemas também pode apresentar desafios, como limitações de espaço para a instalação dos equipamentos, restrições regulatórias e burocráticas, necessidade de investimentos financeiros significativos, dependência das condições climáticas para a geração de energia e possíveis impactos ambientais e na paisagem urbana (Brasil, 2016).

Os empreendedores também podem contribuir para a criação de cidades mais verdes, desenvolvendo parques e áreas de lazer que melhorem a qualidade do ar e proporcionem espaços para atividades físicas e convívio social. Com o avanço das novas tecnologias, a qualidade de vida nas cidades tem melhorado, influenciando a forma como as pessoas vivem, se comportam no mercado e se relacionam (Kim, Lee & Fairhurst, 2014).

A crescente demanda por infraestrutura urbana sustentável tem impulsionado o desenvolvimento das Cidades Inteligentes (Smart Cities) (Harrison et al., 2010). No turismo, a tecnologia da informação e comunicação (TIC) tem agregado valor ao setor e é amplamente utilizada tanto pela demanda quanto pela oferta turística (Melgar, 2001).

O conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) destaca a importância da tecnologia no planejamento turístico, enriquecendo as experiências dos turistas e aumentando a competitividade dos destinos.



Um empreendimento turístico que utiliza energia renovável pode trazer diversos benefícios. Primeiramente, a utilização de fontes de energia limpa e renovável contribui para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservando o meio ambiente.

Além disso, o uso de energias renováveis pode reduzir os custos operacionais do empreendimento, já que muitas fontes de energia renovável são gratuitas ou têm custos de manutenção mais baixos do que as fontes de energia convencionais. Por fim, a adoção de práticas sustentáveis pode ser um diferencial competitivo, atraindo um público cada vez mais consciente e preocupado com o meio ambiente (Tozzi, 2015).

Empresas que usam energia renovável em ambientes urbanos podem incluir o uso de baterias de armazenamento de energia para garantir um fornecimento constante de eletricidade, mesmo em períodos de baixa produção. É notável que empresas turísticas têm demonstrado interesse em promover ações sustentáveis e divulgar seus esforços nessa área (Zoba'a e Bansal, 2011). A divulgação é uma ferramenta importante para destacar a preocupação ambiental da empresa e, quando utilizada corretamente, pode ser uma técnica crucial para disseminar valores, políticas, ética e compromissos com o meio ambiente (Azevedo, 2013).

Benefícios da energia sustentável

Atualmente, a produção mundial de energia elétrica é predominantemente baseada em fontes não renováveis, tais como petróleo, carvão mineral e gás natural. O uso dessas fontes não renováveis tem gerado preocupações quanto ao esgotamento dos recursos naturais,



além da emissão de gases tóxicos e poluentes, como os gases do efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (Freitas e Dathein, 2013).

Por essa razão, observa-se um crescente interesse em fontes alternativas e renováveis de energia, as quais são capazes de se regenerar e reduzir o impacto ambiental. As fontes renováveis mais reconhecidas englobam a energia eólica, hidráulica, solar, das marés e a biomassa. O desenvolvimento das tecnologias para a exploração dessas fontes pode beneficiar as comunidades urbanas, além de diminuir os impactos ambientais resultantes da utilização de combustíveis fósseis (Azevedo, 2013).

A utilização de energia, seja ela renovável ou não, inevitavelmente causa algum impacto ambiental, cuja magnitude pode variar. Entretanto, esses impactos podem ser reduzidos por meio de um planejamento integrado de recursos, que visa implementar medidas políticas e econômicas para alcançar um mundo mais sustentável (Simões Esteves, 2015). Com um planejamento adequado e bem estruturado, é viável avaliar a real necessidade de implementação de projetos energéticos, minimizando as repercussões sociais provenientes desse processo e promovendo o desenvolvimento sustentável.

A evidente escassez dos recursos naturais é notória, especialmente destacada pela recente crise energética que afeta o país. Um dos principais fatores desencadeadores dessa crise é a considerável redução dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, cujos impactos se propagam de maneira significativa. Nesse cenário, o princípio da oferta e demanda desempenha um papel crucial, elevando os custos da eletricidade frente à oferta limitada e à demanda expressiva. Como medida para mitigar a



insuficiência na produção de energia elétrica, o país tem dependido da ativação das usinas termelétricas, cuja produção acarreta custos substancialmente elevados. Os impactos dessa situação são indiscutíveis, levando a aumentos de até 100% nas contas de energia elétrica de várias regiões em um período de apenas um ano (Portal Solar, 2015).

De acordo com as argumentações de Almeida (2002), a busca pela sustentabilidade e competitividade em uma empresa demanda a integração da ecoeficiência em todas as suas atividades e decisões. Essa abordagem tem como objetivo otimizar a produção, alcançando maior qualidade ao mesmo tempo em que reduz as emissões de poluentes e o consumo de recursos naturais, enquanto mantém uma postura socialmente responsável.

Além disso, os empreendimentos turísticos que adotam fontes de energia renovável podem usufruir de uma vantagem econômica a longo prazo. Isso se deve à tendência de os custos de produção energética a partir de fontes renováveis frequentemente serem inferiores em comparação com a geração proveniente de combustíveis fósseis. Em resumo, negligenciar as exigências da sustentabilidade pode resultar na perda de oportunidades financeiras significativas por parte das empresas.

Metodologia

Neste estudo, foi realizada a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de investigar a viabilidade e os benefícios da instalação de sistemas de energia eólica vertical e energia solar em empreendimentos turísticos localizados em áreas urbanas. Também foram utilizados dados coletados a partir de documentos disponíveis em sites relacionados à



instalação de um aerogerador vertical no Hotel Caiuá, localizado em Cascavel, PR.

O hotel é pioneiro no Brasil na instalação de uma turbina eólica em um empreendimento urbano e é considerado sustentável devido à sua abordagem abrangente para minimizar o impacto ambiental. Ele adota práticas e tecnologias para promover a conservação de recursos naturais, a redução de emissões e o bem-estar geral do meio ambiente e das comunidades.

Foram consultadas teses, dissertações, artigos, sites e outras fontes relevantes para o tema abordado na pesquisa. A pesquisa bibliográfica é uma técnica importante para coletar informações e embasar a análise de um determinado assunto. Este artigo baseou-se em uma abordagem metodológica qualitativa e em uma pesquisa descritiva.

Análises e discussões

Brasil possui um imenso potencial para a geração de energia e uma vantagem em relação a outros países no que se refere às alternativas renováveis de energia. No entanto, a implementação dessas tecnologias ainda enfrenta algumas dificuldades, que são comuns a todas as novas tecnologias. Isso ocorre porque as fontes de energias renováveis no país estão em fase de desenvolvimento. Como resultado, o mercado para essas tecnologias é limitado, o que impacta diretamente o custo das fontes de energia renovável. Isso favorece a constante importação de tecnologias de outros países (Cemig, 2012).



O quadro 1 demonstra a viabilidade, bem como os benefícios das fontes eólica e solar em empreendimentos turísticos urbanos, a partir da bibliografia e dos documentos encontrados por meio da pesquisa.

Quadro 1: viabilidade e benefícios da energia eólica vertical e solar em empreendimentos turísticos urbanos

Aspectos	Energia Eólica Vertical	Energia Solar
Fonte de Energia	Captura a energia do vento em qualquer direção, aproveitando também ventos urbanos.	Captura a energia solar através de painéis fotovoltaicos.
Viabilidade Urbana	Possibilita instalação em espaços urbanos com menor área disponível.	Requer maior espaço para instalação dos painéis solares.
Visibilidade	Estruturas verticais podem ser incorporadas ao design arquitetônico e urbanístico.	Painéis solares podem ser integrados a telhados e fachadas de edifícios.
Eficiência Energética	Eficiência reduzida comparada à energia eólica horizontal/tradicional.	Alta eficiência, especialmente em áreas com alta radiação solar.
Impacto Ambiental	Menor impacto visual em comparação com turbinas eólicas horizontais.	Baixo impacto ambiental e emissão zero de gases de efeito estufa.
Variabilidade	Menos dependente de condições climáticas específicas.	Depende da disponibilidade de luz solar e do clima local.
Integração com Edifícios	Pode ser integrada em fachadas e estruturas de edifícios urbanos.	Pode ser instalada no telhado e terraços de empreendimentos turísticos.
Custo de Implantação	Menor custo de implementação em comparação com turbinas eólicas tradicionais.	Custo inicial mais elevado, mas com retorno a médio e longo prazo.
Atratividade Turística	Pode gerar interesse como atração arquitetônica e ecológica.	Geração de energia limpa pode ser um atrativo sustentável para os turistas.

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

O sistema de energia solar fotovoltaica e a energia eólica são fontes renováveis de energia que podem ser consumidas no próprio local de



produção, evitando despesas relacionadas à transmissão e distribuição. Inicialmente, uma análise bibliográfica visou identificar os principais temas abordados nas propostas dos artigos. Dentre esses temas, destacam-se: gestão ambiental, sustentabilidade, avaliação de desempenho e evidência ambiental.

No contexto do tema "Gestão ambiental", os autores dos artigos investigaram e enfrentaram desafios nas práticas de gestão ambiental, abrangendo tanto aspectos gerais quanto específicos, em hotéis. Por exemplo, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2013) conduziu uma análise da gestão de recursos na indústria hoteleira brasileira. Carvalho (2011) examina questões críticas que motivaram os desafios enfrentados pelos hotéis, incluindo fatores impactantes no desenvolvimento hoteleiro, bem como problemas relativos à propriedade, estrutura e controle burocrático. Chan (2011) identificou obstáculos para a adoção e implementação de sistemas formais de gestão ambiental.

A energia eólica, capturada por meio de turbinas estrategicamente posicionadas, e a energia fotovoltaica, obtida através da conversão direta da luz solar em eletricidade, compartilham uma característica fundamental: ambas são renováveis e praticamente inesgotáveis, contribuindo para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e reduzindo a dependência de fontes não renováveis.

A viabilidade dessas fontes de energia em ambientes urbanos é notável. Embora a geração eólica possa ser impactada pela disposição dos edifícios e obstáculos, os avanços tecnológicos têm permitido a integração de turbinas eólicas em espaços urbanos de maneira eficiente e



esteticamente agradável. Da mesma forma, as instalações fotovoltaicas podem ser incorporadas em fachadas de edifícios, telhados e outras estruturas, maximizando a captura da luz solar.

Além de sua eficiência energética, a combinação das fontes eólica e fotovoltaica oferece uma solução para a variabilidade inerente a cada uma. Enquanto a energia eólica tende a ser mais abundante durante a noite, a energia solar atinge seu pico durante o dia. A integração das duas pode resultar em um fornecimento de energia mais estável e contínuo.

Um aspecto crucial que não pode ser negligenciado é o impacto ambiental reduzido. A adoção dessas fontes minimiza a emissão de poluentes e resíduos tóxicos, contribuindo para a qualidade do ar e a saúde pública nas áreas urbanas.

Embora o custo de implementação possa representar um desafio inicial, os benefícios a longo prazo são notáveis. A redução nos gastos de energia ao longo dos anos e a possibilidade de vender o excedente de energia de volta à rede elétrica podem tornar o investimento inicial altamente vantajoso.

A visibilidade e a atratividade turística também são fatores a serem considerados. Empreendimentos turísticos que adotam fontes de energia limpa e tecnologias inovadoras podem se destacar como líderes na sustentabilidade, atraindo hóspedes e clientes preocupados com questões ambientais.

A integração das fontes de energia eólica e fotovoltaica em empreendimentos turísticos urbanos é uma tendência promissora, impulsionada pela crescente conscientização ambiental e pela busca por



eficiência energética. Essas fontes não apenas contribuem para a redução dos impactos ambientais, mas também podem gerar visibilidade positiva, economia de custos a longo prazo e uma nova dimensão de atração para os hóspedes, consolidando os empreendimentos turísticos como modelos de sustentabilidade urbana.

Conclusões

O objetivo do estudo é investigar a viabilidade e os benefícios da implementação de sistemas de energia eólica vertical e energia solar em empreendimentos turísticos localizados em áreas urbanas, tomando como exemplo o Hotel Caiuá na cidade de Cascavel, PR. Ambas as fontes de energia renovável possuem vantagens e desvantagens quando aplicadas em empreendimentos turísticos urbanos.

É primordial capitalizar nos programas governamentais de estímulo à geração de eletricidade por fontes limpas, identificando oportunidades para o desenvolvimento da energia eólica, solar e projetos de geração híbrida, entre outras iniciativas. Estes esforços devem ser encarados como uma estratégia essencial para aprimorar e ajudar a segurança no fornecimento de eletricidade do país. Ao investir em empreendimentos turísticos que adotam essas práticas, o país posiciona-se na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

A energia eólica vertical pode ser mais viável em espaços urbanos com restrições de área, representando uma opção de design arquitetônico interessante. Por outro lado, a energia solar, apesar de demandar mais espaço, oferece maior eficiência energética e um impacto ambiental



reduzido. Além disso, a energia solar se configura como uma atração sustentável para os turistas interessados em empreendimentos ecologicamente responsáveis.

A decisão entre essas duas opções dependerá das características específicas de cada empreendimento, tais como localização, espaço disponível, demanda energética e orçamento. Frequentemente, a combinação de ambas as fontes de energia pode ser a abordagem mais adequada para alcançar eficiência energética elevada e reduzir o impacto ambiental, ao mesmo tempo em que atrai turistas preocupados com a sustentabilidade.

Um dos principais desafios dos projetos sustentáveis é o tempo de retorno do investimento, que pode ser prolongado. Apesar de a análise custo-benefício indicar que os custos superam os benefícios na maior parte da vida útil do sistema sustentável, existem benefícios intrínsecos que influenciam na análise global, como os aspectos ambientais e sociais. Para incentivar a construção de empreendimentos turísticos sustentáveis e com fontes alternativas de energia, o governo pode investir em políticas públicas e promover a competição de mercado entre empresas e fábricas que fornecem sistemas de geração de energia alternativa.

É fundamental considerar não somente os aspectos econômicos, mas também os socioambientais relacionados à redução do consumo de energia, como o alívio para o governo de ter que implementar novas usinas hidroelétricas, a diminuição de áreas alagadas, o fomento da biodiversidade nos rios e a conscientização da população sobre questões ambientais.



O artigo pode ser utilizado como suporte em projetos de viabilidade para empresas mais sustentáveis, valorizando os aspectos ambientais que frequentemente são negligenciados ao se tratar de economia.

Uma das principais limitações da pesquisa foi a escassez de material abordando o assunto para coleta de dados secundários. Para mitigar essa limitação, sugere-se a realização de visitas de campo para confrontar os resultados.

• • • •

REFERÊNCIAS

- LMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AZEVEDO, P.J.S. **Uma análise dos efeitos da crise econômica-financeira sobre as políticas de incentivo às energias renováveis**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, 2013.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- BORGES, A. L. M.; SILVA, G. B. M. Mário Carlos Beni: contribuição para o estudo do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 4, ed. Especial, p. 41-61, abr. 2016.
- BRAMBILLA, A. **Cultura e Enoturismo: um estudo na Região Demarcada do Douro**. Portugal: NEA, 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Informativo Dados & Fatos** - Junho 2021. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CAJASA, J. C. et al. **SHAPE Project Vortex Bladeless: Parallel multi-code coupling for Fluid – Structure Interaction in Wind Energy Generation**. Barcelona, 2020.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e políticas públicas de preservação do patrimônio: Interfaces com o turismo cultural. In: **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 13, nº 2, p. 149-165, mai-ago 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v13n2.p149-165>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CEMIG - **Companhia Energética de Minas Gerais. Alternativas energéticas: Uma visão da Cemig**. Belo Horizonte: CEMIG, 2012.
- CESA, Patrícia Paula Possapp. **Manejo de resíduos sólidos em meios de hospedagem: seis estabelecimentos**. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, 2003.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2002.
- FREITAS, G.C.; DATHEIN, R. As energias renováveis no Brasil: uma avaliação acerca das implicações para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Revista Nexos Econômicos**, v. 7, n. 1, p. 71-94, 2013.



GILBERT, D. **Strategic marketing for national tourism**: The Tourist Review, Vol. 1, pp 18-27, 1990.

GOLDNER, C., RITCHIE, J. R., MCINTOSH, R. W. **Turismo**: Princípios, Práticas e Filosofias. São Paulo: Bookman, 2000.

HARRISON, C., ECKMAN, B., HAMILTON, R., et al. Fundamentos para Cidades Mais Inteligentes. **IBM Journal of Research and Development**, v. 54, p. 1–16, 2010.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE BIODIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Avaliação de Impacto Ambiental**: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília, 1995.

IPEA. **AGENDA 2030 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** - Metas Brasileiras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2023.

KIM, S. H.; LEE, K.; FAIRHURST, A. The review of green research in hospitality, 2000-2014: Current trends and future research directions. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 29, n. 1, p. 226-247, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-04-2015-0192>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

KRELL, A. J.; DE CASTRO E SOUZA, C. B. A sustentabilidade da matriz energética brasileira: o marco regulatório das energias renováveis e o princípio do desenvolvimento sustentável. **Revista De Direito Econômico E Socioambiental**, v. 11, n. 2, p. 157–188, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v11i2.26872>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

LARA, G. P.; BOSCARDIN, G.; MIZUMA, M. M. Estudo do processamento da energia proveniente de um gerador eólico de pequeno porte. 2014. 91 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)** – Curso Superior de Engenharia Industrial Elétrica com ênfase em automação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

LOPEZ, R.A. **Energia eólica**. São Paulo: Artliber, 2002. 156p.

LUNELLI, Tales. **Análise da Viabilidade Técnica e Econômica de Instalação de Microturbina Eólica**, 2011.

MARTINEZ, Maria Fernanda et al. Redução do consumo de energia elétrica através de conceitos Green Building: **Eletrônica de Potência**. vol. 14, no. 2, maio 2009.

CARVALHO, K.F.; MELO, A.S.Q. O desafio da energia renovável para empreendimentos turísticos em ambiente urbano. In:



MELGAR, Ernesto. **Fundamentos de Planejamento e Marketing em Turismo**, 2001.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO.
Agendas ODS no SIOP: Relatório Anual de Monitoramento, Ano-base 2017. 2018.
Disponível em: <file:///C:/Users/CHARLE~1/AppData/Local/

06

GESTÃO DO DESPERDÍCIO
ALIMENTAR: uma pauta urgente
para a agenda ambiental no setor de
hospitalidade

Luciana Helena Maia Porte

Alexandre Porte

GESTÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR: UMA PAUTA URGENTE PARA A AGENDA AMBIENTAL NO SETOR DE HOSPITALIDADE

PORTE, Luciana Helena Maia
PORTE, Alexandre

O conceito de sustentabilidade não é novo no setor de hospitalidade, e muitos empreendimentos do setor têm refletido sobre seus impactos ambientais e sociais e procurado reduzi-los, às vezes por meio de adoção de medidas de economia de água, de energia, pela separação de resíduos, pela utilização de papel reciclado ou pelo emprego mais consciente desses recursos. Contudo, impactos associados à alimentação, no entanto, parecem não ter recebido a atenção que merecem no setor de hospitalidade, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2015).

O setor de hospitalidade abrange uma grande diversidade de negócios, incluindo hotéis, restaurantes, empresas de *catering*, empresas de eventos, que juntos, são responsáveis por uma proporção global significativa de compra de alimentos (PNUMA, 2015).

De acordo com o WWF (World Wide Fund For Nature) (WWF /AHLA, 2019), em toda a cadeia da hospitalidade, o objetivo principal é satisfazer as necessidades e desejos dos hóspedes, o que pode se traduzir em uma abundância excessiva de alimentos. A desvantagem dessa abundância é que ela pode resultar em desperdício de alimentos, tanto durante a preparação dos ingredientes quanto sob a forma de sobras de comida nos pratos dos hóspedes ou no bufê.

Ainda segundo a WWF/ AHLA (2019), estima-se que 40% do desperdício de alimentos ocorra em empresas voltadas ao cliente, como restaurantes, supermercados e hotéis.

No setor de hospitalidade, até 10% dos alimentos comprados transformam-se em resíduos pré-consumo antes mesmo de chegar ao cliente. A redução deste desperdício de alimentos é um dos grandes desafios para os compradores responsáveis de alimentos, além de ser uma oportunidade significativa para cortar custos (PNUMA, 2015).

Nos restaurantes, o desperdício ocorre por causa dos procedimentos inadequados de preparação, armazenagem e oferta. E, porque muitas vezes as porções individuais são maiores do que normalmente se consome (IDEIAS NA MESA, 2013).

Nesse estudo será adotada a distinção conceitual proposta pela FAO - Food and Agriculture Organization (2013) para os termos “perda” e “desperdício” de alimentos. Entendendo-se que perdas de alimentos (*food loss*), é a redução não intencional de alimentos disponíveis para consumo humano, que resulta de ineficiências na cadeia de produção e abastecimento, a saber: infraestrutura e logística deficientes; falta de tecnologia; e insuficiência nas competências, nos conhecimentos e na capacidade de gerenciamento. Ocorre nos estágios iniciais da cadeia, principalmente na produção, pós-colheita e processamento, por exemplo, quando o alimento não é colhido ou é danificado durante o processamento, armazenamento ou transporte. E por desperdício de alimentos (*food waste*), o descarte intencional de itens próprios para



alimentação, que ocorre principalmente nos últimos estágios da cadeia devido ao comportamento dos varejistas e consumidores.

Em termos de tendências da hotelaria, a questão da política ESG - Environmental, social and Governance vai ser o foco principal do setor nos próximos anos. Uma recente pesquisa da Booking.com identificou que 64% dos viajantes disseram preferir uma hospedagem sustentável, se tiverem a opção de escolher. A hoteleira mundial e nacional não está preparada para essa demanda ESG (JLL/ FOBH, 2022).

Segundo Duék (2022), o relatório booking.com de Viagens Sustentáveis 2022 identificou que 81% dos turistas mundiais pensam que viajar de forma sustentável é importante para eles e 71% disseram que desejam fazer viagens assim nos próximos 12 meses, o que representa um aumento de 10% em relação ao ano de 2021.

Os processos relacionados com a produção de refeições para os consumidores são causadores de impactos para o meio ambiente (STRASBURG; JAHNO, 2017), já que os alimentos descartados no ambiente ou depositados em aterros sanitários produzem metano, gás com efeito estufa 28 vezes mais potente que o dióxido de carbono (IPCC AR5, 2018).

Assim sendo, as perdas e desperdícios de alimentos são consideradas como o terceiro maior emissor mundial de gases de efeito estufa (GEE). Anualmente, cerca de 1,4 bilhão de hectares de solos, equivalente a 28% de toda a área agricultada mundialmente, são destinados à produção de alimentos que serão perdidos ou descartados (PEIXOTO; PINTO, 2016).

Em serviços de alimentação, segundo Caoblanco, Janzanti e Santos (2013), os desperdícios de alimentos podem ocorrer em todo o processo de produção de refeições, especialmente no armazenamento, pré-preparo, cocção e distribuição.

Segundo Kakitani, Silva e Shiino (2014), vários fatores podem contribuir para um elevado índice de desperdício: como falta de qualidade da alimentação ofertada, falta de planejamento e variedade no cardápio, falta de utilização de ferramentas de qualidade, desconhecimento do público assistido, falta de treinamento dos funcionários e falta de conscientização dos comensais. Assim, é fundamental identificar quais são os problemas relacionados ao desperdício para que ações específicas sejam tomadas, a fim de reduzir estes problemas.

Além de perdas e, conseqüentemente, aumento dos custos na produção de alimentos, o desperdício gera impactos socioambientais e políticos. A questão do desperdício de sobra limpa está relacionada ao combate à fome e as pessoas em vulnerabilidade social, uma vez que são alimentos com condição de consumo que são jogados fora. Assim, a recuperação da sobra limpa resulta, não só na redução dos impactos ambientais, mas também no combate à fome. Por ser um problema nacional, ações e políticas públicas voltadas para o aproveitamento da sobra limpa, podem ser excelentes alternativas para minimizar a fome e o desperdício alimentar (CAPPATO; VIANA; MARTINS, 2021).

Assim sendo, o presente capítulo versará sobre a gestão do desperdício alimentar no setor de hospitalidade, explicitando como o excedente na produção de alimentos pode ser evitado através da

implementação de diferentes operações e ações em cada uma das etapas do processo produtivo: planejamento, aquisição e recebimento, armazenamento, produção e distribuição, bem como, apresentando as alternativas existentes para a destinação desses excedentes, caso ocorram.

Gestão de desperdício de alimentos

A gestão de desperdício alimentar deve ser um processo institucionalizado, cujas estratégias devem ser incorporadas às atividades diárias e rotineiras de todos os colaboradores envolvidos (da gerência a produção), levando a uma mudança de cultura de toda a organização na forma como os alimentos são armazenados, preparados, manipulados e servidos (WWF/ AHLA, 2019).

A gestão do desperdício de alimentos no setor de hospitalidade compreende ações para duas fases distintas: a prevenção do desperdício e a recuperação/ destinação do desperdício. A prevenção do desperdício deve ser a prioridade do setor, pois é através dela que se alcançará a redução de custos de produção e dos recursos naturais e humanos envolvidos na produção do alimento. Contudo, uma vez ocorrido o desperdício, é fundamental que ele seja recuperado através de uma destinação adequada, seja na forma de doação dos alimentos para consumo humano ou para compostagem ou para alimentação animal.

Nesse capítulo será assumido que a produção de alimentos e bebidas em serviços de alimentação envolve as etapas apresentadas na figura 1.

Figura 1. Etapas de produção de alimentos e bebidas em serviços de alimentação



Fonte: elaborado pelos autores.

A gestão de desperdícios requer planejamento e operações diferentes em cada uma das etapas apresentadas na figura 1 e em seguida discorreremos sobre cada etapa:

Planejamento

O primeiro passo para a gestão de desperdício é o planejamento do cardápio, com a escolha dos alimentos, definição do *per capita* e do tamanho das porções, do tipo de preparação.

O volume de alimentos desperdiçados diariamente pode estar associado ao planejamento da produção. Isto inclui quais alimentos que devem compor o cardápio diário, frequência de cortes e tipos de carnes, legumes, frutas e verduras que serão servidos. A eficiência e eficácia do planejamento, bem como a qualidade visual dos alimentos distribuídos são aspectos críticos que afetam duas fontes importantes de desperdício: a sobra limpa (quantidade de alimentos produzidos e não distribuídos) e o resto ingesta (quantidade de alimento não consumido pelos comensais) (CAOBLANCO; JANZANTI; SANTOS, 2013).

O planejamento dos alimentos produzidos é um indicador essencial na busca de resultados para obter mais lucratividade e controlar o desperdício de alimentos, além de viabilizar melhor análise dos fatores que interferem nesses valores, a fim de corrigi-los (SILVA JUNIOR; TEIXEIRA, 2008).

A definição do *per capita* além de garantir o equilíbrio dos cardápios, orienta na previsão de compras e requisições, facilita o cálculo do custo por refeição servida e funciona como parâmetro para o controle do desperdício de alimentos (AMARAL, 2008).

De acordo com o Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), a opção de um cardápio com vários tipos de alimentos de origem vegetal e com limitada oferta de alimentos de origem animal implica indiretamente a opção por um sistema alimentar socialmente mais justo e menos estressante para o ambiente físico, para os animais e para a biodiversidade em geral.

Desta forma, um cardápio baseado na oferta de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas tem como consequência natural, o estímulo da agricultura familiar e da economia local, favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir e contribuindo para promover a biodiversidade e para reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos (BRASIL, 2014).

Ainda com relação ao cardápio, para reduzir com sucesso o desperdício deve-se planejar a utilização de um ingrediente várias vezes, do café da manhã até o almoço, garantindo a reutilização consciente de sobras. Além de planejar um segundo uso, para resíduos de preparação, como caldos (WWF/AHLA, 2019).

Segundo Alves Ferreira et al. (2012), deve-se verificar as preparações com baixa aceitação pela grande maioria e suspender ou reduzir seu preparo, a fim de reduzir o desperdício.

Alcançar a sustentabilidade no setor de hospitalidade depende de as empresas estarem conscientes do seu papel nos sistemas alimentares globais e locais. Mais especificamente, aqueles envolvidos na aquisição responsável de alimentos terão de refletir e decidir sobre suas posições e prioridades em questões tão variadas como as de mudanças climáticas e a rotulagem de carbono, mudando cardápios de carne para legumes, o bem-estar dos animais, minimizando “milhas do alimento”, preferindo alimentos locais e sazonais, agricultura orgânica a alimentos geneticamente modificados, o comércio justo e ético, questões ambientais e de saúde, a biodiversidade *versus* monocultura (PNUMA, 2015).

Aquisição/ recebimento de matérias-primas/ insumos

Para a prevenção de desperdícios de alimentos na etapa de aquisição e recebimento de matérias-primas/ insumos, é fundamental a compra de alimentos locais, diversificados e sazonais; pois além de fomentar a agricultura local, reduz os danos e perdas de qualidade relacionadas a logística de transporte e distribuição envolvidos na cadeia produtiva de alimentos produzidos em locais mais distantes.

Mudanças fundamentais na forma como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos são indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável. Conseqüentemente, a compreensão das dimensões ambientais, sociais e econômicas desse desafio é uma questão fundamental para os responsáveis pela aquisição de alimentos, de modo a compreender a importância comercial da aquisição responsável de alimentos (PNUMA, 2015).

Da perspectiva de compra de alimentos, “sustentabilidade” implica não somente levar em consideração o custo e a qualidade dos alimentos, mas também ser ambientalmente e socialmente responsável. Em outras palavras, trata-se de levar em conta os impactos ambientais e sociais de um produto ao longo do seu ciclo de vida - da fazenda à mesa, ou do campo ao prato. Portanto, a aquisição responsável precisa levar em consideração todos os fatores no processo de abastecimento de alimentos, desde métodos de cultivo e seus impactos ambientais até fatores sociais, como comércio e salários justos e condições de trabalho dignas, a não utilização de trabalho infantil e assim por diante (PNUMA, 2015).

Segundo Belik (2020), embora exista biodiversidade, tradições e hábitos culinários característicos de cada lugar, os principais alimentos consumidos hoje em dia tendem a ser os mesmos por todas as regiões do Brasil. Isso indica uma padronização no hábito de consumo de alimentos dos brasileiros. E, ainda mais grave, a composição de refeições menos diversificadas e mais monótonas. As bases naturais e a origem geográfica dos alimentos, assim como a história e a cultura de quem os produz e prepara, têm ficado cada vez mais distantes na memória.

Além disso, é fundamental a aquisição de alimentos fora dos padrões estéticos exigido pelo varejo; que as matérias-primas corretas sejam entregues, que se verifique as características do produto (cor, odor, textura, temperatura, validade) relativas a qualidade esperada.

De acordo com a Embrapa Hortaliças (2017, p.13), “Não há problemas em comercializar produtos que não atendam a um padrão estético, mas possuem qualidade sensorial e nutricional”.

Os alimentos fora do padrão estético, comumente chamados de “feios” podem ser utilizados em receitas como purês, molhos doces, e outras, em que sua estrutura física não é essencial para sua aceitação.

Armazenamento/ estocagem

O armazenamento de alimentos deve ser realizado em local limpo e organizado, de forma a garantir proteção contra pragas e contaminantes, evitando desperdício por descarte do alimento contaminado.

O armazenamento de alimentos pode ser dividido em (SESC, 2003): estoque seco (26°C), estoque refrigerado (0 a 10°C) e estoque congelado (-18 a -12°C), de acordo com as necessidades de conservação de cada alimento, em função de suas características de perecibilidade.

Desta forma, para evitar desperdícios é importante que durante o armazenamento se garanta condições corretas de armazenamento, a fim de manter o frescor dos alimentos, além de gerenciar os estoques de alimentos com máxima precisão na verificação de níveis de estoque e pedidos aos fornecedores (PNUMA, 2015).

Durante o armazenamento, é preciso estar atento, que uma vez aberta a embalagem original, o alimento não tem mais a mesma validade, ou seja, a validade determinada na indústria (validade primária). Por isso, sempre que aberto o produto passa a ter uma nova validade (validade secundária). De maneira, que segundo a RDC 216 da Anvisa (BRASIL, 2004), quando as matérias-primas e os ingredientes não forem utilizados em sua totalidade, devem ser adequadamente acondicionados e identificados com, no mínimo, as seguintes informações: designação do

produto, data de fracionamento e prazo de validade após a abertura ou retirada da embalagem original.

Assim sendo, o desenvolvimento de etiquetas padronizadas para alimentos em utilização (ex. alimentos abertos que não foram totalmente utilizados, como farinhas), manipulados, porcionados ou preparados, com informações sobre designação do produto, data de fracionamento e prazo de validade após a abertura ou retirada da embalagem original, são imprescindíveis para garantir a reutilização ou doação desse alimento próprio para o consumo.

O prazo máximo de consumo do alimento preparado e conservado sob refrigeração a temperatura igual ou inferior a 4°C, deve ser de 5 dias. Quando forem utilizadas temperaturas superiores a 4°C e inferiores a 5°C, o prazo máximo de consumo deve ser reduzido, de forma a garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado (BRASIL, 2004).

No gerenciamento de estoque, é importante que práticas de rotatividade sejam adotadas, implementando-se o critério: PVPS (Primeiro que vence, primeiro que sai) ou PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai), evitando o desperdício por falta de uso dentro do período apropriado em função da inobservância da validade. De acordo a legislação sanitária vigente sobre boas práticas de manipulação, a RDC 216 (BRASIL, 2004), a sua utilização de matérias-primas e ingredientes deve respeitar o prazo de validade. Para os alimentos dispensados da obrigatoriedade da indicação do prazo de validade (ex.: vegetais frescos embalados), deve ser observada a ordem de entrada deles.

O excedente de alimentos, na validade e em boas condições de consumo, no estoque deve ser evitado através de um minucioso planejamento, mas caso ocorra, o excedente poderá ser doado para instituições, prevenindo o seu descarte e desperdício. Para isso, é importante que se destine um espaço na área de armazenamento, para alimentos a serem doados.

A doação de alimentos ou resgate/ recuperação de alimentos (*Food Rescue*), como é conhecida internacionalmente, é a prática de desviar com segurança os alimentos comestíveis que seriam destinados para a eliminação de resíduos (aterros) e distribuí-los a indivíduos em situação de insegurança alimentar (REYNOLDS; PIANTADOSI; BOLAND, 2015).

No Brasil, a Lei de Doação de Alimentos - Lei nº 14.016, foi publicada em 2020 e dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. A doação de alimentos é uma ação que visa facilitar/garantir o acesso aos alimentos por pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade econômica e social, que as impeça de prover alimentos para si ou para seus dependentes (BRASIL, 2020).

Contudo, por meio da Recomendação nº 057 de 2020, em 27 de agosto de 2020, o Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), determina a adoção de medidas e debate em torno da regulamentação da Lei nº 14.016/2020. De maneira, que a Anvisa, incluiu o tema da doação de alimentos na Agenda Regulatória 2021-2023 por meio do Projeto nº 3.10 – Regularização da doação de alimentos com segurança sanitária, sendo o projeto formalizado por meio do Termo de abertura de processo

administrativo de regulação nº 74, de 31 de agosto de 2021 (ANVISA, 2021).

Produção

Nesse trabalho será considerado que a produção de alimentos envolve duas etapas: o pré-preparo e o preparo dos alimentos.

O pré-preparo de alimentos inclui operações como limpeza (retirada de folhas murchas, sujas, danificadas), descascamento (retirada de talos e cascas), desossa, descaroçamento, cortes (retirada de aparas e gorduras de carnes, partes danificadas de vegetais) e outras operações, que dependendo da forma e intensidade que são executadas, podem gerar a um aumento do desperdício do alimento. De acordo com Moreira (2016), a retirada destas partes do alimento durante o seu pré-preparo, motivaram a criação do fator de correção (FC).

Segundo Philippi (2014), o indicador de partes comestíveis (IPC) é popularmente conhecido como fator de correção (FC) e sua intenção é prever as perdas inevitáveis ocorridas no pré-preparo. De forma, que uma elevação do valor do FC elevado, representa um aumento na perda do alimento.

Para a gestão do desperdício, durante a etapa do pré-preparo, Moreira (2016), menciona que cada estabelecimento deveria estabelecer sua tabela de FC de acordo com: o tipo de alimento adquirido (verificar a qualidade, ex.: tomates estragados teriam um FC maior); o treinamento da mão de obra do serviço para evitar desperdício; a qualidade dos utensílios (ex.: a faca afiada evita desperdício); a qualidade dos equipamentos, pois,

assim, haverá maior segurança da quantidade de alimentos a ser comprada (ex.: descascador regulado); além do tipo de corte, condições de armazenamento e grau de amadurecimento do alimento.

Somada as iniciativas já mencionadas para a redução do desperdício do alimento, a utilização integral dos alimentos é uma alternativa para redução do desperdício e dos resíduos de alimento (CARDOSO et al., 2015), além de contribuir para a maior ingestão de nutrientes, visto que nas cascas, folhas, talos e sementes existem nutrientes importantes para o funcionamento do corpo humano (LAURINDO; RIBEIRO, 2014).

A etapa de preparo dos alimentos é aqui considerada como aquela que promove modificações do alimento pelo uso do calor, como os diferentes tipos de cocção (em calor úmido, calor seco e calor misto).

Na etapa de preparo, a gestão de desperdício, deve envolver o planejamento adequado do volume de refeições a ser preparado, em função do número de clientes, do cardápio, do clima, definindo a quantidade de alimento a ser preparada, a fim de evitar sobras. Esse planejamento envolve o estabelecimento do *per capita* e da porção do alimento.

O *per capita* é a quantidade do alimento consumido por pessoa, que pode ser calculado no serviço de alimentação, sendo atribuído ao alimento cru, como ele deve ser comprado, ou seja, é a quantidade comprada necessária para atender uma pessoa. Já a porção, é a quantidade de um alimento *in natura* ou preparado ou, ainda, a uma preparação, que indica a

quantidade que será servida no prato, ou seja, o alimento pronto para o consumo (NUTMED, 2022).

Controlar porções significa verificar o tamanho ou a quantidade de gênero alimentício que será servido a cada cliente (KINTON; CESERANI; FOSKETT, 1999). É necessário ajustar o tamanho das porções em relação aos dados de histórico de consumo ou observações de superprodução da preparação (WWF/AHLA, 2019).

O desperdício de alimentos em restaurantes pode ser apresentado, principalmente, de duas formas: resto ingesta e sobra limpa. O resto ingesta é a relação entre o resto devolvido nas bandejas ou nos pratos pelo comensal e a quantidade de alimentos e preparações alimentares oferecidas, expressa em percentual. Enquanto a sobra limpa ou sobra aproveitável, é aquele alimento que foi produzido, mas não foi para o balcão de distribuição, ou seja, são alimentos produzidos e não distribuídos que permaneceram no *pass through* (ALVES FERREIRA et al., 2012).

Desta forma, para a gestão do desperdício de alimentos, é importantíssimo o estabelecimento de ações para quantificação do resto ingesta e da sobra limpa. De acordo com Ricarte et al. (2005), o controle de resto ingesta visa avaliar a adequação das quantidades preparadas em relação às necessidades de consumo (sobras), o porcionamento na distribuição e a aceitação do cardápio através dos alimentos devolvidos pelo comensal.

Segundo Soares et al. (2011), a quantificação da sobra limpa constitui indicador que permite detectar falhas na determinação do



número de refeições a serem servidas, no superdimensionamento dos *per capitas* e porções e na aceitação das preparações. Dessa forma, esse indicador pode ser utilizado como subsídio para implementar medidas de racionalização, otimização da produtividade e redução dos custos com o desperdício. O controle da sobra limpa pode ser feito por meio da pesagem, juntamente com o cálculo do número de refeições preparadas e do número de refeições servidas (SOARES et al., 2011).

Assim sendo, evidencia-se a necessidade de se implementar ações de separação, medição e registro do resto ingesta, através da colocação de lixeiras em pontos estratégicos para captar todo o resto ingesta produzido após cada refeição. O ideal é que sejam utilizadas lixeiras verdes, que são as destinadas para resíduos alimentares.

A implementação de cocção de alguns itens na hora, sob demanda do cliente, é uma alternativa importante para diminuir o desperdício de alimentos de alto valor, como peixes e carnes.

Distribuição do produto finalizado

No cenário mundial, calcula-se que 46% da PDA (Perdas e Desperdício de Alimentos) ocorre nas etapas de processamento, distribuição e consumo (PEIXOTO; PINTO, 2016).

Neste trabalho, está sendo considerado como distribuição do produto finalizado, a distribuição da preparação (refeição, lanches, sucos, petiscos e outros) da área de produção (cozinha) para o local de consumo pelo consumidor. No caso de empreendimentos de meios de hospedagem, o consumo pode ocorrer no salão de restaurantes, na piscina, no quarto



(*room service*), no *lobby* e/ou em outros ambientes que ocorram o serviço de alimentos e bebidas no estabelecimento.

No Brasil, os meios de hospedagem da tipologia hotel, costumam oferecer o café da manhã inclusos na diária, ofertado na forma de bufê livre (ZIMMERMANN et al., 2016). Esse serviço também é muito utilizado no almoço, e se caracteriza pela variedade de alimentos ofertada, que podem ser escolhidos de uma só vez e na quantidade desejada pelos clientes.

Segundo Santos et al. (2011), nos bufês, ou sistemas de distribuição em *self-service* ou autosserviço, os pratos quentes e frios são apresentados em balcões, em que o cliente se serve com o seu prato, escolhendo entre as diversas opções oferecidas. Nessa modalidade de serviço, o comensal decide, de maneira individual, o que ele irá consumir, realizando suas escolhas tendo por base uma diversidade de produtos.

Contudo, segundo a WWF/AHLA (2019), os bufês são os principais responsáveis pelo desperdício de alimentos nos hotéis. De acordo com Zimmermann et al. (2016), nos bufês livres, o grande desperdício de restos ingesta (resíduos de alimentos que são devolvidos na bandeja) por parte dos hóspedes acontece com grande frequência, quando os pratos oferecidos são novidades e despertam o interesse do público, que quer provar de tudo.

Para a gestão de desperdícios em bufês livre, é importante a adoção de algumas ações:

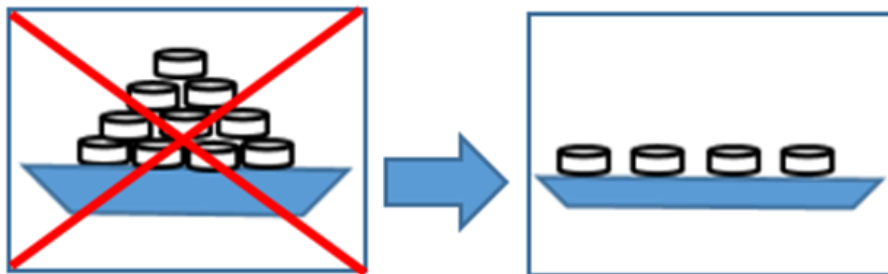
a) Conscientização do cliente - através da disposição de mensagens de reflexão, nas mesas ou no próprio bufê, sobre consumo consciente e desperdícios.

Segundo o WWF/ AHLA (2019), o compartilhamento da filosofia ambiental e das metas de redução de desperdício de alimentos na área do bufê pode engajar os hóspedes, e ao mesmo tempo chamar a atenção para a quantidade de alimentos que eles colocam e deixam no prato. Uma auditoria realizada durante os projetos piloto da instituição, mostrou que o desperdício nos pratos diminuiu quando os hóspedes receberam dicas de consumo consciente no bufê, assim como pesquisas realizadas com os hóspedes por eles, revelaram que 80% dos mesmos eram favoráveis ou não se aborreciam com o uso de sinalização no bufê incentivando a diminuição do desperdício em face da abundância.

b) Organização e reposição do balcão bufê (aquecido e refrigerado) – usar recipientes pequenos e rasos para a disposição de menores quantidades de alimentos, com reposição quando necessário; evitar o empilhamento de alimentos como pães e similares, organizando-os individualmente em fileiras em travessas (Figura 2); porcionar sobremesas; empratar algumas preparações e ofertá-las sob demanda (ex.: prato de embutidos, queijos); usar dispensadores ou recipientes com tampas para preservar a qualidade dos alimentos para reutilização.

Para Soares et al. (2011), a utilização de travessas menores pode viabilizar a oferta das saladas com reposição frequente, garantindo mais segurança e um melhor aspecto visual. O uso de utensílios e vasilhames atrativos ao cliente também favorece a aceitação das preparações.

Figura 2. Disposição de alimentos no bufê para evitar desperdícios: organização individual dos alimentos em recipientes menores e rasos



Fonte: elaborado pelos autores.

c) Temperatura e tempo de exposição dos alimentos – Para evitar desperdícios dos alimentos do bufê aquecido e refrigerado, é importante evitar que grandes quantidades de alimentos sejam expostas, já que os alimentos quentes podem ficar no bufê por até 6 horas, se estiverem com a temperatura superior a 60°C; enquanto os alimentos que são servidos frios podem ficar no bufê até 4 horas, se mantidos em temperaturas inferiores a 10°C (BRASIL, 2004).

d) Utilização de estação de serviços - se refere a uma área de preparo de um tipo de alimento, montada no salão próximo ao balcão do bufê, em que o alimento é feito na hora sob demanda do cliente, por exemplo, estação de crepe, de tapioca, de omeletes. De acordo com WWF/AHLA (2019), as estações de serviços permitem controlar a quantidade de alimentos expostos aos participantes, minimizando o desperdício nos pratos e permitindo uma reutilização ou doação pós-serviço, uma vez que os alimentos não foram expostos a potenciais riscos de segurança alimentar.

Nesse contexto de doação de alimentos, ressalta-se que apesar da inegável importância e relevância da existência de uma lei federal que trate da doação de alimentos no Brasil (Lei de Doação de Alimentos 14.016/2020), como uma ação que visa garantir o acesso a alimentos para pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade econômica, ressalta-se que a lei apresenta lacunas para garantia da segurança sanitária desses alimentos doados.

Assim sendo, de acordo com Cappato, Viana e Martins (2021), instituições e associações ligadas à segurança alimentar e segurança dos alimentos, além de conselhos regionais profissionais, demonstraram certas preocupações relacionadas com a lei, no tocante a garantia da segurança dos alimentos. Devido à grande importância do tema, a lei 14.016/2020 entrou na pauta da agenda regulatória da Anvisa de 2021, visando a elaboração de instrumentos regulatórios para garantir a segurança sanitária desses alimentos, por meio da publicação de um instrumento regulatório que apresente regras ou orientações para essa atividade. Segundo a ANVISA (2021), é importante que não apenas seja autorizada a doação, mas que sejam considerados também os critérios e as condições para que essa doação ocorra sem riscos, de maneira a garantir a segurança sanitária dos produtos doados.

É importante salientar que a prevenção do desperdício deve ser a meta principal da gestão de desperdício do setor de hospitalidade, contudo, ocorrendo a produção excedente, deve-se pensar na destinação desse excedente como doação para o consumo humano, através de diferentes iniciativas e projetos existentes para essa finalidade. Na

impossibilidade da doação para consumo humano, o excedente deve ser destinado para compostagem ou para alimentação animal, mas nunca para os aterros sanitários.

Quando os alimentos são compostados, nutrientes preciosos são devolvidos ao solo, proporcionando benefícios para fazendas locais ou jardins. O fornecimento de nutrientes vitais de volta à terra na forma de composto fornece múltiplas formas de benefícios ambientais, incluindo a redução das emissões de metano em aterros sanitários, a redução do uso de fertilizantes sintéticos e a melhoria da saúde do solo (WWF/ AHLA, 2019)

Considerações finais

Os empreendimentos do setor da hospitalidade têm buscado iniciativas mais sustentáveis, a fim de promover a redução do impacto ambiental do setor e assim atender a uma clientela comprometida com questões econômicas, ambientais e sociais. Contudo, essas iniciativas sustentáveis são muito incipientes na gestão do desperdício alimentar no setor, embora a prevenção do desperdício alimentar esteja prevista na Agenda 2030 e tenha relação com o objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS) 12 que busca garantir padrões sustentáveis de consumo e produção.

É urgente a implementação da gestão do desperdício alimentar pelo setor de hospitalidade como iniciativa sustentável, através da adoção de estratégias de prevenção e redução do desperdício de alimentos dos

empreendimentos. Essa gestão precisa ser uma iniciativa corporativa, com a participação diária e rotineira de todos os atores envolvidos no processo.

Ao longo deste capítulo foram apresentadas ações e operações que podem ser adotadas nas diferentes etapas do processo produtivo de alimentos, como: no planejamento, na aquisição, no armazenamento, na produção e na distribuição, a fim de evitar a produção excedente de alimentos e conseqüentemente, seu desperdício.

Evidenciou-se que a meta principal da gestão do desperdício alimentar é a prevenção desse desperdício, pelos impactos positivos desta prevenção nos recursos ambientais, sociais e econômicos. Contudo, é imprescindível estabelecer estratégias para a recuperação/ destinação do excedente de alimentos (desperdício).

As estratégias de recuperação/ destinação do excedente de alimentos pode ocorrer na forma de doação dos alimentos para consumo humano, contribuindo para redução da insegurança alimentar de indivíduos em vulnerabilidade social. Quando a doação do alimento para o consumo humano não for possível/ viável, a destinação do excedente deve ser a compostagem ou a alimentação animal, evitando de toda maneira que o destino do excedente, seja o aterro sanitário.

A gestão do desperdício de alimentos é uma prática importante, atual e necessária para a sustentabilidade no setor de hospitalidade.

•••••

REFERÊNCIAS

ALVES FERREIRA, J.; PEREIRA DOS SANTOS, C. H.; SOARES PEREIRA, A. J.; BRITTO, M. B.; SANTOS, D. R.; BRITTS, L. T. Avaliação da sobra limpa e resto ingesta de um CEINF em Campo Grande-MS. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 83-94, 2012.

AMARAL, L.B. **Redução do desperdício de alimentos na produção de refeições hospitalares** (MBA em Gestão Pública). Porto Alegre-RS: Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, junho 2008. Disponível em: http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/luciane_busato_do_a_maral_tcc.pdf. Acesso em: 29 março 2023.

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Saiba mais sobre o projeto regulatório de doação de alimentos**. 2021 Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/saiba-mais-sobre-o-projeto-regulatorio-de-doacao-de-alimentos>. Acesso em: 01 junho 2023.

BELIK, W. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Piracicaba: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, 2020. Disponível em: www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro_%C6%92_14.10.2020.pdf. Acesso em: 10 abril 2023.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. **Diário Oficial da União**, Edição: 119, Seção: 1, p. 2, 24 jun. 2020.

BRASIL. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro 2004. **Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação**. Diário Oficial da União, 16 set. 2004.

CAOBLANCO, T.C.R.C.; JANZANTTI, N.S.; SANTOS, A.B. Impacto da eficiência no planejamento da produção de refeições no desperdício de alimentos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição. In: **XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos. Salvador, BA: Enegep, Brasil, 2013.

CAPPATO, L.; VIANA, L.F; MARTINS, M.R.S.F. **Desperdício de alimentos em UANs no Brasil: Como reduzir este problema?** Portal e-food, 17 dezembro 2021. Disponível em: <https://portalefood.com.br/artigos/desperdicio-de-alimentos-em-uans-no-brasil-como-reduzir-este-problema/>. Acesso em: 31 março 2023.



CARDOSO, F. T.; FRÓES, S.C.; FRIEDE, R.; MORAGAS, C.J.; AVELAR, K.E.S.; MIRANDA, M.G. Aproveitamento integral de alimentos e o seu impacto na saúde. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 3, p. 131–143, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16105>. Acesso em: 10 abril 2023.

DUÉK, A.C. **Relatório Booking.com de Viagens Sustentáveis**. Viajar verde: turismo sustentável. 2022. Disponível em: <https://viajarverde.com.br/relatorio-booking-com-de-viagens-sustentaveis-2022-59-dos-viajantes-querem-deixar-os-destinos-melhores-do-que-antes/>. Acesso: 10 junho 2023.

EMBRAPA HORTALIÇAS. Consumo consciente contra o desperdício. **Hortaliças em revista**, v.6, n. 23, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/176841/1/ed23.pdf>. Acesso em: 10 abril 2023.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Toolkit**: Reducing the Food Wastage Footprint. Rome: FAO, 2013.

IPCC AR5. **Global Warming Potential Values**. GreenHouse Gas Protocol. 2018. Disponível em: http://www.ghgprotocol.org/sites/default/files/ghgp/Global-WarmingPotential-Values%20%28Feb%2016%202016%29_1.pdf. Acesso em: 15 março 2023.

JLL/ FOHB. **Hotelaria em números 2022**. Disponível em: <https://www.jll.com.br/pt/tendencias-insights/pesquisa/hotelaria-em-numeros-2022>. Acesso em: 10 abril 2023.

KAKITANI, R.; SILVA, T. I. F. F.; SHIINO, E. T. Desperdício de alimento no pré-preparo e pós-preparo em um refeitório industrial. **Revista Ciências do Ambiente online**, v. 10, n. 1, p.30-35, 2014.

KINTON, R.; CESERANI, V.; FOSKETT, D. **Enciclopédia de serviços de alimentação**. São Paulo: Varela, 1999.

IDEIAS NA MESA. Desperdício: uma conta alta. **Revista Ideias na Mesa**, v.1, p.3, 2013.

LAURINDO, T. R.; RIBEIRO, K.A.R. Aproveitamento Integral de Alimentos. **Interciência e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 17–26, 2014. Disponível em: <https://revista.francomontoro.com.br/intercienciasociedade/article/view/57/50>. Acesso em: 8 abril 2023.

MOREIRA, L.N. **Técnica dietética**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

NUTMED. **Saiba quais itens não podem faltar na ficha técnica e entenda os conceitos de cada um deles**. 2022. Disponível em: <https://nutmed.com.br/>



alimentacao-coletiva/saiba-quais-itens-nao-podem-faltar-na-ficha-tecnica-e-entenda-os-conceitos-de-cada-um-deles/#:~:text=O%20per%20capita%20%C3%A9%20a,necess%C3%A1ria%20para%20atender%20uma%20pessoa. Acesso em: 30 abril 2023.

PEIXOTO, M.; PINTO, H. S. **Desperdício de Alimentos**: questões socioambientais, econômicas e regulatórias. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, fevereiro/ 2016 (Boletim Legislativo nº 41, de 2016). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol41>. Acesso em 22 março 2023.

PHILIPPI, S. T. **Nutrição e técnica dietética**. 3.ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o meio ambiente. **Aquisição Responsável de Alimentos**: quatro passos para a sustentabilidade do setor de hospitalidade. 2015. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7625/four_steps_PR.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 01 maio 2023.

REYNOLDS, C.; PIANTADOSI, J.; BOLAND, J. Rescuing food from the organics waste stream to feed the food insecure: an economic and environmental assessment of Australian food rescue operations using environmentally extended waste input-output analysis. **Sustainability**, v. 7, n. 4, p. 4707-4726, 2015.

RICARTE, M.P.R.; FÉ, M.A.B.M.; SANTOS, I.H.V.S.; LOPES, A.K.M. Avaliação do desperdício de alimentos em uma unidade de alimentação e nutrição institucional em Fortaleza-CE. **Saber Científico**, v.1, n.1, p. 158-175, 2005.

SANTOS, M.V.; PROENÇA, R.P.C.; FIATES, G.M.R.; CALVO, M.C. Os Restaurantes por peso no contexto de alimentação saudável fora de casa. *Revista de Nutrição*, v. 24, n.4, p. 641-649, 2011.

SESC. **Banco de Alimentos e Colheita Urbana**: Organização e controle de almoxarifado. Rio de Janeiro: Sesc/DN, 2003. 20 p. (Mesa Brasil Sesc-Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE.

SILVA JUNIOR, E.; TEIXEIRA, R. P. A. Manual de procedimentos para utilização de sobras alimentares. **Saber Científico**, v. 1, p. 158-175, 2008.

SOARES, I.C.C.; SILVA, E.R. DA; PRIORE, S.E.; RIBEIRO, R. DE C.L.; PEREIRA, M.M.L. DA S.; PINHEIRO-SANT'ANA, H.M. Quantificação e análise do custo da sobra limpa em unidades de alimentação e nutrição de uma empresa de grande porte. **Revista de Nutrição**, v.24, n.4, p. 593-604, 2011.

PORTE, L.H.M.; PORTE, A. GESTÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR: uma pauta urgente para a agenda ambiental no setor de hospitalidade. In:



STRASBURG, V. J.; JAHNO, V. D. Paradigmas das práticas de gestão ambiental no segmento de produção de refeições no Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental** (Online), v.22, p.3-12, 2017.

WWF - World Wide Fund For Nature / AHLA. **Combatendo o desperdício de alimentos nos hotéis**. 2019. Disponível em: https://hotelkitchen.org/wp-content/uploads/2019/10/AmericanHotel_Portugues_Impressão.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

ZIMMERMANN, G.; VIEIRA, M.E.; SILVA, M.S.; LUCIO, I.B. Desperdício alimentar: suas implicações nos meios de hospedagem. In: **VII FICE** - Feira de Iniciação Científica e Extensão do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, 2016. Disponível em: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/trab0247.pdf>. Acesso em: 10 abril 2023.



07

NOS MEANDROS DO
CAPITALISMO EM TEMPOS DE
PANDEMIA: O turismo, a
sustentabilidade e sua
exequibilidade na era do consumo

Elis Regina Barbosa Angelo
Conceição Aparecida Barbosa

NOS MEANDROS DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O TURISMO, A SUSTENTABILIDADE E SUA EXEQUIBILIDADE NA ERA DO CONSUMO

ANGELO, Elis Regina Barbosa
BARBOSA, Conceição Aparecida

A destruição da sociedade mercantil totalitária não é um caso de opinião. É uma necessidade absoluta num mundo que já está condenado. Pois o poder está em todos os lados, deve ser por todas as partes e todo o tempo que devemos combatê-lo.

J. F. Brient

A respeito do período pandêmico, uma das obras referenciais do pensamento contemporâneo a reunir reflexões sobre o enlace e futuro da humanidade foi a obra *Sopa de Wuhan*, que trouxe diálogos profícuos sobre a ameaça do sistema neoliberal e o repensar dos comportamentos humanos acerca do viver no mundo pós-pandemia (Agamben, 2020).

A partir das ressalvas depositadas na obra sobre o que o filósofo italiano Giorgio Agamben intitula “La invención de una epidemia” vão sendo traçados pontos de reflexão sobre o sistema global capitalista e a necessidade de uma mudança radical. Na obra *Sopa de Wuhan*, ao trazer o exemplo da pandemia em território americano, autores como Judith Butler destacam o poder que o capitalismo tem de se fortalecer e reinventar-se frente a uma calamidade dessas proporções. Nessa mesma linha, David Harvey reflete acerca do modelo econômico dominante e corrobora com Butler no que concerne à invenção da pandemia de classe, gênero e raça.

De todas as reflexões percebe-se, no início da pandemia em 2020, uma tentativa de compreender os cenários pandêmicos e suas relações com o cotidiano e ações governamentais pelo mundo que, de fato, foi um modo de levantar aspectos ligados à questão da dominação de países e às relações da pandemia ao futuro do capitalismo no planeta.

Conforme aponta Raul Zibechi (2020), o caos da hegemonia americana e da ascensão da China como potência global traz outras possibilidades a partir da pandemia, “a pandemia é o túmulo da globalização neoliberal, e no futuro existirá uma globalização mais ‘amigável’, centrada na China e nos países asiáticos do pacífico” (Zibechi, 2020, p.115).

Questões relevantes acerca do que a pandemia trouxe e transformou nos últimos dois anos estão constantemente sendo debatidas nos âmbitos das sociedades. É de suma importância a compreensão das feridas abertas nesse processo pandêmico, ao apontar a doença como vetor do fracasso do sistema neoliberal e seus limites, corroborando com o esfacelamento do capitalismo hegemônico, que necessariamente urge numa nova forma de viver e ser num cenário de transformações dos modelos consumísticos altamente anti-sustentabilidade.

Pensando nos modelos consumísticos a serem revisitados ou repensados, o Turismo, em um momento pós-pandemia, precisa ser repensado em termos comportamentais, tanto pelas relações produzidas ao longo da sociedade de consumo quanto pela retaliação sofrida pela atividade nos últimos anos, conforme amplamente divulgado devido às críticas ao modelo massificado e aos perfis de turista de massa.

Repensar a sociedade, seus dilemas e situações tem sido uma temática importante dos debates sobre sustentabilidade ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI e, um desses fenômenos que alicerçam de certo modo esses debates é o turismo.

Em teoria, o turismo pode utilizar ferramentas para gerenciar os quatro pilares do desenvolvimento sustentável-social, econômico, ambiental e cultural - a fim de contribuir para um equilíbrio desejado. Nesse contexto, a sustentabilidade é fundamental, e ao considerar sua interconexão exponencial com a biodiversidade e a sociodiversidade, só pode ser alcançada por meio da mobilização coletiva (Endeavor, 2023).

Na sua essência, a preocupação com o futuro do planeta é uma das principais questões relacionadas ao tema, buscando formas de minimizar os impactos nos mais diversos níveis e dimensões da sustentabilidade, com o turismo ocupando um papel central nesse debate. O dilema aqui está relacionado às ações que não são verdadeiramente sustentáveis, que não se concretizam como aparentam ser, mas sim como algo limitado em si mesmo, sem muito sucesso, devido ao arraigamento no modelo capitalista.

Assim, este trabalho pretende estabelecer-se enquanto questionamento do sistema que retroalimenta a destruição maciça do planeta num invólucro frágil de ações políticas e multidimensionais que apenas se articulam na manutenção do sistema capitalista, sem mudar de fato comportamentos nocivos, enfeitados e maquiados como sustentáveis ao mundo, apenas mascarando os efeitos que crescem a todo o vapor na sociedade contemporânea.

Através de revisão bibliográfica e análise de veículos de imprensa, fundamenta-se o debate crítico-argumentativo, trazendo reflexões sobre o futuro da relação entre consumo e turismo pós-pandemia. Neste contexto, duas forças contraditórias se confrontam: a necessidade de conter o turismo de massa que ameaça o equilíbrio ambiental e a busca por satisfazer o desejo de liberdade e experiências únicas por meio do turismo, aparentemente avivado após a pandemia que revelou a fugacidade da vida. Um fio condutor deste trabalho é a percepção de mudança elaborada por uma moradora de Imperatriz, no Maranhão, que ao comparar sua infância no Delta do Parnaíba com os dias atuais, revisita os comportamentos e atitudes em relação ao passado e presente na região, destacando o impacto devastador na vida das comunidades ribeirinhas.

Essa percepção gerou a reflexão deste trabalho, que não tem cunho quantitativo, mas que qualifica o questionamento da pesquisa por meio de uma narrativa a partir de aspectos relevantes de análise: como a região foi transformada em turística e quais foram as principais mudanças que percebeu ao longo dos últimos 30 anos? Assim, se justifica como condução de um fenômeno capaz de transformar significativamente a vida e os condicionamentos da sociedade que os rodeia.

Como metodologia foi feita a análise fenomenológica por meio de narrativas acerca das mudanças sociais e ambientais calcadas na região do Delta do Parnaíba, mormente Araiões, exemplificando aspectos que corroboram na falência de discursos que possam ser sustentáveis no manejo e manutenção dos espaços, especialmente cotados por discursos midiáticos.

—•••—
A pesquisa fenomenológica versa sobre significados, especialmente vividos e experienciados, como é o caso da Sra. Justina, que, respeitando parâmetros que reforçam as dimensões da validade científica. Segundo Gomes (1994), essa pesquisa possui critérios relevantes, como a realização de um nível de análise sobre a natureza do fenômeno a ser estudado, não apenas ao catalogar as ideias experienciadas, o aprofundamento em seus aspectos significativos, mas promovendo uma reflexão clara e direcional da questão estudada.

Nessa metodologia, tenta-se observar e perceber as mudanças que o turismo enquanto fenômeno pôde transformar por meio dos sentidos e aspirações tanto da moradora quanto do público crítico das mídias que condenam o turismo por ser este tão devastador de um lado e tão necessário e significativo, de outro.

No contraponto, há debates que defendem o turismo enquanto característico de ações sustentáveis capazes de garantir efeitos positivos na localidade, além de salvaguardar e preservar regiões e patrimônios ao longo de gerações como um sistema de retroalimentação econômica, social e cultural.

Como resultados, o alicerce da análise crítica versa aspectos que narram comportamentos massificados que vão deteriorando ações e formas de consumo contrárias às medidas de sustentabilidade propostas aos mais variados lugares do mundo, tentando nortear a pergunta: É possível um turismo menos depredatório em tempos de consumo?

.....●●●.....
A sociedade e as mudanças gradativas sobre o consumo e o cuidado com o planeta

Ao analisar aspectos intrinsecamente ligados à sociedade e ao seu modo de produção e consumo nas últimas décadas, percebe-se o grau de destruição do ambiente de forma contínua e crônica. E, seguindo nessa abordagem, as consequências das limitações dos recursos naturais vão aceleradamente sendo percebidas pelo aquecimento global e suas ingerências pelo mundo.

Para Kitcher (2010), existem três questões relevantes a serem pensadas acerca dessa dinâmica ambiental: a primeira, referente à questão da causa do aquecimento global e a influência do homem no clima; a segunda, acerca da previsão do clima a longo prazo e a terceira, sobre a questão relacionada ao que se deve fazer e em qual tempo.

Segundo Noam Chomsky (2020, p.157) será temeroso e desastroso voltar ao “normal” do período pré-pandêmico, pois, “não voltaremos ao normal porque o normal era o problema”.

Nessa mesma linha, Eduardo Moreira (2020, p.63) aponta questões desse sistema falido da sociedade ao mencionar desejo *versus* necessidade, que passou a definir os comportamentos humanos no planeta.

Ao maximizar desejo, necessariamente não maximizamos necessidade. E é por isso que vivemos num mundo onde há recursos mais do que suficientes para satisfazer a necessidade de todos, mas estes recursos são canalizados para atizar desejos, e alimentá-los todos os dias. Um mundo de incompletude e escassez. De necessidades para os pobres e de desejos para os ricos. A crise do coronavírus, de uma forma absolutamente inesperada,

.....●●●.....
ensinou a todos a diferença entre um mundo que se baseia em desejos e um que se apoia na busca por atender as necessidades de seus habitantes. Da noite para o dia todos passaram a compreender a incapacidade de um mundo alicerçado nos desejos atravessar crises e momentos difíceis. A fragilidade do sistema tornou-se visível, latente, nua e crua. De nada adiantavam iates, mansões, escritórios luxuosos e cofres cheios de jóias diante de um sistema de saúde débil e de milhões de pessoas vivendo em condições sanitárias péssimas. Afinal, a única maneira de proteger-se de verdade, perceberam, era ter todos protegidos, com suas necessidades atendidas.

A questão das “necessidades atendidas” ainda é uma questão utópica, haja vista as discrepâncias visíveis na sociedade, os usos dos espaços e recursos naturais do planeta e a ausência de equilíbrio no consumo. Para Han (2020, p.110), “Nós pessoas dotadas de Razão, que temos que repensar radicalmente e restringir o capitalismo destrutivo e, também, nossa mobilidade ilimitada e destrutiva, para nos salvar, para salvar o clima e nosso planeta.”

Esse consumo seguiu uma lógica global e geral, instigando o consumo com a ideia de tudo em quantidades estratosféricas. A respeito do Turismo, como produto da sociedade capitalista, há evidências importantes sobre suas incursões, especialmente no que se refere às práticas de consumo exacerbadas como mencionamos até o momento acerca da crítica da sociedade capitalista pré-pandemia.

Alicerçando a perspectiva Chomskyana, voltar ao consumo pré-pandemia, sem dúvida, é um equívoco. Tomar os sentidos de consumo pelo viés econômico e ambiental, numa exploração infundável de recursos

— . . . ● . . . —
naturais voltadas para os processos de fabricação de mais mercadorias invoca, indubitavelmente, o Turismo como algoz. Em sua produção estão assentes décadas de produtores de qualquer coisa que possa ser transformada em mercadoria e consumo, produtos e objetos de desejo e *souvenirs*.

Para Machado e Siqueira (2008, p. 04) “O souvenir é um objeto que atende à necessidade de representar mentalmente experiências passadas. Evoca sentimentos experimentados pelo turista na viagem, como aqueles que emergiram em suas interações com os moradores, ocorridas, por exemplo, durante as compras. (sic)”. Ainda estabelece a ideia de que o consumo e o turismo se entrelaçam a partir da experiência, pois:

O turismo é um fenômeno profundamente marcado pelo consumo em todas as suas dimensões. Um dos principais objetos de consumo constitutivos da experiência deambulatória do turista é o souvenir, mesmo quando o visitante não compra as lembranças, já que estas integram a paisagem turística. Os escassos estudos sobre o souvenir limitam-se a analisar questões relativas à sua produção e seu comércio. Em alguns estudos, que discutem desde os impactos do turismo nas culturas das localidades receptoras à autenticidade dos produtos turísticos, ele é citado, mas não aparece como foco da investigação. No âmbito do mercado, contudo, o artesanato, quase sempre vendido como souvenir em destinos turísticos, está sendo descoberto como um importante gerador de trabalho e renda. Artesãos de diversas localidades estão contando com a consultoria de designers na criação de suas peças e aprendendo a gerir melhor seus negócios através de iniciativas do poder público e de seus parceiros. (Machado e Siqueira, 2008, p. 02)

A visão positiva do consumo e sua efemeridade acaba sendo forma de defesa da produção capitalista. Na obra de Zygmunt Bauman (2008) *Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadorias*, a busca pela aceitação transforma sujeitos em objetos, onde tudo é efêmero. A reflexão é pautada em influências da imagem numa condição em que se definem relações fluidas e descartáveis e onde o consumo se pauta no encontro de potenciais consumidores com potenciais objetos de consumo e interações desajustadas, de segregação.

Vieira e Loiola (2014) destacam que, as artesãs das três comunidades por eles pesquisadas no Delta do Parnaíba, a saber, Fazendinha, Vazantinha e Pedra do Sal, possuíam preocupações quanto à manutenção de suas atividades extrativistas da carnaúba para a produção de artesanato, mas essa importância é dada pelo aspecto econômico e a própria tradição artesanal se desconfigura ao verificar que a transferência do saber-fazer não é familiar, porque extrapola o cultural e limita-se ao economicamente viável ou possível.

Outra questão ímpar desse jogo para Bauman é o próprio conceito de consumismo, que fixa padrões tidos como de sucesso ou fracasso. Assim, há o favorecimento de classes *versus* sentimentos, amalgamados a partir do *status* de consumo, de estilo, de viagens e de apropriações. Aspectos como solidariedade, amor, compaixão, vão sendo substituídos unicamente pelas relações de mercantilização (Bauman, 2008).

[...] a indústria do turismo, especificamente um dos principais propulsores deste processo de turistificação, compreende uma vasta rede de produção e consumo de bens e serviços que apresenta

————— ●●● —————
uma grande interferência, não apenas em termos específicos para o setor, mas para a atividade econômica em geral de uma dada localidade. Evidenciando o atual lugar de destaque, amplitude e impacto intersetorial, os produtos turísticos podem ser identificados a partir de diversos serviços, tais como: alimentação, aluguel de automóveis, agências de viagens, de alojamento, transporte rodoviário, aquaviário, aéreo, transportes auxiliares (táxi, ônibus urbano), serviços desportivos e de lazer, serviços culturais, promoção de feiras e eventos, dentre outros. (Alverga, 2009, p.282)

Nessa perspectiva, os ensejos do consumo são ligados a um determinismo modístico que acaba favorecendo comportamentos ligados à compra de produtos e serviços numa escala inominável de itens, de uma diversidade imensa de objetos de desejos efêmeros ao longo de viagens, passeios e mesmo do lazer cotidiano ou de finais de semana e férias.

Como fio condutor deste trabalho está a história de uma moradora de um antigo povoado de pescadores no Maranhão que sofreu significativa mudança de sua paisagem a partir de sua transformação e crescimento, ou de modo turístico desenvolvimento pós-pandemia.

O Delta do Parnaíba concentra a “Rota das Emoções”, que se forma pelo complexo turístico que inclui os Parques como o Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Nacional de Jericoacoara, que são reconhecidos como paraísos do turismo no Nordeste do país.

Em publicação de 2018, a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Araisos fala do encontro promovido junto ao ICMBio para tratar do projeto APA do Delta do Parnaíba e seu Plano de Manejo. Conforme consta no site:

—•••—
A Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba é uma unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Decreto Federal de 28 de agosto de 1996. Sua área aproximada é de 313.809 hectares e se situa nos municípios de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, no Piauí; Araisos, Água Doce, Paulino Neves e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará e, nas águas jurisdicionais dos rios Parnaíba; Cardoso e Camurupim; e Timonha e Ubatuba, além de 5km de mar territorial. Na APA Delta do Parnaíba existem planícies flúvios-marinhas com a presença de manguezais, grandes ilhas estuarinas, lagoas costeiras, restingas, além de campos de dunas móveis e fixas. Formado pelo rio Parnaíba, o Delta deságua no oceano abrindo-se em cinco braços, envolvendo mais de 70 ilhas fluviais (Secretaria, 2018).

E acrescenta ainda suas qualidades paisagísticas, naturais e ambientais:

Sua paisagem exuberante, cheia de dunas, mangues e ilhas fluviais garante o cenário paradisíaco dessa região do Piauí e Maranhão. A região também é reconhecida pela importância significativa para a reprodução do peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), desova de tartarugas marinhas e áreas de alimentação e descanso de aves migratórias (Secretaria, 2018).

Essa descrição por si só já explica a importância da região e de sua preservação para o meio ambiente, local e global, e é uma região que entrecorta o Maranhão e o Piauí.

Nessa região, algumas comunidades tradicionais de pescadores, artesãos, catadores de caranguejo, coletores de ostras e mariscos, são definidos pelos meios de comunicação como “parte” integrada com natureza, no entanto, sua história diz o contrário.

Em depoimento de uma antiga moradora da região do Delta de Parnaíba, Dona Justina Carvalho de Aguiar, concedido no Instituto Cultural Padre Josimo, nascida em Araiões em 1960 e lá passou os primeiros anos da infância, tendo se mudado para a Ilha de Canárias após uma enchente na colônia de pescadores.

Justina nasceu nessa região, mais exatamente em Araiões, e descreve um lugar paradisíaco que ficou das memórias da infância que passou nessa região, diferente do que encontrou retornando para a sua terra natal depois de décadas. Hoje, o turismo toma conta do lugar, mas ao contrário do que se pensa, o capitalismo e a exploração das belezas naturais não trouxeram melhorias para a população local: expulsou os locais do paraíso que agora é explorado por quem detém o capital.

Na fala de Justina, ex-moradora de Araiões, a relação da comunidade de pescadores do passado, comunitária, colaborativa, livre, fazendo uso do território em simbiose com o meio ambiente, um ambiente de fartura para várias famílias que hoje são meros empregados dos exploradores do turismo, representa ou ilustra bem essa transformação. Outrora sua terra produzia sua comida, agora precisam trabalhar arduamente para comprar a comida que sua terra não produz.

A turistificação apontada por Alverga fez uma mudança na paisagem, mudança essa que impede o livre deslocamento pelo território, como na infância da depoente ocorria. De fato, não se sabe se apenas a intervenção humana modificou o território, mas provavelmente teve um papel importante nessa transformação, conforme identifica Justina:

— . . . ● . . . —
A praia onde a gente encostava com os barquinhos pra ir pra Parnaíba não existe mais, tá toda destruída, eu lembro que o meu vô morava, nós morava na beira da praia, aí o mar começou quebrar né, o assoreamento, [...] e aí agora eu voltei lá, não sei mais nem onde era o coqueiro, porque já quebrou tanto, já assoreou tanto, já que não tem mais a prainha, não tem mais nada, tá tudo esquisito, tem uma tal de, como é que a minha irmã chama? Um tal dum trapiche, tipo uma pontinha, de lá da chegada, do caminho, que a gente vem pra chegar no barquinho, e a gente não precisava disso, só virava a proinha do barco e a gente pulava dentro, não precisava colocar uma pontinha pra gente entrar no barco, porque o barco não tem mais como chegar lá, então assim, achei tudo tão estranho [...]

Os processos de sovernirização do turismo sugerem uma crítica fundamentada em argumentos que possam dar conta de sua amplitude e negociação.

Na ideia de consumo, o turismo e toda sua base de produção de mercadorias se estabelece a partir do mundo moderno, preconizado pela industrialização e pela internacionalização do capital das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, fortalecendo-se nos séculos XX e XXI com a aceleração do processo.

Eric Hobsbawm (2001), nessa linha, entende o lazer e o turismo como importantes elementos para uma identidade de classe, apesar de sua exploração.

Sem a proletarização não seria possível a constituição da sociedade de consumo e, conseqüentemente, do turismo. Este é o aspecto contraditório de todo o processo: o elemento de subordinação é justamente o que dá vida ao sistema, sendo necessária sua domesticação para que ele se mantenha funcionando. É o trabalhador assalariado que garante o sucesso do empreendimento burguês, apesar de não compartilhar de seus ganhos. (Magalhães, 2008, p.98)

Na obra *A ideologia da Sociedade Industrial*, Marcuse (1999) faz críticas significativas ao que vem se estabelecendo como pensamento lógico da sociedade contemporânea, em especial condicionamentos de manipulação e programação de consciências, subjetivadas nos atos e comportamentos dos homens nessa era histórica capitalista de mecanismos de controle, no qual o homem abre mão de sua liberdade em razão de modismos impostos sob os ditames que Marcuse trata como de sua própria razão (Marcuse, 1999, p. 82).

No âmago dessas circunstâncias, percebe-se que essas necessidades e valores do consumo, que Moreira chama de necessidade *versus* desejo, são criados e inventados nesse processo que Jean François Brient chama de sociedade de escravos modernos, considerando que essa produção de objetos do desejo midiático se torna imprescindível para a “sobrevivência no mundo das aparências”.

Considerando o pensamento marxista, ao perceber o consumo enquanto mercadoria/produto das relações sociais e de poder, determinante das classes e suas discrepâncias, as bases para a reflexão acerca dos modos de produção e reprodução da sociedade atual estão postas de maneira clara e tênue ao mesmo tempo.

Em observância aos aspectos sugeridos acerca da exploração das classes dominantes, do poder de compra e da própria noção de “vida para o consumo” posta por Bauman (2008), há uma tênue linha sobre a questão da necessidade *versus* desejo, conforme apontado por Moreira (2020). A depoente Justina fala das necessidades de hoje, que não existiam outrora:

.....●.....

[...] a gente banhava, lavava o cabelo com sabão, e passava azeite de coco, ou então misturava perfume com azeite de mamona, e passava no cabelo, e os cabelos eram bonitos, e não tinha shampoo, não tinha condicionador, não tinha creme, não tinha banho de luz, banho de brilho, escova, não tinha nada disso, e todo mundo vivia bem e era saudável, e todo mundo se conhecia, e todo mundo vivia bem, em paz [...] os catadores de caranguejo não comem mais caranguejo porque lá tem várias pousadas e as pousadas compram todo caranguejo que os catadores catam, e todo peixe, digamos o peixe, aquele melhor, o nobre, as pousadas compram tudo, então os pescadores estão vendendo peixe e comprando frango congelado pra comer.

A reprodução de produtos/sentidos/mercadorias que o próprio homem estabelece como ilimitada no que tange ao consumo colabora na naturalização do ato. Comprar, produzir e consumir, conforme J. F. Brient em *La Servitude Moderne* sintetiza a escandalosa versão de hiperconsumo da sociedade atual.

Talvez seja essa ideia de infinitude que permeia o imaginário também dos moradores locais e artesãos do Delta do Parnaíba ao tratar de sua matéria-prima sem a devida preocupação de manutenção para a posteridade (Vieira e Loiola, 2014).

A necessidade agora, aproveitando os meandros do turismo pós-pandemia, em que se busca repensar a sociedade capitalista moderna, requer um reposicionamento acerca dos limites do ser e do ter nas relações de produção e mesmo na desaceleração da produção, do consumo e do espetáculo. Para Debord (2003, p.18) “O espetáculo submete para si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente.

—•••—
Ele não é nada mais do que a economia desenvolvendo-se para si própria. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores”.

Aspectos da sustentabilidade na atualidade

O turismo tem sido uma atividade exploratória com um viés predatório desde o início da concepção de consumo do lazer e das atividades que giram em torno do deslocamento humano. A ideia de explorar o mundo, conhecer as excentricidades vem de longa data na história.

Em 1973, ao definir o lazer como “um conjunto de ocupações”, Dumazedier, aloca como prática de determinadas atividades, supondo que o indivíduo deva ocupar-se com algo, o tempo todo, tratando-o como um apanhado de atividades, qualificando-as e quantificando o seu *modus operandi*.

Nesse sentido, foi no final do século XVIII, com a revolução industrial que se iniciaram as atividades voltadas para o ato de alimentar o tempo livre, e, a partir daí esse tempo livre que também deve ser trabalhado, aproveitado para o lazer são incitadas no indivíduo necessidades que vão corroborar na posterior massificação das atividades de deslocamentos, e essas foram criando números cada vez maiores de consumistas/turistas, alimentando o sistema de lazer e viagens. Claro que nestes deslocamentos as inovações nos transportes configuraram

facilidades que também colaboraram para essa atividade na medida que possibilitaram maior agilidade e conforto nos deslocamentos.

Nessa percepção, a anterioridade das ações e comportamentos humanos já se afinavam na direção do ato de explorar outras paragens. Os museus e zoológicos que fizeram e fazem ainda parte do itinerário desses deslocamentos de lazer se formaram também do maravilhamento com o novo e da curiosidade daqueles que não tinham condições de empreender uma viagem de exploração por conta própria e mas poderiam colher os frutos das apropriações dos exploradores/cientistas: animais, objetos, adornos de locais longínquos e inalcançáveis para a maioria.

Esse costume burguês/aristocrata é divulgado para a cultura de massa com a abertura dos primeiros museus e zoológicos de visitação pública. O turismo foi sendo paulatinamente alimentado e incentivado entre os indivíduos de todas as classes, popularizando-se, com visitas e passeios mais acessíveis economicamente.

Séculos depois tem-se um movimento quase que de contenção desse espírito de curiosidade e lazer. Na própria pandemia a proibição dos deslocamentos criou uma contenção da demanda, que foi drenada para um futuro pós-pandemia, num movimento antagônico, ora estimulando, ora atuando na contenção dessa atividade.

Uma solução apresentada como viável para nossa era é a sustentabilidade e todo o desdobramento que esse conceito possa gerar para a sociedade nas suas relações com o meio ambiente. Conforme atesta Hanai (2012, p. 200):

————— ●●● —————

O reconhecimento e a valorização de temas tais como os problemas sociais e ambientais, as críticas ao purismo economicista, o intercâmbio entre sociedades e nações, o aprimoramento da consciência ambiental, o respeito ao ambiente natural, o respeito às singularidades culturais, a relação entre os homens e a qualidade de vida têm levado à discussão e à proposição do denominado “desenvolvimento sustentável”.

Segundo Hanai (2012), a ideia de sustentabilidade vem sendo trabalhada há décadas, mas em todas as esferas que se impõe valoriza uma tríade para garantir qualidade de vida: maior equidade social, elevado nível de conservação ambiental e eficiência econômica. Essas questões também reverberam no turismo. No conceito de turismo sustentável, são elencados elementos que devem ser alcançados para se considerar um projeto como sustentável, mas que há várias distorções do conceito de turismo sustentável.

Um exemplo disso é discutido pelos autores Araújo, Abdala e Medina em relação ao impacto ambiental da Lei da Cota Zero no rio Araguaia, em Goiás, Lei 17.985/2013. Em artigo publicado em 2021, demonstram dois obstáculos à aplicação da Lei: em primeiro lugar o desconhecimento dos pescadores que praticam a pesca na região da comunidade de Itacaiú, às margens do Araguaia; em segundo lugar, a falta de fiscalização do poder público. Além de desconhecerem as regras estabelecidas na lei, grande parcela dos pescadores entrevistados nem tinham licença para pescar, não conseguiam identificar as espécies de peixes cuja pesca era proibida e ainda, afirmavam que pescavam livremente porque não havia fiscalização.

Na definição dada pela OMT (Organização Mundial de Turismo) de 2003: (Turismo sustentável é) aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (Hanai, 2012, p. 211).

De acordo com Hanai (2012), o conceito de turismo sustentável envolve a consideração da necessidade dos turistas, de ampla oportunidade para a continuidade desse turismo no futuro, de necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida dos moradores, de conservação dos recursos naturais, de uma distribuição dos benefícios do turismo para toda a sociedade, de manutenção da integridade cultural da população local, e principalmente de uma responsabilização coletiva para a construção de uma continuidade desse turismo.

Desse modo, percebe-se uma sublimação e idealização da atividade humana no meio ambiente, uma relação comunitária de difícil aplicação nas sociedades capitalistas. A descrição de Hanai se assemelha à descrição de Justina sobre Araiões da infância: sem exploração do trabalho, sem desperdício, sem uso abusivo dos recursos naturais, em cooperação com os moradores locais e distribuição dos benefícios a todos, algo que não ocorre em condições normais de uma sociedade capitalista “desenvolvida”.

Ao observar alguns casos noticiados na mídia, questiona-se se esse turismo sustentável é possível e, se for, se realmente colabora para a sociedade em todas as questões que o debate sobre sustentabilidade envolve, como o turismo sustentável, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento do turismo sustentável.

Devido a um aumento exponencial do turismo nas últimas décadas, países como a Itália e Holanda vêm adotando medidas restritivas para conter o “turismo de massa” e suas consequências. Um exemplo disso pode ser percebido com a notícia veiculada na DW *Itália luta contra o turismo de massa* de Jonas Martiney (2023). Segundo ele:

País deve bater recorde de visitantes em 2023, e locais como Veneza e Sardenha já adotam medidas para frear multidões. Acesso restrito às praias, veto a carros e até regras de etiqueta para turistas estão em vigor. [...] A prefeitura de Veneza também quer limitar o número de turistas, principalmente aqueles que não pernoitam.

As soluções apresentadas na reportagem parecem mais favorecer à atividade econômica local, por meio de maiores cobranças, que realmente conter o turismo desenfreado (por eles mesmos instigado e estimulado durante décadas), principalmente após a conturbada situação econômica desses países europeus frente ao aumento do custo de vida, de crise econômica, de instabilidade/radicalidade política, de pandemia e guerras.

As restrições vão desde manter a “linha” ao visitar a cidade até proibir o uso dos espaços públicos como espaços públicos: “Não é permitido, por exemplo, andar sem camisa ou se banhar nos canais venezianos. Também é proibido sentar-se ou deitar-se em calçadas, escadas, beiradas de fontes e pontes”, conforme dados da reportagem (Martiney, 2023).

O que se destaca aqui é a imposição de uma restrição para os turistas (estrangeiros) de usar e gozar do espaço público. Se o turista quiser

— . . . —
descansar tem que pagar por isso na esfera das propriedades particulares e não no espaço público, algo bastante incoerente, excludente e cerceador de liberdades. Até uma atividade que permitiu durante anos que jovens (e nem tão jovens) pudessem ter acesso ao luxo europeu por meio de viagens mais econômicas está sendo barrado: os mochileiros e excursionistas que não pernoitam.

A pandemia acendeu uma luz para questões ambientais, mas desvelou realidades também complexas. Embora comemorando a retomada da cidade para si, moradores europeus enfrentaram as dificuldades que a economia totalmente voltada para o turismo pode ter:

Em Veneza, é possível ver como a cidade, na verdade, se recuperou durante a pandemia. Sem as dezenas de milhares de turistas passeando pela cidade histórica todos os dias, sem navios de cruzeiro despejando visitantes no porto, a água ficou clara de repente, algo que não se via há seis décadas. Até golfinhos foram vistos novamente. E os moradores voltaram a circular livremente pela cidade sem ter que se espremer em meio à multidão nas ruas. Ao mesmo tempo, a cidade percebeu o quanto é dependente do turismo. Antes da pandemia, os cerca de 20 milhões de visitantes gastavam em média 3 bilhões de euros por ano – e isso em uma cidade cujo centro histórico abriga apenas 50 mil moradores. (Schlagwein, 2021).

Conforme percepção do autor, a renovação e recuperação ambiental só ocorreu durante a pandemia com a suspensão total do turismo (das visitas de milhões de pessoas), o que causou diminuição da economia local, haja vista serem estas cidades regidas absolutamente pelo turismo. Se por um lado a pandemia permitiu essa recuperação ambiental, por outro, ficou claro que essa riqueza é fruto do turismo e só pode

aumentar caso aumente o número de turistas gastando no local. De outra feita, teriam, os proprietários locais que exploram o turismo, que conviver com uma receita menor e, por consequência, a diminuição da riqueza.

As soluções propostas são distantes da sustentabilidade e favorecem condições econômicas excludentes, prejudicando a igualdade. Isso reflete na elevação dos custos para visitar essas cidades. Durante a pandemia, a ausência de turismo permitiu a recuperação ambiental e deu mais liberdade aos moradores locais. Contudo, a ideia de uma visita mais sustentável não se encaixa nos quatro pilares da sustentabilidade, pois o governo planeja aumentar o número de visitantes com uma taxa diária para quem não se hospeda localmente.

Esse tipo de medida pode não ter o efeito desejado, já que os moradores locais dificilmente terão a mesma liberdade que tiveram durante a pandemia. Além disso, não irá diminuir o número de visitantes, a menos que se estabeleçam limites diários. Outra questão relevante é o conflito entre os moradores locais e o turismo, um fenômeno global que gera especulação e competição por lucros, em detrimento do bem-estar coletivo.

Novas formas de obtenção de lucro se fixaram no turismo: *airbnb*, *uber*, cruzeiros etc. Essas formas que atravessam os “investidores do turismo e o planejamento da cidade” são apontadas pelos gestores municipais e cidadãos como problemas que merecem atenção, já que boa parcela desses lucros, livres de quaisquer investimentos, ficam com esses “atravessadores tecnologizados” internacionais (no caso do *uber* e do *airbnb*) ou dos empresários dos cruzeiros marítimos.

Schlagwein (2021) destaca uma lista de reclamações elencada por representantes de Florença e Veneza para possibilitar o turismo no futuro:

Veneza também quer resolver o problema dos alugueis de curto prazo através de plataformas como *Airbnb*. Junto com Florença, que também foi invadida pelo turismo de massa, o conselho municipal entregou ao governo italiano uma lista de exigências para um turismo do futuro. O manifesto exige que os proprietários sejam autorizados a oferecer seus imóveis por um máximo de 90 dias por ano.

Os hotéis também estariam sujeitos a essa exigência ou somente os moradores locais que, diante de um custo de vida absurdo, optaram por uma solução possível para continuar nessas cidades ou para manter seus imóveis? É uma questão bastante delicada.

A relação que se apresenta no capitalismo é de mera reorganização do sistema por meio do que se entende por sustentabilidade, sendo sua própria concepção uma forma de manutenção do capitalismo:

A teoria da sustentabilidade representa a teoria ou modelo organizacional que marca o século XXI, como uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação para garantir sua conservação, traduzindo-se como mais uma das formas de ideologia capitalista, na qual o gerenciamento das contradições do capital e o apaziguamento da luta de classes se fazem necessários para a reformulação e extensão dos limites da base material-orgânica que suporta a reprodução deste modo de sociabilidade (Batista, 2014, p.16).

No caso do Delta do Parnaíba, Vieira e Loiola (2014) destacam essa contradição - a preocupação das artesãs locais na manutenção da própria subsistência, por meio da produção artesanal cuja matéria-prima é

.....●●●.....
carnaúba, embora não tenham uma ação sustentável em relação ao meio ambiente – “Percebe-se que em Fazendinha as leis sociais e econômicas a que se submetem as artesãs são mais significativas que as leis ecológicas” (Vieira e Loiola, 2014).

Os autores evidenciaram a preocupação com a conservação das carnaubeiras, mas, mesmo dependendo delas economicamente, não havia planejamento sustentável no seu uso, estando esse ambiente propenso à devastação por meio da má gestão e controle do uso da carnaúba até mesmo para o próprio artesanato, além de outras formas de ocupação e uso que ameaçam os carnaubais tais como a extração de cera sem cuidados com a planta, levando ao descarte da matriz; o avanço imobiliário e de ocupação; a instalação de usina eólica nas comunidades Fazendinha, Vazantinha e Pedra do Sol.

Nessa concepção, força-se a credibilidade nas ações que porventura ainda possam se efetivar no século XXI.

Infelizmente ainda se tem um cenário conturbado apesar das ações ditas “sustentáveis” vistas em vários lugares do mundo. Como exemplo, tomemos o ocorrido na Grécia denominado “revolta da toalha”, mas que é basicamente uma questão de direito público: direito à praia, direito ao território e apropriação do espaço público pelo setor privado. É o que vem ocorrendo em vários lugares do mundo. Um exemplo mais recente é o da Grécia. Quiosques e hotéis ocupam irregularmente espaços públicos cobrando altos valores por seu uso, conforme notícia da DW redigida por Maria Rigoutsou (2023), na reportagem *Privatização de praias gregas deflagra revolta das toalhas*:

————— ●●● —————
Nas praias de todo o país, fileiras e mais fileiras de espreguiçadeiras e guarda-sóis idênticos bloqueiam a visão do mar. Eles foram colocados por donos de hotéis e quiosques, que às vezes cobram altos preços extorsivos. Uma espreguiçadeira de luxo na ilha de Paros, nas cidades, pode custar até 120 euros por dia (Rigoutsou, 2023).

Nesse caso, a questão que se coloca é de que forma manter a tríade da sustentabilidade, já que o apelo capitalista pelo lucro fala mais alto e a força da “economia” impulsiona esse “crescimento econômico”, deixando de lado tanto a equidade social, quanto a conservação ambiental. A apropriação indevida do espaço público pelos empresários denota que a força do lucro é preponderante, e as outras esferas tendem a ser ignoradas a ponto de infringir as leis. Ou seja, nem o próprio direito consegue conter a ganância empresarial.

É mister destacar que os movimentos de estimulação do turismo têm relação com a questão da rentabilidade dessa atividade para aqueles que vivem do turismo e, em contrapartida, a contenção possui forças diversas, ora moradores (como na Europa, incomodados pelo contínuo fluxo de turistas que atrapalha o dia a dia do morador), ora pesquisadores, defensores do patrimônio histórico, museólogos, gestores, tentando conservar as construções do passado, ora ambientalistas e pesquisadores em geral, alertando sobre as consequências negativas do turismo para o meio ambiente, desde ações simples como o excesso de pessoas num espaço restrito, o excesso de poluentes, o deslocamento das pessoas, o uso de combustíveis fósseis, o excesso de consumo e produção de lixo, o problema da poluição com plástico etc.

Nesse movimento de empurra e puxa aparecem soluções inovadoras para dirimir esse conflito de interesses: visitas virtuais, sustentabilidade. A ideia de sustentabilidade é vendida como a salvação da população ribeirinha sem condições de existência num mundo totalmente globalizado e capitalizado. No entanto, essa solução não passa de mais um problema criado pelo próprio capitalismo para manter o capitalismo.

Conforme já citado, Marcuse aponta a troca da liberdade pelo modismo a que estão condicionadas as sociedades, bem ilustrada na percepção de Justina ao ver a realidade da infância totalmente modificada, outrora moradores locais usufruindo livremente dos recursos naturais, e agora, somente os turistas o fazem, sendo a estes reservados os recursos mais caros e àqueles, o trabalho para a sobrevivência nesse sistema condicionante que modifica tradições, costumes, vidas.

Discute-se sustentabilidade, turismo sustentável, desenvolvimento sustentável do turismo, mas a questão é que a proposta de sustentabilidade, além de não sair do sistema e ser uma solução possível para a própria manutenção do sistema capitalista exploratório e consumista, que é o mesmo de toda a sociedade nele inserida, nem mesmo é aplicada de forma coerente para mantê-lo funcionando.

Ao buscar indícios sobre o passado de comunidades locais, um depoimento foi ímpar na construção do debate acerca do modelo de turismo excludente que se apropriou da região.

Justina, após 5 anos vivendo no povoado em Araiases, foi para a ilha de Canárias, na região do Delta de Parnaíba. Descreve uma infância feliz transitando pela região totalmente nativa, onde a alimentação era

————— ●●● —————
natural e praticamente tudo que se consumia era retirado direto da natureza ou plantado pelos próprios moradores da região:

Então, lá tudo era de todo mundo, era tudo em abundância, você chegava da roça às 5h00 da tarde a maré tava baixa, a gente ia bem aqui no mangue atrás de casa e pegava o caranguejo fresquinho pra gente comer, né, a gente ia pra roça, quando a gente era, tinha lá umas ilha, onde plantava arroz, que era lavado pela maré doce, então lá tinha uma divisão da água, a água salgada e água doce, quando as maré era muito alta, meu avô que dizia essas coisas, aí a maré as vezes entrava nos igarapés da água salgada, mas era por pouco tempo, então tinha o rio de água doce com os igarapés e o mar, de água salgada, a gente podia perceber a divisão da água salgada pra água doce, então a gente não se preocupava tanto com a alimentação, a gente ia, por exemplo, quando o arroz estava maduro, os homens iam cortar a primeira safra do arroz, aí vinha a safrinha e as mulheres iam apanhar, com a mão, pegava um paneguinho, amarrava aqui na cintura ia puxando os assim os cachinhos e colocando dentro, aquele arroz, o primeiro eles vendiam, deixavam pra consumo e o da safrinha era só pra consumo, por exemplo, sexta-feira a gente ia todos pra roça apanhar arroz, no sábado secava o arroz no sol e no domingo a gente pisava no pilão, 2, 3 pessoas da família pisava no pilão pra semana que vem ter arroz pra comer a semana inteira, aí a mistura, era o peixe, era o camarão, era o caranguejo, era o siri, e a caça também, na minha família tinha gente, tinha meu tio que era caçador, ele ia na sexta-feira pra caçar e voltar no domingo, era muita caça[...] (Aguiar, 2023).

Depois de se casar, ainda bem jovem, foi morar em Imperatriz e ficou lá cuidando de seus filhos sem retornar para a terra natal. Em 2018 voltou para lá (ilha das Canárias) com seus filhos, que não conheciam a

região, e descreve uma mudança de cenário que não condiz com a sua experiência de moradora da terra:

[...] porque as lagoas era na porta de casa e na época do verão sempre ficava uma pocinha d'água em algum lugar que a gente botava os pato pra ficar lá e se reproduzir, agora não tem mais, nem lagoa, tem ano que nem tem lagoa, gente, a ilha tá, eu chamei ela de destruição, porque eu vi todo lixo que nunca na minha vida eu tinha visto, lá tem uma árvore que ela solta umas rama bem grande e as rama vão intercalando uma com a outra e fica assim como umas moitas arredondadas, é chamado carrasco, eles botam um cacho de fruta desse tamanho, é muito gostoso, e nessas moitinha de carrasco, eu pude retirar de lá muitas sacolas, vidro de shampoo, é...vidro de creme de cabelo, eu nunca tinha visto aquilo na minha vida, a gente não usava isso, a gente banhava, lavava o cabelo com sabão, e passava azeite de coco [...] (Aguiar, 2023).

A diferença de hábitos e necessidades mudou com a globalização e o desenvolvimento da região, mas a percepção da antiga moradora, descendente de indígena, é de perda do paraíso, é de entristecimento por causa da realidade atual, na qual o pouco que sobrou da beleza só é desfrutado pelos “turistas” que pagam para usufruir deste local paradisíaco, ou que foi paradisíaco no passado, mas que hoje, diante de cidades cada vez mais de concreto e vegetação quase que inexistente, revelam-se como paraísos ainda intocáveis para os moradores das cidades. Mas quando temos a implementação do turismo e o desenvolvimento da cidade, esse intocável já não existe.

.....●.....

[...] a gente bebia água era de cacimba, e hoje tem umas encanações feita dos igarapés pras casas e tem que botar remédio na água porque a água é amarela, da cor da sua blusa (ocre), a água, a água do rio, do igarapé, no igarapé onde eu banhava a gente não consegue mais banhar, porque há lama do leito do igarapé até onde a gente brincava, pulava nas águas dentro do igarapé, não existe mais isso, virou uma sujeira só, os catadores de caranguejo não comem mais caranguejo porque lá tem várias pousadas e as pousadas compram todo caranguejo que os catadores catam, e todo ...peixe, digamos o peixe, aquele melhor, o nobre, as pousadas compram tudo, então os pescadores estão vendendo peixe e comprando frango congelado pra comer. Isso me deixou muito entristecida, foi em 2018 que eu fui lá, foi com meus filhos que eu fui lá, eles não conheciam. A praia onde a gente encostava com os barquinhos pra ir pra Parnaíba não existe mais, tá toda destruída, eu lembro que o meu vô morava, nós morava na beira da praia [...] (Aguiar, 2023).

O que se percebe desse desabafo da antiga moradora da região do Delta do Parnaíba é a mesma indignação dos moradores da Grécia, de Veneza, de Florença entre outros lugares turísticos. Para o morador local fica a perda da liberdade, do território e até do direito de habitar aquele lugar.

A sustentabilidade torna-se uma falácia, na qual apenas os empresários do turismo vão alicerçando seus negócios, trazendo “desenvolvimento” para a região numa tomada de atitudes meramente ilustrativas e maquiadoras da real situação dos moradores locais.

A sustentabilidade pensada enquanto articulação com a biodiversidade e com a sociodiversidade não vem sendo

.....●.....
construída/realizada, especialmente pelo apelo capitalista e mesmo pela ausência de mobilização da coletividade. Às comunidades locais, muitas vezes sobrou a adequação aos preços e valores dos produtos criados nessa construção do turismo em áreas que agora privam os moradores, cobrando-lhes valores abusivos sobre aquilo que lhes era garantido no passado pela própria natureza, “o coqueiro por exemplo, não era de ninguém” (Justina, 2023).

Os processos de souvenirização do turismo, tão criticados vão sendo fortalecidos pela própria situação a que foram relegados os moradores locais, as comunidades ribeirinhas, pescadores e outros que vão alimentando o sistema de comercialização de produtos e serviços no turismo, maquiando muitas vezes o processo de precarização do trabalho das comunidades e explorando-as ao mesmo tempo. Toda sua base de produção de mercadorias se estabelece a partir do mundo moderno, comprovado pela fala da depoente: “vende peixe nobre para as pousadas e compra frango congelado para se alimentar” (Justina, 2023).

O paraíso do imaginário da infância de Justina, que não era de ninguém, agora tem dono e seus alguns desses proprietários são aqueles que exploram a região economicamente para o turismo.

Embora Eric Hobsbawm (2001) reconheça o lazer e turismo como importantes para a identidade de classe, atualmente, os comportamentos de consumo vão além desses fenômenos. A ideia de consumo se associou ao prazer, criando uma sociedade hedonista na qual todas as atividades cotidianas são permeadas por necessidades inventadas. O problema do lixo se tornou uma das grandes questões globais, pois o descarte na

natureza resulta em situações dramáticas, como descrito por Dona Justina. A sustentabilidade continua dominada pela esfera econômica, colocando o meio ambiente em segundo plano.

Considerações Finais

A partir do relato da infância da depoente e de reflexões acerca do turismo pré e pós-pandemia, das transformações do ambiente causadas pela exploração desenfreada dos recursos naturais em busca de uma sociedade tecnológica e desenvolvida, especialmente levando em conta o enlace e futuro da humanidade, considerando a ameaça do sistema neoliberal e consumísticos, o referido trabalho traz uma crítica acerca da necessidade de se repensar os comportamentos humanos e suas vivências a partir do turismo e do conceito de sustentabilidade. Aspectos como o futuro do capitalismo no planeta precisam ser repensados até mesmo fora do sistema objetivado.

O indicado fracasso do sistema neoliberal e seus limites, referenciado a partir da obra “Sopa de Wuhan”, corrobora com a ideia de caos instalado pelo capitalismo hegemônico, demonstrando as fragilidades dos modelos consumísticos altamente destruidores do meio ambiente, mesmo quando são pensados para manter o próprio sistema.

Outra questão relevante foi tentar, ainda de que forma instigantes, olhar para as relações estabelecidas pelo turismo massificado em comportamentos intolerantes ao longo da sociedade de consumo que vão sendo cada vez menos aceitos em diversos países cuja economia gira em torno do turismo.

Foi possível verificar por meio de reportagens que o turismo de massa extrapola a mera problemática numérica de visitantes e infere no meio ambiente, em sua preservação, no cotidiano dos moradores locais, nos costumes locais e na própria preservação desses lugares, quer sejam patrimônio histórico ou natural, pois a ideia de infinitude dos recursos que possam ser não encontra sustentação na realidade, sendo a esta finita.

Repensar a sociedade, seus dilemas e questões pode somar esforços para alcançar um equilíbrio almejado, em que pesem ações diferenciadas e não maquiadas pela aplicação de sustentabilidades lapidadas pelo e para o capitalismo, mas que acabam resultando na não efetiva solução de para os impactos do homem, e por consequência, do turismo no meio ambiente e na melhoria das condições de vida para todos.

O comprometimento do futuro do planeta é uma das principais razões pelas quais deve-se repensar o turismo, o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável. O questionamento do sistema que retroalimenta a destruição maciça do planeta vem ao encontro dos efeitos nocivos da sociedade contemporânea a partir de suas práticas.

Assim, este debate finaliza-se com uma inquietação que apenas abre um leque para estudos: A sustentabilidade tem dado conta de minimizar os impactos destrutivos das atividades humanas, especialmente dos comportamentos consumistas do turismo na atualidade?

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio et al. **Sopa de Wuhan**: Pensamiento contemporáneo. [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 30 set. 2020.
- ALVERGA, Alex Reinecke de; DIMENSTEIN, Magda. Turismo e consumo das cidades: apontamentos sobre o biopoder. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p.277-311, mar. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482009000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 abr 2022.
- ARAÚJO, Raquel Nominato; ABDALA, Klaus de Oliveira; MEDINA, Gabriel da Silva. Impacto ambiental do turismo da pesca: aplicação da Lei da Cota Zero no rio Araguaia, em Goiás. **Interações**. Campo Grande, MS, v.22, n. 2, p. 597-607, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/c4cbwwLDFh7hTC3ZRBZBdkD/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em 15 de nov. 2023.
- BATISTA, E. A teoria da sustentabilidade como ideologia e a reificação da subjetividade social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 161, p. 15-25, 26 set. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt, **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRIENT, J. F. FUENTES, V.L. **Documentário La Servitude Moderne**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ybp5s9ElmcY>>. Acesso em: 19/09/2019.
- CHOMSKY, Noam. Capitalismo selvagem e sobrevivência a humanidade. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. São Paulo: Canal 6, 2020. p. 161-169.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ENDEAVOR. **Conheça o Efeito Multiplicador dos nossos grandes exemplos**. Disponível em: <<http://www.endeavor.org.br/>> acesso em: 15/05/23, 2023.
- GOMES, W.B. O critério metodológico da fenomenologia estrutural na análise de depoimentos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, N.º. 4 (1/2), 1989, p. 98-102.
- HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: HAN, Byung-Chul. **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias**. Buenos Aires: **Editorial Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO)**, 2020. p. 97-111.

ANGELO, E.R.B.; BARBOSA, C.A. NOS MEANDROS DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O turismo, a sustentabilidade e sua exequibilidade na era do consumo. In:

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR**, v.8, n.1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

HOBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

KITCHER, P. The climate change debates. 2010. **Science**. Disponível em: < <http://science.sciencemag.org/content/328/5983/1230.1.full>>. Acesso em 21 de setembro de 2022.

MACHADO, Paula de Sousa. SIQUEIRA, Euler David de. Turismo, consumo e cultura: significados e usos sociais do souvenir em Petrópolis-RJ. Anais do “Turismo, antropologia e inovação”. **V Seminário de Pesquisa do MERCOSUL – Caxias do Sul** 27 e 28 de junho de 2008.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, N° 2 (2008), pp.95-104.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, H. KELLNER, D. **Tecnologia, guerra e fascismo**. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MOREIRA, Eduardo. A economia do desejo e a Covid-19. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. São Paulo: **Canal 6**, 2020. p. 61-64

MARTINEY, Jonas. Itália luta contra o turismo de massa. **Jornal DW**, 9 de agosto de 2023. Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-br/it%C3%A1lia-luta-contr-o-turismo-de-massa/a-66485303#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16920584109710&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com>. Acesso em 20/02/2023.

RIGOUTSOU, Maria. Privatização de praias gregas deflagra revolta das toalhas. **Jornal DW**, 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/revolta-da-toalha-enfrenta-privatiza%C3%A7%C3%A3o-de-praias-gregas/a-66488402>>. Acesso em: 20/01/2023.

SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Araiões. Meio ambiente Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e ICMBio promoveram encontro sobre o Projeto APA do Delta do Parnaíba e o seu Plano de Manejo. **Prefeitura de Araiões**, 21 de junho de 2018. Disponível em: < <https://www.araioses.ma.gov.br/noticias/noticias/exibe/0012992-secretaria-de-turismo-e-meio-ambiente-e-icmbio-promoveram-encontro-sobre-o-projeto-apa-do-delta-do-parnaiba-e-o-seu-plano-de-manejo>>. Acesso em 21/02/2023.

ANGELO, E.R.B.; BARBOSA, C.A. NOS MEANDROS DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O turismo, a sustentabilidade e sua exequibilidade na era do consumo. In:



SCHLAGWEIN, Felix. Economia/Europa. Cidades europeias esperam turismo, mas não como antes. **Jornal DW**, 31 de maio de 2021. Disponível em < <https://www.dw.com/pt-br/cidades-europeias-querem-volta-do-turismo-mas-n%C3%A3o-como-antes/a-57728313>>. Acesso em 20/02/2023.

VIEIRA, Irlaine Rodrigues; LOIOLA, Maria Iracema Bezerra. Percepção ambiental das artesãs que usam as folhas de carnaúba na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. **Sociedade & Natureza**, jan. 2014, vol. 26, n.1, p. 63-76. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sn/a/NHVzX4xmJ93wxT999VwZx8K/?lang=pt>> Acesso em 15 de nov. 2023.

ZIBECHI, Raúl. A las puertas de un nuevo orden mundial. In: AGAMBEN, Giorgio et al. **Sopa de Wuhan**: Pensamiento contemporáneo. [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. p. 113-118. Disponível em: <<https://bit.ly/sopadewuhan>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Entrevista

AGUIAR, Justina Carvalho de. Entrevista concedida a Conceição Aparecida Barbosa no Instituto Padre Josimo em 31 de maio de 2023, sobre a vida em povoado de pescadores em Araíoses. Imperatriz, MA.

08

O PARADOXO DA
VULNERABILIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA
HOSPITALIDADE E DO TURISMO
SUSTENTÁVEL

Iara Lucia Gomes Brasileiro

O PARADOXO DA VULNERABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA HOSPITALIDADE E DO TURISMO SUSTENTÁVEL

BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes

A hospitalidade se apresenta como uma ponte frágil e perigosa estabelecida entre dois mundos: o exterior e o interior, o fora e o dentro. (GRASSI, in Montandon, 2011, p.45)

Tudo começa naquela soleira, naquela porta à qual se bate e vai se abrir para um rosto desconhecido, estranho. Limite entre dois mundos, entre o exterior e o interior, o dentro e o fora, a soleira é etapa decisiva semelhante a uma iniciação. É a linha de demarcação de uma intrusão, pois a hospitalidade é intrusiva, ela comporta, querendo ou não, uma face de violência, de ruptura, de transgressão, até mesmo de hostilidade [...] (MONTANDON, 2011, p.33)

Como o leitor verá, as citações da abertura já trazem, em si mesmas, a indicação do objetivo que se pretende alcançar nesta reflexão.

É possível haver turismo sem hospitalidade? Existe um turismo que seja sustentável em si e por si mesmo? Hospitalidade, acolhida ou qualidade de serviços são termos sinônimos? Uma cidade “boa para seus moradores” é, de fato, acolhedora e hospitaleira? A sustentabilidade é uma variável dependente da hospitalidade? Se não houver hospitalidade não haverá turismo?

O tema da hospitalidade é amplo, extenso e desafiador. Muitos, em muitas áreas da pesquisa e do conhecimento dedicam-se a estudá-la. Filósofos, biólogos, psicólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, entre tantos outros pensadores, têm lançado seu olhar para a discussão desse assunto que nos instiga desde sempre.



Alain Montandon organizou, em 2004, a obra *Le Livre de l'hospitalité: accueil de l'étranger dans l'histoire et les cultures*, traduzido e publicado pela Editora Senac (SP), em 2011. As citações da abertura deste texto, de autoria de Marie-Claire Grassi, e do próprio Alain Montandon, foram retiradas de capítulos desse livro.

Estudar o turismo sem pensar na hospitalidade é ignorar, talvez, seu fundamento, uma vez que o estrangeiro – aquele que não é o residente, o morador ou, mesmo, o “nativo” –, é o sujeito principal para quem são dedicados os serviços relativos à sua vida enquanto visita um destino. Por outro lado, definir hospitalidade não é uma tarefa simples, pois que ao mesmo tempo em que é um ato ou uma ação, é, também, uma qualidade, um atributo ou uma condição.

A hospitalidade tem sido discutida ao longo dos séculos, atravessando as diversas culturas e épocas. Está pautada nas religiões, no relacionamento com os deuses e os humanos, na sua verticalidade ou na sua horizontalidade. É mito e é prática. É filosofia e sociologia; é psicologia e biologia; é geografia e história. Lida com a vida e a morte; com a alegria e a tristeza; com a economia e com a felicidade; com o ambiente e com a saúde.

O estrangeiro é o desconhecido que bate à nossa porta, que pede asilo e quer ser acolhido. Representa a alteridade, a incerteza e o perigo, mas, também, a aventura, a curiosidade e a novidade. Representa a divindade e a humanidade; a vulnerabilidade e o poder. A força e o receio – a hostilidade.



Por sua vez, o turismo é o fenômeno que acontece com o deslocamento, com o movimento das pessoas entre um lugar (o seu) e outro (o do outro, do desconhecido). Quando os dois estranhos se encontram, quem está mais suscetível ou mais vulnerável? Quem chega ou quem já está? De onde vem o risco ou a ameaça? De fora ou de dentro?

Ao longo das últimas décadas, buscou-se e ofertou-se o turismo como um dos elementos mais poderosos na construção do desenvolvimento econômico de diversos países. Contudo, como qualquer outra atividade humana, tem despertado a atenção para os possíveis danos que pode causar ao ambiente, à cultura e outros aspectos da vida de uma comunidade.

Com base nessas inquietações, o objetivo deste capítulo é tecer uma breve reflexão crítica, teórica, acerca da vulnerabilidade na construção da hospitalidade e do turismo sustentável.

Hospitalidade

É fato que o turismo não é, apenas e tão somente, o deslocamento de alguém que sai do seu *habitat* e chega a outro, desconhecido ou não. Durante esse período, o estrangeiro deverá estabelecer relações com os moradores locais, necessitará de diferentes serviços, alguns claramente percebidos, outros nem tanto. Nessas relações poderão ser vivenciadas a hospitalidade ou a hostilidade, dois lados da mesma “moeda”, uma vez que uma não existe sem a outra, do mesmo modo que não há vida sem morte ou claro sem escuro. Essa dualidade estará, sempre, presente. Daí ser necessário buscar entender as relações entre hospitalidade e



hostilidade, ambas inerentes à acolhida. Dessa forma, a hospitalidade no turismo vai além das relações de acolhida ao viajante, ao estrangeiro, ao “de fora”. Passa, também, pelas relações comerciais da hospedagem, pois o forasteiro (o hóspede) chega em busca de segurança, descanso e restauração e, para isso, está disposto a remunerar seu anfitrião. Nesse momento, no entanto, pode-se afirmar que ambos se encontram em situação de vulnerabilidade. São desconhecidos necessitando de acolhida e segurança, cada um à sua maneira. Nessa hora, hospitalidade e hostilidade se encontram – e se enfrentam. O resultado dessas duas forças antagônicas determinará o destino da relação estabelecida entre o turista e o hospedeiro, entre o estrangeiro e, no caso, a cidade.

Diante disso, o que é a hospitalidade?

O termo é polissêmico – o mesmo sujeito da ação pode ser objeto dela. Há, ainda, uma curiosa proximidade entre *hospes* (hóspede) e *hostis* (inimigo). De todo modo, é possível perceber que a hospitalidade só ocorre quando na presença de um “estranho”, de “um outro”, e, portanto, do diferente. Desta forma, não há hospitalidade sem confronto com a alteridade. Por isso, tanto o anfitrião como o estrangeiro encontram-se em situação de vulnerabilidade.

Ao longo dos séculos e da história, a hospitalidade tem sido considerada como um sinal de civilização e humanidade. Ulisses, em sua Odisseia, por exemplo, sempre se pergunta se encontrará brutos e selvagens ou homens hospitaleiros e tementes aos deuses. Alain Montandon (2011, p.31) conta que Knigge, no final do século XVIII escreveu sobre a Alemanha:



Nos tempos antigos, fazia-se uma ideia elevada dos deveres da hospitalidade. Essa ideia ainda prevalece nos países e nas províncias não demasiado populosos, ou então naqueles onde reinam os costumes mais simples e onde encontramos menos riqueza, luxo e corrupção.

Jacques Derrida considera a hospitalidade como algo que deva ser incondicional, ou seja, o filósofo julga obrigação oferecê-la a quem quer que a solicite (Bastos; Rameh; Bitelli, 2016; Zevallos, 2022). Contudo, contraditoriamente, a hospitalidade se baseia em ritos e regras. Homero foi autor de uma série delas, descrevendo os deveres e ações que deveriam ser seguidos pelo visitante e pelo hospedeiro: a chegada, a recepção, o sentar-se e o comer; a identificação (nome e pátria), o banho e o descanso. Também faziam parte do ritual o presentear e o despedir-se.

Todavia, a hospitalidade não pode ser reduzida ao simples oferecimento da restauração e do abrigo: ela envolve o estabelecimento de uma relação interpessoal, de um vínculo social. Em seu *Ensaio sobre a dádiva*, Marcel Mauss (2008) considera que nesses encontros não se trocam apenas “bens de consumo”, mas ritos, cortesias, danças e festas. Trata-se, portanto, de algo subjetivo e excepcional, quando abrimos a porta ao estranho e o deixamos cruzar nossa soleira. A hospitalidade é, então – e algo disruptivo, intrusivo, transgressor, pois nesse momento, ambos – hóspede e hospedeiro –, tornam-se vulneráveis um ao outro. Derrida (2000) denomina esse momento de *hostipitalidade*.

O gesto da hospitalidade deve considerar descartar a hostilidade, já que a primeira ameaça é a da intrusão. Por sua vez, o estrangeiro deve agir com polidez e delicadeza. Na Paris do século XVIII era de bom-tom



bater levemente à porta e fazer-se anunciar; a não entrar de carruagem nem a se anunciar por algum título, pois a “indecência do comportamento começa antes que se apareça” (Montandon, 2011, p. 32).

Oferecer hospitalidade a alguém implica, necessária e obrigatoriamente, admitir que a pessoa entre em um espaço. Ao cruzar a soleira, o hóspede será admitido no interior – da casa, do hotel, da cidade, do país. Trata-se, portanto, de um espaço físico, geográfico, mas, também, de um espaço psíquico. Anfitrião e hóspede comungarão de um mesmo espaço, subjetivo e desconhecido, e deverão se esforçar para neutralizar a desigualdade, a dissimilitude e, até, possivelmente, a diferença de poder. “A hospitalidade é gesto de compensação, de igualização, de proteção” (Grassi, 2011, p. 45).

Zevallos (2022) faz interessante análise sobre a hospitalidade e sua (des)construção a partir do pensamento de Derrida. Coloca a questão sob a ótica da ética e da política, considerando a hospitalidade, “a lei incondicional da hospitalidade, um desafio na democracia sempre por vir (abertura ao outro que vem) e que preserva sua singularidade e sua diferença”.

Outro aspecto da hospitalidade digno de nota é a sua dimensão sagrada. Entra em cena a teoxenia, ou a visita de um deus à casa dos mortais. Então, a hospitalidade é contraditória – ou complementar: é mítica e real, profana e sagrada, condicional e incondicional (Grassi, 2011, p. 52). Essa mesma autora descreve de maneira brilhante em outro capítulo do livro organizado por Montandon a questão da ambiguidade entre os termos *hopes* e *hostis*, assim como do verbo *hostire*, que significa



“tratar de igual para igual”. Do mesmo modo, a palavra grega *xenos* significa igualmente, hóspede e estrangeiro. Um grego, de acordo com Grassi, “não existe enquanto indivíduo, mas enquanto membro de uma cidade ou Estado. [...]”. Se não for assim, será, tão somente, um *xenos*”.

Há que se considerar, ainda, a temporalidade: o hóspede não se demora por muito tempo. Sua condição é a de não permanência, caso contrário, ele se tornará um membro da comunidade, deixando, portanto, de ser um estrangeiro. É possível, no entanto, que se converta em um tipo de meteco – o estrangeiro morador de Atenas, que além dos impostos, pagava taxas para exercer o comércio.

Percebe-se, então, que há quatro regras para alguém ser reconhecido como um estrangeiro: ser desconhecido; vir de fora; estar de passagem; não ser conforme aos hábitos do lugar. O turista é tudo isso. Daí, ser uma ameaça, mas, também, seu contraditório.

O tema da hospitalidade abre inúmeras frentes (ou portas) para diferentes reflexões. Poder-se-ia tratar dos aspectos filosóficos, históricos, políticos e culturais, relacionando-os, todos, ao turismo e à vulnerabilidade ou a tantos outros assuntos importantes e interessantes. No entanto, para os fins do objetivo deste capítulo, bastam essas considerações.

Com base nessas premissas, considerando a situação de estranheza entre hóspede e hospedeiro; entre o estrangeiro e o “dono da casa”, ambos necessitando não somente perceber, mas aceitar, a alteridade, para que cumpram seus propósitos e intenções, é possível considerar a questão da vulnerabilidade a que estão expostos no instante em que se encontram.



Sustentabilidade, Vulnerabilidade e Turismo

A teoria dos sistemas vivos permite estabelecer relações entre comunidades ecológicas e/ou humanas. Ambas se organizam sob os mesmos princípios; são redes abertas aos fluxos de energia; e sofrem mudanças em sua estrutura ao longo de sua história (Bertalanffy, 2014). É fato que essas comunidades diferem entre si, mas, também é fato que os humanos podem aprender com os ecossistemas (Capra, 1997).

Do ponto de vista ético, por exemplo, não há consciência ou cultura, assim como justiça nem democracia nos ecossistemas. Contudo, também não haverá “cobiça nem desonestidade” (Capra, 1997). Assim, a natureza pode ensinar à sociedade humana valores sobre como existir de modo sustentável.

Com base no entendimento de autopoiese de Humberto Maturana e Francisco Varela, por exemplo, pode-se identificar alguns princípios úteis na compreensão e na busca por comunidades em que as relações promovam a sustentabilidade: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (Capra, 1997).

Entender a interdependência significa compreender que o “sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus membros, enquanto o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo”. Considerar a reciclagem é saber que “todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos. Mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra”. Indo um pouco mais além, nas comunidades humanas, a parceria pode ser entendida como “democracia



e poder pessoal”, em que “cada membro da comunidade desempenha um papel importante” (Capra, 1997).

Nessa lógica, é possível, ainda, pensar que, uma vez que o ambiente muda o tempo todo, haverá perturbações todo o tempo e, com elas, alterações e mudanças. Nesse momento surgem os conflitos e a necessária flexibilidade para a sua resolução.

Fechando a lista, deve-se considerar a diversidade. “Um ecossistema diversificado será flexível”. Então, se “a comunidade estiver ciente da interdependência de todos os seus membros, a diversidade enriquecerá todas as relações e, desse modo, enriquecerá cada um dos seus membros, bem como a comunidade como um todo” (Capra, 1997).

O documento *Manifesto pela Vida – por uma ética para a sustentabilidade*, foi aprovado na 7ª Reunião do Comitê Interseccional do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, que ocorreu em São Paulo, Brasil, em maio de 2002 (MEC/Brasil, s/d). Chama a atenção a contemporaneidade do texto. Vejam-se alguns excertos:

[...] A crise ambiental é uma crise de civilização.

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. Não é uma crise ecológica, e sim social.

A ética para a sustentabilidade propõe a necessária reconciliação entre a razão e a moral.

A ética para a sustentabilidade é uma ética da diversidade em que se conjuga o *ethos* de diversas culturas. Esta ética alimenta uma política da diferença.



A justiça social é condição sine qua non da sustentabilidade. Sem equidade (sic) na distribuição dos bens e serviços ambientais, não será possível construir sociedades ecologicamente sustentáveis e socialmente justas.

A ética para a sustentabilidade é a ética de uma cultura de paz e de não-violência; de uma sociedade que resolve seus conflitos através do diálogo. Esta cultura de diálogo e paz só pode se dar dentro de uma sociedade de pessoas livres em que se constroem acordos e consensos em processos nos quais também há lugar para os dissensos.

A ética da sustentabilidade se nutre do ser cultural dos povos, de suas formas de saber, da permanência de seus saberes em suas identidades e da circulação de saberes no tempo.

A ética para a sustentabilidade é uma ética do bem comum. [...]

Vincular o desenvolvimento do turismo à ética é, portanto, fundamental, principalmente quando o objetivo for (como deve ser!) oferecê-lo de maneira sustentável.

Há oito anos (2015), 193 países (o Brasil, inclusive) assinaram um pacto global: a Agenda 2030, composta por 17 objetivos, abertos em 169 metas. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são:

[...] um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2023).

Facilmente poder-se-ia perceber a contribuição direta do turismo para o alcance de, pelo menos, 14 desses objetivos (1 – Erradicação da



pobreza; 3 – Saúde e bem-estar; 4 – Educação de qualidade; 5 – Igualdade de gênero; 6 – Água potável e saneamento; 7 – Energia limpa e acessível; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 12 – Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; e 17 – Parcerias e meios de implementação). Os quatro restantes poderiam ser computados como objetos indiretos do turismo (2 – Fome zero e agricultura sustentável; 14 – Vida na água; e 15 – Vida terrestre) (ONU, 2023).

Temática importante nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a saúde – tanto física quanto mental pode ser perturbada por alterações econômicas, sociais e ambientais. Já é farta a literatura que trata do turismo e do lazer como possíveis ferramentas se não para a cura, ao menos para a profilaxia de alguns dos males que nos afetam atualmente (Brasileiro, 2022).

Na década de 1990 os termos, vulnerável e vulnerabilidade ganharam maior espaço entre os pesquisadores das áreas das ciências sociais, particularmente, da saúde e da assistência social, dedicados ao estudo e prevenção da AIDS/HIV (síndrome da imunodeficiência adquirida). No entanto, a discussão esteve – e de certa maneira, ainda está – mais sujeita ao que se considera como grupos minoritários, entendendo-se que uma população vulnerável seja um grupo de menor dominância social, associado a alguma ideia de precariedade de condições de vida (Delor; Hubert, 2000).



De então para cá, o que se observa é a falta de um consenso sobre a definição de vulnerabilidade. Diferentes pesquisadores de diferentes áreas utilizam o conceito sob a sua ótica, o que implica no uso de também diferentes métodos de mensuração que sirvam a seus propósitos. Dessa forma, de acordo com o interesse da pesquisa, o termo será utilizado exclusivamente para um sistema ecológico, social, natural, biofísico ou, mesmo, socio-ecológico (Gallopín, 2006).

Shitangsu (2013) faz uma revisão ampla e bastante interessante sobre as diferentes perspectivas da vulnerabilidade em diversas áreas do conhecimento. De modo geral, a vulnerabilidade pode ser definida como um fator interno de risco a que um sujeito ou um sistema possam estar ou ser expostos. Representa uma suscetibilidade social ou uma tendência de a comunidade ser afetada ou prejudicada por ameaças físicas, econômicas ou ambientais de natureza antropogênica (Cardona, 2003; Emrich; Cutter, 2011). Pode-se, então, considerar que a vulnerabilidade é uma inabilidade ou incapacidade de um sistema para o enfrentamento de perturbações ou estressores externos (Shitangsu, 2013).

Lindoso (2017) tece considerações sobre a vulnerabilidade e a resiliência, numa discussão interdisciplinar entre as ciências humanas e naturais. Nessas abordagens, entende-se a adaptação como uma redução da vulnerabilidade (no caso as ciências humanas), buscando a moderação das sensibilidades ou o fortalecimento da capacidade adaptativa. Já para as ciências naturais, a adaptação é entendida como uma construção da resiliência (Adger; Arnell; Tompkins, 2005; Lindoso, 2017). Vale considerar, ainda, que o estudo da vulnerabilidade se inicia nas noções de risco-perigo.



No século XIX esses termos foram utilizados para descrever “a propriedade de certos materiais de retornarem ao estado de equilíbrio após sofrer um distúrbio (Folke, 2006). Na década de 1970 foram incorporados à ecologia, como um contraponto da estabilidade, vindo a se tornar um paradigma central da ecologia dos sistemas (Holling, 1973; O’Neill, 2001). Rapidamente chegaram aos estudos da antropologia, psicologia ambiental, geografia humana, ciências políticas e sociais e, posteriormente, à pesquisa sobre desastres naturais e às mudanças ambientais globais (Vayda; McCay, 1975; Zimmerer, 1994; Adger, 2000; Dietz; Ostrom; Stern, 2003; Gallopín, 2006; Lamson, 1986 [*in* Lindoso, 2017]).

Vale ressaltar que foi desse diálogo entre ciências humanas e naturais que surgiu o conceito de resiliência socioecológica que seria central na teoria dos sistemas complexos e do incipiente conceito de sustentabilidade (Norberg; Cumming, 2008 [*in* Lindoso, 2017]; Turner, 2010). Nota-se, assim, facilmente, que a gestão do fenômeno turístico deve considerar lidar com o estrangeiro conforme os impactos que causará na localidade—culturais, econômicos, ambientais, políticos e espaciais/territoriais.

Mia Couto, em seu *Murar o medo* (2015), lembra que “[...] Aos adversários políticos e militares juntam-se agora o clima, a demografia e as epidemias. O sentimento que se criou é o seguinte: a realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade, imprevisível”.

Esse raciocínio levanta algumas questões: vulnerabilidade e risco são a mesma coisa? O que há de comum entre a vulnerabilidade e a hospitalidade ou entre elas e o turismo e a sustentabilidade?



Janczura (2012) faz considerações sobre risco e vulnerabilidade que podem ser úteis nesta reflexão. A autora cita Yunes e Szymanski (2001) que, por sua vez, consideram incorreto o uso do conceito de vulnerabilidade, aplicado, “erroneamente no lugar de risco”. O risco estaria associado a grupos e populações, enquanto a vulnerabilidade deveria se referir a indivíduos e suas suscetibilidades ou predisposições a respostas negativas. Contudo, de acordo com as autoras, há relação entre as duas situações: “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito”. Assim, é aceitável considerar que a vulnerabilidade é algo ligado à suscetibilidade ao estresse.

Para manter o raciocínio nos limites aqui propostos, anote-se, portanto, que em uma situação de encontro de alguém com um estrangeiro, um desconhecido, haverá estresse de ambos os lados. Uma possível hostilidade. Lembre-se, contudo, que o risco “indica uma probabilidade, e não a garantia da ocorrência de um evento” (Guimarães, Villela; Barcellos, 2021).

Uma vez feitas essas considerações conceituais, pode-se, agora, discutir sobre a possível relação entre vulnerabilidade e turismo para, então, estabelecer-se alguma analogia com a hospitalidade e a sustentabilidade.

O turismo se fundamenta na movimentação das pessoas, indo de seu lugar habitual de moradia para outro, temporariamente. Nesse local se utilizam e usufruem de serviços e do lazer ofertado. Isto significa que o turista é um estrangeiro, um estranho para o morador da localidade, do mesmo modo que o morador é um diferente para o visitante. Nesse momento, encontram-se, ambos, diante do desconhecido, de uma situação



ainda não resolvida e compreendida. Estão vulneráveis um ao outro. Encontram-se naquele *limite entre dois mundos, entre o exterior e o interior, o dentro e o fora* tão bem descrito por Montandon e outros autores na obra anteriormente citada.

Assim, quer seja do ponto de vista cultural ou social, propriamente dito, quer seja sob a ótica econômica ou ambiental, o turismo traz o turista e, com ele, as ameaças, os riscos e, portanto, a vulnerabilidade. Poder-se-ia, aqui, discutir essa vulnerabilidade sob diversos olhares epistemológicos e, conseqüentemente, suas implicações no fenômeno turístico.

Até aqui, não foi difícil perceber a situação de estranheza em que se descobrem visitante (turista, “estrangeiro”) e morador, ao se depararem. Poder-se-ia imaginar como ameaça apenas o que “vem de fora”, mas no caso do turismo, nas interrelações humanas que necessariamente devem ocorrer, um é ameaça para o outro.

Em artigo publicado em 2016, toma-se emprestado da biologia um modelo para as membranas celulares proposto nos anos 1970 – o mosaico fluido –, sugerindo-se que seja utilizado na compreensão da dinâmica do turismo (Brasileiro, 2016).

Como o nome do modelo já mostra, as membranas das células são descritas como um mosaico, ou seja, uma associação não homogênea; além disso, essa estrutura é entendida como fluida, não estática, capaz de ser modificada a todo instante. Qualquer macromolécula ou organismo que se aproxime do exterior dessa membrana deverá ser por ela reconhecido e, ameaça ou nutriente, será incorporado ao interior para ser devidamente tratado ou processado. O modelo biológico mostra a dinâmica das relações entre as células (unidades) e os diferentes materiais



que entram em contato com ela – patógenos ou nutrientes, não importa, é preciso reconhecer o “outro” que chega aos seus limites. O mosaico fluido explica, justamente, a fluidez das relações não somente intracelulares, mas com o meio exterior e entre os próprios constituintes da estrutura biológica. Considera-se que possa ser aplicado ao turismo exatamente porque se baseia nas relações de reconhecimento, inclusão (mesmo que temporária) e trocas, em situações mais ou menos transitórias, e/ou de eventual vulnerabilidade (Brasileiro, 2021).

Quando se cogita a prática do turismo, é preciso compreender e, se possível, antecipar, o comportamento de sistemas ecológicos e sociais.

Gallopín (2006) entende que seja necessário “levar em conta a dinâmica que emerge nas interações” entre esses sistemas. Lindoso (2017) traz considerações significativas sobre a vulnerabilidade e a resiliência sob um olhar interdisciplinar. Adota o termo sistema socioecológico (SSE) em sua discussão sobre resiliência, vulnerabilidade e sustentabilidade. Discute, então, a vulnerabilidade social, que tem suas raízes na economia, nas políticas e na cultura, e que “reduzem a capacidade dos sistemas em prevenir ou responder de forma satisfatória a impactos externos”. São temas como insegurança alimentar e pobreza, por exemplo. O autor considera ainda, a vulnerabilidade biofísica, que resulta da “interação de um lugar/população e um fator de exposição específico” (Lindoso, 2017). Por fim, esse autor faz referência à capacidade adaptativa como a “habilidade de planejar e se preparar para uma ameaça, assim como de implementar medidas técnicas antes, durante e depois do distúrbio”.

Há que se mencionar, ainda, mesmo que de forma breve, outra temática de importância nessa discussão: o racismo ambiental, uma



“forma de desigualdade socioambiental que afeta principalmente as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres”. Essas comunidades sofrem mais os resultados negativos da degradação ambiental do que aquelas que vivem em melhores condições (CEE/Fiocruz, 2023).

Esses argumentos são trazidos aqui como base para possíveis relações entre o turismo e os impactos econômicos, ambientais e culturais que, certamente, resultam da sua prática. Esse fenômeno social é fonte de diferentes e diversos estressores, seja nas relações interpessoais, seja nas intervenções com o ambiente natural ou construído.

Assim, a hospitalidade, o receber e interagir com um “estrangeiro”, pode ser fator de hostilidade, de risco e de ameaça para uma localidade. Moradores e ambiente estarão vulneráveis ao turista durante sua estada. Nesse caso, o turista, apesar de vulnerável, não está tão sujeito a esses mesmos riscos, ainda que seja o principal causador das perturbações em um ambiente que tem sua própria homeostase.

Parecem ficar compreensíveis, então, os princípios anteriormente referidos de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Concluindo o propósito de relacionar vulnerabilidade e resiliência ao conceito de sustentabilidade, cita-se a minirrevisão realizada por Carpenter *et al.* (2014): *From Metaphor to Measurement: Resilience of What to What?* Os autores afirmam que o “termo ‘resiliência’ é frequentemente usado para descrever características de um sistema relacionadas à sustentabilidade”.



Já existe, ao que tudo indica, consenso no entendimento de que o turismo só trará desenvolvimento para uma localidade, que será um elemento de melhoria na qualidade de vida de uma população, se for bem planejado e bem gerido. Considera-se que a atividade e sua prática devam levar em consideração a minimização dos chamados impactos negativos e a maximização dos possíveis benefícios ou impactos positivos que possa provocar. Certamente não é uma tarefa de fácil realização, até porque, para ser bem-sucedido, deverá ser estável e para isso será necessário que todos os segmentos econômicos, sociais, culturais e ambientais estejam trabalhando em conjunto, sejam coparticipantes e corresponsáveis. A sustentabilidade, portanto, só ocorre quando há, de fato, equilíbrio. E esse equilíbrio será, sempre, fluido, mutável e mutante, já que dependente de relações humanas, muitas vezes imprevisíveis.

Por fim, há que relacionar os conceitos e práticas que foram discutidos anteriormente: vulnerabilidade, hospitalidade, sustentabilidade e turismo.

Quanto à vulnerabilidade, viu-se, aqui, que todos estão vulneráveis uns aos outros, não somente no turismo, mas, também, na vida cotidiana. Relacionamentos requerem que “se baixe a guarda”, que se aceite a alteridade, que se admita uma diminuição da defesa que é própria diante do desconhecido. Em seu livro *L'intrus*, o filósofo francês Jean-Luc Nancy (2006) descreve sua experiência como transplantado cardíaco, considerando o órgão estranho como um “intruso”, mesmo que tenha lhe salvado a vida. Essa metáfora é bastante forte e nos interessa na presente reflexão, uma vez que, em uma situação de transplante de órgãos, o receptor deverá ter seu sistema imunológico desativado para que possa



abrigar o “estranho”. Contudo, ao mesmo tempo em que não reconhece o órgão transplantado como algo que não seja seu, também não saberá diferenciar ou identificar os seus próprios – ao menos, até que já não haja possibilidade de rejeição da sua nova peça. Um grande risco e uma grande ameaça.

Na hospitalidade temos algo semelhante: ao cruzar a “soleira” da cidade, o visitante é um intruso, um estranho. Como tal, causará perturbação e estresse em um sistema mais ou menos equilibrado, de acordo com as políticas adotadas e com as práticas culturais já estabelecidas. No entanto, esse mesmo sistema, sendo flexível, encontrará maneiras de se adaptar ao novo estímulo, ao novo e temporário componente. Nesse momento, as duas partes buscarão o equilíbrio, algo que sustente sua relação. Uma vez bem-sucedido, esse vínculo se tornará mais frequente e mais resistente e sólido. Estará, assim, estabelecida a relação saudável e vigorosa da hospitalidade que, se bem alimentada, será duradoura, sustentável.

Conclusão

O turismo acontece em meio às relações entre humanos e entre estes e o meio em que estejam inseridos. Impactos sobre esses ambientes são esperados e previstos. Contudo, é desejável que os ganhos com a atividade sejam duradouros e equilibrados, ou seja, que se sustentem ao longo do tempo.

A hospitalidade, por sua vez, se estabelece nas relações interpessoais que colocam os sujeitos em situação de perigo e deve ser tratada ou enfrentada por ambas as partes – estrangeiro e morador – de



modo a se alcançar não somente a boa acolhida, mas a inserção, mesmo que temporária, de alguém em um ambiente que não é o seu originariamente. Nessas relações, surge a vulnerabilidade, tanto pessoal, cultural e social quanto ambiental e econômica, que traz riscos e ameaças que devem ser motivo de cuidados especiais de modo a fazer com que a hospitalidade alcance outras áreas do convívio, igualmente necessárias à manutenção da vida.

A discussão permitiu inferir que a hospitalidade não existe sem que se reconheçam as vulnerabilidades, que, por sua vez, devem ser enfrentadas para que as relações possam ocorrer. Confirmou-se, ainda, que a sustentabilidade do turismo requer não somente planejamento da atividade, mas de ações conjuntas e coordenadas entre vários segmentos. Além disso, a reflexão realizada, com base na interdisciplinaridade, possibilitou olhar a hospitalidade sob óticas diversas que possam conduzir à prática e ao planejamento de um turismo sustentável. Finalmente, há o reconhecimento de que sem vulnerabilidade não pode haver hospitalidade e, sem essa, não há turismo. Assim, é possível afirmar que a vulnerabilidade expõe fraquezas e fragilidades que uma vez conhecidas e controladas, serão responsáveis por relações duradouras, constituindo-se, portanto, em interessante paradoxo a ser melhor e mais estudado.

Agradecimento

À Professora Helena Luna Ferreira pelas discussões interdisciplinares que sempre fazemos sobre esse e outros temas, pela leitura criteriosa e pelas sugestões.



REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 3, p. 347–364, 2000. DOI: 10.1191/030913200701540465.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913200701540465>.

Acesso em 13 jul. 2023

ADGER, W.N.; ARNELL, N.; TOMPKINS, E. Successful adaptation to climate change across scales. **Global Environmental Change**, no. 15 (2), p. 77-86, 2005.

DOI:10.1016/j.gloenvcha.2004.12.005. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378004000901?via%3Dihub>

13 jul.2023. Acesso em 13 jul. 2023

BASTOS, S.R.; RAMEH, L.M.; BITELLI, F.M. O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/612.pdf>. Acesso em 14 jul 2023

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Tradução Francisco M. Guimarães Francisco M. Guimarães (Tradutor) ed. Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manifesto pela vida**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/manifesto.pdf>. Acesso em 3 dez. 2023

BRASILEIRO, I.L.G. Mosaico Fluido - um possível modelo para compreender o Turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, 4(6), 61-73.

2016. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v4i6.18308>. Disponível em

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/18308> Acesso em 14 jul 2023.

BRASILEIRO, I. Mosaico Fluido: para compreender a dinâmica do turismo. Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB. Encontros do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS/CDS/UnB). 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_DsYEOkiNPs Acesso em 14 jul 2023.

BRASILEIRO, I. A Covid-19 e o chamado de Gaia: felicidade, bem-estar, saúde mental, lazer, e turismo de natureza. In: **Turismo, sustentabilidade e Covid-19 – entre incertezas e esperanças**. Brasileiro, I.; Bouças, D.; Costa, H. e Alvares, D. (Orgs.) Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS)/ CDS/ Universidade de Brasília. pp.343-362 Disponível em <https://leanpub.com/turismo-sustentabilidadeeepandemia>.



CARDONA, O.D. The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: a necessary review and criticism for effective risk management.

Mapping vulnerability: Disasters, development and people, pp.17, 2003.

<https://doi.org/10.4324/9781849771924>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781849771924/mapping-vulnerability-greg-bankoff-georg-frerks-dorothea-hilhorst>. Acesso em 13 jul. 2023

CARPENTER, S.; WALKER, B.; MARTY ANDERIES, J.; ABEL, N. From Metaphor to Measurement: Resilience of What to What? **Ecosystems** 2001, 4: 765–78. 2014

DOI: 10.1007/s10021-001-0045-9. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s10021-001-0045-9>. Acesso em 14 jul. 2023

CEE/Fiocruz – Centro de Estudos Estratégicos. **Racismo Ambiental**: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>. Acesso em 3 dez. 2023.

COUTO, M. **Murar o medo**. 2015 Disponível em <https://www.miacouto.org/murar-o-medo/>. Acesso em 5 dez 2023

DERRIDA, J. HOSTIPITALITY. **Journal of the theoretical humanities** vol 5 number 3. 2000. <http://dx.doi.org/10.1080/09697250020034706>. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09697250020034706>. Acesso em 16 jul 2023.

DELOR, F.; HUBERT, M. Revisiting the concept of ‘vulnerability’. **Social Science & Medicine**. Vol 50, Issue 11, June 2000, pp. 1557-1570. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(99\)00465-72000](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(99)00465-72000). Acesso em 18 jul. 2023.

DIETZ, T.; OSTROM, E; STERN, P. The struggle to govern the commons. **Science**, v. 302, n. 5652, p. 1907–12, 2003. DOI: 10.1126/science.1091015. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1091015>. Acesso em 20 jul. 2023.

EMRICH, C. T.; CUTTER, S. L. Social vulnerability to climate-sensitive hazards in the southern United States. **Weather, Climate, and Society**, 3 (3): 193-208, 2011. DOI:10.1175/2011WCAS1092.1 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273606599_Social_Vulnerability_to_Climate-Sensitive_Hazards_in_the_Southern_United_States/citation/download. Acesso em 20 jul. 2023.

FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 253–267, 2006. DOI:10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002. Disponível em: <https://www.researchgate>.



net/publication222434321_Resilience_The_Emergence_of_a_Perspective_for_SocioEcological_Systems_Analyses. Acesso em 20 jul. 2023

GALLOPÍN, G.C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, 16 (3): 293-303. 2006. https://www.researchgate.net/publication/280232726_Linkages_between_vulnerability_resilience_and_adaptive_capacity. Acesso em 21 jul. 2023

GRASSI, M.-C. *Transpor a soleira*. In: Montandon, A. **O livro da hospitalidade: Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Senac. p. 45 e p. 52, 2011

GUIMARÃES, R.M.; VILLELA, D.A.M.; BARCELLOS, C. Risco e vulnerabilidade: quem rege a política? 2021. <https://portal.fiocruz.br/noticia/risco-e-vulnerabilidade-quem-rege-politica-publica>. Acesso em 24 jul. 2023

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, pp 1-23. 1973. <https://doi.org/10.1146/annurev.es.04.110173.000245>. Acesso em 24 jul. 2023

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 11(2), 301–308. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>_Acesso em 27 jul. 2023.

LAMSON, C. Planning for resilient coastal communities: lessons from ecological systems theory. **Coastal Zone Management Journal**, v. 13, n. 3-4, p. 265-280, 1986. DOI: 10.1080/08920758609361984. Disponível em: <https://www.sciencegate.app/document/10.1080/08920758609361984>. Acesso em 28 jul. 2023.

LINDOSO, D.P. Vulnerabilidade e resiliência: potenciais, convergências e limitações na pesquisa interdisciplinar. **Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 4, p. 131-148 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ykfq5VcpRBtQDyK8VfWjwKb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28 jul. 2023

MAUSS, M. **Essai sur le don**. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris, PUF, 2008. 224p

MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade: Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. Tradução Marcos Bagno e Lea Zylberlicht. ed. Senac, 2011. 1437p

NANCY, J_L. **El intruso**. Tradução Margarita Martínez. Buenos Aires: Amorrortu, 2006. 56p. Disponível em https://www.elabrojo.org.uy/wp-content/uploads/2017/06/Nancy-Jean-Luc_El_intruso.pdf_Acesso em 3 ago. 2023



O'NEILL, R. V. Is It Time to Bury the Ecosystem Concept? (With Full Military Honors, of Course!). **Ecology**, v. 82, n. 12, p. 3275–3284, 2001. Disponível em https://esa.org/history_old/Awards/papers/ONeill_RV_MA.pdf. Acesso em 28 jul 2023

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS). Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 3 dez. 2023

SHITANGSU, P. K. Vulnerability concepts and its application in various fields: a review on geographical perspective. **J. Life Earth Sci.**, Vol. 8: 0-0. 2013. DOI: 10.3329/jles. V 8i0.20150 Disponível em <http://banglajol.info.index.php/JLES>. Acesso em 29 jul 2023.

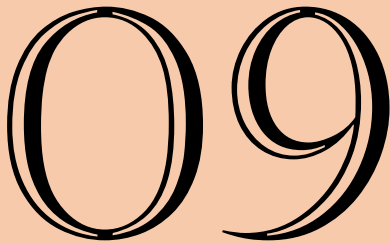
TURNER, B. L. Vulnerability and resilience: coalescing or paralleling approaches for sustainability science? **Global Environmental Change**, v. 20, n. 4, p. 570–576, 2010. DOI:10.1016/j.gloenvcha.2010.07.003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248167271_Vulnerability_and_Resilience_Coalescing_and_Paralleling_Approaches_for_Sustainability_Science Acesso em 29 jul. 2023

VAYDA, A. P.; MACCAY, B. J. New directions in ecology and ecological anthropology. **Annual review of Anthropology**, v. 4, p. 293–306, 1975. DOI:10.1146/annurev.an.04.100175.001453. Disponível em: <https://www.Annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.04.100175.001453>. Acesso em 30 jul. 2023

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. Cortez: SP, 2001.

ZEVALLLOS, V. Desconstrução e hospitalidade: entre a ética e a política. **Ethic@**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 112-126. 2022. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2022.e7950>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/79501> Acesso em: 15 jul. 2023

ZIMMERER, K. S. Human Geography and the “New Ecology”: The Prospect and Promise of Integration. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 1, p. 108–125, 1994. Acesso em: 15 jul. 2023



09

TURISMO RESPONSÁVEL E
ACESSÍVEL AO
IDOSO: REFLEXÕES SOBRE O
CENTRO CULTURAL SÃO
FRANCISCO, EM JOÃO PESSOA/
PB

Ana Cristina Claudino de Melo
Eduardo Augusto Monteiro de Almeida
Helen Karine Gomes Dantas
Sheila Rodrigues de Albuquerque
Angelina Dias Leão Costa

TURISMO RESPONSÁVEL E ACESSÍVEL AO IDOSO: REFLEXÕES SOBRE O CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO, EM JOÃO PESSOA/ PB

MELO, Ana Cristina Claudino de
ALMEIDA, Eduardo Augusto Monteiro de
DANTAS, Helen Karine Gomes
ALBUQUERQUE, Sheila Rodrigues de
COSTA, Angelina Dias Leão

O acesso ao turismo é um direito universal e cresce progressivamente, atendendo pessoas de diversos perfis (PRÍMOLA *et al.*, 2020). O turismo na terceira idade ganha destaque nos últimos anos, com isso, Gomes e Alves (2023) reforçam que a imagem de idosos frágeis está ultrapassada uma vez que a prática de atividades de lazer e turística promove a integração, desenvolve conhecimentos e fortalece habilidades.

O envelhecimento é um fenômeno crescente mundialmente e decorrente do aumento da expectativa de vida e da diminuição da taxa de natalidade no mundo (GOMES; ALVES, 2023). Dados do IBGE (2021), mostram que a cidade de João Pessoa está chegando aos 900 mil habitantes, sendo a 6^a maior população do Nordeste e, com este crescimento, o número de idosos vem aumentando na capital paraibana, o que reforça a importância do apoio a esse público, seja turista ou residente. Seu centro histórico apresenta potencial monumental histórico, cultural e arquitetônico, configura um dos importantes itinerários turísticos.

————— ●●● —————

O turismo responsável é abrangente a todas as formas de turismo, que devem respeitar os patrimônios naturais, construídos, históricos e culturais das sociedades, incluindo: habitantes, hóspedes, visitantes, indústria, governo etc. (LANFANT, 1991 *apud* Souza; Duarte, 2015).

Nesta perspectiva, o turismo enquanto agente de inclusão social, preocupa-se com os turistas locais que não praticam essa atividade por diversos motivos que vão desde: renda insuficiente, falta de incentivo ou por falta de acessibilidade (CARVALHO *et al.*, 2012). Apesar dos avanços tecnológicos, os patrimônios históricos, em razão da existência de barreiras arquitetônicas urbanísticas, continuam inacessíveis para este público (SANTOS, 2018).

Diante do exposto, indaga-se: *Que experiências de turismo acessível e responsável o Centro Histórico de João Pessoa é capaz de proporcionar aos idosos residentes e/ou turistas?* O objetivo deste texto é relatar as experiências que o Centro Histórico de João Pessoa/PB é capaz de proporcionar aos visitantes, com a análise do acesso ao Centro Cultural São Francisco, sob o olhar da acessibilidade.

A pertinência do desenvolvimento de pesquisas cujo foco principal está no usuário idoso, está no fato de que em áreas históricas os desafios de acessibilidade tornam-se mais complexos, porém não menos importantes para a sociedade e para a cidade, buscando dessa forma viabilizar o uso irrestrito dos locais a qualquer pessoa. Dessa forma, o trabalho propõe identificar e relatar questões essenciais relacionadas à acessibilidade e ao fomento irrestrito a espaços históricos, ao passo que

contribui para um turismo mais sustentável, beneficiando a comunidade local, os visitantes e o patrimônio cultural.

Envelhecimento - Panorama geral

O mundo está envelhecendo rapidamente, constatados pela divulgação do relatório intitulado “Perspectivas da População Mundial 2022” (ONU,2022), cujo objetivo era apresentar projeções populacionais entre os anos de 1950 a 2022, através da análise de cerca de 237 países ou áreas. De acordo com o relatório, esperava-se que a população mundial fosse equivalente a 8 bilhões em 2022, esse número foi ultrapassado em 2023, e estima-se que a população possa atingir 8,5 bilhões em 2030, 9,7 bilhões em 2050 e 10,4 bilhões em 2100 (ONU, 2022).

Considerando a redução nas taxas de fecundidade e de mortalidade global, fatores como cuidados com a saúde, políticas sociais e progressos da medicina favorecem o aumento da esperança média de vida. Diante das projeções, a ONU afirma ainda que, em 2050, o número de pessoas com 65 anos ou mais deverá ser mais que o dobro frente ao número de crianças com menos de 5 anos e o mesmo que crianças com 12 anos (ONU, 2022). O número de pessoas com 60 anos ou mais, dobrará proporcionalmente, passando de 11% em 2006, para 22%, em 2050 (OMS, 2008).

Mesmo cientes de que o envelhecimento é um processo natural, biológico e contínuo, que dura a vida toda, a expectativa é que haja um aumento mundial no número de idosos. Dentro desse quadro, percebe-se também que um número maior de idosos está morando em cidades, ainda

conforme a OMS, a proporção de idosos em comunidades urbanas, passará para mais de 908 milhões em 2050, nos países em desenvolvimento (OMS, 2008).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), a população brasileira maior que 60 anos é de 15,6%, um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando esse valor era de 10,8%. Essa população está concentrada, em sua maioria, na região sudeste (16,6%), seguido pela região sul com (16,2%) (IBGE, 2022).

Com uma população estimada em pouco mais de 4 milhões de pessoas, a Paraíba apresenta significativa concentração de idosos, 15,83% e aproximadamente 10,7% da população com algum tipo de deficiência. Tais resultados foram publicados pelo IBGE, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 (IBGE, 2022). Destaca-se nessas informações, a cidade de João Pessoa, que ao se aproximar em 2023 de 900 mil habitantes, detém a 6ª maior população do Nordeste que proporcionalmente, vem se destacando em número de idosos, constatado pelo último Censo demográfico realizado.

Envelhecimento Ativo

Apesar da população idosa cada vez mais crescente, que unida ao desenvolvimento da medicina e aos meios de informação, tornaram-na cada vez mais longeva, o envelhecimento continua a constituir um desafio atual para a sociedade, com a busca contínua da longevidade saudável e o desenvolvimento de uma vida ativa, vai ganhando importância dia a dia. No final do séc. XX por volta dos anos 90, a OMS substituiu o conceito

de “envelhecimento saudável” por “envelhecimento ativo”, por se tratar de uma expressão mais inclusiva e abrangente, já que a atividade quando associada à saúde, é capaz de proporcionar ao idoso uma maior longevidade. (OMS, 2008).

Em 2005, a OMS adotou o termo “envelhecimento ativo”, definido como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (WHO, 2005). A palavra “ativo” possui sentido amplo, pois refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho, surgem então, alguns conceitos: autonomia, independência e qualidade de vida saudável. No mesmo ano foi criado pela OMS, o Programa de Envelhecimento Ativo - PEA (WHO, 2005), elencando conceitos com fatores que impactam na avaliação do espaço urbano e consequentemente em seu uso por idosos aos quais destacamos aqui: transporte público acessível e barato, ausência de obstáculos que possam causar lesões por quedas, acidentes e incêndios; ruas bem iluminadas para caminhadas seguras, banheiros públicos acessíveis e semáforos com mais tempo para os pedestres. Itens contemplados na análise do nosso estudo de caso.

Apesar de todo o ganho em qualidade de vida das pessoas idosas nas últimas décadas, ainda é visível o fato de grande parcela de pessoas da terceira idade possuírem limitações físicas. Sejam elas originadas pelo processo biológico natural da velhice ou até atingirem um grupo de

————— ••• —————
Pessoas com Deficiências (PcD) mais severas, fazendo-as adentrar nas estatísticas em dois grupos: Idosos + Pessoas com Deficiência.

Segundo a ONU (2022), cerca de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo têm algum tipo de deficiência, sendo que 80% destas vivem em países desenvolvidos. Dados recentes das Nações Unidas revelam que 46% da população idosa tem algum tipo de deficiência física ou intelectual (ONU, 2022). Dessa forma, segundo informações veiculadas pelo IBGE (2022), o número de pessoas acima de 60 anos no Brasil com deficiência representa 13,8%, sem deficiência estão em 49,4%. Na Paraíba esses números ficam em 24,8% e 13,3% com e sem deficiência, respectivamente. O que significa que grande parcela dos idosos, são detentores de limitações mais significativas quanto à mobilidade física, merecendo uma atenção especial.

O Turismo na Terceira Idade

O Estatuto do Idoso no seu Capítulo V, trata da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, afirma o direito do idoso a tudo isso, incluindo diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade (BRASIL, 2003). Assim, pode-se confirmar que o turismo é considerado forma de lazer, direito dos cidadãos da terceira idade.

O turismo é um ramo das Ciências Sociais com a interface da educação, cultura, geografia e da saúde na otimização da vida humana (SILVA *et al.*, 2019). Essa atividade também é coadjuvante quando nos referimos ao descanso, divertimento e entretenimento, bem como

reparador dos desgastes físicos e mentais, é importante ao desenvolvimento pessoal com a criação de novas formas de aprendizagem, destacando o caráter educacional não formal das atividades desenvolvidas no tempo livre, inclusive dos idosos (RUSCHMANN, 2012).

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, constatou-se uma crescente diversidade de destinos e produtos turísticos, com especial destaque ao turismo sênior a nível mundial. Além de ser uma atividade econômica importante geradora de desenvolvimento, torna-se uma ferramenta de participação ativa do indivíduo na sociedade. Quando tratamos do idoso no contexto do turismo, essa atividade é fundamental no combate ao isolamento e retração, trazendo inúmeros benefícios abordados adiante (SILVA *et al.*, 2019).

O público idoso cada vez mais crescente, tem optado pelo turismo como substituição ao ócio. A promoção da prática de lazer, que além de ocupação do tempo livre, é importante na socialização, integração cultural, cria relações com a natureza, impulsiona novas experiências, promove a autonomia, a quebra da rotina auxiliando na estimulação cognitiva e inclusão social (LISBON, 2015). Salienta-se que os novos idosos muitas vezes em nada se parecem com os “velhinhos” apresentados na mídia, pela postura, a saúde e o poder de decisão.

A população envelhecida, forte consumidora do segmento turístico, é cada vez mais exigente, tornando-se imprescindível o conhecimento das suas motivações e interesses, a fim de se adequarem os serviços de turismo adaptados a esse nicho de mercado. As

particularidades vão desde idade, poder econômico, distâncias, dentre outros motivos (SILVA *et al.*, 2019).

Dados confirmados pelo IBGE (2022), quanto às finalidades das viagens realizadas entre os anos de 2020 e 2021, constatou que os itens: lazer e visita a parentes ou amigos, representam índices acima de 32% cada. O Brasil segue em pleno desenvolvimento do setor turístico, com o número de viagens por domicílio superior a 9 milhões nesse período. De acordo com dados apresentados pela PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, constatou-se a realização de pelo menos uma viagem nesses domicílios. Porém, com redução visível devido às restrições impostas pela crise sanitária do Covid-19. Resultando nos números apresentados no gráfico 1 onde, de 21,8% em 2019 reduziu-se para 13,9% em 2020 e 12,7% em 2021.

O gráfico 2 apresenta o enorme potencial turístico da região Nordeste, responsável por 28,2% do destino das viagens no ano de 2021, ficando atrás apenas da região Sudeste que deteve o percentual de 40,9%, IBGE (2022).

Gráfico 1: Pelo menos uma viagem por domicílio

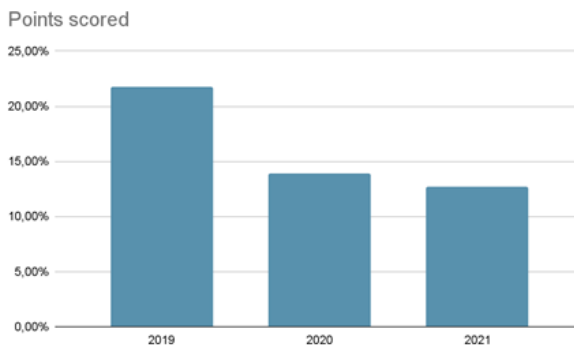
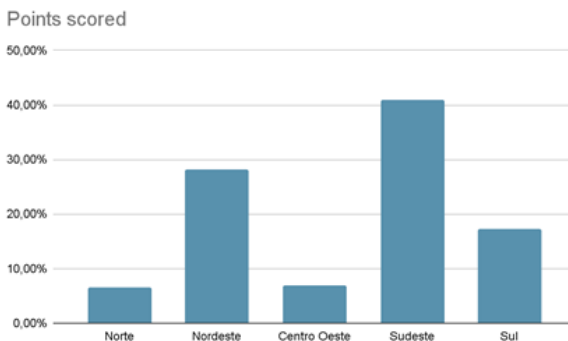


Gráfico 2: Viagens por região em 2021



Fonte: autores (2023)

Os dados apresentados demonstram que o turismo para idosos é um mercado em crescimento com necessidades e interesses específicos que devem ser considerados. Um olhar mais sensível para esse público pode resultar em experiências mais agradáveis e gratificantes para os idosos, o que pode beneficiar tanto os idosos quanto o setor de turismo como um todo, promovendo a inclusão e a diversidade.

O Turismo Responsável e Acessível

Dados apontam para a importância quantitativa do turismo na terceira idade, o que pressupõe que diante do visível crescimento deste setor, que em 2022 o Ministério do Turismo brasileiro publicou que a participação de turistas nessa faixa etária era de cerca de 15% dos turistas domésticos e 10% dos internacionais (BRASIL, 2022). Contudo, o turismo do idoso, quando somada à pessoa com deficiência, traz particularidades e requer algumas adaptações e ajustes, que permeiam desde os meios de transportes, acessos, cidades, rede hoteleira, e todo setor envolvido.

—•••—

A partir da década de 90, houve uma grande preocupação com o desenvolvimento do turismo de forma responsável e ética, não só para o meio ambiente, como também para os visitantes, principalmente para as comunidades receptoras e moradores dos destinos turísticos (SOUZA, DUARTE, 2015). Dessa forma, surge o turismo acessível, que engloba a preocupação com o turismo que atenda a todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência, com alterações locomotoras, idosos, pessoas com mobilidade reduzida mesmo que temporárias.

Quando uma pessoa com alguma limitação está em um ambiente acessível, o desenvolvimento de suas atividades cotidianas é preservado, a deficiência não afeta suas funções. No entanto, em uma situação inversa, qualquer tipo de deficiência, em um ambiente hostil e inacessível, pode ficar muito mais evidente diante da operacionalização de tarefas naquele espaço (CAMBIAGHI, 2007).

O Governo Federal através do Ministério do Turismo, criou em 2012 o Programa Turismo Acessível (BRASIL, 2021) que constitui-se em um conjunto de ações com o objetivo de promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia, resultando em um kit de cartilhas compostas de quatro volumes destinados ao tema acessibilidade e turismo, de forma a permitir a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos.

Aspectos Legais

A NBR 9050 (ABNT, 2020) estabelece critérios e parâmetros para a promoção da acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e

equipamentos urbanos. Para parques, praças e locais turísticos, os espaços devem ser dotados de rotas acessíveis, com piso adequado e mobiliário adaptado. A norma também recomenda que os equipamentos urbanos atendam aos princípios do desenho universal, que buscam a inclusão de todas as pessoas, independente de suas habilidades, condições ou limitações.

No caso de bens tombados, o item 10.2 da norma estabelece que as adaptações para acessibilidade devem ser compatíveis com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, sempre garantindo os conceitos de acessibilidade. Quando a adaptação para acessibilidade for impraticável, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos. (ABNT, 2020).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), afirma que o poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O turismo social, por sua vez, é um meio de garantir cidadania ao propiciar a inclusão dos idosos, PcDs ou pessoas com mobilidade reduzida.

A Instrução Normativa nº1 de 2015 (IPHAN, 2015) estabelece os procedimentos técnicos e as diretrizes para a análise e emissão de pareceres sobre intervenções em bens culturais protegidos e indica a possibilidade de intervenções pontuais com o propósito de promover acessibilidade.

Cidade Amiga do Idoso e do Turismo

Os usuários, sejam eles turistas ou moradores, devem ser tratados de forma equitativa no convívio dos espaços e serviços urbanos. De acordo com Severini (2013), teoricamente o espaço da hospitalidade urbana é o espaço público. Dessa forma a cidade considerada hospitaleira pode ser entendida por aquela que consegue apresentar em seus espaços de convívio, locais onde as relações sociais aconteçam de maneira natural e seus usuários podem usufruir de forma compreensível e adequada os serviços, lazer, infraestrutura básica, sendo detentora ainda de atributos facilitadores na vida de moradores e visitantes. (FAGUNDES; CASTRO, 2014).

A hospitalidade clássica, no sentido histórico do termo, consistia em satisfazer às necessidades básicas, de segurança, e em certos casos, de reconforto e afeto de pessoas que se deslocavam para outros lugares, compondo uma relação gratuita. Segundo Grinover, hoje, a hospitalidade é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua sócio-diversidade. “Se esse espaço tiver uma característica construída, chegaremos ao que podemos denominar de “lugar”, um espaço público ou privado, onde se pratica a hospitalidade” (GRINOVER, 2008. p.2).

Fagundes e Castro (2014) entendem que hospitalidade, inicialmente pode referir-se ao ato de acolher, de prestar serviço a alguém. Porém, partindo para uma análise mais profunda, conclui-se que a hospitalidade é um processo complexo onde estão embutidas as relações sociais, perpassando multidisciplinarmente pela antropologia, história, sociologia, economia, geografia, comunicação, arquitetura, urbanismo,

planejamento, ambiental, sendo possível ainda, através da hospitalidade, desvendar a evolução histórica de determinadas culturas. Afirmam ainda que a hospitalidade atua em três dimensões distintas: a *hospitalidade doméstica*, onde ocorrem situações cotidianas e gestos simples quando recebe-se pessoas, seria a relação hóspede – anfitrião; a *hospitalidade comercial* que se refere à forma de bem receber, atender, alimentar, como forma de seduzir o turista, despertando nele o desejo de retornar ou de indicar o local visitado; e a *hospitalidade pública*, que pode ser definida com a verificação das cidades identificando-as como hospitaleiras ou não. Camargo (2015) acrescenta ainda o espaço virtual, de importância cada vez maior na vida social atual, com formas virtuais de contato humano.

Considerando que a hospitalidade diz respeito à relação entre seres humanos, de acolhimento, recebendo e oferecendo ao “outro” o que há de melhor em nossa casa, em nossa cidade, De La Haba; Santamaría (2004) consideram que esta característica, comporta uma reflexão sobre o vínculo social e sobre o trato que uma época ou uma sociedade dispensa às pessoas. Cabendo, pois, considerar que se trata de um ato cultural, uma criação sócio histórica. Assim, deverá se pensar então, em usos e ocupações hospitaleiras ou inóspitas do espaço urbano.

Dessa forma Grinover (2008) afirma que a prática da hospitalidade na cidade, está condicionada pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização. Camargo (2015) destaca porém, que uma cidade não é hospitaleira ou inospitaleira, segundo o autor, os que (não) planejam adequadamente o espaço urbano, aqueles com os quais nos relacionamos

é que (não) o são, ou seja, o gestor público é o principal anfitrião, sendo ele o responsável em propiciar uma cidade acolhedora e agradável.

A chave para se compreender algumas das principais modificações da cidade e sociedade contemporânea, segundo Grinover (2008) é basicamente a ideia do conceito de “experiência”, que um lugar é capaz de provocar no homem após atravessá-lo, percorrê-lo e experienciá-lo. Uma cidade é considerada hospitaleira em função de três aspectos fundamentais: a acessibilidade, a legibilidade e a identidade. Além delas, o autor considera “imprescindível abordar novos temas, novas categorias, como por exemplo, qualidade de vida, cidadania e urbanidade” (GRINOVER, 2013, p.17).

Os lugares de hospitalidade são lugares de urbanidade, já que falar em hospitalidade significa considerar as implicações entre a relação humana com o lugar e com o outro (GRINOVER, 2013). A partir do momento que se cria uma conexão entre quem acolhe (sejam pessoas ou lugares), e quem é acolhido independentemente da diversidade das pessoas, adentram-se na seara da hospitalidade (TRONCA; FRANZEN; CÉSAR, 2020).

Dessa forma não há como se dissociar hospitalidade, urbanidade, acessibilidade. No turismo sénior um dos fortes alicerces é a acessibilidade, por possibilitar aos idosos com dificuldades locomotoras e pessoas com deficiência, pleno acesso às estruturas urbanas e apropriação das cidades. Essa é sem dúvida a melhor forma de legitimar a igualdade, proporcionando a usabilidade integral, atendendo às necessidades do usuário.

A acessibilidade evoca diversos conceitos ligados às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou de grupos sociais, a certas atividades ou a certos serviços que estão presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos e, por isso, o acesso à cidade é um direito de todos. Pode ser considerada como a disponibilidade de instalações (levando em conta os limites de capacidade dos equipamentos urbanos), ou de meios físicos, que permitem esse acesso (considerados, ao mesmo tempo, os meios de transportes e o uso do solo), ou ainda, de acessibilidade socioeconômica (levando em conta a distribuição de renda) (GRINOVER, 2006. p. 37).

Diante disto, uma cidade amiga do idoso adapta suas estruturas e serviços para que estes sejam acessíveis e promovam a inclusão de idosos com diferentes necessidades e graus de capacidade (OMS, 2008).

Tornar as cidades mais amigáveis aos idosos é uma resposta necessária e lógica para promover o bem-estar e a contribuição de idosos residentes em áreas urbanas e manter as cidades prósperas. E como o envelhecimento ativo é um processo de toda a vida, uma cidade amiga do idoso é uma cidade para todas as idades (OMS, 2008, p.9).

OMS (2008) aborda características amigáveis ao idoso, barreiras e falhas existentes. Com isso foi realizado um checklist das principais características amigáveis do idoso, elencando elementos do suporte ambiental que proporcionem permanência, estrutura para atividades, apazibilidade a possibilidade de contatos sociais (SILVA; ELALI, 2015), tais como:

-
- Ambiente limpo e agradável, morar próximo do mar ou de rio. A percepção da sujeira tem um impacto negativo na qualidade de vida dos idosos, bem como o barulho e mau cheiro.
 - A existência de espaços verdes. Com a presença de parques, praças, desde que bem cuidadas, convidativas e com presença de bancos.
 - Lugares para descansar, com a disponibilidade de bancos, já que a maior queixa é com problemas locomotores, onde andar na cidade pode-se transformar numa tarefa árdua.
 - Calçadas amigáveis aos idosos. As calçadas são consideradas um elemento urbano que representa um problema quase que universal nas cidades, e tem um impacto na capacidade de locomoção do idoso.
 - Cruzamentos seguros para pedestres, o simples fato de se atravessar a rua com segurança e tranquilidade pode representar um elemento dificultador para idoso se apropriar da cidade.
 - Acessibilidade: as cidades não foram planejadas para idosos. Inúmeras barreiras físicas existentes, dificultam o trânsito de idosos.
 - Um ambiente seguro: influencia diretamente a vontade das pessoas saírem à rua, conseqüentemente na sua independência, saúde física e emocional.
 - Prédios amigáveis ao idoso, esse é um problema recorrente com a ausência de elementos arquitetônicos facilitadores ao uso de todos.
 - Banheiros públicos acessíveis.

Além desses itens acima citados, pode-se incluir também o transporte público adaptado, com conforto e segurança à população idosa.

Turismo Acessível em Sítios Históricos

Com base nas experiências do Ministério do Turismo, foram definidos eixos de atuação visando direcionar a implementação de ações com o objetivo de turismo mais inclusivo e acessível a todos. Dentre eles destacamos o eixo: Cultura e Patrimônio, por estar diretamente

relacionado com o objeto de estudo deste artigo, promovendo a acessibilidade de bens e programas e atividades culturais.

As soluções de acessibilidade devem permitir que a pessoa com deficiência interaja com o patrimônio e com os bens culturais em diversas linguagens. Em caso de restrições à interação com o acervo, devem ser ofertados dispositivos com informações virtuais, mapas, maquetes, cópias de peças do acervo, tecnologia assistiva para acessibilidade sensorial, cognitiva e audiovisual, assegurando as condições de trânsito, de orientação e de comunicação e facilitando a utilização desses bens e dos acervos para todo o público. Tais soluções de acessibilidade devem ser reforçadas e promovidas, de forma a permitir um maior acesso da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida a bens, equipamentos, programas e atividades artísticas, intelectuais, culturais e recreativas, em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2021, p. 26)

Diversas pessoas são impedidas de visitar edifícios, locais históricos e tombados devido a falta de acessibilidade, característica da época em que foram concebidos. Seus entornos, porém, muitas vezes são impeditivos do pleno acesso resultante de práticas projetuais erradas, irresponsabilidade para com o espaço público, ou mesmo falta de empatia para com o usuário (MATIAS, 2015).

Considerando que os dados estatísticos do IBGE (2022), expõe que no Brasil, o percentual de pessoas com algum tipo de deficiência é de 8,9%, na Paraíba o número de pessoas com deficiência passa para 10,7%, enquanto o de idosos é de 15,83%, por si só justifica um olhar sensível e a importância desse público. Porém, quando se trata de áreas históricas preservadas, o direito e liberdade de ir e vir tornar-se mais restrito, já que

————— ●●● —————
a transposição de obstáculos vai de encontro, muitas vezes, à necessidade de conservação e proteção destes espaços (MATIAS, 2015).

Destaca-se relevante publicação de análise da acessibilidade do Centro Histórico e praias de João Pessoa (MELO *et. al.*, 2021), cujo objetivo é oferecer as condições reais de acessibilidade dos principais pontos turísticos. O guia procurou avaliar vários locais frequentados principalmente por turistas, porém não se pode esquecer que o turismo muitas vezes é realizado também por moradores.

O Turismo na Cidade de João Pessoa

O turismo é um fenômeno que, antes de ser econômico, tem origem histórico-social, uma vez que implica no deslocamento de pessoas em diferentes espaços e tempos. Segundo Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010, p. 22), "o turismo pode mobilizar (re)descobertas de cheiros, sabores, sentidos e significados locais por intermédio de interações entre visitantes e atores locais, em um contínuo e significativo processo de partilha". O turismo não se limita a viagens longas, podendo ser praticado até mesmo na cidade na qual se reside, explorando espaços que estão fora do percurso cotidiano, valorizando a relação afetiva da experiência.

O Estado da Paraíba está localizado no litoral nordestino, entre os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Participa de diversos programas de incentivo e parcerias entre estados e municípios para o desenvolvimento do setor turístico, como o PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo), a PBTUR

(Empresa Paraibana de Turismo S/A), a SETDE (Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico).

A capital do Estado, João Pessoa, é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil (MELLO, 2002). Localizada no ponto mais oriental das Américas, é a cidade que mais se aproxima do continente Africano, ficando conhecida como cidade onde o sol nasce primeiro e foi, por anos, considerada uma das cidades mais verdes do mundo. Tais atributos fazem dela referência no turismo, além de suas praias calmas de águas mornas aptas para banho (NUNES, 2014).

João Pessoa conta com a existência de transportes intermunicipais e interestaduais sendo o principal eixo de ligação norte e sul a BR- 101 e a oeste, em direção ao interior, a BR-230 (Brasil-DNIT). A capital paraibana é contemplada com o Aeroporto Internacional Castro Pinto, localizado na região metropolitana, proporcionando fácil ligação com a malha aérea e conta também, com apoio de políticas e estratégias visando o aumento do potencial turístico através da Secretaria de Turismo do Município.

Com clima tropical úmido e uma população de aproximadamente 833.932 habitantes (IBGE, 2022), João Pessoa iniciou a exploração de seu potencial turístico com a construção de um hotel - Hotel Tambaú - no ano de 1971. Nos anos 80, foram iniciadas várias obras voltadas para o setor turístico como: Espaço Cultural José Lins do Rego, Mercado de Artesanato Paraibano (MAP), Centro Turístico de Tambaú, além de avenidas de ligação às praias do litoral norte da capital e Rodovia Estadual – PB 008, que liga às praias do litoral sul (NUNES, 2014). Foram

implantados também, no Polo Turístico Cabo Branco, a Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, destinado à exposição de artes e tecnologia, e posteriormente, o Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, um dos maiores do Nordeste.

Além das belezas naturais, a terceira capital mais antiga do país possui um extenso Sítio Histórico, localizado no centro da cidade (Cidade Alta e Cidade Baixa), com diversos monumentos e edificações tombados pelos órgãos federais e estaduais do Patrimônio Histórico (MATIAS, 2015). Dentre as edificações, destacam-se a igreja de Nossa Senhora do Carmo, Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, Igreja de São Pedro Gonçalves, Mosteiro de São Bento, Igreja da Misericórdia, Casa da Pólvora, Solar dos Azulejos, Teatro Santa Roza, o Hotel Globo e o Complexo da Igreja São Francisco que iremos nos deter ao longo deste documento.

Complexo da Igreja São Francisco, patrimônio histórico-cultural, é um dos pontos turísticos mais visitados em João Pessoa. Seu estilo Barroco é referência na América Latina. Datada 1779, situado no conjunto arquitetônico de ordem franciscana, abriga o Centro Cultural São Francisco - CCSF, recebendo anualmente milhares de pessoas. (SANTOS, 2018). Embora sua importância seja inquestionável, o complexo apresenta uma série de problemáticas relacionadas à acessibilidade, consequência de conflitos de interesse como explicam Batista e Rabelo (2021, p. 567): “há restrições ou impossibilidade de modificações de lugares consagrados como patrimônio, podendo levar, por exemplo, a impasses relacionados à

acessibilidade” afetando diretamente pessoas idosas, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento das análises do objeto de estudo (Complexo da Igreja São Francisco) foram adotados como procedimentos metodológicos do campo da acessibilidade, da qualidade da paisagem e do envelhecimento ativo, os quais têm como foco o espaço urbano e a pessoa idosa.

Desse modo, 03 instrumentos foram inter-relacionados e aplicados nas avaliações do ambiente construído do presente objeto de estudo: a NBR 9050 (2020); as recomendações apresentadas no Programa do Envelhecimento Ativo (PEA) e os critérios de Proteção proposto por Gehl *et al.* (2006) sobre a qualidade com respeito à paisagem do pedestre, em que busca observar aspectos sobre a interação do usuário e a sua relação com os usos dos equipamentos urbanos. Os critérios propostos pelo autor e escolhidos para a análise do acesso ao objeto de estudo foram: proteção contra tráfego e acidentes (sensação de segurança). Ademais, outras técnicas e métodos foram aplicados no estudo tais como: a revisão de narrativas, registros fotográficos, visitas a campo e estudo de caso.

Diante dos critérios apresentados, elaborou-se um quadro sintetizando os principais itens para a promoção mínima de um deslocamento autônomo, seguro e confortável para a pessoa idosa em espaços urbanos. Foram elencados doze itens e seus critérios correspondentes no quadro 1.

Quadro 1- Critérios selecionados para as análises do estudo de caso

Critérios de Análise	NBR 9050/2020	(PEA)	Gehl et al. (2006)
Vaga para idoso e PcDs?	Item - 6.14 Vagas reservadas para veículos	-	PROTEÇÃO contra tráfego e acidentes (sensação de segurança)
Vaga com sinalização vertical e horizontal?	Item - 5.5.2.3 Sinalização de vaga reservada para veículo	-	
Há faixa de transferência?	Item - 6.14.1 Condições das vagas	Ausência de obstáculos que possam causar lesões por quedas, acidentes e incêndios	
Está interligada à rota acessível?	Item - 6.1 Rota acessível	-	
Piso adequado para pessoas idosas ou PCD?	Item - 6.3 Circulação – Piso	Ausência de obstáculos que possam causar lesões por quedas, acidentes e incêndios	
Existe um percurso demarcado entre o estacionamento e a entrada principal?	Item - 6.1 Rota acessível		
Existe uma toda desobstruída e sem obstáculos?	Item - 6.1 Rota acessível		
O piso é estável, antitrepidante e antiderrapante?	Item - 6.3 Circulação – Piso		
Há opção de rampas e escadas?	Item - 6.6 Rampas e Item – 6.8 Escadas		
Rampas e escadas oferecem segurança e autonomia?	Item - 6.6 Rampas e Item – 6.8 Escadas		
Sinalização está localizada em locais de tomada de decisão?	Anexo - B.4 Localização da informação	-	
A sinalização obedece ao princípio dos dois sentidos?	Item - 5.5.2.3 Sinalização de vaga reservada para veículo	-	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Em suma, os três contextos se inter-relacionam para o desenvolvimento das avaliações do objeto de estudo, e em paralelo reflexões acerca do Turismo Responsável também foram consideradas nas avaliações, e assim, atender aos objetivos propostos do presente estudo.

Objeto de Estudo

Conforme os dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa (s/d), o Complexo da Igreja São Francisco, tombado pelo IPHAN em 1952

(Figura 1) está localizado no Centro Histórico da cidade, fazendo parte de um conjunto de arquitetura formado pela Igreja de São Francisco, pelo Convento de Santo Antônio, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, a Capela de São Benedito, a Casa de Oração dos Terceiros (chamada de Capela Dourada), o Claustro da Ordem Terceira, uma fonte e um grande adro com um cruzeiro, constituindo um dos mais importantes legados do estilo arquitetônico Barroco no Brasil.

Figura 1 - Complexo da Igreja São Francisco



Fonte: Google Earth (2023)

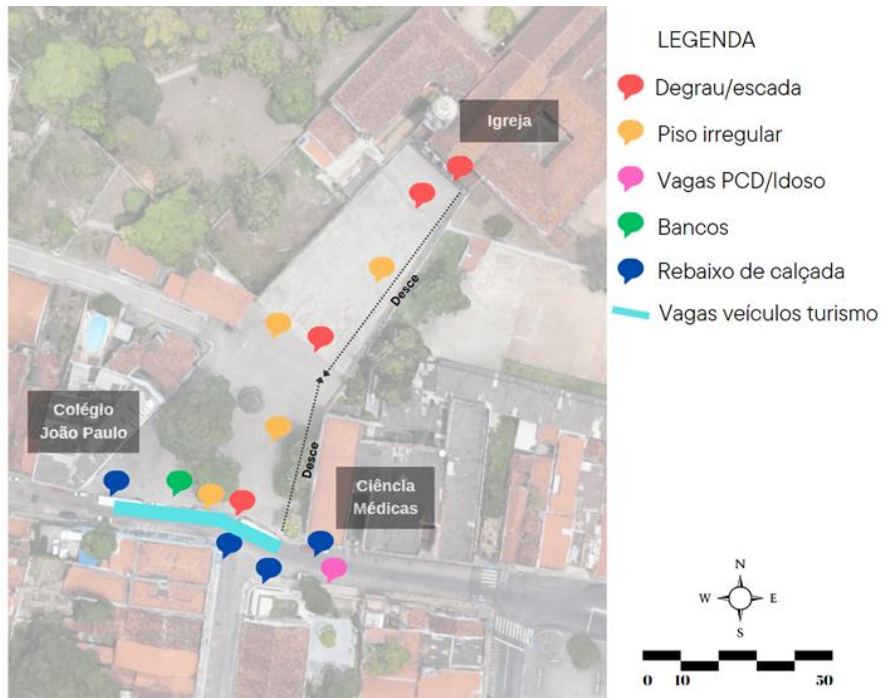
O objeto deste estudo contemplou o acesso ao Complexo Arquitetônico, iniciando-se na Rua Vigário Sarlen, via com sentido único para veículos. até as portas principais da Igreja, considerando-se o estacionamento, as calçadas, o adro, incluindo todo o trajeto, perfazendo uma área de aproximadamente 3.900,00 m².

Foi realizada a análise através de visita exploratória in loco, complementada por registros fotográficos, conferência de medidas e de imagens de satélite (Google Earth).

Resultados e Discussões

A análise teve início com uma visão geral do espaço urbano, levando em consideração suas vias, calçadas, rampas, degraus, conexões e serviços, qualidade e regularidade da pavimentação, desníveis, dentre outros elementos importantes no contexto. Para isso, foram identificadas e demarcadas as características do ambiente urbano na figura 2.

Figura 2- Localização dos elementos importantes no acesso ao Centro Cultural São Francisco



Fonte: Google Earth, modificado pelos autores (2023)

Para tanto, foi observado que os locais com rebaixo de calçadas não possuem conexão com as vagas reservadas, o que pode dificultar a acessibilidade desses usuários. O piso é irregular e não há rampas disponíveis para suprir a necessidade de subir degraus e escadas existentes, condições que impactam mais uma vez no critério de Proteção (Gehl *et al.*, 2006), oportunidades para caminhar, que segundo os autores, o ambiente urbano deve oferecer espaço para caminhar, ausência de obstáculos, boas superfícies, acessibilidade universal e fachadas atrativas.

Para obter uma análise mais precisa da experiência do usuário, foram realizados registros do espaço urbano na perspectiva do pedestre, durante a visita exploratória. Essa estratégia possibilitou uma análise mais detalhada do ambiente e validou as observações realizadas na análise geral. A seguir, estão detalhados os principais pontos específicos da avaliação, encontrados durante a visita a campo, tais como: qualidade do pavimento, inclinações existentes no local, mobiliário, elementos de acessibilidade, sinalização horizontal e vertical.

O acesso principal ao adro do Centro Cultural São Francisco se dá através da Rua Vigário Sarlen, via com sentido único para veículos, onde é possível identificar áreas de estacionamento destinadas a veículos turísticos, sem demarcação no piso, apenas com placas delimitando a área de início e fim. Foi observado a ausência da faixa de pedestre ou travessia elevada próxima às guias rebaixadas, o piso é irregular, de material trepidante e com desnível da sarjeta, como visto na figura 3, a seguir.

Figura 3 - À esquerda o estacionamento de veículos de turismo; à direita a ausência de travessia elevada



Fonte: Autores (2023)

Identificou-se uma vaga reservada a idosos e uma vaga para PcD, localizadas no lado oposto do adro de acesso ao Cruzeiro e Igreja. As referidas vagas apesar de possuírem sinalização adequada, não contemplam área de faixa de transferência conforme a norma. Embora houvesse rebaixos da guia nas calçadas, não há conexão com as vagas e a ausência de faixa de pedestre ou travessia elevada impediam a locomoção segura e autônoma de todas as pessoas. Além disso, o piso das vagas também é irregular, trepidante e com desnível na sarjeta, figura 4.

Figura 4 - À esquerda vagas de estacionamento para PCD e Idoso; à direita a ausência de faixa de pedestres.



Fonte: Autores (2023)

Foram identificados alguns bancos (Figura 5) em locais sombreados, o que promove qualidade no conforto térmico do local, em contrapartida, os pisos adjacentes apresentam condições inadequadas, o que implica nos riscos de acidentes de usuários com mobilidade reduzida, idosos e/ou PcD, aspectos que implicam nos critérios do PEA e de Proteção de Gehl. *et al.* (2006). A calçada é composta por pedras irregulares, o que aumenta o risco de quedas (Figura 5).

Não há uma rota segura que conecte os pontos de interesse e a largura mínima do piso não é garantida para o fluxo de visitantes, assim como a ausência de piso podotátil de alerta e direcional, impactando mais uma vez no aspecto da Proteção (Gehl *et al.*, 2006). Esses problemas perduram e se agravam em outros pontos do largo.

Figura 5- À esquerda os bancos para descanso; à direita calçadas com pedras irregulares.



Fonte: Autores (2023)

A placa informativa do espaço urbano analisado, localizada próximo ao Cruzeiro, apresenta problemas de acessibilidade e de comunicação. Embora possa ser acessada por pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura, sua localização central sem tratamento

adequado do piso adjacente e sem conexão por uma rota acessível, torna o mobiliário irregular, Além de não respeitar o princípio dos dois sentidos, restringindo o acesso por pessoas com deficiência visual ou baixa visão (Figura 6), o que demonstra que o aspecto da Proteção (GEHL et al., 2006) é inatingível.

Figura 6- Placa informativa do Complexo



Fonte: Autores (2023)

À medida que se adentra ao largo são perceptíveis as barreiras físicas presentes no espaço. O acesso à parte mais alta do adro é bastante difícil, pois não há uma rota acessível que interligue a calçada ao pátio que dá acesso à entrada principal da edificação histórica. Além disso, o piso composto por pedras seculares e robustas é inadequado para o trânsito de idosos e PcD, devido à sua instabilidade, irregularidade e risco de derrapagem, o que também evidencia o não cumprimento da recomendação proposta pela PEA, que enfatiza que o espaço urbano deve garantir a ausência de obstáculos que possam causar lesões por quedas, acidentes à pessoas idosas. O acesso é possível somente por uma série de degraus e

escadas irregulares (Figura 7), sem corrimão, sem opção de rampa, plataforma elevatória ou qualquer equipamento assistivo.

Figura 7 - Acesso do pátio (adro) à entrada principal da Igreja



Fonte: Autores (2023)

O espaço urbano em análise apresenta diversos obstáculos que dificultam a acessibilidade e a segurança de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e crianças. Além disso, a sinalização é inexistente, o que prejudica a compreensão dos visitantes sobre a história e as origens do espaço, bem como o cuidado com as esculturas e monumentos históricos. É necessário que sejam tomadas medidas para garantir a acessibilidade em prol do alcance dos aspectos do critério de Proteção de Gehl et al. (2006) e do PEA, assim como a segurança e a valorização do patrimônio histórico e cultural do local.

Considerações Finais

Com a análise e reflexão acerca do acesso ao Complexo da Igreja de São Francisco de Assis, observa-se que há problemas referentes à acessibilidade de pessoas idosas, com deficiência e/ou mobilidade

reduzida, que se deparam com barreiras físicas e arquitetônicas, com irregularidades que vão desde a localização das vagas prioritárias, travessia das vias e o acesso ao edifício, dentre outros o que resulta na impossibilidade de acesso e visitação.

Desse modo, a não garantia ao acesso de todos é falhar no cumprimento dos preceitos legais vigentes, como evidenciam Batista e Rabelo (2021), que o Estado brasileiro deixa de cumprir vários compromissos assumidos na legislação interna, quanto em tratados internacionais, trazendo enorme prejuízo aos usuários, que no presente estudo são representados principalmente por habitantes e visitantes idosos.

Ademais, como afirma Santos (2018), a pessoa idosa, a mobilidade reduzida ou a deficiência não as impede de interagir entre si e com o mundo. Porém, a subsistência das barreiras físicas no entorno, além de retratar uma sociedade excludente, dificulta ou impossibilita a participação plena destes indivíduos nas atividades cotidianas.

Por fim, para que João Pessoa seja vista com olhos amigáveis dos turistas, idosos e pessoas com deficiência, faz-se necessário que questões como acessibilidade e urbanidade sejam privilegiadas e revistas, para a garantia da igualdade e usabilidade dos espaços públicos de forma irrestrita, tornando-a inclusiva e segura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:**

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BATISTA, M.; RABELO, N. S. O Direito à acessibilidade das pessoas idosas ao Patrimônio Cultural da Humanidade: o centro histórico de Diamantina/MG. **Revista da Faculdade de Direito - UFU**. v. 49. n. 2. jul./dez. Uberlândia, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha Turismo Acessível 2021**. Brasília, 2021.

_____. Ministério do Turismo. **Responsáveis por cerca de 15% dos turistas no país, idosos possuem benefícios ao viajar**. Brasília, 2022. Acesso em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/responsaveis-por-cerca-de-15-dos-turistas-no-pais-idosos-possuem-beneficios-ao-viajar>> Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. Ministério da Saúde. Brasília, Brasil, Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <www.saude.gov.br/editora> Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. Ministério da Infraestrutura. DNIT. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-garante-a-populacao-paraibana-rodovias-mais-seguras-em-2022>> Acesso em: 26 abr. 2023.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

CAMARGO, L. O. DE L. **Os interstícios da hospitalidade**. Revista Hospitalidade, V. XII, número especial maio, 2015.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: SENAC, 2007.

CARVALHO, T. S.; LEAL, L. M.; ARAÚJO, R. D. **Turismo na Melhor Idade: Análise e viabilidade do Projeto Viaja Mais**. IN: Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2012.

DE LA HABA, J.; SANTAMARÍA, E. **De la distancia y la hospitalidad: consideraciones sobre la razón espacial Distance and hospitality: reflexions on spatial reasoning**. Athenea Digital, v. 5, p. 124–134, 2004.

MELO, A.C.C.; ALMEIDA, E.A.M.; DANTAS, H.K.G.; ALBUQUERQUE, S.R.; COSTA, A.D.L. **Turismo responsável e acessível ao idoso: reflexões sobre o centro cultural São Francisco em João Pessoa/ PB.** In:

—————
FAGUNDES, E. J.; CASTRO, S. R. R. de. **TURISMO E HOSPITALIDADE: digressões e inter-relacionamentos.** Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão -UFMA, Ano XIX, n.15, dez. 2014.

GEHL, GEMZOE, KIRKNAES, SONDERGAARD. **New City Life Copenhagen:** The Danish Architectural Press, 2006.

GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GOMES, D. M.; ALVES, J. L. **Turismo na terceira idade: uma análise de mercado.** RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar. v.4, n.4, 2023. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3107/2239>>. Acesso em: 26 abr. 2023

GRINOVER, L. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade.** Revista Hospitalidade, Ano III, n. 2, p. 29–50, dez. 2006.

—————. **A Hospitalidade e as Transformações Urbanas.** Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 6 set. 2008.

—————. **Hospitalidade, Qualidade de Vida, Cidadania, Urbanidade: Novas e Velhas Categorias para a Compreensão da Hospitalidade Urbana.** Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR, v. 3, n. 1, p. 16–24, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos moradores 2020-2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

—————. **Cidades e Estados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

—————. **Cidades e Estados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

—————. **Censo. Amostra - Características da População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

—————. Notícias. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>> Acesso em: 08 dez. 2023

—————. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MELO, A.C.C.; ALMEIDA, E.A.M.; DANTAS, H.K.G.; ALBUQUERQUE, S.R.; COSTA, A.D.L. **Turismo responsável e acessível ao idoso: reflexões sobre o centro cultural São Francisco em João Pessoa/ PB.** In:

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Igreja de São Francisco, Prefeitura de João Pessoa, João Pessoa. 2023. Disponível em: <<http://jpcultura.joaopessoa.pb.gov.br/espaco/7/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 mar. 2015. Seção 1, p. 6-14.

LISBON, P. M. V. E. de M. **Turismo Sénior: Contributo para o Envelhecimento Ativo e Saudável. Dissertação de Mestrado em Turismo e Comunicação.** Estoril. Universidade de Lisboa, 2015.

MATIAS, Emanoella Bella Sarmiento S. E. **Inserção de acessibilidade em áreas tombadas: roteiro turístico para pedestres no Centro Histórico de João Pessoa- PB.** Dissertação de mestrado. UFPB/CT. João Pessoa. 2015.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência.** João Pessoa. A União. 7ª Edição. 2002

MELO, P. F. C.; EVANGELISTA, G. P. D.; BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. **Guia de Acessibilidade: o Centro Histórico e praias de João Pessoa/PB.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

NUNES, M. R. DE O. **Turismo e Produção do Espaço em João Pessoa- PB.** Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica, vol.16 - n. 2, v. 16, p. 319–337, 2014.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia Global: Cidade Amiga do Idoso.** Genebra: 2008

RUSCHMANN, Doris Van de M.; SOLHA, Karina T. **Turismo e Lazer para a Pessoa Idosa.** Editora Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520451939. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451939/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PBTUR. Empresa Paraibana de Turismo S/A. Disponível em < <https://www.pbtur.pb.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2023

PRÍMOLA, S.; BRAMBILLA, F.; VANZELLA, E. **Acessibilidade no turismo de aventura: a prática de rapel por cadeirantes na Barra de Gramame- PB.** In: T&H- Turismo e hotelaria no contexto das responsabilidades sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

MELO, A.C.C.; ALMEIDA, E.A.M.; DANTAS, H.K.G.; ALBUQUERQUE, S.R.; COSTA, A.D.L. **Turismo responsável e acessível ao idoso: reflexões sobre o centro cultural São Francisco em João Pessoa/ PB.** In:

————— ●●● —————
PRODETUR: Matérias do Ministério do Turismo, Estratégias Territoriais para o Desenvolvimento Turístico, Brasília. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121> Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, M. C. **A acessibilidade do sujeito com deficiência física no patrimônio histórico: o caso do Centro Cultural São Francisco, na cidade de João Pessoa, nordeste do Brasil.** IN: REVISTA MAHPAT. n.3. jul-dic. Editorial Cuadernos de Sofía. Santiago - Chile, 2018.

SEVERINI, V. F. **Hospitalidade Urbana: Ampliando o Conceito.** Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR, vol. 3, n. 2, p. 84–99, 2013.

SILVA, E. A. R. DA; ELALI, G. A. **O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, vol 10 - n.2, p. 382–396, dez. 2015.

SILVA, O. et al. **Percepção de Saúde, Atividades Preferidas e Satisfação com a Vida em Turistas Seniores no Destino Açores.** V Congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde. Anais. 2019.

SOUZA, C. F. de; DUARTE, D. C. **A concepção da responsabilidade no turismo: um ensaio teórico sobre o Turismo Responsável.** Anais do XII Seminário Anptur. São Paulo, 2015.

TRONCA, B.; FRANZEN, L. I.; CÉSAR, P. de A. B. **Turismo, Hospitalidade e Acessibilidade: a Perspectiva do Usuário do Espaço Urbano.** Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, n. 1, v. 12, p. 210–227, 11 jan. 2020.

ONU - Organizações das Nações Unidas. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Perspectivas da População Mundial 2022: resumo dos resultados.** Nova York: Nações Unidas, 2022.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde.** Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília, Brasil, 2005. Disponível em: <www.opas.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2023.

10

TURISMO DE PESCA EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
DA AMAZÔNIA: reflexões a partir
de identidades e do território

Mayra Laborda Santos

Bruna Ranção Conti

TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: REFLEXÕES A PARTIR DE IDENTIDADES E DO TERRITÓRIO

SANTOS, Mayra Laborda
CONTI, Bruna Ranção

O turismo vem sendo cada vez mais incentivado em áreas naturais protegidas como possível vetor de sustentabilidade econômica e conservação da natureza. Na Amazônia, o apelo ao turismo em áreas naturais é ainda mais intenso, pois vende-se a ideia anacrônica de Amazônia exótica e primitiva, berço de megabiodiversidade endêmica, com populações tradicionais e povos indígenas isolados e com culturas congeladas no tempo (RAMOS, 1995; GONDIM, 1994; SANTOS; CONTI, 2019).

Essas experiências turísticas em áreas protegidas brasileiras, com ênfase nas unidades de conservação (UCs) da Amazônia Brasileira, giram em torno do turismo de pesca, do ecoturismo e do turismo de base comunitária (SANTOS; CONTI, 2019). No contexto deste trabalho, destaca-se o turismo de pesca na Reserva Extrativista do Rio Unini, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.

No que concerne ao turismo de pesca, a modalidade atrai anualmente cerca de 25 mil pescadores para o Amazonas e movimenta mais de R\$ 250 milhões na economia do estado (SEMA, 2020a). Embora o turismo de pesca seja praticado em todas as regiões brasileiras, é na

Amazônia (principalmente na bacia dos rios Negro, Madeira, Xingu e Tapajós), e especificamente no Amazonas, que se encontram os principais destinos do país, sendo que muitos estão inseridos em unidades de conservação da categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Das 42 UCs gerenciadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), 13 possuem a pesca esportiva consolidada como um dos pilares econômicos para a geração de renda local, sendo que cerca de 34 apresentam algum potencial para desenvolvimento da atividade, com destaque para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas (SEMA, 2020a; SEMA, 2020b).

É importante destacar ainda que o Amazonas é o Estado com o maior quantitativo de RDS do país, com um total de 17 unidades (sendo 16 estaduais e uma municipal), que comparadas ao total das RDS existentes no Brasil (39) representam aproximadamente 43,6% (CNUC, 2020; SANTOS; CONTI, 2019). As RDS do Amazonas são permeadas por conflitos, dentre eles os relacionados às pescas recreativa e esportiva. Há uma disputa pelo território entre moradores das Reservas, agentes turísticos externos à localidade e os turistas. Em alguns casos, os conflitos

— ••• —
são silenciosos, pois há um consenso de que a comunidade deve se privar do uso das águas em razão do uso do turista (CAÑAS, 2012).

Para fins de compreensão do turismo de pesca nas RDS amazônicas, o presente trabalho terá como foco a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU), localizada nos municípios São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, no Amazonas. O turismo na RDSU, a exemplo da maioria das outras RDS inseridas no contexto amazônico, pauta-se nas atividades de pesca esportiva, que se tornou uma das mais expressivas economicamente para as famílias envolvidas no turismo (KOURY; RIZZO, 2012).

O turismo na RDSU acontece em um período determinado do ano: a temporada de pesca esportiva, que vai de agosto a dezembro - período da vazante dos rios - estendendo-se, em alguns casos, até início de janeiro, dependendo do nível de subida e descida dos rios (seca e cheia). Nesse período, o espaço da RDSU é perpassado por novas relações sociais e volta o seu cotidiano para o turismo. Reabrem-se as pousadas comunitárias para receber os turistas, e parte dos ribeirinhos (pescadores, agricultores e donas de casa) passa a exercer novas funções vinculadas ao turismo.

Nascem, então, durante a temporada de pesca, novas territorialidades na RDSU, culminando em uma espécie de “território turístico”, que “resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade” (RODRIGUES, 2006, p. 304). Assim, há um

abandono das funções e do uso social do território para o recebimento de novas atribuições e sociabilidades. O território que, anteriormente, era organizado em prol do autossustento e bem-viver das comunidades tradicionais locais, balizado pelos valores simbólicos, converte-se em um território com fins pragmáticos e funcionais, voltado para a satisfação de agentes externos: o turista. Nesse processo, ocorre uma abdicação do território em interesse de outro, desterritorializando-se para reterritorializar-se em uma nova dinâmica, visto que os processos caminham sempre de mãos dadas (HAESBAERT, 2004B; 2007).

Nesse sentido, a partir do momento que passam a existir territórios turísticos, é necessária também a investigação sobre os desdobramentos desses novos territórios na conformação das identidades dos atores que os compõem. A RDSU é formada por comunidades tradicionais de ribeirinhos, que exercem relações simbólicas e funcionais distintas com os territórios, ocupando distintos grupos identitários: pescadores, madeireiros, agricultores, proprietários de pousadas, trabalhadores do turismo, agentes ambientais voluntários e sujeitos que, de alguma forma, se vinculam com o órgão gestor da RDSU. Diversas são as categorias que fazem parte do complexo jogo de identidades dentro do contexto do turismo na UC. Neste estudo, falar-se-á dos: a) proprietários de pousada: donos dos empreendimentos de turismo na RDS; b) dos monitores ambientais: moradores que monitoram as atividades de pesca esportiva com base nas regras de pesca (criadas coletivamente durante reuniões do conselho gestor); e c) dos roteiristas: ribeirinhos que pilotam as voadeiras concomitante ao guiamento dos turistas, explicando sobre os locais de

pesca e as espécies de peixe da região (SANTOS; CONTI, 2017A; SANTOS, 2019).

Constata-se que as identidades são reivindicadas e habitadas durante a temporada de turismo, no acionamento dos territórios turísticos. Por isso a razão de entendê-las como identidades turísticas.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é refletir acerca do processo de construção de identidades e territórios turísticos nas unidades de conservação da Amazônia brasileira. Para tanto, os objetivos específicos desdobram-se em: a) entender como ocorre o turismo de pesca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; b) analisar as relações dos atores envolvidos no turismo de pesca com os territórios; c) interpretar a criação do território turístico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã e das identidades acionadas a partir dele.

O estudo de caso (YIN, 2001) foi realizado ao longo de três anos, compreendendo o período de outubro de 2016 a junho de 2019, ora em contexto acadêmico, ora em contexto de consultoria mercadológica. A coleta de dados se deu por meio de observação assistemática e participante, complementada por conversas informais, entrevistas em profundidade, grupo focal e registros em diário de campo.

Como aporte teórico utilizaram-se as concepções de território turístico (RODRIGUES, 2006); território apropriado pelo turismo (FRATUCCI, 2014); o uso da identidade em defesa do território (FERREIRA, 2008); identidade e diferença (CUCHE, 1999; WOODWARD, 2014); a dinâmica do turismo de pesca em territórios amazônicos (SANTOS; SILVA; CONTI, 2019; LABORDA; SCHERER,

2022; LABORDA; SCHERER, 2023; LABORDA, 2023) e os processos de des-re-territorialização e multi-territorialidade (HAESBAERT, 1999; 2004a; 2004b; 2007).

O estudo inicia apresentando uma breve discussão teórica acerca do processo de formação de identidades no contexto de territórios turísticos. Em seguida promove uma aproximação com o campo de pesquisa ao apresentar ao leitor a temporada de pesca na RDSU. Posteriormente destaca uma síntese dos caminhos metodológicos percorridos durante a realização do estudo, para, então, refletir sobre o processo de des-re-territorialização e multiterritorialidade na RDSU. Por fim, são apresentados as considerações finais e os apontamentos para a realização de novas pesquisas.

Refletindo sobre as concepções de território

A categoria teórico-científica "território" possui, de acordo com a área de estudo e o paradigma epistemológico, múltiplos debates e concepções, com raízes na Geografia Política Clássica (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). De notável relevância para os estudos da Geografia, área com muitas contribuições para o Turismo, o território possui uma infinidade de estudiosos que se debruçaram profundamente sobre a temática, oportunizando contribuições significativas no que concerne à categoria.

Dentre os inúmeros aportes, considera-se de fundamental relevância destacar as contribuições de Raffestin (1993). O autor entende que o espaço pressupõe o território. “[...] É essencial compreender bem

que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O autor nos desperta para a presença de “atores sintagmáticos” que produzem territórios a partir de intervenções norteadas pelos seus interesses. Tais atores podem ser tanto o Estado quanto grupos sociais distintos. De acordo com Raffestin (1993), todo indivíduo produz território. Entende-se, assim, que a partir das relações de poder e das trocas culturais entre esses atores é que se conformará um território.

Vale destacar que os atores sintagmáticos, destacados por Raffestin (1993), produzem territorialidades a partir de suas vivências com os territórios, de maneira multifuncional. Nesse direcionamento, de acordo com Santos e Vilar (2013), há, em um mesmo território, territorialidades distintas forjadas a partir das diversas relações que os indivíduos possuem entre si e com os recursos territoriais.

É de fundamental importância sinalizar que, conforme afirma Haesbaert, embora todo território possua uma territorialidade, nem toda territorialidade possui um território, haja vista a possibilidade de esta última se dar no campo imaterial, com caráter simbólico. Ancorado em Haesbaert (2009), Ferreira (2014) entende que a ideia de territorialidade “deve ser concebida como mais ampla que a de território [...] uma vez que a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta” (FERREIRA, 2014, p. 131).

Ainda segundo Ferreira (2014), as territorialidades são fundamentais para a construção de identidades. As identidades culturais,

segundo a concepção de Cuche (1999), fazem parte de um conjunto macro de identidades: as identidades sociais. Estas últimas possibilitam a identificação e o pertencimento de indivíduos a determinados sistemas sociais que podem estar vinculados à cor, gênero, idade, nação etc. A identidade social pode ser atribuída tanto para indivíduos, quanto para grupos sociais. Pautada em uma concepção dialógica, de inclusão e exclusão, as identidades culturais identificam e aproximam indivíduos a determinados grupos, ao passo que os excluem de outros, considerando aspectos culturais que acionam sentimentos de pertença ou diferença.

Dessa forma, acredita-se que as identidades dão forma aos territórios, elas integram a dimensão imaterial e simbólica, pois estão diretamente ligadas às territorialidades.

Nesse direcionamento, Woodward (2014) afirma que as identidades existem pautadas em diferenças. Ou seja, eu me identifico com o igual a partir do momento em que me diferencio do desigual; o outro é aquilo que eu não sou; assim, para que eu exista, é primordial que exista algo diferente de mim, num contexto em que minha identidade possa ser reivindicada.

Para Ferreira e Fratucci (2016) o processo de construção das identidades se dá a partir dos resultados dos contatos entre grupos sociais diferentes que, dependendo do contexto, podem tornar identidades, antes desvalorizadas, fator fundamental de reivindicação pelo uso e direito do território. Nas unidades de conservação, por exemplo, grupos sociais locais, que no contexto interno de vivência com a comunidade não necessitavam se diferenciar e obter aspectos diacríticos e hábitos

“tradicionais”, passam a incorporar tais aspectos, tomando para si identidades – como tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e outros – a fim de, frente às legislações que regem as UCs, tornarem-se “merecedores” de permanecer e usufruir do território. Dessa forma, identidades antes ignoradas e, de certo modo, rejeitadas, passam a ser premissa indispensável para estabelecer relação com os outros grupos sociais, aqueles externos ao espaço físico de seus territórios.

Nesse direcionamento, Haesbaert (1999) destaca que as identidades são construídas a partir da relação, simbólica ou funcional, real ou imagética, que os grupos sociais possuem com o território. Essas identidades construídas a partir do processo de territorialização resultariam em identidades territoriais, construídas “fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta [...]” (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Dessa forma, entende-se que as identidades territoriais são concebidas a partir das relações sociais que os sujeitos estabelecem com os territórios. Estas podem ser relações baseadas em lógicas de apropriação, culminando em territórios simbólicos, ou relações regidas pela lógica do capital, que pressupõem uma dominação e perfazem territórios funcionais. No contexto das unidades de conservação, que possuem limitações legalistas quanto ao uso do território, esse processo acontece de forma restritiva e sujeito a limitações impostas pelos agentes que regulam o uso do território, resultando em uma lógica dual, de

apropriação e dominação, no processo de construção do território do turismo.

Caminhos metodológicos

Os dados contidos neste estudo são provenientes de um período de aproximadamente três anos, de outubro de 2016 a maio de 2019, que compreendeu pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico e mercadológico. O percurso metodológico contemplou coleta de dados secundários, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. No que concerne à etapa documental foram analisados documentos referentes ao turismo na RDSU, incluindo atas de reuniões e relatórios da gestão, sobretudo os documentos referentes ao processo de construção das Regras de Pesca Esportiva (2017) e Regras de turismo Comunitário (2010).

Em outubro de 2016, realizou-se a primeira visita de campo à RDSU, a fim de conhecer a realidade local, a logística de acesso e estabelecer um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa: trabalhadores do turismo, realizando conversas informais, grupo focal e observação assistemática por um período de oito dias. Nessa etapa foi possível conhecer o cotidiano dos trabalhadores diretos do turismo, representados pelos piloteiros¹ e monitores ambientais, dos empresários, representados pelos proprietários de pousadas, e pelos autointitulados operadores turísticos, que fazem o traslado dos turistas do aeroporto até a RDSU.

¹ O termo "piloteiros" tem origem na palavra pilotar. Ou seja, são aqueles que pilotam/conduzem as lanchas que transportam os turistas pelos rios.

—••••—

A realização do grupo focal foi previamente combinada com um dos piloteiros de Balbina, que inseriu e apresentou os consultores, incluindo a autora deste estudo, aos operadores de turismo do local. A reunião aconteceu na casa de um dos operadores que trabalha com o traslado de turistas do aeroporto de Manaus até a RDSU. O grupo focal teve duração de 110 minutos e contou com a participação de 13 operadores, entre piloteiros, donos de pousada e donos de transportadora turística. Estas informações são relevantes, para o estudo atual, à medida que evidenciam a estrutura do turismo na RDSU, bem como a mobilidade territorial dos turistas e dos operadores do turismo.

Nos meses de abril e maio de 2017, retornou-se à unidade de conservação com vistas à realização das entrevistas em profundidade semiestruturada (MINAYO, 2001) com os sujeitos da pesquisa, chegando a um total de 20 entrevistados, selecionados por meio da técnica bola de neve: 14 proprietários de pousadas, alguns representados por seus funcionários, e 6 monitores ambientais/piloteiros.

As entrevistas foram norteadas pelas perguntas acerca do surgimento e da trajetória do turismo na RDSU; o contexto das comunidades e a mudança no cotidiano – dos trabalhadores e empresários - durante a temporada de pesca. Ademais, realizou-se observação participante durante os dois meses na localidade, acompanhando a dinâmica de preparação dos ribeirinhos para a chegada da temporada de pesca e buscando compreender como os agentes sociais do turismo se organizam em prol da atividade.

Em março de 2019, realizou-se uma nova ida ao campo. Desta vez, fez-se uso de observação participante e conversas informais complementadas pelas notas em diário de campo. Nesse período foi possível ainda participar de reuniões do Conselho Gestor da RDSU e de Assembleias Comunitárias.

Do total de entrevistados ao longo de toda pesquisa (vinte), 95% eram homens e tinham entre 22 e 64 anos. Todos eram do estado do Amazonas e desenvolviam suas atividades ligadas ao turismo há no mínimo três anos.

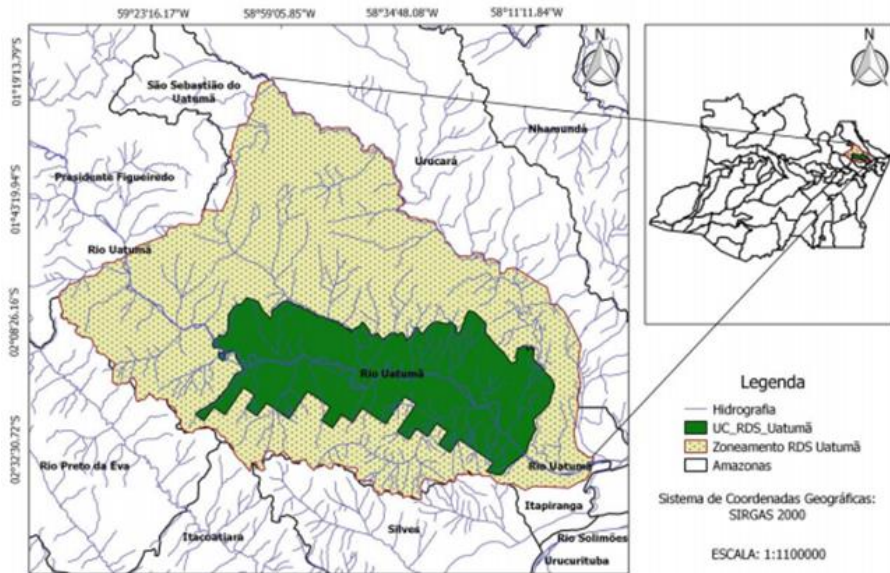
Por fim, a etapa da análise dos dados, que consistiu na transcrição e sistematização dos dados das entrevistas e notas de campo, com auxílio dos softwares Excel, Quick e Google Docs, foi norteada pelas premissas de análise categorial-temática de Bardin (2011). Para sistematização dos dados, as informações dos entrevistados foram divididas em categorias temáticas, a fim de facilitar o processo de codificação dos dados contidos nas mensagens: a) cotidiano durante e fora da temporada de pesca; e b) mudanças geradas a partir da implantação do turismo.

Chega à temporada de pesca... Recria-se um território turístico

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU) é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável com uma extensão territorial de 420.430 ha distribuídos pelos municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, região do Baixo e Médio Amazonas, estado do Amazonas (Brasil), distante 200 km em linha reta da capital Manaus, conforme visualizado na Figura 1. A UC, criada por meio do Decreto de

Lei N° 24. 295 de 25 de junho de 2004, possui 20 comunidades com 389 famílias, que têm como principais fontes de renda as atividades de agricultura, pesca e turismo (Amazonas, 2009).

Figura 1 - Mapa de localização da RDS do Uatumã



Fonte: AMAZONAS (2017).

O turismo de pesca esportiva na região do Rio Uatumã é uma atividade que data de tempos antigos. No entanto, foi somente em 2004, com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU), que iniciaram as primeiras ações para o ordenamento, com vistas à inclusão das comunidades e regras de manejo. “[...] A verdade é que nós só começamos a participar do turismo depois que a reserva começou a ordenar a atividade. Porque antes os barcos entravam, o turista pescava o que queria, eles ganhavam dinheiro e deixavam nós sem nada” (Piloteiro, entrevista realizada em março de 2019).

Com o passar dos anos, a atividade foi se projetando midiaticamente, sobretudo pela pesca do gigante da Amazônia, o tucunaré (*Cichla spp*). Assim, o número de visitantes foi aumentando e se tornando significativo a ponto de a atividade turística tornar-se uma das mais expressivas economicamente para as famílias envolvidas no turismo da RDS (AMAZONAS, 2009; KOURY; RIZZO, 2012; SANTOS; SILVA; CONTI, 2020; SANTOS, 2019). “Hoje em dia melhorou muito, a gente consegue tirar uma graninha boa durante a temporada. Dependendo da família e do número de pescadores que recebe, o ganho ajuda muito no sustento (Proprietário de pousada, entrevista realizada em abril de 2017).

Com o aumento do número de visitantes, houve um crescimento no interesse pela abertura de locais que pudessem receber e ofertar opções de lazer aos viajantes. A RDSU, atualmente, possui 16 empreendimentos turísticos, dos quais 15 são conhecidos como pousadas comunitárias e um como barco-hotel comunitário. Esses termos são usados tanto pelos ribeirinhos e proprietários de empreendimentos turísticos quanto pelos técnicos e pesquisadores que atuam na localidade, para se referir aos meios de hospedagem da RDS.

Entende-se, neste estudo, para fins de elucidação do termo, Pousada Comunitária como aquela que está localizada dentro de uma comunidade, uma vez que compreende os cercos territoriais desta, mas não necessariamente é gerida e administrada por ribeirinhos moradores da RDSU. O mesmo para barco-hotel, a diferença é que o empreendimento consiste em uma embarcação (SANTOS; CONTI, 2017A; SANTOS; CONTI, 2017B; SANTOS, 2019).

As pousadas possuem formas diferentes de gestão, podendo ser pousadas de gestão familiar, pousadas de gestão comunitária e pousada de gestão privada externa. As pousadas de gestão familiar são gerenciadas por famílias pertencentes à RDS do Uatumã. Cada pousada pertence a uma família, que divide as atividades da pousada entre si. E, quando o número de turistas é grande, costumam contratar pessoas da comunidade para auxiliarem nas atividades, em especial as de piloto e cozinheira.

Já a pousada de gestão privada externa, apenas um caso na Reserva, possui uma dinâmica diferenciada. Esta pousada é administrada por um gerente, morador da comunidade, que é um funcionário de confiança do proprietário, também empregando outras pessoas da região. No entanto, vale destacar que os moradores da comunidade não participam das tomadas de decisão e não há uma repartição equânime dos benefícios econômicos advindos do empreendimento.

E as pousadas de gestão comunitária são pousadas que, durante a realização do campo desta pesquisa, estavam em fase de construção, de forma coletiva, por ribeirinhos que observaram no turismo uma possibilidade de complementação de renda para a comunidade na qual estão inseridos, além da valorização de seus modos de vida (AMAZONAS, 2010; IDESAM, 2012; AMAZONAS, *no prelo*; SANTOS, 2019). Essas pousadas foram inauguradas em 2019 e 2022.

É interessante notar que os tipos de pousadas, juntamente com as formas pelas quais foram/são geridas, acompanham um cenário de turismo que se ressignificou ao longo de décadas. Há duas nítidas passagens na linha histórica do turismo na RDSU: primeiro, os ribeirinhos

— . . . —
migrando da situação de meros expectadores para trabalhadores e proprietários; e depois, de proprietários de pousadas geridas de maneira familiar para a gestão coletiva de pousadas comunitárias. Assim, percebe-se também a migração do interesse dos ribeirinhos em trabalhar com atividades voltadas exclusivamente para o turismo de pesca, insustentável e degradador, para o interesse em pensar e desenvolver um turismo sob as premissas da sustentabilidade e da cooperação.

Todo esse perfazer histórico e as mudanças realizadas no âmbito do turismo são permeadas de conflitos, o que leva a tentativas de ordenamento das atividades, seja por parte da auto-organização comunitária, seja por parte de intervenções de agentes institucionais externos, como a SEMA. Os principais instrumentos resultantes das negociações de conflitos na RDSU são as Regras da Pesca Esportiva (revisadas anualmente), o Plano de Uso da Pesca Esportiva (2009) e o Plano de Uso Público da RDS do Uatumã (2010).

Os conflitos de maior recorrência e expressividade em unidades de conservação são aqueles relacionados à posse da terra e à maneira como será realizado o manejo de recursos naturais. Diante disso, os grupos locais mobilizam-se a fim de encontrar atividades que possam prover o sustento da família e cumprir com a legislação que lhes foi imposta.

O turismo, nesse interim, é incentivado nos discursos oficiais como “meio legítimo de promover o desenvolvimento sustentável e como panaceia da proteção ambiental, da inclusão social e da redução das desigualdades regionais” (SILVA, 2016, p. 33). Desta forma, o discurso das benesses econômicas e da conservação dos recursos naturais é

comumente utilizado para receber parecer favorável à implantação da atividade turística nas áreas protegidas, o que se confirma no caso da RDSU.

Anteriormente, a maior parte da população da RDSU vivia da pesca, da caça, da agricultura e da prestação de serviços. Com a institucionalização da Reserva e a chegada do turismo, tem início um processo que Ferreira (2008) intitulou de "retratação do território nativo", em que o território recebe novas funcionalidades e novas relações sociais são estabelecidas sobre ele. Durante a temporada de pesca, o cotidiano da RDSU volta-se para o turismo. Os agentes do turismo, de forma geral, dedicam a maior parte do seu tempo para a atividade da pesca esportiva. Assim, já não é mais o território da comunidade, mas o território do turismo. "O que acontece, na verdade, é que o turismo só funciona durante a temporada. Então, quando tem turista nós trabalhamos pro turismo, pra pesca esportiva. Quando não tem, nós somos o de sempre [...]". (Agricultor, artesão e comerciante, entrevista realizada em 2017).

Segundo Fratucci (2014), o território do turismo é formado pela soma dos territórios de agentes que integram o fenômeno-atividade do turismo. É a "soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local dos destinos turísticos" (FRATUCCI, 2014, p. 93). Para o autor, as ações para esses territórios devem ser pensadas de forma integrativa, levando em consideração o papel de cada agente social e suas sociabilidades vinculadas a esses territórios.

Em consonância com as reflexões de Fratucci (2014), na RDS do Uatumã, o território do turismo é formado pelo território dos ribeirinhos, envolvidos e não envolvidos diretamente com o turismo, somado ao território dos turistas, ao território do gestor da Reserva (que é a representação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas), e somado também aos territórios das demais instituições ali presentes, como a Fundação Amazonas Sustentável, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e a Instituição de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Ainda que estes atores exerçam territorialidades distintas, compartilham de um mesmo território.

A partir das ideias de Haesbaert (1999, p. 172) pode-se perceber que, para que exista o território do turismo, é necessário que ocorra alguma forma “de identificação e valoração simbólica – positiva ou negativa – do espaço pelos habitantes”, visto que “não há território sem [...] identificação”. No caso da RDSU, essa identificação é demarcada em sua maioria em dois cenários: aqueles que trabalham com o turismo e se identificam como integrantes da dinâmica turística de alguma forma, ressaltando sobretudo as benesses econômicas; e aqueles que não consentem com a realização do turismo, fazendo oposição, principalmente porque se sentem excluídos, invadidos, sem privacidade e cerceados de suas atividades cotidianas.

Quanto ao território turístico, Rodrigues (2006) destaca que possui temporalidades distintas, ao mesmo tempo que serve como lugar de lazer e diversão, também serve como lugar de trabalho. “A dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades” (RODRIGUES, 2006, p.

301). Nessa direção, entende-se que cada agente social se identifica e se territorializa de maneira diferente com o território do turismo, seja como trabalhador, empresário, morador local, ou algum outro agente que compõe a complexa rede do turismo.

Considerando as ponderações de Rodrigues (2006), pode-se inferir que o território turístico da RDSU possui funcionalidade turística para os pescadores esportivos, e laboral para os trabalhadores do turismo. Ao analisar a RDSU sob a luz dos pressupostos teóricos de Rodrigues (2006), nota-se o emaranhado de identidades e territórios sobrepostos e coexistentes, o que merece um aprofundamento e análise crítica mais apurados.

Resultados: refletindo sobre identidades e territórios no contexto do turismo na rdsu

Na RDSU, os agentes sociais do turismo mantêm uma dinâmica intensa no que concerne aos seus processos de territorialização. Este processo assemelha-se ao exemplo dado por Haesbaert e Bruce (2002) em que um boia-fria encontra-se em um constante movimento de des-re-territorialização entre a vida urbana e a rural. No caso dos proprietários de pousada externos à RDS, há uma parte que reside nas cidades de Itapiranga, Manaus e na Vila de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, onde desenvolvem outras atividades, como a de comerciantes, por exemplo. Com o início da temporada de pesca, há uma (re)territorialização desses proprietários, uma vez que (com exceção de um proprietário que mantém suas atividades na cidade e delega a supervisão

para o gerente da pousada) abandonam o ambiente das cidades e instalam-se na RDSU.

Eu trabalho fora da Reserva nos meses que não tem turismo. Não tem como, a gente tem que sobreviver. A minha mulher é funcionária pública em Itapiranga, então eu vou para lá com ela e me viro fazendo uns bicos [...] como pedreiro, como ajudante nos comércios. O que me oferecerem, eu pego [...] Mas é aquilo, quando começa a temporada, a gente vai pra Reserva porque sabe que aquele dinheiro é certo (Trabalhador do turismo na RDSU, entrevista realizada em 2017).

Existem, também, os proprietários de pousada que são residentes da RDSU e que, fora da temporada, permanecem na localidade trabalhando como pescadores comerciais, locadores de barcos de pesca, dentre outras funções. Nesse caso, as pousadas são construídas próximas ou no mesmo local que a casa dos proprietários, configurando uma sobreposição de territórios: o território da casa/família/simbólico e o território do turismo/funcional.

É como se fosse tudo um terreno só, mas com a divisão da casa e da pousada. Porque a gente não quer que o turista entre na nossa casa, na nossa intimidade. Entende? E nem ele quer. Não é o tipo de turismo que ele quer saber da nossa vida, ele só quer pescar. [...] Mas acaba que sempre mistura tudo, não tem como (Proprietário de pousada comunitária, entrevista realizada em 2019).

No caso dos monitores ambientais e/ou piloteiros, há, fora da temporada, o exercício da função de agricultores, pescadores artesanais e comerciais - registrou-se um caso de piloteiro que está construindo sua própria pousada. “[...] Mas mesmo quando eu tiver a pousada ainda vai ser

assim. Quando não tiver o turismo, vou precisar trabalhar com outras coisas, continuar como pescador é quase certo” (Pescador e proprietário de pousada, entrevista realizada em 2017).

Esses agentes são, com exceção de dois casos em que os pilotos residem na Vila de Balbina, moradores da RDSU. Durante a temporada estes monitores/piloteiros trabalham para os proprietários de pousada. As pescarias costumam começar muito cedo e terminar ao pôr do sol. À noite, esses sujeitos retornam às suas casas e re-territorializam-se com suas respectivas famílias. O que se configuraria como uma “des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 12).

Dessa forma, com base nas reflexões supracitadas, entende-se que, tanto para aqueles que permanecem no território da RDS quanto para aqueles que migram após a temporada, são estabelecidas territorialidades diferentes. Sendo assim, entende-se que a dinâmica de relação entre os diversos agentes sociais do turismo segue “lógicas de territorialização distintas, quase sempre aleatórias, sazonais e diacrônicas o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou estático” (FRATUCCI; MORAES; ALLIS, 2015, p. 2).

Nesse direcionamento, os sujeitos que acionam e habitam a categoria identitária de proprietários de pousada externos à RDS possuem uma relação com o território baseada em uma lógica mais funcional, com foco no uso dos recursos naturais da RDS como fonte de renda. Sem cair nas armadilhas de generalizações, reconhece-se que há, inegavelmente, também, ainda que minimamente, uma relação simbólica com a RDSU.

Parte dos proprietários territorializa-se na RDS durante a temporada de pesca, instalando-se em seus empreendimentos e oferecendo serviços de pernoite, alimentação e pesca para os turistas. As relações com os moradores da RDSU se dão a partir de uma lógica capitalista, em que os moradores vendem sua força de trabalho para os empresários. Ao término da temporada, estes proprietários deixam a RDS e vão em busca de - ou retornam a - um novo território.

Numa lógica mais simbólica, encontram-se os pescadores que são moradores da RDS há décadas e que, embora se utilizem dos recursos pesqueiros como fonte de renda, o fazem para o autossustento, como estratégia de sobrevivência. Durante a temporada, os pescadores passam a habitar outras categorias identitárias - como as de monitores ambientais e/ou piloteiros, e até mesmo proprietários de pousada - estabelecendo novas territorialidades. Assim como Carneiro e Fratucci (2018) notaram em seu estudo sobre os trabalhadores do turismo em Arraial do Cabo, percebe-se na RDSU que a territorialização desses pescadores durante a temporada de pesca é marcada por “um enfraquecimento da dimensão simbólica (afetiva, identitária)” (CARNEIRO; FRATUCCI, 2018, p. 61), o que poderia restringi-los a uma relação estritamente funcional. Entretanto, por meio de conversas informais e observação participante, evidencia-se a perene simultaneidade entre as dimensões funcional e simbólica. Pois o lugar do trabalho é, também, e primeiramente, o lugar do lazer e da diversão; do encontro com amigos e familiares; de recordações da infância. São relações frisadas pela complexidade que o processo de reflexão do território do turismo denota.

Para tanto, entende-se, conforme Haesbaert e Bruce (2002, p. 8), o processo de desterritorialização como “o movimento de abandono do território e o de reterritorialização como o movimento de construção do território”. Assim, tanto os empresários quanto os monitores ambientais e piloteiros realizam os processos de abandono e retomada de territórios. Num processo cíclico e retroalimentador, pois deve-se apreender “a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 01). Os processos dialógicos de des-re-territorialização, nesse sentido, caminham sempre de mãos dadas, uma vez que uma desterritorialização sempre é sucedida por uma nova territorialização.

Rodrigues (2006, p. 305), aportada em Barel (1986), salienta que:

todo território social é um produto do imaginário humano. Assim, territorializar é construir e reconstruir sem cessar o quadro de vida do ator social, tanto materialmente como do ponto de vista das representações. Para a instituição é a sua área de poder e influência; para o indivíduo é uma sutil alquimia entre o pessoal e o coletivo. É oportuno, então, discutir o tema da multiterritorialidade, que significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

Mais do que um processo cíclico e retroalimentador, para além dos atos de desterritorializar-se e reterritorializar-se, há um processo de multiterritorialidades. Se as identidades coexistem, sem que os sujeitos deixem de se identificar com uma determinada cultura para se re-identificar com outra, por que não falar em multi-territórios/multiterritorialidades? “Eu não separo isso, é difícil me ver só como agricultor ou só como piloteiro, eu sou os dois. Mas é que piloteiro eu só sou quando

tem turismo [...]” (Agricultor e piloteiro da RDSU, entrevista realizada em 2019).

Na concepção de Fuini (2017), a multiterritorialidade comporta dimensões quantitativa e qualitativa. A primeira relacionada a vários territórios e a segunda às possibilidades de intervir, experimentar e viver em vários territórios/territorialidades, expressando-se por meio das práticas sociais. Dessa forma, por meio das entrevistas e observação participante com os sujeitos da pesquisa, constata-se a presença de multiterritorialidades na RDS do Uatumã, em um território-rede (FRATUCCI, 2014) que contempla fluxos intensos de deslocamentos e existência de territorialidades múltiplas.

A multiterritorialidade, como já enfatizado anteriormente (HAESBAERT, 2004a), aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como ‘desterritorialização’. Muito mais do que perdendo ou destruindo territórios, ou melhor, os processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), vivencia-se, na maior parte das vezes, a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial" (HAESBAERT, 2007, p. 19).

Assim, pensando na conjuntura da RDSU, tendo em vista o cenário no qual estão incluídos os sujeitos pesquisados neste estudo, pondera-se sobre a multiterritorialidade. No caso dos proprietários de pousada externos à RDS, muito mais evidente, de forma complexa, mais fluída e reticular. Esses proprietários se territorializam em espaços desconectados fisicamente, integrando-os através de seus próprios fluxos

—•••—
e movimentos. No caso dos proprietários moradores da RDS e monitores/piloteiros, uma lógica mais zonal, de forma mais espaçada. Como atores sociais internos da RDSU, eles se apropriam do espaço sem descontinuidades, produzindo um território contínuo que articula tanto espaço quanto movimento.

Haesbaert reflete, a partir da concepção de multiterritorialidades, que a (des)territorialização se configura como um mito, visto que nunca se está, de fato, sem pertencer a um território, pois há um processo perene de (re)territorialização. Ancorado pelos estudos deleuze-guattarianos, o autor salienta que nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas sempre acompanhados de um processo dialógico, pois um se reterritorializa sobre o outro (Deleuze e Guattari, 1996 citado em Haesbaert & Bruce, 2002). A multiterritorialidade pode ser compreendida, então, como a coexistência de múltiplos territórios, em que as territorializações se dão com base nas dinamicidades do movimento.

Considerações finais

Este estudo buscou refletir acerca do processo de construção do território turístico e das identidades que são acionadas a partir dele nas unidades de conservação da Amazônia, especialmente nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Pensar um território turístico, ou um território apropriado pelo turismo, requer pensar apropriações e dominações de espaços físicos utilizados por grupos sociais distintos que, por condições socioculturais, se relacionam e se estabelecem de formas diferentes.

—•••—

A fim de responder às questões norteadoras da pesquisa, o estudo apresentou uma breve discussão sobre o turismo de pesca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, identificando os atores envolvidos no turismo de pesca e suas relações com o território, enfatizando a criação do território turístico e as identidades acionadas a partir dele.

No contexto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, foco da pesquisa, foi possível identificar a superposição de territórios, os territórios da comunidade e do turismo, que pressupõem formas de sociabilidades distintas que coexistem integrando múltiplas territorialidades. Assim, investigou-se o efeito da construção dos territórios nos aspectos identitários dos empresários e trabalhadores do turismo na RDSU, perpassando as estratégias de des-re-territorialização. Dessa forma, evidencia-se que as identidades aqui investigadas, dos proprietários de pousada, dos monitores ambientais e pilotos, só existem no contexto da temporada de pesca, visto que surgem e se mantêm no e pelo turismo, baseadas nas diferenças percebidas na presença do outro.

Além disso, foi possível perceber que, para além dos cercos territoriais da RDSU, há agentes que constroem o território do turismo, como os autointitulados operadores turísticos, que moram, em sua maioria, na Vila de Balbina, município de Presidente Figueiredo, acima da RDS do Uatumã. Para esses agentes, o território se dá muito mais no sentido funcional e reticular.

Considera-se, mediante discussões propiciadas por este estudo, o processo pelo qual a RDSU e seus agentes sociais passam durante a

temporada de pesca, como uma retratação do território nativo, que pressupõe uma desterritorialização sem, contudo, deixar de habitar um espaço físico. Um espaço físico que, dialeticamente, ora recebe atribuições de território comunitário, ora de território turístico e território de conservação, em que seus hábitos e modos de vida transitam conforme o contato e a imposição de grupos externos.

Este mesmo cenário pode ser estendido a outras UCs amazônicas que desenvolvem atividades de turismo de pesca, e que também estão permeadas de conflitos em torno do território e do uso de recursos naturais. O turismo de pesca, mais do que outras formas de turismo que não envolvem o uso direto de ictiofauna, gera conflitos intensos que envolvem o cerceamento das comunidades em prol do usufruto de turistas e a ameaça de perturbação de resiliência dos estoques pesqueiros.

Cabe mencionar que em razão das formas distintas de identificação e territorialização surge uma série de conflitos pela disputa do território entre os próprios ribeirinhos, e dos ribeirinhos com agentes externos. Esses conflitos, embora mencionados pontualmente no presente trabalho, necessitam de aprofundamento dada sua complexidade.

Ademais, tendo em vista que o objetivo da investigação não foi o de obter conclusões sobre a reflexão, pondera-se a primordialidade da realização de estudos que discutam e aprofundem as ideias aqui suscitadas, incluindo investigações que contemplem as territorialidades estabelecidas pelos turistas e pelos ribeirinhos recorrentemente preteridos das discussões e planejamentos do turismo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto nº 39.125 de 14 de junho de 2018, que, revoga o Decreto nº 22.747/2002, e regulamenta a pesca amadora no estado do Amazonas. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2018.

AMAZONAS. Revisão do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Série Técnica Planos de Gestão. Itapiranga, São Sebastião do Uatumã – Amazonas, 2017.

AMAZONAS. Lei Complementar No. 53 de 05 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Diário Oficial do Amazonas. 2010a.

AMAZONAS. Plano de Uso Público Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Manaus –AM: IDESAM, 2010b.

AMAZONAS. Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Manaus- AM: IDESAM, 2009a.

AMAZONAS. Plano de Uso da Pesca Esportiva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Manaus –AM: IDESAM, 2009b.

AMAZONAS. Decreto 24.295, de 25 de junho de 2004, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2004.

Amazonas. Atualização do Plano de Uso Público Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. No prelo.

CAÑAS, R. P. A. Conflitos Silenciosos: A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CARNEIRO, J; FRATUCCI, A. Os trabalhadores das praias de Arraial do Cabo, RJ: um olhar a partir do território turístico. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro, 12 (2), 50-70, 2018. <https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5062>

CUCHE, D. Cultura e Identidade. In CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

LABORDA, M.; CONTI, B.R. **TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: reflexões a partir de identidades e do território.** In:

— ••• —
FERREIRA, H. C.; FRATUCCI, A. Hospitality, territory and identity: reflections from community tourism in Aventureiro Village, Ilha Grande/RJ. In Conrad Lashley. (Org.). *The Routledge Handbook of Hospitality Studies*. Londres: Routledge, p. 260-271, 2017.

FERREIRA, H. C. Territórios sociais e reterritorialização no Aventureiro: disputas pelo significado e direitos de uso do espaço. In Secreto, M.V., Carneiro, M.J., & Bruno, R. (Coords.). *O campo em debate: terras, homens e lutas*. Rio de Janeiro: Mauad X/Seropédica-RJ/EDUR, 2008.

FERRREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. *Campo-território, Revista de Geografia Agrária*, 9 (17), 111-135, 2014.

FRATUCCI, A.; MORAES, C. A. DE A.; ALLIS, T. Espaços e Territórios do Turismo: reflexões e indagações. In *Anais do XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo*, 12., Natal-RN, 2015.

FRATUCCI, A. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo - edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo*. Rio de Janeiro, (14), 87-96, 2014.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, (21)1, 19-29, 2017.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc, espaço, tempo e crítica - *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*. Rio de Janeiro, n.2(4), v.1, p.39-52, ago, 2007.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In *I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*, Porto Alegre, 2004A.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: Rodhenzal, Z., & Correa., R. L. (Orgs.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

LABORDA, M.; CONTI, B.R. **TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: reflexões a partir de identidades e do território.** In:

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *Geographia*. Niterói-RJ, v.4, n.7, 2002.

KOURY, C.; RIZZO, E. Planejamento participativo no Amazonas: a experiência na RDS Uatumã. IN: *Áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

LABORDA, M.; SCHERER, E. Dinâmica(s) de Trabalho Ribeirinho campestre na Amazônia: reflexões a partir da regulação do metabolismo social da natureza. In: SCHERER, E. F.; CARVALHO, L. G.; JUSTAMAND, M. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS)*, n. 32, v. 32, 2022.

LABORDA, M.; SCHERER, E.F. Turismo de Pesca e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 16, n.5, nov. 2023-jan 2024, pp. 430-441. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.14276>

LABORDA, M. Turismo pesquero en comunidades tradicionales amazónicas: conflictos y posibilidades. *Blog ALBA SUD*, oct. 2023. Disponível em: <https://www.albasud.org/noticia/es/1632/turismo-pesquero-en-comunidades-tradicionales-amazonicas-conflictos-y-posibilidades> . Acesso em: ago. 2023

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LOBO, G. S. A alteração do regime hidrológico afeta a composição florística e estrutura de florestas de igapó? Um estudo comparativo entre um rio regulado e outro prístino na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazônia Central. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus-AM: INPA, 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, P. H. G. Incentivos Institucionais No Manejo Participativo: O Caso Do Programa “Quelônio Do Uatumã”. Dissertação apresentada ao Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus-AM: INPA, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, F. Diagnóstico do potencial da atividade de pesca esportiva no Rio Cuiciras, na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista. Dissertação apresentada ao Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus-AM: INPA, 2019.

LABORDA, M.; CONTI, B.R. TURISMO DE PESCA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA: reflexões a partir de identidades e do território. In:

RAMOS, A. R. O índio hiper-real. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.10 n.28, 1995.

RODRIGUES, A. B. (Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In América Latina: cidade, campo e turismo. Lemos, A. I. G. de, Arroyo., M., Silveira., M. L., San Pablo: CLACSO, dec. 2006.

SANTOS, M. L. SILVA, M. H.; CONTI, B. R. Memória Coletiva, Gestão de Recursos Comuns e Turismo no Amazonas. Revista Iberoamericana de Turismo, v.09, 2019. 10.2436/20.8070.01.121

SANTOS, M. L. Gestão do Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã/Amazonas (Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGTUR/UFF), 2019. Recuperado de: <http://www.ppgtur.uff.br/index.php/publicacoes/dissertacoes>

SANTOS, M. L.; CONTI, B. R. Turismo de Base (Com)unitária: reflexões sobre o conceito e a prática na RDS do Uatumã-AM. In IX Anais Semintur, Caxias do Sul, nov. 2017a. pp.49-57, 2017a. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/bbfecb_37cd72105af84d3599f36570ab652c7f.pdf

SANTOS, M. L.; CONTI, B. R. Turismo na RDS do Uatumã-AM: aproximações e distanciamentos com o turismo de base comunitária. In Anais SAPIIS, Niterói, out. 2017b. Disponível em: https://www.academia.edu/36408989/TURISMO_NA_RDS_DO_UATUM%C3%83-AM_APROXIMA%C3%87%C3%95ES_E_DISTANCIAMENTOS_COM_O_TURISMO_DE_BASE_COMUNIT%C3%81RIA

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA litoral Sul (SE). Ateliê Geográfico – Goiânia a-GO, 7 (2), 2013.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, 31 (1), pp.02-16, 2009.

SEMA. Gestão da pesca esportiva no Amazonas é destaque em Workshop Nacional, Manaus, 2020a. Recuperado de <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/11/gestao-da-pesca-esportiva-no-amazonas-e-destaque-em-workshop-nacional/>, março de 2021.

SEMA. Conservação do Tucunará motiva criação de Grupo de Trabalho para fortalecer pesca esportiva no Amazonas, Manaus, 2020b. Recuperado de <http://meioambiente.am.gov.br/conservacao-do-tucunare-motiva-criacao-de-grupo-de-trabalho-para-fortalecer-pesca-esportiva-no-amazonas/>, março de 2021.

— ••• —
SILVA, G. T. TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM). Manaus-AM: UFAM, 2016.

WOODWARD, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica. In Silva, T. T. da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Entrevistas

Anônimo - Agricultor e piloto da RDSU (2019). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em março de 2019.

Anônimo – Agricultor, artesão e comerciante (2017). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em maio de 2017.

Anônimo - Proprietário de pousada (2017). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em abril de 2017.

Anônimo – Piloto (2019). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em março de 2019.

Anônimo - Trabalhador do turismo (2017). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em abril de 2017.

Anônimo - Proprietário de pousada comunitária (2019). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em março de 2019.

Anônimo – Pescador e Proprietário de pousada (2017). Entrevista sobre o Turismo na RDSU, entrevistado por Mayra Laborda. [gravador mp4], Uatumã/Amazonas, Brasil, em abril de 2017.

ORGANIZADORES

MELO, Alessandra Souza Queiroz



(Doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Mestra em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE). Especialização em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade pela Graduante. Graduada em turismo pela Universidade Federal da Paraíba - (UFPB). Graduanda em Administração pela UNINASSAU. Pesquisadora do Grupo de

Cultura e Estudos em Turismo - (GCET).

Coordenadora da linha de sustentabilidade - GCET. Atualmente desenvolve estudos sobre Rota de pedestre; turismo e patrimônio (histórico, arquitetônico e cultural), turismo gastronômico.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do



(Professor nos programas de pós-graduação PPGCDS/UnB e PPGCASA/UFAM, doutor em sociologia pela Université René Descartes, com Pós-doutorado na École des Hautes Études en Science Sociales (EHESS, Paris), graduado em sociologia e em ciência política, cofundador do Laboratório de Estudos sobre Turismo e Sustentabilidade.

GUILHERME, Francinete da Silva



Bacharel em Turismo pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), graduanda em Ciências contábeis pela Unopar, pós-graduada em Turismo, Hotelaria e Eventos pela Unicorp e membro do GCET (Grupo de Cultura e Estudos em Turismo).

AUTORES

ALBUQUERQUE, Sheila Rodrigues de

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-PPGAU/ UFPB; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Design-PPGDesign/UFPE; Mestra em Design-UFPE, Pós-graduanda em Neurociência e Pesquisadora Colaboradora no Laboratório de Acessibilidade-LACESSE-UFPB e no Laboratório de Concepção e Análise de Artefatos Inteligentes-LaCA²I-UFPE. Instituição de Trabalho: Instituto Federal da Paraíba (IFPB). E-mail: sheilaarq1@gmail.com, Redes sociais - Instagram: @sheilaalbuquerque.

ALMEIDA Eduardo Augusto Monteiro de

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB; Mestre em Arquitetura e Urbanismo – UFPB; Graduado em Arquitetura e Urbanismo – UFPB; Especialista em Acessibilidade e Pesquisador Colaborador do Laboratório de Acessibilidade – LACESSE/UFPB; Pós-graduado em Desenho Técnico Arquitetônico pela FAMEESP; Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela UNINASSAU; Membro da Comissão de Acessibilidade da UFPB. Palestrante e Consultor de Acessibilidade Arquitetônica. Áreas de Pesquisa: Acessibilidade, Orientação Espacial e Mobilidade Urbana. E-mail: eduardoamda.arq@gmail.com, Redes sociais- Instagram: @eduardoalmeida.ac

ANDRADE, Mariane de Lima

Bacharelanda em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I. Com histórico de estágios em agências de viagem. Sua curiosidade insaciável a impulsiona a explorar profundamente os destinos turísticos, enquanto sua experiência anterior a tornou hábil na criação de itinerários e no atendimento ao cliente. Instagram: @marianelimand

ANGELO, Elis Regina Barbosa

Pós Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo onde cursou Mestrado e Doutorado em História. Graduada em Turismo, Especialista em Administração Hoteleira pelo SENAC-SP, Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano. Graduada em História pela UCP. Pesquisadora das áreas de História, Sociedade, Patrimônio Cultural e áreas afins. Professora Associada na UFRRJ e no Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade na UFRRJ. Líder do Núcleo de Pesquisa em Patrimônio e Memória - NUPAM, membro do Laboratório de Estudos Etnicidade, Racismo e Discriminação - LEER/USP e colaboradora do grupo de pesquisa Imaginário, mobilidade e patrimônio da UFJF. Contato: elis@familiaangelo.com

ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de

Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente exerce a função de chefe do Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde atua como professora adjunta desde 2008. Líder do grupo de pesquisa Método do Caso - UFRN. valeriaaraujoufrn@gmail.com

BARBOSA, Conceição Aparecida

Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo e em Direito pela Universidade de Santo Amaro; Especialista em Tradução pela USP (2002); Mestre em Linguística pela USP; Doutora em Filologia pela USP. Foi consultora da UNESCO/MEC, foi Professora Adjunta do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão e Tutora do PET/Conexões de Saberes de Imperatriz-MA. Foi Professora Adjunta do IHAC do Campus Sosígenes Costa de Porto Seguro - Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. É atualmente Professora Adjunta do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão.

BEZERRA, José Jonas Pereira

Bacharelado em Turismo, ingresso em 2019, pela Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I. Indígena Potiguará e condutor local de ecoturismo e turismo de base comunitária no território indígena da Baía da Traição-PB. Instagram: @karimpotiguará

BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes

Bacharel em Ciências Biológicas (UnB). Doutora em Ciências (USP). Professora Associada 4 (Universidade de Brasília – UnB). Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS/UnB). Áreas de interesse e estudo: Sustentabilidade, ética, hospitalidade, cultura, sistemas complexos, interdisciplinaridade. E-mail: ibrasileiro@unb.br

CARVALHO, Kizzy Ferreira de

Graduada em Engenharia Elétrica (UNESA). Pesquisadora Energias Renováveis; kizzycarvalho@yahoo.com.br

CONTI, Bruna Ranção

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (PPGTUR/UFF). Áreas de estudo: turismo em áreas naturais protegidas, políticas públicas de turismo, economia solidária, turismo de base comunitária, turismo científico, educação e sustentabilidade. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Turismo e Geografi-cidades (UNIRIO); Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/UFRJ); Núcleo Sinergia: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura (UFRJ). bruna.conti@unirio.br

COSTA, Angelina Dias Leão

Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB; implantou e coordena o Laboratório de Acessibilidade-LACESSE/UFPB e o grupo de pesquisa 'AcessUs'. Doutorado em Engenharia Civil - UNICAMP; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo- UFRN; Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFRN. Membro da Comissão de Acessibilidade - UFPB. Áreas de Pesquisa: Acessibilidade, Design universal, Ergonomia e Percepção ambiental, Projeto centrado no usuário, Relação Pessoa-ambiente, Mobilidade ativa. E-mail: angelinadlcosta@yahoo.com.br, Redes Sociais: Instagram: [@lacsseufpb](#).

DANTAS, Helen Karine Gomes

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB. Designer de Interiores pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Educação Inclusiva e Pesquisadora Colaboradora do Laboratório de Acessibilidade - LACESSE/UFPB. Áreas de Pesquisa: Educação, Educação Inclusiva, Acessibilidade, Processo de Ensino-Aprendizagem, Psicologia do Ambiente, Projeto Centrado no Usuário, Percepção do Usuário e Neuroarquitetura. E-mail: helendantas.interiores@gmail.com, Redes sociais- Instagram: [@helendantas.interiores](#).

FERNANDES; Ailson da Silva

Mestrando(a) em Ciências Sociais e Humanidades na Universidade Estadual de Goiás - UEG
Pesquisador GCET; Universidade Estadual de Goiás;
profailson@gmail.com; Instagram: Ailson Fernandes

LIMA, Francisco Henrique Bezerril de

Bacharel em turismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mestre em turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pela Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Tem interesse e experiência em pesquisa sobre turismo e desenvolvimento sustentável. Turismo e negócios de impacto social. Atualmente atua como instrutor de cursos profissionalizantes na área de gestão e negócios ofertados pela prefeitura de Natal/RN.
henrique.bezerril@hotmail.com

LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas

Doutora e Docente na Universidade Estadual de Goiás;
divalunas@gmail.com; Instagram: Divina Lunas

LIMA, Vitória Maria dos Santos

Bacharelanda em Turismo, ingressa em 2020, pela Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I. Monitora na disciplina de Planejamento Estratégico do Turismo com o projeto Influências do Planejamento Estratégico no Desenvolvimento do Turismo (2023-2024). Estagiária na Empresa Paraibana de Turismo S/A PBTUR (2022-2024). Instagram: @vitoria.lm15

MATIAS, Esdras Matheus

Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Ambiente & Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutorando pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
esdrasmatheus@yahoo.com.br

MAZIERO, Celi

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. É Arquiteta e Urbanista da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, leciona no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de São Miguel do Oeste, e é especialista na área da Acessibilidade. E-mail: celimaziero1@hotmail.com; Instagram: www.instagram.com/celi.maziero; Facebook: <https://www.facebook.com/celi.maziero>.

MELO, Alessandra Souza Queiroz

Mestre em Turismo e Hotelaria (UFPE); Pesquisadora do GCET. Alessandra_queirozz@outlook.com
<https://www.instagram.com/alessandraqueiroz>

MELO, Ana Cristina Claudino de

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPB; Mestre em Saúde da Família – UNINOVAFAPI; Graduada em Arquitetura e Urbanismo – UFPB; Pós graduada em Design de interiores e Luminotécnica; Pós graduada Master em Arquitetura; Pós graduada em Arquitetura Hoteleira. Áreas de Pesquisa: Relação Pessoa-Ambiente, acessibilidade, Qualidade do Ambiente Construído e Idosos. E-mail- anaccmarq@gmail.com, Redes sociais- Instagram: [@sensiarquitectura](https://www.instagram.com/@sensiarquitectura)

PEREIRA, Amanda Sueli Madeira

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades na Universidade Estadual de Goiás - UEG
Pesquisador GCET; Universidade Estadual de Goiás;
Hospitalidade em unidades de conservação;
amandamadeirap@gmail.com; Instagram: Amanda Madeira

PORTE, Alexandre

Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da área de Composição de Alimentos, do curso de Nutrição, da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Tem experiência na área de alimentos, composição de alimentos.
Email: alexandre.porte@unirio.br Facebook: <https://www.facebook.com/alexandre.porte.50> Instagram: [@alexandre.instagram](https://www.instagram.com/@alexandre.instagram)

PORTE, Luciana Helena Maia

Doutora em Ciências de Alimentos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da área de alimentos e bebidas, do curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Tem experiência na área de alimentos, alimentação, agroindústria e segurança alimentar.
Email: lhmaia2004@gmail.com Facebook: <https://www.facebook.com/luciana.maia.7773> Instagram: [@lumaiaporte](https://www.instagram.com/@lumaiaporte)

SANTOS, Mayra Laborda

Doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Áreas de estudo: sociologia ambiental; sociologia do trabalho; ecologia política; turismo de pesca; turismo na Amazônia e turismo em unidades de conservação. Integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM/UEA) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho no Turismo Labor Movens (UNB).
Email: mayra_laborda@id.uff.br Instagram: <https://www.instagram.com/mayralaborda/>

SCHWAAB, Maikyele Luana

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Intercambista voluntária global da AISEC Chapecó, tendo realizado trabalho voluntário na SIICA Construcciones de Torreón / Coahuila – México.. Leciona nos cursos de Agronomia, Engenharia Elétrica e de Produção na Unopar (Faculdades Integradas Norte do Paraná), polo de Maravilha/SC. E-mail: maikyeleluanas49@gmail.com; Instagram: <https://www.instagram.com/arquitetamaikyele/>; Facebook: <https://www.facebook.com/maikyeleluana.schwaab>.

SILVA, Márcia Félix da

Doutora em Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (2020). Mestra em Administração (Área de Concentração: Finanças de Empresas) pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1993). Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I. Membro (Pesquisadora) do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET/UFPB). Instagram: felix_marcia2020

SOARES, Laura Rodrigues

Bacharelada em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I (ingresso em 2020.1). Presidente do Centro Acadêmico de Turismo (Gestão Atlas, 2022). Estagiária no Slow Hostel - Hospedagem Criativa (2023) e na CVC Brasil (2022). Instagram: @lauraeoturismo

Nota dos organizadores

O serviço de revisão dos manuscritos cabe aos autores dos capítulos. As informações e opiniões contidas nos capítulos não refletem necessariamente a visão dos organizadores e são de responsabilidade de seus autores. Os organizadores esclarecem que a citação total e/ou parcial dos textos contidos na obra deve ser feita de acordo com as normas científicas.



O GCET – Grupo de Cultura e Estudos em Turismo, ligado ao Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), faz parte da UFPB-Universidade Federal da Paraíba, e do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Tem o intuito de apresentar temáticas plurais, com foco nas questões de interesse acadêmico e empresarial, contribuindo para uma melhor compreensão do Turismo e da Hotelaria, no contexto do patrimônio cultural, impactos socioculturais, econômicos e ambientais, acessibilidade, marketing, terceira idade, relações interculturais e comportamento do turista.

[Acompanhe o GCET pelas redes sociais](#)

Instagram: [@GCET](#)

Facebook: [@GrupoGcet](#)

YouTube: [GCET OFICIAL](#)

Academia.edu: [GCET UFPB](#)

Site GCET: <https://www.ufpb.br/gcet>

Para conhecer as outras publicações *open access* acesse nosso catálogo pelo linktree: [Linktr.ee/grupogcet](https://linktr.ee/grupogcet)



GCET